



Karine de Arimateia

**A SALVAGUARDA DO MODERNO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DAS RESTAURAÇÕES DE  
EDIFÍCIOS VERTICAIS DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO**

Belo Horizonte  
Escola de Arquitetura da UFMG  
Agosto/2014

Karine de Arimateia

**A SALVAGUARDA DO MODERNO:  
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DAS RESTAURAÇÕES DE EDIFÍCIOS  
VERTICAIS DA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Área de Concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Orientadora: Dra. Yacy-Ara Froner  
Coorientador: Dr. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte  
Escola de Arquitetura da UFMG  
Agosto/2014

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação intitulada *A salvaguarda do moderno: contribuições para a análise das restaurações de edifícios verticais da área central do Rio de Janeiro*, de autoria de Karine de Arimateia, aprovada pela banca examinadora constituída pelos professores:

---

Profa. Dra Yacy-Ara Froner – Orientadora  
MACPS-EA-UFMG

---

Prof. – Leonardo Barci Castriota - Coorientador  
MACPS-EA-UFMG

---

Prof. – Membro – Flávio de Lemos Carsalade  
MACPS-EA-UFMG

---

Prof. – Nivaldo Vieira de Andrade Junior  
UFBA

---

Profa. Dra. Marieta Cardoso Maciel  
Coordenadora do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável  
MACPS-EA-UFMG

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2014

Aos meus pais pelo incentivo à educação.

Aos meus irmãos pelo exemplo.

À minha mãe, em particular, a quem serei grata eternamente.

Agradeço à professora Yacy-Ara Froner pela orientação, zelo e carinho; ao professor Leonardo Castriota pela coorientação; ao professor Flávio Carsalade pelos questionamentos levantados na ocasião da qualificação; à professora Celina Borges, cujos comentários em relação ao texto da qualificação me foram demasiadamente úteis; ao professor Nivaldo Andrade, da UFBA, por responder prontamente aos meus questionamentos e aceitar o convite para a avaliação desta pesquisa; à Victoria M. de León Grego pela eficiência e carinho no decorrer do Curso; ao Hilário Figueiredo Pereira Filho, atual chefe do Arquivo Central do IPHAN, pela presteza durante à minha pesquisa nessa instituição; aos amigos Arthur Prudente, Álvaro Drummond e Juliana Pohl pela leitura e sugestões em relação ao texto preliminar, além do apoio incondicional.

**RESUMO:** A pesquisa tem como tema a restauração arquitetônica de edifícios verticais representantes da arquitetura moderna brasileira. O objetivo é investigar se a tendência adotada no Brasil para a intervenção nessas edificações segue a praticada, com frequência, em outros países, ao afastar a prática da intervenção do campo da restauração tradicional, reforçando uma ideia de salvar apenas a sua imagem. O objeto de estudo contempla, portanto, os edifícios verticais construídos no centro do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 a 1960 e que passaram por processos de restauração conduzidos pelos órgãos de preservação. O caminho escolhido para lidar com estas questões foi analisar os processos de intervenção dos edifícios *Palácio Gustavo Capanema* e *A.B.I.*, guardados no Arquivo Noronha Santos e na Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro. A análise apontou diversos problemas nos processos arquivados que impediram uma conclusão estruturada sobre o objetivo preliminar, porém serviu para indicar pontos importantes relativos a intervenções no patrimônio edificado.

**PALAVRAS CHAVES:** Arquitetura moderna, Restauração arquitetônica, Edifícios verticais, Inventário, Palácio Gustavo Capanema, Sede da A.B.I.

**ABSTRACT:** The paper analyses the architectural restoration of vertical constructions that represent modern Brazilian architecture. The purpose is to investigate whether the trend adopted in Brazil for intervention in building restoration follows that adopted most frequently in other countries, distancing intervention from the traditional field of restoration by preserving the image rather than material aspect. The object of study is a set of buildings located in downtown Rio de Janeiro that dominated the city center from the 1930's to the 1960's and have undergone several restoration processes led by governmental preservation agencies. The path chosen to analyze the restoration methods used focuses on records of the architectural interventions performed on the Gustavo Capanema Palace, as well as the ABI - Brazilian Press Association headquarters. The processes are on file at the Noronha Santos Archive and the National Historic and Artistic Heritage Institute (IPHAN) in Rio de Janeiro. Research revealed several problems that hindered conclusion of the primary objective, but identified important points regarding interventions in architectural heritage.

**KEY WORDS:** Modern Architecture, Architectural Restoration, Vertical Buildings, Inventory, Gustavo Capanema Palace, Brazilian Press Association (A.B.I.) building.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura da capa – Detalhe do painel de azulejos Conchas e Hipocampos, de Cândido Portinari, de 1942, 990 x 1510 cm, instalado no Palácio Gustavo Capanema, Reprodução fotográfica/José Eduardo Gouvêa. Fonte: <http://www.itaucultural.org.br> – acesso em 26 jul. 2014

Figura 1 - Home Insurance Building (1883-5)/Chicago/Willian Le Baron Jenney. .....	29
Figuras 2 e 3 - Guaranty Building (1894-95)/NY/ Sullivan e Adler.....	30
Figura 4 - Edifícios de Apartamento Lake Shore Drive (1948)/Chicago, Illinois/Mies van der Rohe. ....	32
Figura 5 - Seagram building (1958)/Nova York/Mies van der Rohe e Philip Johnson.....	32
Figura 6 - Edifício Pirelli(1956)/Milão/Gio Ponti e Pier Luigi Nervi.....	33
Figura 7 - Planta esquemática do Morro do Castelo. ....	39
Figura 8 - Plano Agache.....	40
Figura 9 - Abertura da Avenida Presidente Vargas.....	42
Figura 10 - Detalhe dos <i>brises</i> do A.B.I.....	43
Figura 11 - Fachada do edifício sede da A.B.I. ....	43
Figura 12 - Edifício Marquês do Herval (1953), Irmãos Roberto. ....	45
Figura 13 - Edifício Seguradoras (1949), Irmãos Roberto. ....	45
Figura 14 - Edifício Seguradoras//pilotis descaracterizado e <i>brises</i> removidos, Irmãos Roberto.....	45
Figura 15 – Edifício Valparaíso, Irmãos Roberto.....	46
Figura 16 - Instituto Resseguros do Brasil (1941), Irmãos Roberto.....	46
Figura 17 - Sede da Companhia Souza Cruz/descaracterizado, Irmãos Roberto. .....	46
Figura 18 - Sede da Companhia Souza Cruz (1962), Irmãos Roberto.....	46
Figura 19 - Edifício Sede do Banco Aliança, Lucio Costa. ....	47

Figura 20 - Edifício Sede do Jockey Clube, Lucio Costa.....	47
Figura 21 - Edifício sede do Banco Boa Vista, Oscar Niemeyer. ....	48
Figura 22 - Edifício sede do Banco Boa Vista/detalhe do fechamento do pilotis, Oscar Niemeyer. ....	48
Figura 23 - Edifício Manchete, Oscar Niemeyer.....	49
Figura 24 - Edifício Sede das Empresas Gráficas o Cruzeiro, Oscar Niemeyer. .....	49
Figura 25 - Edifício Barão de Mauá, Oscar Niemeyer.....	50
Figura 26 - Edifício sede do Montepio do Estado da Guanabara, Eduardo Reidy. ....	50
Figura 27 - Edifício Edson Passos, Jacques Pilon .....	51
Figura 28 - Edifício Maison de France, Jacques Pilon .....	51
Figura 29 - Paineis de Portinari no Palácio Gustavo Capanema. ....	54
Figura 30 - Paineis de Paulo Werneck para o Edifício Seguradoras (irmãos Roberto). ....	54
Figura 31 e 32 - Localização e implantação do Edifício Manchete.....	56
Figura 33 - Edifício Manchete antes do <i>retrofit</i> , Oscar Niemeyer.....	57
Figura 34 - Vista interna do hall do Edifício Manchete, antes do <i>retrofit</i> . ....	57
Figura 35 - Edifício Manchete durante o <i>retrofit</i> . ....	58
Figura 36 - Edifício Manchete durante o <i>retrofit</i> . Estrutura à mostra. ....	58
Figura 37 - Edifício Manchete após o <i>retrofit</i> .....	58
Figura 38 - Vista interna do Edifício Manchete após o <i>retrofit</i> . ....	59
Figura 39 e 40 - Edifício Barão de Mauá, antes (esquerda) e após (direita) o incêndio. Projeto de Oscar Niemeyer.....	60
Figura 41 e 42 - Edifício Barão de Mauá após o <i>retrofit</i> . ....	60
Figura 43 - Mapa político do Brasil com a distribuição do número de bens imóveis modernos tombados pelo IPHAN por Unidades Federativas. ....	87
Figura 44 - Planta pavimento térreo do Edifício A.B.I.....	106

Figura 45 - Imagem do corredor entre os brise-soleils e salas/oitavo pavimento. .....	106
Figura 46 - Estudo da incidência dos raios solares/brise. ....	107
Figura 47 - Fotomontagem com maquete da edificação proposta no concurso. .....	108
Figura 48 - Edifício construído.....	108
Figura 49 - Fotomontagem com maquete da edificação proposta no concurso, em outro ângulo (Rua Araujo Porto Alegre) / destaque para as esculturas. ..	109
Figura 50 - Planta do subsolo (piscina, sala de ginástica, vestiários e casa de energia) - sem escala / projeto proposto no concurso.....	110
Figura 51 - à direita, planta pavimento térreo (portaria, lojas e estacionamento) e, à esquerda, sobrelojas - sem escala / projeto proposto no concurso.....	110
Figura 52 - Planta primeiro e segundo pavimentos (escritórios) - sem escala / projeto proposto no concurso. ....	111
Figura 53 - Planta terceiro e quarto pavimentos (andar corrido) - sem escala / projeto proposto no concurso. ....	111
Figura 54 - Planta quinto pavimento (ambulatório) - sem escala / projeto proposto no concurso. ....	111
Figura 55 - Planta sexto pavimento (administração) - sem escala / projeto proposto no concurso. ....	111
Figura 56 - Planta sétimo pavimento (biblioteca) - sem escala / projeto proposto no concurso. ....	112
Figura 57 - Planta oitavo pavimento (conferências) - sem escala / projeto proposto no concurso. ....	112
Figura 58 - Planta nono pavimento - sem escala (mezanino) / projeto proposto no concurso. ....	112
Figura 59 - Planta décimo pavimento (estar dos jornalistas) - sem escala / projeto proposto no concurso. ....	113

Figura 60 - Planta décimo primeiro pavimento (restaurante) - sem escala / projeto proposto no concurso.....	113
Figura 61 - Planta décimo segundo pavimento (terraço jardim) - sem escala / projeto proposto no concurso.....	113
Figura 62 - Planta do pavimento térreo (ou primeiro pavimento). ....	115
Figura 63 - Planta de um dos pavimentos.....	116
Figura 64 - Planta do sexto pavimento/serviço médico.....	116
Figura 65 - Planta do sétimo pavimento/uso da A.B.I.. ....	117
Figura 66 - Planta do oitavo pavimento/biblioteca.....	117
Figura 67 - Planta do nono pavimento/auditório.....	118
Figura 68 - Planta do décimo primeiro pavimento/lazer e barbearia. ....	118
Figura 69 - Planta do décimo segundo pavimento/década de 1980/biblioteca. ....	119
Figura 70 - Planta do décimo terceiro pavimento do edifício A.B.I. ....	119
Figuras 71 e 72 - Edifício A.B.I., fachadas principais (esquerda) e fachada da Rua Araujo Porto Alegre (direita). ....	121
Figuras 73 e 74 - Vista parcial da fachada posterior e vão do estacionamento. ....	122
Figura 75 - Planta pavimento térreo edifício A.B.I. (ou 1º pavimento).....	123
Figura 76 - Construção do edifício A.B.I.....	123
Figura 77 - Hall de entrada.....	124
Figura 78 - Vista da escada de acesso ao décimo pavimento (mezanino do auditório) e iluminação em vão com vedação em vidro.....	124
Figura 79 - Imagem do recuo existente no décimo primeiro pavimento. ....	125
Figura 80 - Imagem do terraço jardim do décimo terceiro pavimento, com paisagismo de Burle Marx, atualmente inexistente. ....	125
Figuras 81 e 82 - Foto das pranchas das fachadas principais do edifício A.B.I./sem assinatura e data. ....	126

Figuras 83 e 84 - Vista do auditório do A.B.I. em 1940 (esquerda) e em 2014 (direita), com revestimentos em madeira e cadeiras preservados. ....	127
Figuras 85 e 86 - Mobiliário da sala da presidência (esquerda) e do décimo primeiro andar (direita). ....	127
Figura 87 - Mesa e cadeira de trabalho (Mesa do Chefe) de autoria dos arquitetos.....	127
Figura 88 - Foto do sétimo pavimento, após a explosão da bomba em 1976.	132
Figura 89 - Detalhe dos brises propostos e reforma da jardineira no 13º pavimento/Projeto M. Roberto Arquitetos/setembro de 1991.....	134
Figura 90 - Desenho da fachada frontal, com mapeamento de danos.....	139
Figura 91 - Primeiro projeto da equipe de Lucio Costa para o MES (Múmia) / Pavimento térreo. ....	146
Figura 92 - Primeiro projeto da equipe de Lucio Costa para o MES (Múmia) / Primeiro pavimento. ....	147
Figura 93 - Primeiro projeto da equipe de Lucio Costa para o MES (Múmia) / Perspectiva.....	147
Figura 94 - Primeiro projeto de Le Corbusier para o terreno de Santa Luzia, desenho de Oscar Niemeyer.....	148
Figura 95 - Planta sobreloja do primeiro projeto de Le Corbusier para o terreno da Praia de Santa Luzia, desenho de Oscar Niemeyer.....	149
Figura 96 - Perspectiva simulada do projeto do MES para o terreno de Santa Luzia.....	149
Figura 97 - Croqui de Le Corbusier (primeiro pavimento) do projeto do MES para o terreno do Castelo.....	150
Figura 98 - Perspectiva do projeto do MES para o terreno do Castelo/proposta de Le Corbusier.....	150
Figura 99 - Projeto original do MES/planta pavimento térreo. ....	151
Figura 100 - Projeto original do MES/planta 1ª sobreloja. ....	151
Figura 101 - Projeto original do MES/planta terceiro pavimento. ....	152

Figura 102 - Projeto original do MES/perspectiva. ....	152
Figura 103 - Vista aérea do Palácio Gustavo Capanema. ....	154
Figura 104 - Vista do PGC (fachada sul) e entorno imediato. ....	154
Figura 105 - Vista da fachada norte do PGC.....	155
Figura 106 - Vista da fachada sul/sobreposição dos dois volumes. ....	155
Figura 107 - Vista parcial do volume mais alto, fachada norte.....	156
Figuras 108 e 109 - Vista parcial do volume mais alto, fachada sul.....	156
Figura 110 - Monumento à Juventude Brasileira, de Bruno Giorgi.....	160
Figura 111 - Mulher, de Adriana Janacópulos.....	160
Figura 112 - Mulher Reclinada, de Celso Antônio.....	161
Figura 113 - Painel em têmpera Jogos Infantis, de Portinari. Tapete de Oscar Niemeyer.....	161
Figura 114 - Jardins de Burle Marx/ térreo e terraço do segundo pavimento. ....	162
Figura 115 - Jardins de Burle Marx/terraço do segundo pavimento. ....	162
Figura 116 - Execução da impermeabilização da laje do 16º andar de 1963. ....	174
Figuras 117 e 118 - Fichas técnicas relativas à recuperação dos jardins do pavimento térreo. ....	191
Figura 119 – Levantamento das poltronas do Salão de Conferências.....	194
Figura 120 - Mapeamento dos danos da fachada sul do Palácio Gustavo Capanema, de autoria do IPHAN/2008. ....	213
Figuras 121 e 122 - Clark Adams Building 105 W. Adams Street - Chicago..	236

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Tombamentos federais de bens representantes da arquitetura moderna por ordem cronológica.....	81
Tabela 2 – Tombamentos federais de bens representantes da arquitetura moderna por Unidades Federativas.....	84
Tabela 3 – Tombamentos estaduais de bens representantes da arquitetura moderna no Estado do Rio de Janeiro por ordem cronológica.....	90
Tabela 4 – Resumo das intervenções registradas no Palácio Gustavo Capanema, por ordem cronológica (1961-2014).....	221

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

A.B.I. - Associação Brasileira de Imprensa

APACs - Áreas de Proteção do Ambiente Cultural

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Social

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBRACE - Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares

CECI - Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CGTI/IPHAN - Coordenação Geral de Tecnologia da Informação do IPHAN

COPEDOC/IPHAN - Coordenação de Documentação e Pesquisa do IPHAN

DAF/IPHAN - Departamento de Articulação e Fomento do IPHAN

DET - Divisão de Estudos e Tombamentos

DTC - Diretoria de Tombamento e Conservação

DEPAM - Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização do IPHAN

DOCOMOMO - *Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighborhoods of the Modern Movement*

DPA/IPHAN - Departamento de Planejamento e Administração do IPHAN

DR-3 - Delegacia Regional do Ministério da Educação do Rio de Janeiro

FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória

FGV - Fundação Getúlio Vargas

Funarte - Fundação Nacional de Artes

FBN - Fundação Biblioteca Nacional

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICEIA - Instituto Central de Educação Isaia Alves

Icomos - *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios)

ICR - Instituto Central de Restauração

INACEN - Instituto Nacional de Artes Cênicas

INEPAC - Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro

IPASE - Instituto de Pensão e Aposentadoria dos Servidores do Estado

Iperj - Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IRPH - Instituto Rio Patrimônio da Humanidade

MARC-AL - I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna

MES - Ministério da Educação e Saúde

MinC - Ministério da Cultura

MoMA - Museum of Modern Arts

MP- CECRE - Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos

NTICs - Novas Tecnologias de Informação e Comunicação

Proarq - Curso de Pós-Graduação em Arquitetura da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro

PGC - Palácio Gustavo Capanema

PRONTEL - Programa Nacional de Teleducação

PRPPC - Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura

PUC-GO - Pontifícia Universidade Católica de Goiás

SAPGC - Sociedade de Amigos do Palácio Gustavo Capanema

SEPLAN - Secretaria de Planejamento da Presidência da República

SUBPC - Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design

SUNAB - Superintendência Nacional de Abastecimento

UEG - Universidade Estadual de Goiás

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFG - Universidade Federal de Goiás

UNB - Universidade Federal de Brasília

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*  
(Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
<b>1. A PRODUÇÃO DAS EDIFICAÇÕES VERTICAIS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 1930 A 1960 .....</b>	<b>26</b>
1.1. O contexto político e urbano da produção de edificações verticais modernas na área central do Rio de Janeiro .....	37
1.2. Edifícios verticais modernos e arte aplicada .....	44
1.3. As alterações no cenário atual: intervenções e retrofit .....	55
<b>2. O RESTAURO CRÍTICO .....</b>	<b>63</b>
<b>3. A PROTEÇÃO DOS ÍCONES DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL .....</b>	<b>70</b>
3.1. Ações estaduais de preservação da arquitetura moderna no Rio de Janeiro	89
3.2. Ações municipais de preservação da arquitetura moderna no Rio de Janeiro	92
<b>4. PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES VERTICAIS MODERNAS .....</b>	<b>96</b>
4.1. Análise de intervenções em edificações verticais modernas no Rio de Janeiro	100
4.2. Intervenções no edifício sede da Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I.)	103
4.2.1. A edificação .....	103
4.2.2. Intervenções registradas .....	130
4.3. Intervenção no edifício Palácio Gustavo Capanema .....	142
4.3.1. A edificação .....	142
4.3.2. Intervenções registradas .....	164
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>229</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>244</b>

## INTRODUÇÃO

O interesse pessoal em pesquisar assuntos relacionados à preservação<sup>1</sup> decorreu da experiência profissional de mais de dez anos na área de execução de projetos de restauração de estruturas arquitetônicas protegidas.

Um dos trabalhos dos quais participei, cujo objeto era a execução do inventário de edificações com linguagem racionalista do Estado de São Paulo, direcionou-me para a escolha do tema. Tratava-se de parte de um projeto lançado em 2008 pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>2</sup> direcionado à formação do “Grupo de Trabalho Acautelamento da Arquitetura Moderna”, por meio da Portaria de nº 001/2008, cujo objetivo era subsidiar as Superintendências Estaduais na realização de um levantamento preliminar dos bens representantes da arquitetura moderna, produzindo, deste modo, uma listagem parcial do acervo no Brasil.

No decorrer desse trabalho, deparei-me com um acervo significativo de bens imóveis descaracterizados pela falta de *standards* ou de normas de intervenção e, sobretudo, pela falta de reconhecimento dos seus valores por parte dos órgãos de proteção.

Avaliando cada bem e reconhecendo a importância da sua produção no contexto na arquitetura moderna brasileira, passei a questionar o motivo da ausência de valorização deste acervo e, dentre aqueles tutelados, como seriam as intervenções conduzidas pelo órgão de proteção responsável. Redirecionados ao meu objeto de pesquisa, estes questionamentos constituíram a minha base de investigação.

---

<sup>1</sup> Conforme informa Kühl (2010, p.288), “a palavra preservação, no Brasil, possui um sentido lato e pode abarcar uma grande variedade de ações como inventários, registros, leis de tombamento, educação patrimonial e intervenções nos bens, para que sejam transmitidos da melhor maneira possível ao futuro. As intervenções em si assumem denominações variadas, podendo, como explicitado na Carta de Veneza, ser caracterizadas como manutenção, conservação e restauro, com graus crescentes de ingerência sobre o bem. Ou, por exemplo, serem sintetizadas na palavra restauro, como proposto por Cesare Brandi [...]”. No nosso texto estamos utilizando a palavra intervenção e restauração como sinônimos.

<sup>2</sup> O órgão federal foi criado com a denominação SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Porém, adquiriu diversos formatos institucionais no decorrer de sua existência até se estabelecer, em 1994, como IPHAN, que será a sigla utilizada neste trabalho independente dos períodos abordados. Denominações por períodos podem ser consultados no *site* do IPHAN ([www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)).

Reconhecendo o pioneirismo e a expressiva produção de edificações racionalistas na cidade do Rio de Janeiro quando sede da capital do país, iniciei estudos sobre os bens produzidos naquele contexto, despertando-me especial interesse a larga produção de edificações verticais e o reconhecimento de alguns deles no cenário internacional.

Tais inquietações embasaram o presente trabalho, cujo objeto de estudo são, portanto, os edifícios verticais que dominaram a cena da área central do Rio de Janeiro nas décadas de 1930 a 1960 e que passaram por processos de restauração conduzidos pelos órgãos de preservação. O marco teórico é representado, portanto, pelo período mais intenso da produção desses bens na então capital do país e compreende a década do início das obras do *Ministério de Educação e Saúde (MES)*, ícone da arquitetura moderna brasileira, até a década da inauguração de Brasília, quando o Rio de Janeiro deixou seu posto de capital do Brasil para tornar-se, no futuro, patrimônio mundial da humanidade.<sup>3</sup>

O tema relacionado à restauração de arquitetura moderna apresenta desafios importantes para o campo, pois a lacuna de pesquisas e de documentações relacionadas ao assunto contribui para a perda irreversível deste testemunho arquitetônico e, portanto, das memórias atreladas a ele. Ademais, em relação ao recorte desta pesquisa, a cidade do Rio de Janeiro passa por sucessivas renovações arquitetônicas para sediar grandes eventos mundiais,<sup>4</sup> gerando transformações expressivas na cena urbana. O *retrofit*, intervenção em edifícios com o objetivo de renová-los plástica, funcional e tecnicamente, realizada principalmente em edificações verticais, tem sido cada vez mais praticado pelos empreendedores imobiliários, atingindo, em alguns casos, bens construídos com base nos princípios racionalistas.

O objetivo deste trabalho é investigar se a tendência adotada no Brasil para a intervenção nestas edificações segue a perpetrada, com frequência, em outros países, ao afastar a prática da intervenção arquitetônica do campo da restauração tradicional, reforçando uma ideia de salvar apenas a sua imagem e abrindo caminho para a substituição e repriminção. Essa proposição, como

---

<sup>3</sup> Título recebido em 1º de julho de 2012 (ALVIM e RAPOSO, 2013, p.45).

<sup>4</sup> Jogos Pan-Americanos em 2011, Copa do Mundo em 2014 e Olimpíadas em 2016.

indica Salvo (2006, p.204), “reside na convicção de ser impossível aplicar, ao moderno, os princípios e as metodologias amadurecidos no exercício da restauração do antigo.”

Inicialmente encarados como objetos à parte dos processos tradicionais de restauração, os ícones da arquitetura moderna são vistos, a partir de estudos mais recentes, como assunto a ser tratado criticamente de modo a conservar não apenas a sua forma ou condição estética, como também a sua matéria. Se a edificação é tutelada por órgãos de preservação, pressupõe-se que seu valor é reconhecido e deve ser mantido para as próximas gerações. Neste sentido, a restauração deve ser aplicada, deixando de atender apenas às normas municipais, passando a ser conduzidas pelos órgãos de proteção que irão analisar o mérito das intervenções. Mas qual é o valor agregado à obra que deve ser preservado? As características técnico-construtivas da arquitetura moderna são um valor a ser tutelado? Se considerarmos que a linguagem racionalista marcou a transição das técnicas tradicionais para as técnicas industrializadas, pressupõe-se que há um valor agregado. Portanto, as camadas de valor são depositadas ao longo do tempo e das relações fenomenológicas das alterações afetivas do espaço.

Apesar do consenso na literatura<sup>5</sup> sobre a necessidade de aplicabilidade das teorias de restauração nessas edificações, faz-se necessário comprovar se as intervenções são conduzidas por projetos tradicionais de restauração, objetivo desta pesquisa, que irá utilizar, principalmente, fontes primárias, tais como os a documentação arquivada dos processos de restauração conduzidos pelos órgãos de preservação e alguns estudos desenvolvidos no mesmo campo.

O debate em torno das construções das teorias de restauração caminha para demonstrar a evolução das bases teóricas que culminaram no chamado *restauro crítico*, que segundo Carvalho (2006), “pregava a impossibilidade de se atuar em restauração com regras pré-fixadas e enquadradas em categorias pré-definidas”, quando a matéria e outras instâncias do objeto passaram a ter importância maior nos atos de intervenção. Dentre as diversas contribuições, destacam-se as teorias de Cesare Brandi (1906-1988), que serviram de base

---

<sup>5</sup> O tema é tratado em vários estudos de Simona Salvo e Beatriz Kühl, dentre eles Salvo (2006a, 2006b, 2008) e Kühl (2006).

para a elaboração da Carta de Veneza em 1964, além da contribuição de Renato Bonelli (1911-2004) e Roberto Pane (1897-1987) e os estudos de Jukka Jokilehto sobre a História da Conservação em Arquitetura.

Neste sentido, a hipótese do trabalho é verificar se as intervenções nos edifícios verticais representantes da arquitetura moderna no Brasil passam por um *restauro crítico*. É pertinente, entretanto, questionar a aplicabilidade do *restauro crítico* em contextos diversificados, principalmente no caso do Brasil, país cuja agenda governamental não inclui a restauração do patrimônio cultural como uma das prioridades, tendo em vista os demais problemas sociais existentes, além da dificuldade associada à contratação de projetos de restauração e de todos os problemas inerentes ao processo, sobre os quais discorreremos adiante.

As premissas para o desenvolvimento da hipótese serão elaboradas com base em dois temas pertinentes no campo da restauração da arquitetura moderna. A primeira delas diz respeito à tutela dos órgãos de preservação, pois, apesar de alguns bens terem nascidos protegidos no Brasil, tal como a Igreja São Francisco de Assis em Belo Horizonte,<sup>6</sup> houve um período sem ações significativas voltadas para a valorização e proteção do patrimônio edificado moderno, que contribuiu para a perda ou descaracterização de edificações do acervo brasileiro. Este período inicia-se com a saída do arquiteto e urbanista Lucio Costa (1902-1998) da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) do IPHAN, em 1972, quando se aposentou (CAVALCANTI, 2006, p. 120), e parece prolongar-se até a entrada do século XXI, quando a instituição forma o “Grupo de Trabalho Acautelamento da Arquitetura Moderna.”

A falta de políticas de tombamento e do entendimento de que o a arquitetura racionalista também é patrimônio é, portanto, indiciária do engessamento do Estado, bem como da descaracterização progressiva de edifícios modernos e contemporâneos brasileiros após a década de 1970. Coincidentemente, parece vincular-se à inércia do governo em questões de preservação no período da ditadura militar e à demora da democracia em ativar suas instituições públicas. Este estudo fará uma relação das ações de tombamento dos bens

---

<sup>6</sup> Inscrita no Livro de Tombo das Belas Artes do IPHAN em 01/12/1947 (Nº inscr.: 312 ;Vol. 1 ;F. 065); quatro anos após a sua construção.

representantes da arquitetura moderna desde a criação do IPHAN até o momento atual, com o objetivo de traçar um gráfico demonstrativo das tutelas efetivadas.

Cabe observar que a lacuna em relação às discussões e à proteção do patrimônio moderno no Brasil foi interrompida por ações importantes, que passaram a contribuir com o tema, tais como a criação, em 1992, do núcleo brasileiro do DOCOMOMO (*Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighborhoods of the Modern Movement*)<sup>7</sup>. Recentemente, cabe ressaltar a iniciativa do IPHAN em reconhecer outras obras representantes do movimento pela criação do “Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos”, cujo objetivo é identificar o seu valor como patrimônio arquitetônico e nortear as ações de proteção e salvaguarda dos bens. Conforme relatado, o DEPAM, órgão vinculado ao IPHAN, criou em julho de 2008 o “Grupo de Trabalho Acautelamento da Arquitetura Moderna” com o objetivo de propor a todas as superintendências do IPHAN a realização de um levantamento preliminar dos bens em todos os estados, produzindo, deste modo, uma listagem do acervo da arquitetura moderna brasileira (OLIVEIRA, 2011, p. 3). No ano de 2009, a Superintendência do IPHAN de São Paulo publicou edital<sup>8</sup> para contratação por meio de processo licitatório desses trabalhos, porém foram poucas as superintendências que deram continuidade às ações planejadas.

Num contexto em que a ação de restauração é proposta por meio do reconhecimento legal da obra como patrimônio, a falta deste reconhecimento implica a destruição iminente das edificações: enquanto o processo de inventário não termina e as ações de proteção não são efetivadas, muitas edificações estão envelhecendo e sendo alvo de intervenções sem critério e orientação dos órgãos de preservação. Soma-se a estes pontos a fragilidade e a vulnerabilidade inerente aos materiais e aos aspectos construtivos empregados nestas edificações durante certo período, visto que pela novidade

---

<sup>7</sup>Organização não governamental assessora do *World Heritage Center* da Unesco, com representação em mais de quarenta países e sede em Barcelona, cujos objetivos são a documentação e a preservação das criações do Movimento Moderno na arquitetura e urbanismo.

<sup>8</sup> Edital Tomada de Preço nº 05/2009, Processo nº 01506.000481/2009-7.

do mercado de produção em série, materiais, estruturas e elementos integrados eram utilizados como experimentação técnica. Há de se apontar as adaptações que as obras passam para adequar-se a novas tecnologias, usos e funções, resultando muitas vezes em alterações sem critério.

Outro fator que possibilitou ampliar o debate sobre a preservação da arquitetura moderna foi a implementação de cursos e de discussões voltados para o tema. Além da produção dos seminários do DOCOMOMO Brasil, iniciativa exemplar foi a criação, em 2009, do I Curso Latino Americano sobre a Conservação da Arquitetura Moderna (MARC-AL), promovido pelo CECI (Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada), sediado em Recife, Pernambuco, com o objetivo de capacitar arquitetos, engenheiros e construtores para lidar com a conservação desse tipo de patrimônio construído.<sup>9</sup>

O MP-CECRE (Mestrado Profissional em Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos),<sup>10</sup> vinculado à Universidade Federal da Bahia, atua desde 1978 na formação em restauração arquitetônica. A despeito de não direcionar o tipo arquitetônico a ser trabalhado, os projetos desenvolvidos pelos discentes abrangem também bens de arquitetura racionalista. Todos os trabalhos desenvolvidos ao longo de suas edições constituem o acervo de documentação da Instituição, que fica à disposição de pesquisadores ou interessados. Dentre os projetos do banco de dados estão obras exemplares da arquitetura moderna em São Paulo e em Salvador. Vale mencionar que desde 1990 o CECRE foi reconhecido pela UNESCO como um dos mais importantes programas mundiais para a capacitação na área de preservação.

Apesar dessas iniciativas, ao avaliarmos os cursos de graduação em arquitetura no Brasil, o ensino relacionado à restauração ainda pode ser considerado deficitário. Conteúdos relacionados à preservação foram introduzidos no currículo mínimo dos cursos de graduação apenas em 1996

---

<sup>9</sup> Sobre este assunto, ver Moreira e Amorim, 2011.

<sup>10</sup> O CECRE foi criado na década de 1970 como curso de especialização, formando ao longo de suas edições uma gama de profissionais capacitados para atuar área de conservação e restauração no Brasil e no exterior. Em outubro de 2009 foi reconhecido pela CAPES como Mestrado Profissional (MP-CECRE). Fonte: <http://www.cecre.ufba.br/index.htm>.

(FARAH, 2008, p.33), porém ainda seguem voltados para os bens da arquitetura pré-moderna. Elementos construtivos da arquitetura colonial e barroca foram estudados sistematicamente de forma a contribuir para a prática do restauro e também para outras matérias. Vale ressaltar em Minas Gerais a atuação do professor Sylvio de Vasconcelos neste campo, como docente da Universidade Federal de Minas Gerais e como membro atuante nos órgãos de preservação. Uma exceção desta tendência foi verificada no Curso de Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Brasília (UNB), que ofereceu a partir do segundo semestre letivo de 2002 a disciplina Projeto de Arquitetura e Urbanismo VIII, cuja ementa incluiu as teorias de preservação com enfoque para o patrimônio arquitetônico moderno, particularmente da cidade de Brasília. (SCHLEE, FERREIRA e MEDEIROS, 2007).

A segunda premissa se desenvolve no campo da documentação dos órgãos de preservação. Para avaliar qualquer projeto de restauração de edificações protegidas ou inseridas em áreas de tombamento é necessário ter acesso ao processo sobre o bem que sofreu a intervenção, que deve ser arquivado pelo órgão que conduziu a reforma, conforme as orientações de Camillo Boito desde finais do século XIX. Iremos avaliar, portanto, como é feito o acesso a essa documentação e, mais importante, como esse processo é constituído e se permite a avaliações com as quais se pretende construir com o presente trabalho.

Diante de tais questões, esta pesquisa será estruturada em quatro capítulos, considerando o percurso e a sistematização dos estudos efetuados. No primeiro capítulo discorreremos sobre a produção dos edifícios verticais com linguagem racionalista na área central do Rio de Janeiro no período determinado, ou seja, de 1930 a 1960, e sobre a constituição do cenário urbano a partir da revisão das legislações urbanísticas que abriram o caminho para a construção desses edifícios. Este capítulo será finalizado com um breve relato sobre alterações mais recentes deste cenário.

O segundo capítulo será reservado para a construção da base conceitual de apoio à nossa pesquisa. Para tanto, relataremos, de forma breve, as teorias sobre o restauro crítico discutidas a partir da segunda metade do século XX,

sem dispensar o valor das contribuições anteriores. As reflexões de Cesare Brandi são oportunas para o tema em debate em função da atualidade de suas proposições. Parece inapropriado apontar os principais teóricos da restauração de arquitetura moderna e contemporânea visto que o debate ainda está em construção, além do que o tema caminha para tratar as intervenções nos edifícios de arquitetura recente como o *restauro crítico*, baseado nas teorias construídas ao longo dos séculos. Todavia é importante basear-se nas publicações resultantes de encontros específicos sobre o tema, como aquelas produzidas pelo DOCOMOMO e pelo *English Heritage*, que contêm contribuições relevantes para este trabalho. Como o tema aborda edifícios verticais, que de acordo com Dempsey (2003, p.23), trata-se de “uma realização tipicamente moderna e americana”, vale mencionar os estudos sobre a produção norte-americana, especificamente aqueles sobre a Escola de Chicago, onde as intervenções nestes tipos de edificações podem ter sido preliminares no campo de estudo.

No capítulo seguinte, produziremos o levantamento das ações de proteção da arquitetura moderna no Brasil na esfera federal, de forma a relacionar os períodos diferenciados de ações protecionistas e embasar a primeira premissa proposta. Uma vez que os estudos de casos se referem a edificações presentes na cidade do Rio de Janeiro, faz-se imprescindível relacionar as ações de proteção no contexto estadual e municipal. No final do capítulo elencaremos, a partir de dados já existentes e de pesquisas em campo, os edifícios verticais tutelados e aqueles passíveis de proteção que, por algum motivo, ainda não foram protegidos.

Por fim, o último capítulo apresentará os estudos de caso definidos para a tentativa de responder a hipótese proposta, ou seja, se as intervenções realizadas nas edificações verticais modernas levam em conta o restauro crítico. A definição dos objetos baseou-se no pioneirismo e na representatividade dos edifícios para a arquitetura moderna brasileira e na suposta existência de processos de restauração conduzidos pelos órgãos de preservação. Diante desses critérios, serão estudados o edifício Palácio Gustavo Capanema (antiga sede do Ministério de Educação e Saúde) e o edifício sede da A.B.I. (Associação Brasileira de Imprensa).

## 1. A PRODUÇÃO DAS EDIFICAÇÕES VERTICAIS NA ÁREA CENTRAL DO RIO DE JANEIRO NO PERÍODO DE 1930 A 1960

O período de mais intensa produção da arquitetura moderna brasileira coincide com a ascensão de Getúlio Vargas (1882-1954) ao poder, em 1930, até o golpe militar em 1964. A associação de políticos que pretendiam apagar da cena brasileira os resquícios do período colonial/imperial com um grupo de arquitetos influenciados pelos ideais de modernidade corbusianos propiciaram a produção de uma arquitetura moderna de linguagem própria e reinterpretativa, diferenciada da produção de outros países.

Por arquitetura moderna compreende-se o movimento internacional de criação arquitetônica pautada pela rejeição dos estilos históricos, acadêmicos e ecléticos. Movimentos e atores distintos, como a Bauhaus na Alemanha; Le Corbusier (1887-1965) na França; Frank Lloyd Wright (1867-1959) nos Estados Unidos e Oscar Niemeyer (1907-2012) no Brasil; encontraram nos CIAM<sup>12</sup> (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) um elemento de convergência em direção a uma nova linguagem, forma, tecnologia, função na criação arquitetônica, produzindo um ideário pautado por pontos em comum. Apesar da arquitetura brasileira produzir um vocabulário autônomo, sua aderência ao Estilo Internacional não pode ser desconsiderada, principalmente pela influência de Le Corbusier.

Nesse contexto, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, era ideal para implementar as aspirações populistas de modernizar as estruturas administrativas e incentivar os serviços sociais do estado, resultando na construção de uma quantidade significativa de edifícios modernos. O desejo de criar o novo homem brasileiro parecia combinar mais com os ideais modernos do que com o academicismo vigente, que foi, desse modo, substituído paulatinamente em função de uma série de acontecimentos que destacaram a arquitetura moderna.

---

<sup>12</sup> Iniciados em 1928 na Suíça, os CIAM foram responsáveis pela definição daquilo que costuma ser chamado *International Style*. Introduziram e ajudaram a difundir uma arquitetura considerada limpa, sintética, funcional e racional. Os CIAM consideravam a arquitetura e o urbanismo como um potencial instrumento político e econômico, o qual deveria ser usado pelo poder público como forma de promover o progresso social. Fonte: <http://archtoday.tumblr.com/> - acesso em set. 2014.

Arquitetura nova para o Estado Novo como forma de apagar a República Velha era o *slogan* perfeito. A despeito disso, a literatura elegeu uma sequência de acontecimentos que marcaram esta substituição, tais como as visitas de Le Corbusier ao Brasil,<sup>13</sup> a atuação de Gregori Warchavchik (1896-1972),<sup>14</sup> o concurso para a Sede do MES (Ministério de Educação e Saúde) em 1935; o Pavilhão do Brasil na Exposição Mundial de Nova York em 1939; o Salão de 31 organizado por Lucio Costa; a exposição sobre a arquitetura moderna brasileira no MoMA em Nova York, acompanhada pelo livro *Brazil Builds*,<sup>15</sup> em meados da década de 1940, dentre outros não menos significativos.

Um dos fatos marcantes relacionados ao período foi a saída do arquiteto Lucio Costa da Escola de Belas Artes em outubro de 1931,<sup>16</sup> como resultado de uma mobilização de professores considerados neocoloniais, que insistiam com a manutenção dos estilos acadêmicos. Lucio Costa, apesar do interesse pelo neocolonial por algum período, passou a representar a recusa desses estilos e o alinhamento com os movimentos internacionais divulgados pelo CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna).

Desse modo, no Rio de Janeiro, ainda eram erigidos prédios públicos pautados pelos estilos históricos entre as décadas de 1930 e 1950, já que a Faculdade Nacional de Arquitetura, criada a partir da Escola de Belas Artes, conforme relata Czajkowsk (2000, p. 7) “passou a funcionar com uma espécie de baluarte do movimento conservador até os anos 1950.” Tal contexto explica a miscelânea de linguagens arquitetônicas na área central do Rio de Janeiro, que confunde, de certa forma, a leitura histórica e urbana do espaço construído. O neocolonial e o ecletismo persistiam com a produção de diversas edificações

---

<sup>13</sup> A primeira em dezembro de 1929, organizada por Paulo Prado e Warchavchik (BRUAND, 2008, p. 72) e a segunda em 1936 a convite do Ministro Gustavo Capanema.

<sup>14</sup> Bruand (2008, p.63) destaca o pioneirismo de Gregori Warchavchik em São Paulo, tanto em relação aos argumentos lançados no manifesto de 1925 (Semana de Arte Moderna), quanto em relação à arquitetura produzida, tais como a primeira casa modernista da Rua Santa Cruz (1927-1928), que serviu de sua residência, a casa de Max Graf na Rua Melo Alves(1928-1929), a casa João de Souza Lima (1929), a casa Dr. Cândido da Silva (?), a casa Luis da Silva Prado (1930-1931) e casa da Rua Itápolis (1929-930).

<sup>15</sup> GOODWIN, Philip L. *Brazil Builds: Architecture New and Old 1652-1924*. New York: The Museum of Modern Art, 1943.

<sup>16</sup> O Ministro Francisco Campos, recém-empossado no novo Ministério da Educação, foi convencido por seu chefe de gabinete Rodrigo Mello Franco de Andrade a nomear Lucio Costa como diretor da Escola de Belas Artes, o que veio a acontecer em 8 de dezembro de 1930. Sobre este assunto ver Bruand (2008).

ainda baseadas na arquitetura clássica ou acadêmica, tais como o Ministério da Fazenda, construído em 1943, de autoria do arquiteto Luiz Eduardo Frias de Moura, o Ministério do Trabalho, de 1938, do arquiteto Mário dos Santos Maia e o Ministério do Exército, de 1935, do arquiteto Cristiano Stockler das Neves (1889-1982). Porém essa persistência não foi suficiente para impedir o crescimento da nova linguagem arquitetônica, marcada por volumes puros suavizados por pilotis; fachadas envidraçadas; tramas de *brise soleil*,<sup>17</sup> terraços jardim e painéis de azulejos.

Um pouco antes desses acontecimentos, na cena internacional, a Escola de Chicago (1875-1910) progredia, inaugurando a supremacia dos edifícios altos, seu principal legado duradouro (DEMPSEY, 2003). Os responsáveis foram um grupo de arquitetos e engenheiros atuantes na cidade de Chicago, tais como Louis Sullivan (1856-1924), Dankmar Adler (1844-1900), Willian Le Baron Jenney (1832-1907), Daniel H. Burnham (1846-1912), dentre outros. Jenney produziu em 1883 o primeiro edifício do mundo sustentado por estrutura de ferro e aço<sup>18</sup> camuflada pelas alvenarias, o *Home Insurance*, (FIGURA 1), demolido em 1931 (DEMPSEY, 2003).

De autoria de Sullivan e Adler é o edifício *Guaranty*, construído em 1890 (FIGURAS 2 e 3) em Buffalo, Nova York: “a verticalidade do esqueleto de aço é enfatizada pela organização do edifício como uma coluna, com suas três seções: base, fuste e capitel” (DEMPSEY, 2003, p. 24). Neste período de produção latente de arranha-céus em Chicago, a ornamentação era ainda utilizada, principalmente por Sullivan, porém de maneira menos enfática. De qualquer forma, a construção deste tipo arquitetônico essencialmente moderno somente foi possível graças às novas técnicas - incluindo a invenção do elevador por Elisha Graves Otis em 1853 -, e aos novos materiais e equipamentos construtivos. Sua produção alterou as paisagens de algumas

---

<sup>17</sup> “O brise-soleil é um entre vários tipos de dispositivos de proteção solar. É um elemento construtivo constituído por lâminas geralmente paralelas, externas à edificação. Pode ser classificado pela sua tipologia (horizontal, vertical ou combinado), pela mobilidade (móveis ou fixos), e pela sua expressão arquitetônica. A função primordial desses elementos é impedir que a incidência da radiação solar direta atinja as superfícies verticais da edificação, principalmente as transparentes ou translúcidas, interceptando os raios solares.” (GUTIERREZ e LABAKI, 2005, p.875).

<sup>18</sup> Estruturas de ferro forjado também eram utilizadas, porém as de ferro e aço eram mais resistentes ao calor. (DEMPSEY, 2003, p. 23)

idades no final do século XIX, não somente em relação à volumetria, mas também no que diz respeito à plástica. A estrutura em ferro e aço permitia a construção de edificações menos compactas, além de possibilitar uma construção mais rápida e limpa, propósito almejado tendo em vista o desejo de recuperar Chicago após o Grande Incêndio de 1871.

Após 1900, o tipo arquitetônico foi tomando, sucessivamente, várias tipologias, até chegar na torre futurista espelhada dos tempos atuais, protagonista da corrida das metrópoles rumo aos céus (ARANTES, 2011). Não restam dúvidas, portanto, que a terra natal do arranha-céu é os Estados Unidos da América.<sup>19</sup>

Figura 1 - Home Insurance Building (1883-5)/Chicago/Willian Le Baron Jenney.



Fonte: [http://en.wikipedia.org/wiki/Home\\_Insurance\\_Building](http://en.wikipedia.org/wiki/Home_Insurance_Building) - acesso em 24 mar. 2013.

---

<sup>19</sup> Otília Arantes informa que no período de 1890 e 1908 foram construídos em Nova York 306 arranha-céus (ARANTES, 2011, p.40).

Figuras 2 e 3 - Guaranty Building (1894-95)/NY/ Sullivan e Adler.



Fonte: <http://archslidetest.blogspot.com.br/2011/01/guaranty-building.html> - acesso em 30 set. 2013.

Um pouco mais tarde, predominou na arquitetura ocidental o Estilo Internacional ou Modernismo Internacional, já mencionado, cujo período iniciou-se nos anos 1920 e prevaleceu até 1950 (DEMPSEY, 2003, p.142). Caracterizado por consolidar diversas influências de movimentos na Europa e nos Estados Unidos, tais como a Escola de Chicago, *Prairie School*<sup>20</sup> e *Arts and Crafts*,<sup>21</sup> o movimento teve como momento fundamental a exposição *Arquitetura Moderna* realizada em 1932 no MoMA (*Museum of Modern Art*) em Nova York, firmando-se nos Estados Unidos, conforme atesta Dempsey (2003, p.144) “em parte devido ao êxodo dos arquitetos de vanguarda da Europa.” Foi neste evento que o movimento foi nomeado por Philip Johnson (1906-2005) e

<sup>20</sup> Movimento arquitetônico essencialmente residencial que começou em Chicago nos fins do século XIX, cujos protagonistas foram os arquitetos Frank Lloyd Wright e Louis Sullivan, que defendiam a criação de uma nova arquitetura adequada para o meio-oeste americano e independente de estilos históricos, integrada com a natureza e marcada por linhas horizontais (<http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/pages/63.html>)

<sup>21</sup> Movimento originado na Inglaterra na segunda metade do século XIX, que reafirmava a importância do artesanato em todas as artes diante da explosão da industrialização e defendia a arte para todos. Na arquitetura, defendia os estilos vernaculares e respeito aos materiais locais (DEMPSEY, 2003).

Henry-Russel Hitchcock (1903-1987) com o lançamento do livro *The International Style: Architecture since 1922* (DEMPSEY, 2003).

A ausência de ornamentação, as formas retilíneas e simples, a utilização de novos materiais e tecnologias adequados à vida moderna identificavam o movimento. Walter Gropius (1883-1969), Le Corbusier e Ludwig Mies van der Rohe (1886-1969) destacavam-se como os principais protagonistas. Ambos trabalharam com o arquiteto alemão Peter Behrens (1869-1940) que se interessava pela coesão entre a indústria e as artes.

No contexto, Le Corbusier publica em 1923 os “Cinco pontos para uma nova arquitetura” e, em 1926, “Por uma arquitetura”, obras que influenciam substancialmente o movimento moderno. Em 1928, o arquiteto contribui com o primeiro CIAM, estabelecendo políticas para a nova arquitetura e divulgando a linguagem.

Mies van der Rohe, segundo Dempsey (2003, p. 144) “adaptou, regularizou e reduziu o Estilo Internacional, tornando-o distinto, requintado e geométrico [...] ao substituir os espaço entrelaçados e a assimetria das primeiras manifestações modernistas europeias por uma simetria ousada e monumental,” introduzindo a caixa de vidro emoldurada com metal apoiada numa base (conhecida como fórmula miesiana) para uso residencial, que foi logo adaptada para edifícios verticais, como foi o caso dos edifícios de apartamento em *Lake Shore Drive* (FIGURA 4), em Chicago, e o edifício *Seagram* (FIGURA 5), em Nova York. Essa fórmula foi logo disseminada por outros arquitetos nos Estados Unidos e, posteriormente, mundo afora, tais como o *Edifício Pirelli* (FIGURA 6) em Milão, de 1956, projetado por Gio Ponti (1891-1979) e Pier Luigi Nervi (1891-1979).

Figura 4 - Edifícios de Apartamento Lake Shore Drive (1948)/Chicago, Illinois/Mies van der Rohe.



Fonte - [http://www.greatbuildings.com/cgi-bin/gbi.cgi/Lake\\_Shore\\_Drive\\_Apts.html/cid\\_lake\\_shore\\_001.gbi](http://www.greatbuildings.com/cgi-bin/gbi.cgi/Lake_Shore_Drive_Apts.html/cid_lake_shore_001.gbi) - acesso em 06 jun. 2013

Figura 5 - Seagram building (1958)/Nova York/Mies van der Rohe e Philip Johnson.



Fonte - <http://thecharnelhouse.org/tag/seagram> - acesso em 23 jan. 2014

Figura 6 - Edifício Pirelli(1956)/Milão/Gio Ponti e Pier Luigi Nervi.



Fonte - <http://www.lombardiabeniculturali.it/architetture/schede/3m080-00036-> acesso em 23 jan. 2014

Todos esses movimentos contribuíram com o estabelecimento da base para a construção dos edifícios verticais modernos no Brasil, a despeito do arquiteto brasileiro optar pela estrutura em concreto armado, cuja utilização foi incentivada, inclusive, por legislações municipais como aconteceu na cidade do Rio de Janeiro.<sup>22</sup> Desse modo, os edifícios verticais, edifícios em altura ou arranha-céus - de acordo com as diversas denominações para este tipo arquitetônico - construídos nesse período no contexto de crescimento urbano da capital brasileira, podem ser vistos como elementos representativos do Estilo Internacional, dos fundamentos do CIAM e do alinhamento da criação arquitetônica brasileira à modernidade.

Para Corona e Lemos (1972, p.55), o arranha-céu significa simplesmente edifício de muitos pavimentos; Pevsner (1977, p.218) denomina o arranha-céu pela distinção dos que o cercam, por sua altura, “para dar a impressão de que

---

<sup>22</sup> O Decreto municipal nº 2.087, de 19 de janeiro de 1925, continha dispositivo que versava sobre a “criação de condições para o emprego do concreto armado” (CADERMAN, 2004, p.42).

figa o céu.” Já Carvalho (2006, p.247) define o arranha-céu como:

uma construção que se distingue pela sua verticalidade, pelas suas soluções tecnológicas e estéticas, e sua evolução pode ser identificada a partir das transformações de sua imagem, desde a rígida separação em três partes compositivas: o embasamento; o corpo; e o coroamento, de matriz classicizante, até a fachada totalmente envidraçada, desvinculada do espaço interno.

A definição de Carvalho abrange todas as definições anteriores e distingue o termo em função das suas soluções tecnológicas e estéticas, sugerindo não haver diferença entre as denominações.

Mas quantos seriam os muitos pavimentos propostos por Corona e Lemos? Considerando que temos atualmente edifícios com mais de cem andares, certamente edifícios com três pavimentos não podem ser considerados arranha-céus. Diante do exposto e em função da terminologia arranha-céu sugerir edifícios bem mais altos, que dão a impressão de “fiscar o céu”, optamos neste trabalho em utilizar a denominação edifício vertical, que neste caso serão as edificações com mais de três pavimentos.

Segundo Guimaraens (2002, p.33), a arquitetura vertical ou a torre eram encontradas antes mesmo da origem das cidades modernas, como forma de simbolizar o poder civil ou militar. Palácios, catedrais, pirâmides e zigurates se impunham no cenário, identificando a força do proprietário. Na Itália do século XV, aparecem, segundo a mesma autora (2002, p.39) os “protótipos de modernos edifícios multifuncionais”, tais como o *Palácio de Uffizi* projetado em 1560 em Florença por Giorgi Vasari (1511-1574).

As construções mais representativas e mais altas a partir do século XV eram sedes do poder institucional, até serem construídas as casas de *boulevard*, com oito pisos acessados por escada.<sup>23</sup> No final do século XIX e meados do século XX, com a crescente urbanização decorrente da industrialização, o tipo arquitetônico ganhou a função de abrigar os comércios e serviços em áreas centrais das grandes cidades, sendo paulatinamente erguidos em bairros para fins residenciais, dando novos ares ao ambiente urbano. O desenvolvimento econômico e tecnológico foram os fatores primordiais que impulsionaram a

---

<sup>23</sup> Guimaraens (2002, p. 39) faz referência a estas casas sem citar fonte.

verticalização das cidades, sendo a invenção do elevador o item indispensável neste contexto. Aperfeiçoado a partir de um dispositivo patenteado em 1853 por Elisha Graves Otis (1811-1861), o elevador permitiu o transporte para as alturas.<sup>24</sup>

Como visto, este tipo arquitetônico sempre simbolizou o poder de alguma forma. Para Willis (1995) o arranha-céu é símbolo do capitalismo industrial (apud GUIMARAENS, 2002. p. 34),<sup>25</sup> e na atualidade o que está em jogo é a potencialidade econômica dos países, com a disputa de quem possui o maior arranha-céu do planeta. No topo do *ranking* está a *Torre Burj Khalifa*, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, com oitocentos e vinte e oito metros de altura.<sup>26</sup>

De fato, o poder sempre esteve presente nas relações humanas. Na atualidade, “a ambição pela magnitude”, utilizando as palavras de Otília Arantes (2011, p.44), estrangula a cidade e o habitante. A especulação imobiliária cresce e cada espaço é disputado em valores. O arranha-céu, símbolo do poder econômico, cada dia mais aproxima-se do céu, que é o limite (ARANTES, 2011, p. 34) e estrangula a terra. Deus parece mesmo ser alcançável. E o Inferno é a cidade.

O termo não importa neste estudo, visto que o conceito da arquitetura vertical adquire um componente simbólico, semântico e estético, numa época em que o espaço urbano importava, e era integralizado com a arquitetura. O ser humano fluía, à pé ou motorizado, sentia a cidade. O que se produz hoje em termos de arranha-céus? Caixas envidraçadas que refletem outras caixas envidraçadas, criando um labirinto urbano, aonde ninguém sabe para aonde ir? Caixas envidraçadas com estruturas cada vez mais resistentes contra o calor excessivo, frio excessivo, violência? Será que algum dia esses edifícios serão sujeitos a alguma restauração arquitetônica por terem sido reconhecidos como bens a serem preservados para as gerações futuras? Se a arquitetura que parece importar é a do momento, como símbolo do poder econômico

---

<sup>24</sup> Sobre a evolução do elevador, ver Alvim e Raposo (2013).

<sup>25</sup> Guimaraens (2002) apresenta um capítulo intitulado *Edifício Alto: o que é?*, onde faz comentários de diversos estudos sobre o arranha-céu, dentre eles o de Carol Willis, intitulado, *Form Follows finance: skyscrapers and Skylines in New York and Chicago*. Nova York: Princeton Architectural Press, 1995.

<sup>26</sup> <http://www.emporis.com/statistics/worlds-tallest-buildings> - acesso em 14 jun. 2014.

vigente, então o que será preservado no nosso futuro em relação a bens arquitetônicos se não haverá matéria a ser preservada, já que ela tem que ser constantemente renovada para sempre representar o poder? Preservação, no futuro, estará apenas vinculada ao imaterial, ao modo de fazer, à tecnologia ou à autoria?

Não é sobre estes edifícios que pretendemos discorrer, mas inevitavelmente eles decorrem dos primeiros edifícios altos construídos em Chicago, que também representavam o poder de alguma forma, precisamente do setor empresarial. O problema em questão é a preservação da memória de uma arquitetura vertical recente, testemunho de uma opção política de modernidade no início do século XX e de uma criação arquitetônica convertida em patrimônio edificado.

O edifício *Sede da A.B.I.* e o *Palácio Gustavo Capanema*, nossos estudos de caso, são exemplares da integração com o espaço urbano e ao mesmo tempo representam o novo modo de construir, com as novas tecnologias, com os novos modos de pensar a arquitetura, a poesia, a arte e, também, o poder de uma época. Portanto não são arranha-céus na concepção atual, mas foram no seu tempo, como símbolo do poder do Estado.

### **1.1. O contexto político e urbano da produção de edificações verticais modernas na área central do Rio de Janeiro**

Por meio da história política e urbana na cidade do Rio de Janeiro é possível traçar um perfil do processo de verticalização da região central da cidade. O início do seu desenvolvimento urbano remonta à ocupação do Morro do Castelo, anteriormente denominado Morro do Descanso, com a transferência para este local, em 1567, da estrutura administrativa e militar colonial do núcleo inicial instalado no Morro Cara de Cão.

As edificações inicialmente eram de arquitetura colonial simplista e se diversificaram somente após a chegada da corte, em 1808, e da Missão Francesa, em 1816. Os sobrados surgem com a edição de um Código de Postura em 1838 e, já no final do século XIX, a região é diversificada, com cortiços, núcleos proletários e edificações requintadas com influências francesas e inglesas, tais como as encontradas atualmente na Rua do Ouvidor.

A região passou por diversas transformações urbanísticas que se iniciaram com o arrasamento do Morro do Senado, em 1891, e seguiram com outras, como a abertura das grandes avenidas, que alteraram drasticamente a configuração do núcleo original, com a demolição de centenas de casas. Das novas edificações construídas ao longo das avenidas poucas restaram em função da verticalização crescente no início do século XX, com a introdução da tecnologia do concreto armado e do elevador no mercado brasileiro.

O pano de fundo para estas construções foi moldado, paulatinamente, ao longo das administrações que contribuíram para a reestruturação da área urbana central do Rio de Janeiro. Em um período de pouco mais de 100 anos, a cidade - que foi capital do Vice-Reino (1763-1808), do Império (1808-1889) e da República (1889-1969) - teve a sua população aumentada,<sup>27</sup> tornando-se mais complexa, necessitando, portanto, de legislações urbanísticas que lhe garantisse mais funcionalidade. Inicialmente contida entre os morros do

---

<sup>27</sup> Em 1890 a população da capital era de 522.651 habitantes, praticamente o dobro de vinte anos antes. Em 1920 a população já atingia 1.157.873 habitantes. (MOTTA, 2004, p.20).

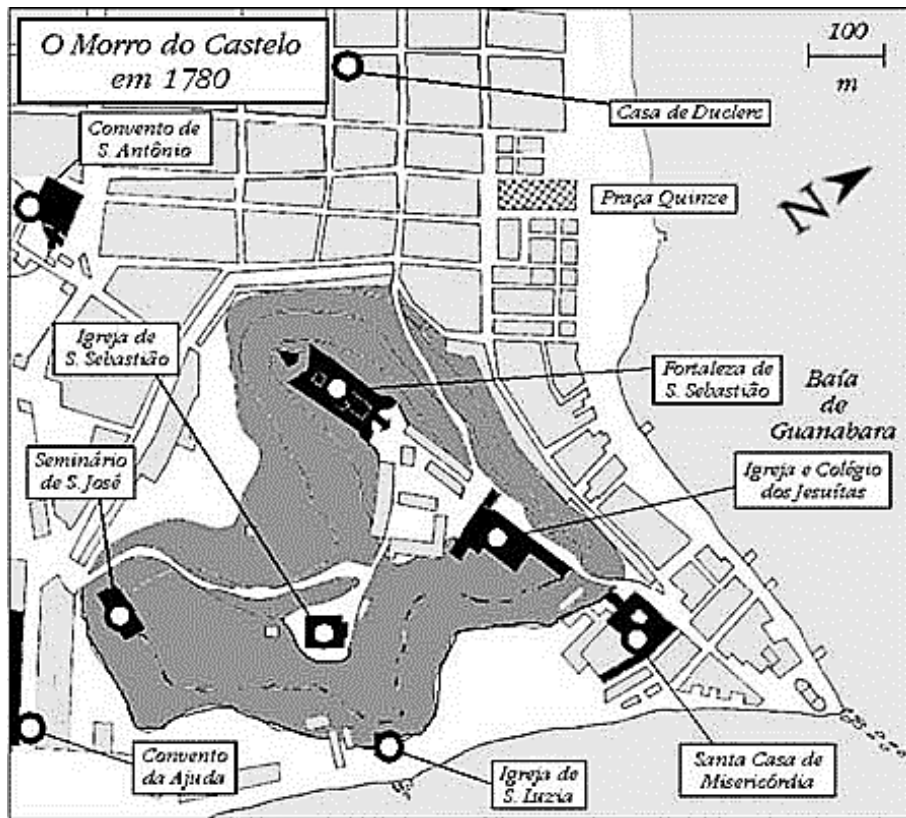
Castelo, São Bento, Conceição e Santo Antônio, a cidade se expandiu para outras direções, cujas áreas foram posteriormente reguladas.

O Plano de Embelezamento e Saneamento da Cidade, promovido pelo Prefeito Francisco Pereira Passos (1836-1913) em sua administração compreendida entre 1902 e 1906, reformulou o antigo plano elaborado pela Comissão de Melhoramentos de 1875 e complementou aquelas conduzidas pelo Governo Federal, tais como a construção da área portuária, a conclusão do canal do Mangue, o arrasamento do Morro do Senado e a abertura de grandes avenidas. Inspirado no prefeito parisiense Haussmann (1809-1891), Pereira Passos alarga e prolonga a Rua do Sacramento na área central da cidade, que passa a denominar Avenida Passos, prevê a abertura de grandes eixos de circulação tais como a Avenida Central, Avenida Beira-Mar e a Avenida Mem de Sá; realiza as obras do Passeio Público, Praça XV, Praça São Salvador, Praça Tiradentes, Largo da Lapa. A transformação radical do centro da cidade foi conhecida como Bota-abaixo de Pereira Passos, conforme indica Caderman (2004, p.37):

[...] foi um processo implacável de derrubada do decadente casario do Centro, de edifícios antigos e de empreendimentos gigantescos, que culminariam com a abertura de avenidas como a Beira-Mar, construída sobre os entulhos do arrasamento parcial do Morro do Castelo e das mais de 700 casas, demolidas para a abertura da Avenida Central [...].

No início da década de 1920, o Prefeito Carlos César de Oliveira Sampaio (1861-1930) decretou o desmonte do Morro do Castelo (FIGURA 07), que aconteceria em etapas, como resultado de seus projetos de saneamento e embelezamento da cidade para a comemoração do primeiro centenário de independência do país, que seria celebrado com uma exposição internacional. A esplanada resultante permitiu a expansão do centro da cidade, com a abertura de grandes avenidas, tais como a Avenida Presidente Wilson.

Figura 7 - Planta esquemática do Morro do Castelo.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com> - acesso em 23 mar. 2014

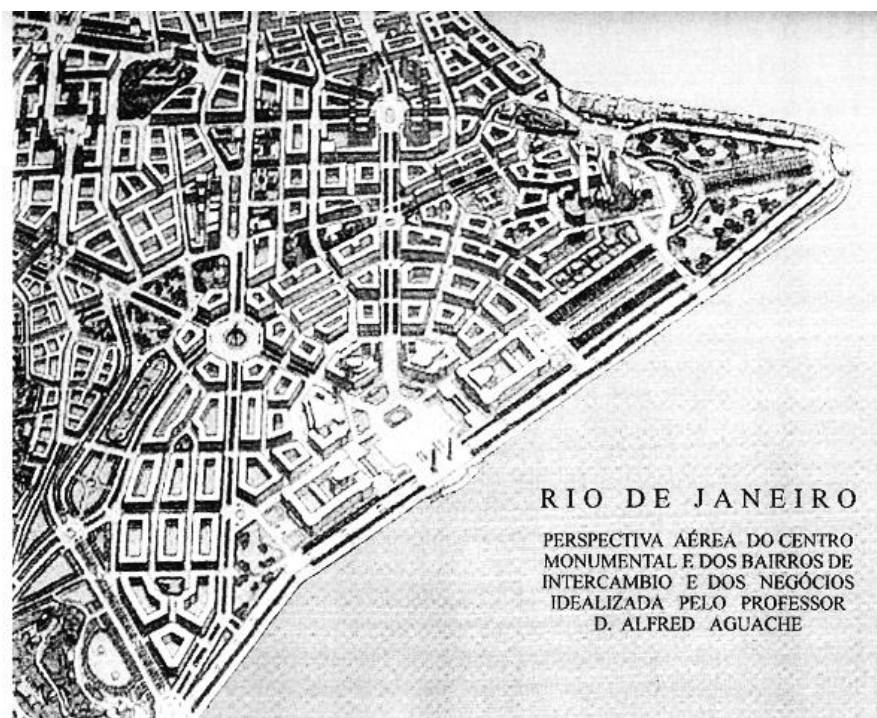
As ações de Sampaio deixaram altas dívidas para a administração de Alair Prata Leme Soares (1882-1964) entre os anos de 1922 a 1926, obrigando-o a adotar medidas de cancelamento de obras imediatas, tais como a sequência do desmonte do Morro do Castelo. O governo de Prata foi responsável pela elaboração do código de obras que previa a chegada da tecnologia do concreto armado, promovendo a arrancada da verticalização do centro da cidade, com prédios acima de seis andares (CADERMAN, 2004, p.42).

Na administração do prefeito Antônio da Silva Prado Júnior (1880-1955), entre 1926 e 1930, o arquiteto parisiense Alfred Hubert Donat Agache (1875-1959) foi convidado para algumas conferências sobre urbanismo no Rio de Janeiro e acabou sendo contratado para a preparação do segundo plano urbanístico da cidade (FIGURA 08). Um dos expoentes da escola de pensamento urbanístico francês, Agache propôs um verdadeiro tratado de urbanismo para o Rio de Janeiro, com considerações ambientais, sociais e jurídicas. Trabalhou a cidade como um organismo vivo e utilizou de metáforas para prevenir as possíveis

doenças deste organismo; sobre isso discorre Berdoulay (2003, p. 127): “desta forma, neste nível metafórico, o espaço público se reduziria a duas das três funções do organismo: a circulação (ruas, avenidas, travessas) e a respiração (os espaços livres, parques, jardins, passeios, campos de esportes etc.).” No que diz respeito à área central da cidade, previa de forma hierárquica sua importância em relação aos bairros, com a concentração dos edifícios mais altos (MOREIRA, 2007, p.8).

As realizações concretas foram, de fato, mínimas, entretanto suas discussões acerca do plano embasaram outras legislações posteriores, tais como o Código de Obras de 1937 que definiu, sobretudo, a atual configuração dos edifícios verticais do centro da cidade. Ainda nesta administração, os planos de arreamento na área do Morro do Castelo e entorno foram aprovados e o material resultante usado para a criação do aterro da Glória, com mais de 350.000 m<sup>2</sup>.

Figura 8 - Plano Agache.



Fonte: <http://urbanidades.arq.br/2008/11/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992/11/urbanismo-e-planejamento-urbano-no-brasil-1875-a-1992> - acesso em 23 jan. 2013

Na Era Vargas, o prefeito Adolfo Bergamini (1886-1945), durante a sua curta administração no período de 1930 a 1931, criou o Plano da Cidade que se

baseava em alguns pontos do Plano Agache. O seu sucessor Pedro Ernesto Rego Baptista (1884-1942) revogou oficialmente o Plano Agache em julho de 1935. O prefeito Olímpio de Melo (1886-1977), que também administrou a cidade por um ano, no período de 1936 a 1937, promulgou o Código de Obras e Legislações Complementares do Distrito Federal, conhecido como Decreto nº 6.000, de 1º de julho de 1937, que manteve-se em vigor por 30 anos, até a aprovação da Lei de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara, em 1967 (CARDEMAN, 2004, p. 50).

Este decreto versava, dentre outros assuntos, sobre zoneamento, loteamento e licenciamento para as construções. Foram criadas cinco grandes zonas que passariam a ser reguladas em função de suas particularidades, a saber: Zonas Comercial, Portuária, Industrial, Residencial e a Agrícola. Em relação à altura das edificações, permitia-se a construção de edifícios com um número de pavimentos maior que o máximo admitido para a zona respectiva, desde que respeitadas algumas condições. Os projetos deveriam passar pela Divisão de Estética e Urbana, conforme informa Cardeman (2004, p.51),

a fim de que fossem examinados do ponto da plástica e da aparência física de cada construção e em conjunto com as construções existentes no logradouro e com os aspectos panorâmicos que pudessem impactar.

A gestão do prefeito Henrique de Toledo Dodsworth (1895-1975), compreendida entre os anos de 1937 e 1945, realizou, dentre outras intervenções urbanísticas, a abertura das Avenidas Brasil, Tijuca e da Av. Presidente Vargas, impondo a criação de galerias para pedestres nos edifícios, limitando a altura das edificações em doze pavimentos nas proximidades da Igreja da Candelária e em vinte e dois pavimentos no restante da via (CADERMAN, 2004, p.52). Foi nesse contexto que o *Palácio Gustavo Capanema* foi erguido com dezesseis andares, com a alteração da legislação especificamente para a sua construção, conforme discorreremos adiante.

O último plano inserido no recorte deste trabalho foi aquele elaborado pelo urbanista grego Constantinos Apóstolos Doxiadis (1913-1975), na década de 1960, quando a cidade do Rio de Janeiro passou a constituir-se o Estado da Guanabara, com a transferência da capital do país para Brasília. Este plano e

seus desdobramentos em decretos também incentivaram, dentre outros aspectos urbanísticos, a verticalização da cidade (FIGURA 09).

Figura 9 - Abertura da Avenida Presidente Vargas.



Fonte: <http://imagemfree.blogspot.com.br/2012/03/avenida-presidente-vargas-rio-de.html>. - acesso em 23 jan. 2013

Diante do histórico apresentado, é possível traçar o perfil vertical que aos poucos foi se delineando no centro da cidade do Rio de Janeiro a partir de 1930. Em meados dessa década, entraram em cena dois edifícios que, de certa forma, definiram os paradigmas da modernidade dos prédios públicos brasileiros, a saber, a *Sede do IPASE* (Instituto de Pensão e Aposentadoria do Estado, construído em 1933 a partir de projeto assinado pelo arquiteto Paulo Antunes Ribeiro (1905-1973) e a *Sede do A.B.I.*, de 1936, dos irmãos Marcelo (1908-1964) e Milton Roberto (1914-1943),<sup>28</sup> que de maneira inovadora utilizaram *brise soleil* em um edifício comercial (FIGURAS 10 e 11).

---

<sup>28</sup> Segundo BRUAND (2008), Os irmãos Marcelo (1908-1964) e Milton Roberto (1914-1943) venceram o concurso para a sede da Associação Brasileira de Imprensa em 1936, portanto antes da concepção do projeto do Palácio Gustavo Capanema. A conclusão da obra também foi anterior, marcando o pioneirismo dos arquitetos. Marcelo e Milton formaram-se pela Escola de Belas Artes em 1930 e 1934 respectivamente. Associados, projetaram diversas edificações importantes para a arquitetura moderna no Rio de Janeiro. Mais tarde o outro irmão, Maurício (1921-1996), juntou-se ao escritório que passou a denominar-se MMM Roberto. Atualmente o escritório está sob a coordenação do filho de Maurício, Márcio Roberto, voltando, portanto, à denominação inicial de M Roberto.

Figura 11 - Fachada do edifício sede da A.B.I.



Fonte: <http://www.abi.org.br> - acesso em 23 set. 2013

Figura 10 - Detalhe dos *brises* do A.B.I.



Fonte: <http://www.abi.org.br> - acesso em 23 set. 2013.

Estas construções marcaram o ponto de partida para o emprego dos novos elementos propostos pelo Estilo Internacional, porém de maneira reinterpretada, o que acabou por tornar-se uma particularidade da receita carioca: estrutura modular de concreto armado com pilotis, planta livre, fachadas com *brise soleil* e terraço jardim (CZAJKOWSKI, 2000, p. 10).

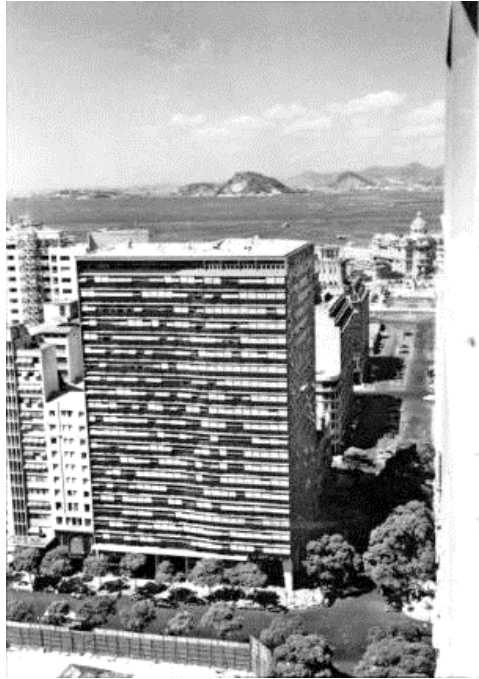
## 1.2. Edifícios verticais modernos e arte aplicada

O perfil vertical do centro do Rio de Janeiro foi, aos poucos, ganhando traços mais salientes, com a construção de novas edificações. Neste contexto, faz-se pertinente levantar as principais obras (e seus autores) que contribuíram para esta composição.

É inegável a representatividade do *Edifício Sede do Ministério da Educação e Saúde*, atual *Palácio Gustavo Capanema*, objeto deste estudo. Construído no período de 1936 a 1943, teve o projeto assinado pelos arquitetos Oscar Niemeyer, Lucio Costa (1902-1998), Afonso Eduardo Reidy (1909-1964), Jorge Machado Moreira (1904-1962), Ernani Mendes de Vasconcelos (1912-1989) e Carlos Azevedo Leão (1906-1983). Preliminarmente, vale ressaltar que na ocasião dos primeiros estudos para o projeto, do qual Le Corbusier participou, sua forma tendia para um monobloco predominantemente horizontal, que foi alterado pelos autores finais, predominando a concepção vertical. A consolidação deste edifício serviu de base para a construção de novos edifícios em altura no centro do Rio de Janeiro, fundamentados nos princípios racionalistas em voga.

Os irmãos Roberto contribuíram de forma considerável para a configuração da cena central da então capital do país, com a execução de inúmeros projetos para edifícios verticais. Dentre eles, além da *Sede do A.B.I.*, já citada, destacam-se o *Edifício Marquês do Herval* (1953), localizado na Avenida Rio Branco, nº 185 (FIGURA 12); o *Edifício Seguradoras* (1949), na Rua Senador Dantas, nº 74, (FIGURAS 13 e 14); o *Edifício sede do Instituto de Resseguros do Brasil* (1941), na Avenida Marechal Câmara, nº 171, (FIGURA 15); o *Edifício Valparaíso*, na Avenida Almirante Barroso, nº 54, (FIGURA 16); e o *Edifício sede da Companhia Souza Cruz* (1962), localizado na Rua Candelária, nº 66, (FIGURAS 17 e 18).

Figura 12 – Edifício Marquês do Herval (1953), Irmãos Roberto.



Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br> - acesso em 23 nov. 2013.

Figura 13 – Edifício Seguradoras (1949), Irmãos Roberto.



Fonte: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/m-roberto-arquitetos-premio-asbea-08-12-2004.html> - acesso em 23 nov. 2013.

Figura 14 – Edifício Seguradoras//pilotis descaracterizado e brises removidos, Irmãos Roberto.



Fonte: das autoras/2013 - acesso em 23 nov. 2013.

Figura 15 - Instituto Resseguros do Brasil (1941), Irmãos Roberto.



Fonte:  
<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/m-roberto-arquitetos-premio-asbea-08-12-2004.html> - acesso em 23 nov. 2013.

Figura 16 – Edifício Valparaíso, Irmãos Roberto.



Fonte:  
<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.078/293>- acesso em 23 nov. 2013.

Figura 18 - Sede da Companhia Souza Cruz (1962), Irmãos Roberto.



Fonte:  
<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/m-roberto-arquitetos-premio-asbea-08-12-2004.html>- acesso em 23 nov. 2013.

Figura 17 - Sede da Companhia Souza Cruz/descharacterizado, Irmãos Roberto.



Fonte: das autoras/2013 - acesso em 23 nov. 2013.

Entre os edifícios projetados no centro da capital carioca pelo arquiteto Lucio Costa destacam-se o edifício *Sede do Banco Aliança* (atual *Edifício Dr. João Úrsulo Ribeiro Coutinho*), localizado na Praça Pio X, nº 99, e o *Edifício Sede do Jockey Clube do Rio de Janeiro*, na Avenida Nilo Peçanha, nº 11, já alterado. (FIGURAS 18 e 19).

Figura 19 - Edifício Sede do Banco Aliança, Lucio Costa.



Fonte: <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2011/06/20/edificios-marcantes-no-centro-do-rio-de-janeiro> - acesso em 23 nov. 2013.

Figura 20 - Edifício Sede do Jockey Clube, Lucio Costa.



Fonte: <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2011/06/20/edificios-marcantes-no-centro-do-rio-de-janeiro> - acesso em 23 nov. 2013.

O arquiteto Oscar Niemeyer produziu na área central do Rio de Janeiro, além da emblemática *Sede do Ministério de Educação e Saúde*, os projetos para a *Sede do Banco Boa Vista* (Praça Pio X, nº 118), que passa atualmente por uma restauração (FIGURAS 21 e 22), o *Edifício Manchete* (Rua do Russel, nº 804) (Figura 23), já alterado, o *Edifício Sede das Empresas Gráficas o Cruzeiro* (Rua do Livramento, nº198), (FIGURA 24), e o *Edifício Barão de Mauá* (Av. Graça Aranha, nº 24), cuja imagem original foi modificada com a intervenção realizada após o incêndio de 1981, conforme veremos adiante (FIGURA 25).

Figura 21 - Edifício sede do Banco Boa Vista, Oscar Niemeyer.



Fonte: das autoras/2014

Figura 22 - Edifício sede do Banco Boa Vista/detalhe do fechamento do pilotis, Oscar Niemeyer.



Fonte: <http://losarquiteticos.blogspot.com.br/p/obras-oscar-niemeyer.html> - acesso em 23 nov. 2013.

Figura 23 - Edifício Manchete, Oscar Niemeyer.



Fonte: [http://visit.rio/que\\_fazer/edificio-manchete/](http://visit.rio/que_fazer/edificio-manchete/) - acesso em 23 out. 2017.

Figura 24 - Edifício Sede das Empresas Gráficas o Cruzeiro, Oscar Niemeyer.



Fonte: <http://www.niemeyer.org.br/obra/pro031> - acesso em 23 no. 2013

Figura 25 - Edifício Barão de Mauá, Oscar Niemeyer.



Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br>- acesso em 23 nov. 2013.

Entre as obras de Affonso Eduardo Reidy no Rio de Janeiro, localiza-se na área central o *Edifício Sede do Montepio dos Empregados do Estado da Guanabara*, cujo uso atual é a *Sede do Iperj* (Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro), localizado na Avenida Presidente Vargas, nº 670. (FIGURA 26).

Figura 26 - Edifício sede do Montepio do Estado da Guanabara, Eduardo Reidy.



Fonte: <http://www.rioprevidencia.rj.gov.br/rpcultural/cedim/institucional/periodos.htm>- acesso em 23 nov. 2013.

O arquiteto francês Jacques Pilon (1905-1962), apesar da ampla atuação na capital paulista, também deixou sua contribuição com a produção de alguns edifícios verticais na cidade do Rio de Janeiro. Na área central, são de sua autoria o *Edifício Edson Passos*, localizado na Avenida Rio Branco, nº 124 (FIGURA 27), e o *Edifício La Maison de France*, na Avenida Presidente Antônio Carlos, nº 58 (FIGURA 28).

Figura 27 - Edifício Edson Passos, Jacques Pilon



Fonte:

<http://www.portalclubedeengenharia.org>-  
acesso em 23 nov. 2013.

Figura 28 - Edifício Maison de France, Jacques Pilon



Fonte:

<http://mare.nce.ufrj.br/laurd/trabalhos/arqestr/planoA/obra.php?id=2> acesso em  
31 jan. 2017.

Faz-se pertinente destacar as características plásticas dos princípios racionalistas aplicados nesses edifícios, cujas particularidades serão tratadas com mais detalhe na ocasião dos estudos de casos selecionados. Caixilhos de vidros, *brise-soleil*, terraços jardins, pilotis, azulejos decorados foram elementos amplamente utilizados e que definiram a linguagem arquitetônica em voga.

Bruand (2008, p.91) faz um breve relato sobre a valorização dos elementos locais nos novos projetos, como o emprego de espécies nativas para os terraços jardins, a utilização de granitos encontrados nas jazidas da região, recomendações de Le Corbusier que foram seguidas posteriormente pelos arquitetos propulsores do movimento. O arquiteto franco-suíço, além de valorizar o emprego de materiais locais, indicou também o emprego de azulejos provenientes de Portugal, técnica abandonada no início do século XX e

retomada com o neocolonialismo, que foi inicialmente rejeitada pelos arquitetos racionalistas, mas amplamente utilizada posteriormente, inclusive com a produção de artistas brasileiros. De fato, as propostas de Le Corbusier contribuíram amplamente para o emprego de novos materiais, possibilitando, conforme relata o autor,

aos arquitetos brasileiros sair do impasse em que se encontravam: conciliando posições arbitrariamente consideradas como antagônicas [...], demonstravam que o estilo do século XX era internacional, mas que isso não impunha [...] o abandono das variáveis regionais que assegurassem uma expressão original (BRUAND, 2008, p. 91).

A integração das artes com a arquitetura marcou consideravelmente a caracterização dos novos edifícios. O uso de murais e de esculturas nas edificações racionalistas é consequência direta desta relação. Azulejos e pastilhas, quase sempre industrializados, trabalhados em mosaicos nas mãos dos artistas engajados com o movimento constituíam autênticas obras de arte que, de certa forma, substituíam os ornamentos arquitetônicos presentes na arquitetura anterior. Se a postura internacional “anti-ornamentação” marca a arquitetura orgânica americana, o vocabulário brasileiro incorpora a arte moderna como uma ornamentação não apenas decorativa, mas incorporada à plasticidade da forma arquitetônica, da paisagem urbana e da identidade edilícia.

Os personagens da cena artística moderna brasileira também atuavam em contexto efervescente assim como mundo afora. A Semana de Arte Moderna eclodiu em São Paulo, financiada pela elite do café, e expôs para o país os principais nomes das artes plásticas em ação, tais como Anita Malfatti (1889-1964), Tarsila do Amaral (1886-1973), Di Cavalcanti (1897-1976). Nos anos 1930 e 1940, o movimento moderno mudou seu elenco, com a entrada súbita de novos atores que respiravam o legado deixado pelos primeiros:

Já era difícil fazer uma natureza-morta razoável obrigando tachos de cobre a luzir como faíscas incandescentes. O nu perdera a graça sem uma deformação qualquer e a paisagem rural – depois de Tarsila – parecia tímida com riachos, casebres e um touro bem fornido, o que o velho Antônio Parreiras no seu ateliê em Niterói ainda urdia em suas telas (COUTINHO, 2001, p. 137).

Dentre eles estão o mineiro José Pedrosa (1915-2002); os paulistas Bruno Giorgi (1905-1993), Cândido Portinari (1903-1962) e José Pancetti (1902-1958); os cariocas Alberto da Veiga Guignard (1896-1962), Celso Antônio (1896-1984) e Djanira da Motta e Silva (1914-1979); o gaúcho Iberê Camargo (1914-1994); o pernambucano Cícero Dias (1907-2003); o paraibano Tomás Santa Rosa (1909-1956) e outros não menos expressivos; grande parte deles associada aos arquitetos do movimento.

Neste novo período modernizante, os murais ganharam destaque, assim como vinha acontecendo nos Estados Unidos e no México, apesar das diferenças de mote. No México, os murais “tinham efeito de pólvora” em função da Revolução Mexicana; nos Estados Unidos eram encomendados por Rockefeller para seus prédios que “pregavam lucro” e no Brasil, inicialmente, eram aplicados em prédios públicos. (COUTINHO, 2001, p. 145).

Cândido Portinari é de fato o mais conhecido muralista brasileiro. Nascido na zona rural de Brodowski, interior de São Paulo, o artista se forma na Escola Nacional de Belas Artes e em 1928 recebe um dos cobiçados prêmios de viagem promovidos pela escola com a obra *Retrato de Olegário Mariano*, fato que marca a sua carreira. Permaneceu em Paris até 1931 quando regressa com novos olhares, em plena Era Vargas, “influenciado pelas brumas picassianas” (COUTINHO, 2001, p. 146). Produziu para o poder político diversas obras, dentre elas as do *Palácio Gustavo Capanema* (FIGURA 29).

Paulo Werneck (1907-1987) também se destacou na produção de painéis artísticos em edifícios modernos no Rio de Janeiro. Incentivado em grande parte pelos irmãos Roberto, produziu uma gama de mosaicos, contribuindo, desse modo, para a tradição que se estendeu pelas décadas seguintes (FIGURA 30).

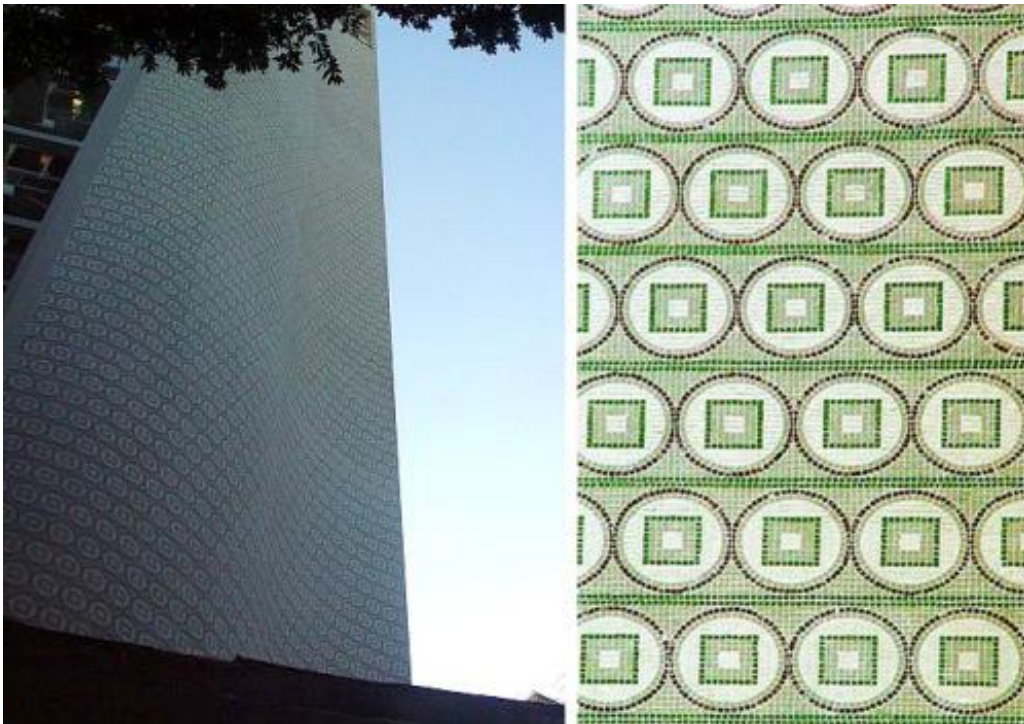
Desnecessário justificar que esta produção artística acompanhava o caminhar da abstração nas artes plásticas que se instalou com as vanguardas europeias. Entretanto, é relevante apontar a intensidade com que os arquitetos imbuídos em construir o novo país abraçaram estes artistas e, juntos, integraram as duas disciplinas de tal maneira como nunca mais veio a se repetir no país. A arte penetra na arquitetura (e vice-versa) para modelar o Brasil moderno.

Figura 29 - Paineis de Portinari no Palácio Gustavo Capanema.



Fonte: <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2011/06/20/edificios-marcantes-no-centro-do-rio-de-janeiro/> - acesso em 23 nov. 2013.

Figura 30 – Paineis de Paulo Werneck para o Edifício Seguradoras (irmãos Roberto).



Fonte: <http://coisasdaarquitectura.wordpress.com/2011/06/20/edificios-marcantes-no-centro-do-rio-de-janeiro-acesso-em-23-nov-2013>.

### 1.3. As alterações no cenário atual: intervenção e retrofit<sup>29</sup>

A cidade do Rio de Janeiro passa na atualidade por significativas transformações urbanísticas e arquitetônicas para receber dois importantes eventos esportivos mundiais, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016. Revitalizações urbanísticas, operações urbanas, renovações arquitetônicas, *retrofits* são termos comumente utilizados para relatar essas alterações no cenário urbano da capital carioca.

As remodelações urbanísticas pelas quais a cidade passou no início do século XX, já mencionadas, foram baseadas em diversas justificativas, tais como o crescimento da população, os tratados urbanísticos em voga, as comemorações do primeiro centenário do país, a nova República. Em conjunto, alteraram significativamente o cenário urbano e foram alvo, da mesma forma que na atualidade, de embates entre preservacionistas e os defensores da “modernização,” que desconhecem que, para tanto, não é necessário promover a perda da identidade. Portanto, temos na atualidade um quadro urbanístico resultante de várias alterações na imagem da cidade, mas que, de certa forma, está arraigado no imaginário da sociedade e que contribuiu para conceder à cidade o título de patrimônio cultural da humanidade. Contudo, apesar do título da primeira cidade da *World Heritage List* a ser considerada integralmente “Patrimônio Mundial como Paisagem Cultural” recebido pela UNESCO (*United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*) em 2012, tal título não garante investimentos políticos, legais e econômicos para sua preservação.

A nova dinâmica econômica atrai investidores de diversos setores, gerando uma demanda imobiliária comercial sem precedentes nos últimos anos, principalmente na zona central da cidade, com uso predominante de negócios. Com um espaço geográfico saturado e com uma quantidade significativa de edifícios abandonados ou deteriorados, o *retrofit* tem sido a melhor solução, além de estudos no setor apontarem que o processo é mais viável

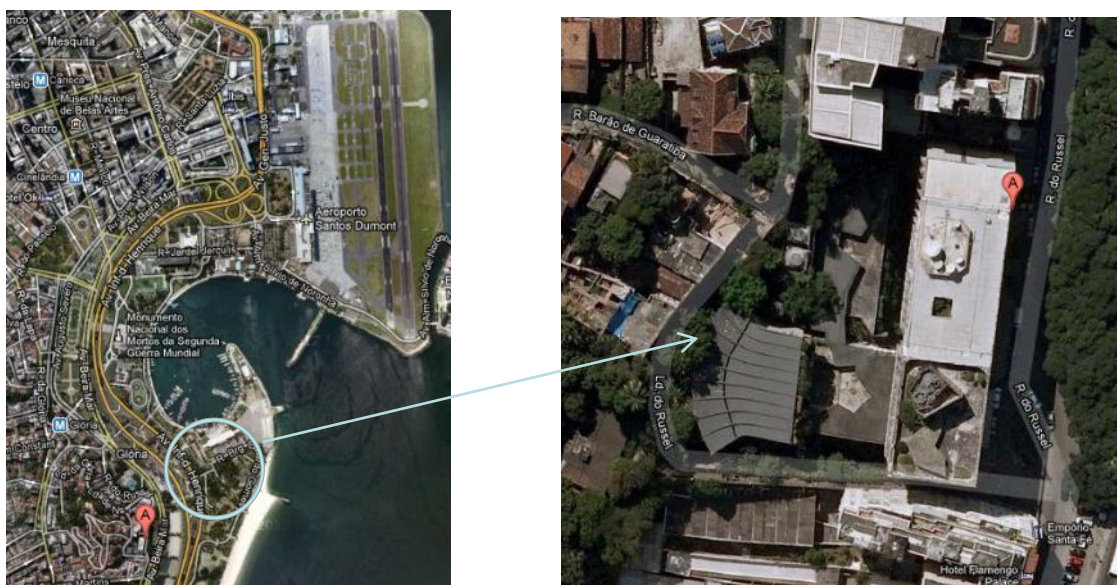
---

<sup>29</sup> No dicionário *on line Merriam-Webster* há a seguinte definição para o termo *retrofit*: “to furnish (as a computer, airplane, or building) with new or modified parts or equipment not available or considered necessary at the time of manufacture”

economicamente do que iniciar um empreendimento novo.<sup>30</sup> Comumente praticado nos Estados Unidos e na Europa, essas transformações visam o reaproveitamento do edifício com a substituição das instalações prediais, mantendo apenas a sua estrutura e alterando, na maioria dos casos, o caráter físico do edifício, transformando-o em uma edificação completamente diferente da original.

Um exemplo de edificações verticais *retrofitados*<sup>31</sup> no Rio de Janeiro é o *Edifício Manchete* (FIGURAS 31 a 38), de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, localizado Rua do Russel, número 804, no Bairro Glória. Desocupado após a falência da Editora Bloch em 2000, a edificação ficou praticamente sem uso, quando em junho de 2010 foi adquirida pelo grupo *BR Properties*, responsável por sua transformação. Construído na década de 1960 para servir de sede dos empreendimentos da Editora Bloch, o edifício foi concebido com características particulares da arquitetura moderna corbusiana, apresentando cortinas de vidro, *brises*, painéis de azulejos, terraço jardim e esculturas, dentre elas a escultura Carcará, de Bruno Giorgi.

Figura 31 e 32 – Localização e implantação do Edifício Manchete.



Fonte: <https://maps.google.com.br>- acesso em 03 jun. 2014.

<sup>30</sup> O tema foi debatido em alguns eventos relacionados ao setor imobiliário, tais como o 5º INFRA RIO, encontro de Gestores em *Facility e Property Management*, em setembro de 2011 no Rio de Janeiro e no *Real Estate Investment World* em 2012, em São Paulo.

<sup>31</sup> A palavra ainda não está incluída nos dicionários de língua portuguesa, entretanto o termo tem sido comumente utilizado na área de maquinários e da construção civil, inclusive, na forma verbal.

Figura 33 – Edifício Manchete antes do *retrofit*, Oscar Niemeyer.



Fonte: <http://ligadonorio.blogspot.com.br/2012/08/antigo-predio-da-manchete-tera-empresas.html>  
*Retrofit* - acesso em 23 nov. 2013.

Figura 34 - Vista interna do hall do Edifício Manchete, antes do *retrofit*.



Fonte: <http://www.midiaclicking.com/2010/07/predio-da-manchete-no-rio-e-vendido-por.html> -  
acesso em 23 nov. 2013.

Figura 35 - Edifício Manchete durante o *retrofit*.



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=87549049>- acesso em 23/11/2013

Figura 36 - Edifício Manchete durante o *retrofit*. Estrutura à mostra.



Fonte: <http://www.midiaclicking.com/2011/10/veja-fotos-da-reforma-do-edificio.html>- acesso em 23 nov. 2013.

Figura 37 - Edifício Manchete após o *retrofit*.



Fonte: <http://www.buildings.com.br/edificio/5105-edificio-manchete>- acesso em 23 nov. 2013.

Figura 38 - Vista interna do Edifício Manchete após o *retrofit*.



Fonte: <http://www.buildings.com.br/edificio/5105-edificio-manchete-> acesso em 23 nov. 2013.

Comparando as imagens é possível constatar as alterações da edificação em relação às suas características originais. O edifício foi totalmente “remodelado” e seus elementos descartados, com exceção da sua estrutura. O *curtain wall* da fachada frontal foi totalmente substituído por um modelo atualizado, com vidro espelhado, o que alterou significativamente a imagem da edificação. Para minimizar este efeito, optaram pela colagem de uma fita na face exterior do vidro, provavelmente em alumínio, para reproduzir o antigo efeito das esquadrias. Até mesmo as linhas das lajes dos pavimentos que marcavam a fachada foram simuladas com fitas na horizontal. Internamente não houve esta tentativa e todos os elementos foram alterados sem critério. As obras de arte desapareceram. Neste caso, nem a imagem foi salva, apesar da tentativa evidente. Segundo informações escassas, o projeto do *retrofit* foi conduzido pelo escritório de Oscar Niemeyer.<sup>32</sup>

O *Edifício Barão de Mauá*, (FIGURAS 39 a 42), também de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer e atualmente sede da Companhia Vale do Rio Doce no Rio de Janeiro, passou por intervenção similar, após um incêndio ocorrido em dezembro 1981, quando praticamente todos os seus andares foram afetados.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> Dado disponibilizado na internet por um dos profissionais que acompanhou a obra. <http://paniscumovum.blogspot.com.br/2013/07/jose-carlos-jesus-presidente-da.html>

<sup>33</sup> <http://www.museu.cbmerj.rj.gov.br/modules.php?name=News&file=article&sid=279>

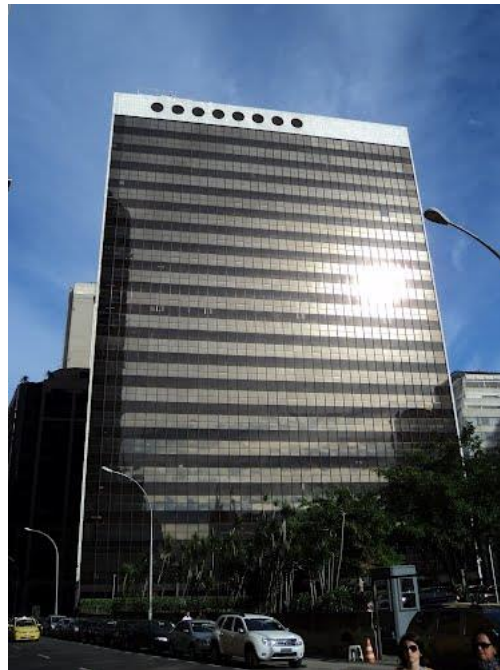
Figura 39 e 40 - Edifício Barão de Mauá, antes (esquerda) e após (direita) o incêndio. Projeto de Oscar Niemeyer.



Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br>-  
acesso em 12 maio 2014.

Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br>-  
acesso em 12 maio 2014.

Figura 41 e 42 - Edifício Barão de Mauá após o retrofit.



Fonte: <http://www.diarioliberalidade.org>-  
acesso em 12 maio 2014.

Fonte:  
[http://www.panoramio.com/user/2474947?with\\_photo\\_id=77359632](http://www.panoramio.com/user/2474947?with_photo_id=77359632)- acesso  
em 12 maio 2014.

Localizado na Av. Graça Aranha, nas imediações do *Palácio Gustavo Capanema*, portanto em área protegida, a edificação recebeu a alcunha de “noivinha do MEC”<sup>34</sup> (CZAJKOWSKI, 2000, p.5). O projeto de reforma, após o incêndio, foi assinado pelo próprio autor da obra original, que lhe deu características totalmente diferentes. Suas fachadas, antes totalmente envidraçadas, foram inteiramente modificadas. Duas delas (norte e sul) se transformaram em empenas cegas revestidas em mármore. A fachada oeste foi revestida com *brises* móveis e a leste com vidros espelhados. É outra edificação, de original resta apenas a sua volumetria e estrutura.

Os edifícios apresentados aqui não são protegidos isoladamente, porém estão inseridos em área de tombamento de outras edificações, devendo, portanto, passar pelo crivo dos órgãos no caso de reformas. É importante evidenciar os exemplos de perda do caráter físico dos edifícios em função desta prática cada vez mais usual, capaz de alterar a cena urbana da cidade do Rio de Janeiro caso os órgãos de preservação não acelerem o processo de proteção dos ícones do nosso passado recente. Em um momento em que temos a chance de preservar a imagem da área central do Rio de Janeiro, visto que já não há mais terrenos disponíveis nesta região para novas construções, o processo de renovação irá mais uma vez se impor em função das falhas ou omissões dos órgãos protecionistas. Não nos cabe condenar ou apoiar tais ações, mas avaliar os limites, desdobramentos e consequências.

Em outros países a prática também é comum. Salvo (2006), ao discorrer sobre a restauração do *Edifício Pirelli* em Milão, destaca que apesar do reconhecimento do valor de muitos arranha-céus, em detalhe para aqueles com a tecnologia dos *curtain walls*, as intervenções praticadas na Europa setentrional e América do Norte alinham-se com a prática reipristinatória, traduzindo-se em “pesadas operações corretivas, voltadas a remediar a obsolescência tecnológica” (SALVO, 2006, P. 207).

A restauração do *Edifício Pirelli* é reconhecida como exemplar no caso de intervenções em arquitetura moderna, conforme aponta Carbonara:

---

<sup>34</sup> MEC – Ministério da Educação e Cultura.

[...] Por mérito sobretudo de Maria Antonietta Crippa e de Pietro Petrarola, o arranha-céu milanês foi livrado de uma triste espécie de modernização e adequação tecnológica, que teriam elevado suas qualidades de "desempenho", cancelando sua memória e substância histórica. Ele se tornou, ao contrário, o campo de experimentação de um autêntico processo de restauração, reativando, em chave conservativa e não substitutiva, as competências específicas de construtoras e produtores de perfis de alumínio, naturalmente através do filtro de um projeto arquitetônico consciente e da contribuição de restauradores (como, por exemplo, para o tratamento das amplas superfícies de pastilhas). Foi auto-imposta a finalidade de não salvar por consolação apenas a imagem, como com frequência acontece, mas também a substância construtiva do monumento e o seu caráter contemporaneamente industrial e artesanal. Todo o caso teve, muito brandianamente, como premissa ineludível o "reconhecimento", feito de maneira inteligente também pelos próprios vértices políticos do Governo da Região Lombardia, do arranha-céu como "obra de arte" e como testemunho histórico significativo (CARBONARA, 2006 p. 18).

## 2. O RESTAURO CRÍTICO

Uma vez que estamos propondo avaliar se as intervenções na arquitetura moderna no Brasil são baseadas no *restauro crítico*, nada mais adequado do que relatarmos, brevemente, as discussões do campo da restauração a partir da segunda metade do século XX, mesmo que este assunto já tenha se tornado cansativo para os estudiosos da área. Entretanto, para aqueles leitores não familiarizados com o processo de restauração, esta base pode vir a ser útil em certos aspectos.

Não estamos dispensando o valor das contribuições anteriores, visto que o conjunto de teorias consensuais ou divergentes construídas durante os séculos é o que constitui a evolução do pensamento no campo da restauração e que culminou no chamado *restauro crítico* na faixa de tempo definida neste capítulo.

Entretanto, um parêntese pode ser oferecido a um período anterior ao escolhido, com o objetivo de embasar as próximas exposições, a saber, os períodos imediatamente anterior e durante a Segunda Guerra Mundial, que determinaram, segundo Froner (2013, p.6) “[...] um hiato nas discussões conceituais sobre esse tema [preservação] nos anos trinta e quarenta do século XX. Apenas nos anos cinquenta discussões internacionais, sob os auspícios da Unesco voltam a acontecer”, tal como o de Nova Délhi, Índia, em dezembro de 1956,<sup>35</sup> que além de outros assuntos voltados a escavações arqueológicas embasam a criação de competições internacionais para melhorar a qualidade dos projetos de restauração. Já o encontro seguinte, em 1964, desta vez em Veneza, além de elaborar um dos documentos mais importantes para o campo da restauração, a Carta de Veneza, sobre a qual discorreremos mais adiante, propiciou a organização do Icomos (*International Council on Monuments and Sites*). A importância dos organismos internacionais criados no decorrer dos anos seguintes ao encontro de Veneza é ressaltada por Froner (2013, p.13);

---

<sup>35</sup> Este encontro formalizou a *Recomendação Internacional dos Princípios Aplicados à Escavação Arqueológica* e aprovou o documento denominado *Recomendações Relativas às Competências Internacionais em Arquitetura e Planejamento Urbano*, determinando o vínculo dos especialistas em História da Arte, Arquitetura, Arqueologia e Conservação-Restauração (FRONER, 2013, p.6)

Organismos internacionais como o Icomos são promotores indispensáveis dos debates, atuam como interlocutores de demandas e de reflexões sofisticadas, como também estabelecem diretrizes indispensáveis à atuação legal dos poderes públicos. Os fundamentos intelectual, político e legal são, no mundo contemporâneo, paradigmas exemplares para a compreensão e a ação da preservação.

A partir daí as reuniões foram mais frequentes, provavelmente pelo impulso da instituição criada e também pela margem de interpretação que a Carta de Veneza forneceu à reflexão sobre a restauração. Seus princípios, por mais que sintetizados, identificaram o consenso das ideias sobre restauração propagadas por diversos autores, mesmo que indiretamente.

Dentre eles está Cesare Brandi (1906-1988). Os seus estudos nos campos filosóficos, estético e crítico e sua atuação prática durante duas décadas no Instituto Central de Restauração (ICR) refletem o seu esforço pessoal em construir uma teoria própria sobre a problemática do restauro “traduzível numa concreta metodologia e em válidos princípios operacionais,” conforme avalia Carbonara (2004, p. 9). Uma das suas contribuições fundamentais para o campo foi *Teoria da Restauração*, originalmente editado em 1963 e ainda hoje utilizado como referência pelos envolvidos com o tema. Dele advêm algumas afirmações que influenciaram o campo de atuação da restauração, tais como aquela em que conclui que é a obra de arte que condiciona a restauração e não o contrário e por isso antes de qualquer intervenção é necessário o reconhecimento do objeto como obra de arte.

O seu pensamento indica que a prática da intervenção deve levar em conta as instâncias histórica e estética, que podem assumir exigências próprias até mesmo divergentes, cuja dialética poderá ser resolvida por meio do *juízo de valor*, recurso crucial na escolha do processo metodológico de atuação, ou seja, determina, daí, que o restauro é um *ato crítico*, podendo variar de acordo com as exigências das instâncias. De *Teoria da Restauração* Carbonara extrai as três proposições fundamentais ao apresentar a publicação em português (2004, p11):

1. O restauro é ato crítico, dirigido ao reconhecimento da obra de arte (sem o que a restauração não é o que deve ser); voltado à reconstituição do texto autêntico da obra; atento ao “juízo de valor” necessário para superar, frente ao

problema específico das adições, a dialética das duas instâncias, a histórica e a estética.

2. Por tratar de obras de arte, a restauração deve privilegiar a instância estética (“que corresponde ao fato basilar da artisticidade pela qual a obra de arte é obra de arte”).
3. A obra de arte é entendida na sua totalidade mais ampla (como imagem e como consistência material, resolvendo-se nesta última “também outros elementos intermediários entre a obra e o observador) e, por conseguinte, o restauro é considerado como intervenção sobre a matéria, mas também como salvaguarda das condições ambientais que assegurem a melhor fruição do objeto e, quando necessário, como forma de resolver a ligação entre espaço físico, em que tanto o observador quanto a obra se inserem, e a espacialidade própria da obra.

Em relação ao nosso tema aqui abordado, Carbonara, em seu texto *Brandi e a Restauração Arquitetônica Hoje* (2006, p. 2),<sup>36</sup> reconhece em *Teoria da Restauração* pontos úteis para a intervenção no campo da arquitetura:

para a qual, freqüentemente, as razões do "restauro" (funcionalidade, valorização econômica, reutilização, consolidação e adaptação anti-sísmica, adequação às normas de segurança, acessibilidade e instalações, atender às prescrições urbanísticas) ou, com maior evidência, as exigências da "recuperação" de edifícios, parecem acometer a obra, precedê-la e não derivar dela própria (da sua consistência material e figurada, da sua história e estratificação, do estado de conservação e assim por diante).

Outros pontos discutidos em *Teoria da Restauração*, destacados por Carbonara (2006, p.15), também são reconhecidamente debatidos no campo da arquitetura, tais como a questão da pátina como prova da passagem do tempo do objeto e seu ataque à abolição deste tempo pelo *refazimento* que configura, também, o falso histórico.

Contemporâneo de Brandi, Roberto Pane é conhecido pela sua participação na redação da Carta de Veneza e pelas contribuições teóricas no campo de restauro, sobretudo pelas novas abordagens para a intervenção de monumentos danificados com a Segunda Guerra Mundial. Um dos seus artigos publicados sobre este assunto, intitulado *Il restauro dei monumenti*,<sup>37</sup> foi,

---

<sup>36</sup> Trata-se de um desdobramento do texto feito para apresentação de *Teoria da Restauração* em português, publicado pelo Ateliê Editorial em 2004, com tradução de Beatriz Mugayar Kuhl.

<sup>37</sup> Publicado em 1944 na Revista *Aretusa*, fundada pelo crítico Francesco Flora. (CABRAL e ANDRADE, 2012, p.107).

segundo o neto do arquiteto, Andrea Pane, “identificado pela historiografia do restauro como um dos textos fundadores do ‘restauro crítico’, desenvolvido na Itália no segundo pós-guerra.”<sup>38</sup>

Pane manteve relações profissionais com Gustavo Giovannoni (1873-1947) até a década de 1930, o que influenciou, sem sombra de dúvidas, o seu modo de pensar. Posteriormente o contato com Benedetto Croce (1866-1952) provavelmente contribuiu para modificar as suas ideias em relação a algumas questões anteriormente consensuais com as de Giovannoni, sem, no entanto, deixar de reconhecer a contribuição do primeiro mentor. Croce foi considerado pelo neto de Pane como seu principal mestre e sua influência foi em praticamente todos os campos de pensamento. Apesar de contemporâneos, relações similares não aconteceram com Brandi, provavelmente pela diferença de opiniões em certos aspectos<sup>39</sup> (CABRAL e ANDRADE, 2012, p.108). Já com Renato Bonelli a relação foi mais estreita apesar, também, das divergências em algumas opiniões.

No tocante à arquitetura moderna, ao contrário de Brandi, Pane era aberto à sua relação com o antigo desde que obedecidos alguns princípios,<sup>40</sup> apesar de desaprovar os ideais propagados por Le Corbusier. (CABRAL e ANDRADE, 2012, p.109). Aliás, a relação entre o antigo e o novo era exatamente o ponto mais discutido na Itália na década de 1950 e, neste debate, Pane destacou-se como o de opinião mais aberta, uma vez que tentava encontrar uma solução mediana entre os atores envolvidos. Suas contribuições na questão da tutela foram de grande valia, ao ampliar o conceito de monumento a ser preservado. Mas seu neto destaca a sua maior colaboração:

[...] na abertura que a disciplina da conservação manifesta hoje, na Itália e no mundo, em direção a disciplinas afins e em direção a escalas diferenciadas de intervenção, do fragmento arqueológico ao território, tidas conjuntamente, mas a partir de uma fundamental unidade de método, o que representa,

---

<sup>38</sup> Conforme entrevista concedida a Renata Campello e Carlos Roberto Monteiro de Andrade – ver CABRAL e ANDRADE, 2012.

<sup>39</sup> Brandi expressava-se claramente a incompatibilidade da arquitetura contemporânea em centros antigos, como aconteceu em *Arcadio o Della scultura: Eliante o dell'architettura*, obra publicada em 1956. (CABRAL e ANDRADE, 2012, p.108).

<sup>40</sup> “a nova arquitetura nos centros históricos deveria respeitar vínculos volumétricos e altimétricos e que, sobretudo em termos de linguagem, deveria confrontar-se com o riquíssimo e estratificado tecido das cidades italianas” (CABRAL e ANDRADE, 2012, p.109).

definitivamente, uma das principais contribuições italianas à cultura da conservação. (CABRAL e ANDRADE, 2012, p.111).

No contexto desses debates, não podemos deixar de discorrer, mesmo que de forma breve,<sup>41</sup> sobre a Carta de Veneza, cujo conteúdo é resultante das discussões daquele momento. A Carta<sup>42</sup> originou-se do II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964 e ainda é documento base do Icomos (International Council on Monuments and Sites).<sup>43</sup> Conforme indica Kühl (2010), a Carta - e qualquer carta patrimonial - não possui qualidade normativa e sim indicativa, mas seus princípios representam o consenso comum da maioria dos debates de forma a embasar os atuantes na área de restauração.

O seu conteúdo, portanto, reflete a evolução do pensamento no campo de restauro, quando, além de outros princípios, reitera uma reflexão já enunciada no fim do século XIX de que não se deve retornar a nenhum estado anterior da obra de arte, visto que são válidas as contribuições de todas as épocas e que “a unidade de estilo não é a finalidade a alcançar no curso de uma restauração.” Ainda sobre o seu teor, Kühl (2010, p. 294) reforça que é uma síntese do consenso e, portanto, não abrange todas as proposições sugeridas, mas que de certa forma as contribuições italianas predominaram, tais como aquelas pautadas no *restauro crítico* propostas por Roberto Pane.

Atingimos, portanto, o ponto que nos interessa, o *restauro crítico*. Kühl (2010, p. 294) explicita claramente sua evolução:

O restauro crítico elabora uma releitura das propostas filiadas ao “restauro filológico”, de Boito e Giovannoni, consolidadas nas cartas dos anos 1930. No restauro filológico, era dada grande atenção aos aspectos documentais das obras e às

---

<sup>41</sup> Para uma leitura mais aprofundada, ver KÜHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. Anais do Museu Paulista (Impresso), v. 18, p. 193-227, 2010.

<sup>42</sup> Vale lembrar que os documentos conhecidos como cartas patrimoniais são resultantes de encontros de instituições diferenciadas, constituindo-se um conjunto heterogêneo de documentos. No Icomos, por exemplo, nem todos os documentos são cartas, que tem caráter indicativo; alguns são apenas documentos resultantes de congressos, tal como a Declaração de Nara. “Uma carta, com seu caráter indicativo e prescritivo, difere de resoluções e declarações de simpósios do próprio Icomos, que têm por intuito apresentar o estado da arte de uma dada discussão e oferecer subsídios ao debate.” (KÜHL, 2010, p. 290).

<sup>43</sup> O Icomos originou-se após o Congresso de Veneza em 1964 com o objetivo de acolher todas as disciplinas e competências envolvidas na salvaguarda de bens culturais. Sua criação foi oficializada na assembleia-fundadora, de 1965, em Varsóvia e admitido como organização de consultoria e colaboração pela Unesco.

marcas de sua passagem ao longo do tempo, respeitando as várias fases; o intuito não era, de modo algum, voltar a um suposto estado original. Se houvesse necessidade de inserir novos elementos, deveriam ser diferenciados da obra como estratificada, para não induzir o observador ao engano de confundir a intervenção com a obra [...].

O restauro filológico, porém, mostrou certos limites, que ficaram evidentes com as devastações geradas pela Segunda Guerra Mundial. Mostrou-se insuficiente considerarem-se tão-só as questões documentais da obra, não trabalhando, conjuntamente, com meios conceituais mais elaborados para lidar com seus aspectos de conformação e figurativos, assim como tratar lacunas (pictóricas, escultóricas, arquitetônicas, urbanas) através de “neutros”. Desse modo o restauro crítico, ao mesmo tempo em que acolhe os princípios fundamentais do restauro filológico – de respeito pelas várias estratificações do bem e de diferenciar a ação contemporânea –, também os associa ao tratamento da dimensão formal das obras, trazendo para a discussão teorias estéticas e questões relacionadas à percepção próprias da primeira metade do século XX. É postura inovadora por considerar as dimensões – formal e documental – concomitantemente, através duma relação dialética.

O objeto a ser restaurado passou, portanto, a ser tratado individualmente a partir de uma análise crítica de seu estado naquele momento, independente das regras de intervenção anteriormente impostas, assim como o modo de operar sobre ele, decorrendo das reflexões do período, não devendo, portanto, conforme expõe a mesma autora, “inviabilizar intervenções futuras, pois mudanças de situação, a existência de uma crítica mais bem esclarecida ou muito diversa, ou de técnicas mais adequadas, podem tornar necessário – ou oportuno – intervir novamente da obra” (Kühl, 2010, p. 296).

Por constituir-se até a atualidade como documento basilar do Icomos, a Carta de Veneza não possui substituta. Seu sintetismo originou uma gama de reflexões posteriores que serviram como desdobramentos teóricos do documento.

Sobre o aparato filosófico que culminou na Carta de Veneza, o arquiteto finlandês Jukka Jokilehto (1938) tem papel fundamental na literatura atual. Suas publicações decorreram, sobretudo, de sua vasta experiência didática e prática no ICCROM. Dentre elas destaca-se *A History of Architectural Conservation* (1990), que investiga o desenvolvimento filosófico na Inglaterra, Itália, França e na Europa Germânica relativos à conservação edilícia, desde o

renascimento italiano, passando pelos principais teóricos da conservação, até os tempos atuais. No capítulo 21 dedica especial atenção aos embates da conservação ocasionados após a Segunda Guerra até chegar na discussão sobre o *restauro crítico*. Segundo o autor, esta nova abordagem decorreu, sobretudo, do conceito de estética formulado por Benedetto Croce (1866 – 1952), que foi de fato o formador desta base conceitual posteriormente difundida por Brandi, Pane, Bonelli e o ainda não citado Giulio Carlo Argan (1909-1992).

### 3. A PROTEÇÃO DOS ÍCONES DA ARQUITETURA MODERNA NO BRASIL

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão federal de preservação do patrimônio cultural brasileiro, foi criado na gestão do Presidente Getúlio Vargas, em 13 de janeiro de 1937, pela Lei nº 378, vinculado ao então Ministério de Educação e Saúde (MES). Suas diretrizes iniciais foram estabelecidas por Mário de Andrade (1893-1945) a convite do Ministro Gustavo Capanema (1900-1985) e baseadas no Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico do Recife, criado em 1927 por Gilberto Freire (1900-1987), a quem, segundo Guimaraens (2002, p.59), “Mário de Andrade solicitou os direitos da cópia do requerimento e da estrutura do órgão pernambucano.”

Criado com a missão de proteger os ícones representativos da identidade nacional, as primeiras ações de preservação do IPHAN foram estabelecidas somente após a promulgação do Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, priorizando, portanto, “as edificações e áreas urbanas de notáveis méritos artísticos e históricos do Período Colonial” (CARLOS e SAMPAIO, 2009, p. 5). A respeito disso, registram os mesmos autores:

Nesta conjuntura, convém destacar que os Movimentos Neocolonial (1920-1940) e Modernista (da década de 1930 em diante) também colaboraram para a construção deste enfoque em função de um agressivo discurso lusófono com tendências etnocêntricas contra manifestações arquitetônicas dos Períodos Neoclássico e, principalmente, do Eclético no país, dos séculos XIX e início do XX, os quais eram pejorativamente enquadrados como meras imitações das arquiteturas europeias desta época (CARLOS e SAMPAIO, 2009, p. 6).

O período posterior à década 1960 exigiu a implementação de novas ações de proteção tendo em vista o processo de crescimento urbano desordenado, verificado com o crescimento econômico e populacional decorrentes da industrialização. O órgão, portanto, adaptava-se aos acontecimentos sociais, econômicos e culturais que atingiam direta ou indiretamente o patrimônio cultural brasileiro para o direcionamento das diretrizes de salvaguarda. Todavia, uma ação complementar foi implementada além daquelas que demandavam urgência, a saber, a proteção de edificações modernas, o que fez do Brasil o primeiro país do mundo a implementar ações deste tipo (ANDRADE JUNIOR, 2009, p. 4). Tal episódio decorreu, sobretudo, do reconhecimento internacional

da produção da nova arquitetura brasileira a partir da exposição *Brazil Builds* realizada em 1943 em Nova York,<sup>44</sup> e em função do país não apresentar limite cronológico para o tombamento de bens (CARVALHO, 2005, p. 243). Entretanto, a despeito dessa atividade pioneira, no decorrer dos anos seguintes de atuação do órgão, a valoração e a tutela dos bens do passado recente sucederam de forma lenta e, na atualidade, conforme indica Andrade Junior (2009, p.5), suas ações ainda são consideradas deficitárias, concentrando-se em obras de arquitetos renomados ou em bens localizados nas principais capitais brasileiras.

O órgão iniciou o processo de tombamento dos bens de linguagem racionalista com a tutela, em 1947, da *Igreja de São Francisco de Assis*,<sup>45</sup> de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer, recém inaugurada em Belo Horizonte, nascendo, portanto, praticamente protegida. No ano seguinte, é tutelado, com a denominação *Prédio do MEC*, o atual *Palácio Gustavo Capanema*. A inscrição compreendia o entorno imediato e exigia a preservação da perspectiva monumental da edificação.<sup>46</sup> Em seguida foi a vez da *Estação de Hidroaviões* no Rio de Janeiro (1957),<sup>47</sup> o *Catetinho* em Brasília (1959),<sup>48</sup> o *Parque do Flamengo* no Rio de Janeiro (1965)<sup>49</sup> e a *Catedral Metropolitana* de Brasília (1967).<sup>50</sup>

No entanto, a despeito do reconhecimento internacional da produção da arquitetura moderna brasileira, o IPHAN não previu a fragilidade destes monumentos - comprovada no decorrer dos anos -, deixando de estabelecer

---

<sup>44</sup> Contribuíram também para a divulgação da produção da arquitetura moderna brasileira os seguintes eventos: a publicação americana da primeira monografia dedicada à obra de Niemeyer; a publicação do livro organizado pelo arquiteto Henrique Mindlin que catalogou as principais obras modernas dos arquitetos brasileiros e as publicações das obras nas principais revistas de arquitetura do mundo, tais como *L'Architecture d'Aujourd'hui*, *Domus*, *Casabella*, *Architectural Review* e *Architectural Fórum* (ANDRADE JUNIOR, 2009, p.4).

<sup>45</sup> Bem inscrito em 01/12/1947 no Livro Belas Artes, Vol. 1; F. 065, sob o número 312, Vol. 1; F. 065

<sup>46</sup> Bem inscrito em 18/03/1948 no Livro Belas Artes, Vol. 1, F. 066, sob o número 315.

<sup>47</sup> Bem inscrito em 29/01/1957 no Livro de Belas Artes, Vol. 1, F. 082, sob o número 438.

<sup>48</sup> Edifício conhecido como RP-1 ou "Catetinho", inscrito em 21/07/1959 no Livro Histórico, Vol. 1, F. 055, sob o nº 329.

1.1 <sup>49</sup> Bem inscrito em 28/07/1965 no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Vol. 1, F. 010, sob o nº 039.

<sup>50</sup> Bem inscrito em 01/06/1967, no Livro de Belas Artes, Vol. 1, F.088, sob o nº 485-A.

diretrizes especiais para sua preservação e de ampliar a proteção do acervo que se estabeleceu no território nacional. É fato reconhecido que os principais protagonistas do movimento moderno tinham uma relação estreita com os responsáveis pela criação da instituição, tais como o arquiteto Lucio Costa (1902-1998), que dirigiu a Divisão de Estudos e Tombamentos do IPHAN durante o período de 1937 a 1972.

Andrade Junior (2009, p. 5) comenta que o órgão continuou a tombar, mesmo após a aposentadoria dos protagonistas da cena moderna, quase que somente as edificações dos arquitetos da Escola Carioca,<sup>51</sup> como o *Hotel do Parque São Clemente* em Nova Friburgo, no Estado do Rio de Janeiro; o *Edifício da Associação Brasileira de Imprensa*, o *Conjunto Residencial do Parque Guinle* e o *Sítio Roberto Burle Marx* no Rio de Janeiro; o *Conjunto Urbanístico de Brasília*; o *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Pampulha* em Belo Horizonte; o *Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases*, em Minas Gerais e o tombamento provisório de vinte e quatro obras do arquiteto Oscar Niemeyer, em comemoração a seu centenário de vida.<sup>52</sup> O tombamento deste acervo foi aprovado na 55ª reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural realizada no dia 06/12/2007, sendo posteriormente notificados alguns proprietários. Nessa mesma reunião foram acrescentados novos bens, cuja documentação ainda está sendo levantada.<sup>53</sup>

Entretanto, a produção da arquitetura moderna brasileira não se concentrou apenas nas principais capitais, espalhando-se por diversas cidades brasileiras, adquirindo, desta forma, vertentes distintas, conforme indica Caixeta et. al.

<sup>51</sup> Escola Carioca é o nome utilizado na literatura para referir-se à produção moderna da arquitetura brasileira no Rio de Janeiro concebida por um grupo de arquitetos liderados por Lucio Costa e de Oscar Niemeyer que se dissemina pelo país entre os anos 1940 e 1950.

<sup>52</sup> Apesar da listagem apresentada na reunião conter um número maior de bens, o processo foi aberto para apenas alguns deles, a partir da notificação aos proprietários. Portanto estão tombados provisoriamente apenas os seguintes bens: Em Brasília/DF: Teatro Nacional; Capela Nossa Senhora de Fátima; Casa de Chá; Congresso Nacional; Conjunto Cultural da República; Conjunto Cultural Funarte; Edifício do Touring Club do Brasil; Espaço Lúcio Costa; Espaço Oscar Niemeyer; Memorial dos Povos Indígenas; Memorial JK; Conjunto dos Ministérios e anexos; Museu da Cidade; Conjunto do Palácio da Alvorada (incluindo a capela); Palácio da Justiça; Palácio do Planalto; Palácio Itamaraty e anexos; Palácio Jaburu; Panteão da Liberdade e Democracia; Pombal; Praça dos Três Poderes; Quartel General do Exército; Supremo Tribunal Federal. No Rio de Janeiro/RJ: Casa da estrada das Canoas, nº 2310. Dados disponibilizados via e-mail pela coordenadora geral do DEPAM, Anna Eliza Finger.

<sup>53</sup> Informação cedida pela arquiteta Anna Finger, coordenadora geral do DEPAM, conforme entrevista por e-mail respondida no dia 15 de julho de 2014.

(2011, p.11), ao discorrer sobre a arquitetura moderna do Estado de Goiás:

Nas fronteiras, o puritanismo dá lugar a uma miscigenação criativa e única, com caráter mutante e constantemente em transformação, onde as limitações locais vão dando lugar a uma inventividade baseada na adaptação e reinterpretação.

Porém, para que a preservação seja efetivada faz-se necessário o reconhecimento prévio dos bens por meio de inventário, instrumento primordial na identificação do patrimônio arquitetônico e que muitas vezes antecede o tombamento. Diante disso, e conforme já mencionado, o DEPAM (Departamento do Patrimônio Material e Fiscalização), órgão vinculado ao IPHAN, criou em julho de 2008 o Grupo de Trabalho Acautelamento da Arquitetura Moderna, por meio da Portaria de nº 001/2008 (ANDRADE JUNIOR, 2009, p.7).

O objetivo inicial era que as superintendências do IPHAN dos estados de Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Santa Catarina e São Paulo realizassem um levantamento preliminar dos bens com princípios racionalistas, produzindo, deste modo, uma listagem parcial do acervo da arquitetura moderna brasileira.

A iniciativa da criação do grupo de trabalho ocorreu após um encontro de arquitetos do IPHAN em São Francisco do Sul no Estado de Santa Catarina em 2008, quando o arquiteto Nivaldo Andrade Junior, então lotado na Superintendência do IPHAN da Bahia, sugeriu a criação do núcleo, que foi aceita pelo chefe do DEPAM na ocasião, Dalmo Vieira Filho.

A aceitação dos representantes das superintendências de outros estados resultou na composição final do grupo. Posteriormente, outros estados que não estavam representados se agregaram à ação, como foi o caso de Goiás.<sup>54</sup>

O trabalho foi coordenado pelo arquiteto Nivaldo Vieira de Andrade Junior e fundamentado no Plano de Trabalho<sup>55</sup> desenvolvido pelo Grupo de Trabalho. Este documento discriminava as etapas para o desenvolvimento do inventário, sendo que a primeira fase abrangia o levantamento preliminar das ações de

---

<sup>54</sup> Dados obtidos em entrevista realizada com o arquiteto Nivaldo Viera de Andrade Junior, via *e-mail*, em janeiro de 2014.

<sup>55</sup> Para maiores detalhes sobre as etapas sugeridas pelo Plano de Trabalho, ver Andrade Junior (2009).

preservação do patrimônio edificado moderno. As etapas seguintes compreendiam o levantamento dos bens por meio de fichas de inventário a partir do modelo do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG) do IPHAN, a identificação dos bens a serem inventariados com maior critério com o objetivo de embasar processos de tombamento e a publicação de um *site* contendo o resultado das análises. A tempo, cabe pontuar que o SICG encontra-se em implantação, demandando ajustes para uma adequação aos parâmetros e discussões internacionais.

Passados cinco anos após a instituição da portaria, os resultados dos trabalhos foram divulgados em alguns artigos publicados. O *site*<sup>56</sup> do IPHAN não possui nenhum tipo de informação sobre esta atividade e a falta de sítios específicos para as superintendências estaduais impede a realização de pesquisas mais detalhadas sobre cada estado.<sup>57</sup> Publicações sobre o inventário da arquitetura moderna permitiram verificar que o trabalho foi desenvolvido nos estados da Bahia, Goiás e Ceará.

Caixeta et. al. (2011) e Oliveira (2011) apresentam artigos sobre o inventário da arquitetura moderna de Goiás, desenvolvido pela superintendência do IPHAN nesse Estado. Os trabalhos foram iniciados em 2009 em parceria com os cursos de arquitetura e urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás), da Universidade Estadual de Goiás (UEG) e da Universidade Federal de Goiás (UFG), com enfoque, primeiramente, nas cidades de Goiânia e Anápolis. A metodologia incluiu três grupos de trabalho, sendo que os pesquisadores da PUC ficaram responsáveis pela arquitetura residencial de Goiânia, os da UEG com a arquitetura residencial de Anápolis e a UFG pelos edifícios institucionais de Goiânia (CAIXETA et. al., 2011, p. 5). Além de identificar os bens significativos da produção moderna no Estado, o trabalho previa a publicação do material, discussões<sup>58</sup> e a elaboração de um Plano de Gestão com a previsão de tombamento de algumas obras.

Os trabalhos na Universidade Federal de Goiás resultaram no inventário de

---

<sup>56</sup> [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br).

<sup>57</sup> Apenas as superintendências do Amapá, Paraná e Santa Catarina possuem blogs, porém nenhum deles apresenta dados sobre o Grupo de Trabalho em questão.

<sup>58</sup> O primeiro ciclo de palestras ocorreu em novembro de 2010 (CAIXETA et. al., 2011, p. 6).

quase uma centena edificações.<sup>59</sup> A maioria dos bens foi projetada no período de 1950 e 1970 por arquitetos goianos formados no Rio de Janeiro, como Eurico Godoy, Elder Rocha Lima, Luiz Osório Leão, Silas Varizo. Na ocasião da publicação dos artigos utilizados como referência, os trabalhos estavam em andamento, não possuindo, portanto, conclusão sobre os efeitos do inventário.

Em relação ao inventário na Bahia, destaca-se o texto do arquiteto Andrade Junior (2009) que na ocasião da publicação já se encontrava na segunda fase, a do fichamento, com a execução de cento e setenta e uma fichas de diversas tipologias de bens, incluindo também exemplares de intervenções em edificações anteriores ao movimento moderno, tal como a intervenção realizada por Lina Bo Bardi (1914 -1992) no *Conjunto do Unhão* (1962/1963), além de obras de artes, que quando não estavam integradas a edificações exemplares eram fichadas à parte. O objetivo deste inventário era levantar as inúmeras vertentes da arquitetura moderna na Bahia e para tanto o autor caracteriza três períodos da produção do acervo, sendo o primeiro compreendido entre de 1930 e 1940, o segundo entre 1940 até à primeira metade da década de 1960, cujos arquitetos foram influenciados diretamente pela Escola Carioca, tais como Diógenes Rebouças (1914-1994), Paulo Antunes Ribeiro (1905-1973), Lev Smarcevski (1924-2004), Antônio Rebouças (1923-2013) e José Bina Fonyat Filho (1918-1977), e a terceira fase após 1960, ligados à arquitetura brutalista e à vertente regionalista. Também foram fichadas algumas obras posteriores a 1980 pelo considerável valor arquitetônico, tais como obras de João da Gama Figueiras Lima (1932-2014) e Lina Bo Bardi. Após o levantamento das obras de Salvador, o inventário se dirigiu às principais cidades do Estado, sendo definidas aquelas que tiveram considerável desenvolvimento no período estudado, tais como Feira de Santana, Ilhéus, Itabuna, Itaparica, Vitória da Conquista, Jequié e Paulo Afonso, que resultou no inventário de noventa e dois bens representativos. Ademais, a pesquisa propunha o levantamento de informações detalhadas sobre o conjunto de bens com interesse de preservação e localizados em Salvador, tais como o *Centro Educacional Carneiro Ribeiro*, o *Teatro Castro*

---

<sup>59</sup> OLIVEIRA fala em 122 e CAIXETA em 136 edificações levantadas, que após uma seleção prévia, o número baixou para 96 a serem inventariadas.

Alves, o *ICEIA* (Instituto Central de Educação Isaia Alves) ou antiga Escola Normal, o *Instituto do Cacau da Bahia*, dentre outros não menos significativos.

O trabalho preliminar do inventário da Bahia identificou um considerável acervo de obras modernas presentes no Estado, em suas diferentes vertentes, passíveis de tombamento. A identificação deste rico acervo, conforme observa o autor,

reforça a necessidade de se entender a arquitetura moderna brasileira não como homogênea, mas como um conjunto de vertentes, muitas vezes contemporâneas entre si, que vai da arquitetura diretamente influenciada pela Bauhaus do Instituto Municipal de Ensino às inúmeras referências à *escola carioca* e à obra de Niemeyer, como nas casas de Ilhéus e de Feira de Santana, passando ainda pelo brutalismo das Estações Rodoviárias de Feira de Santana e de Itabuna e pelo regionalismo (e pós-modernismo precoce) do Complexo Turístico Carro de Boi de Amélio Amorim (ANDRADE JUNIOR, 2009, p. 27).

Apesar da quantidade de bens levantados, as pesquisas realizadas na Bahia resultaram no único tombamento pelo IPHAN, a saber, o *Teatro Castro Alves*, de autoria do arquiteto José Bina Fonyat Filho, cuja definição foi resolvida na reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural realizada em 27 de novembro de 2013, conforme publicação no *site* da instituição.<sup>60</sup>

Sobre os trabalhos no Estado do Ceará, o artigo dos arquitetos Clovis Ramiro Neto, Jucá José Clewton do Nascimento, Ricardo Fernandes e Romeu Duarte Junior (2011) trata exclusivamente da primeira fase do inventário, iniciado em 2008, que focou as obras de arquitetos vinculados ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), a saber: José Liberal de Castro, José Neudson Bandeira Braga, Ivan da Silva Brito, Gerhard Bormann, Nícia Bormann, Roberto Martins Castelo; além do engenheiro Luciano Pamplona. Os únicos profissionais não envolvidos com o Curso de Arquitetura foram Fábio KoK de Sá Moreira e Ruth Kok de Sá Moreira. O inventário foi realizado por meio da parceria entre o Departamento de Arquitetura da UFC e a Superintendência do IPHAN no Ceará, com a coordenação do arquiteto Clewton do Nascimento, então lotado nessa superintendência, resultando no

---

<sup>60</sup> Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18167&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia> – acesso em 11 dez. 2013

levantamento de vinte e quatro edificações modernas, sendo treze residências e onze edifícios, cuja conclusão apontou inúmeras intervenções mal conduzidas e até mesmo descaracterizantes. Em 2013, um projeto financiado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFC possibilitou a continuidade do inventário conduzido pelo IPHAN neste Estado,<sup>61</sup> porém ainda restrito às edificações do campus da instituição. Os alunos bolsistas levantaram os prédios da *Biblioteca Central* (atual Biblioteca de Ciências e Tecnologia), o *Núcleo de Processamento de Dados* (atual Secretaria de Tecnologia da Informação), o *Restaurante Universitário* e o *Edifício Sede do Departamento de Zootecnia*. O volume impresso da primeira fase do inventário do Ceará encontra-se disponível para consulta na biblioteca do IPHAN desse Estado. Alexandre Veras, arquiteto lotado atualmente no IPHAN/Ceará, apontou que a instituição tem interesse em dar continuidade às etapas seguintes.<sup>62</sup>

Conforme já mencionado, no ano de 2009, a Superintendência do IPHAN de São Paulo lançou um edital público para dar início aos trabalhos de inventário no Estado. O objetivo desta superintendência era realizar uma primeira identificação da produção arquitetônica moderna do Estado a partir de análises em revistas, artigos, dissertações, teses e livros relacionados ao tema. A metodologia do inventário, descrita no projeto básico do edital, previa quatro etapas, a saber: Etapa 1 - levantamento dos trabalhos existentes na Biblioteca e Arquivo do IPHAN/SP; Etapa 2 - levantamento dos trabalhos existentes em Bibliotecas e Arquivos na: FAUUSP, FAU-Maranhão, Mackenzie, Condephaat, e órgão de preservação municipal; Etapa 3 - levantamentos nas seguintes redes institucionais: Correios, Secretarias de Educação Estaduais e Municipais; Etapa 4 - listagem dos bens levantados e preenchimento das suas respectivas fichas no modelo M3-01, com sua localização no mapa do Estado de São Paulo e no mapa da Cidade de São Paulo.

O trabalho final resultou no levantamento de trezentos e oitenta e nove bens, sendo duzentos e dezesseis localizados na cidade de São Paulo e cento e

---

<sup>61</sup> Sobre este inventário, consultar: RODRIGUES, Rafael Sampaio; BARRETO, Victor Arthur Cândido O.; BARBOSA, Bruna Monteiro; NETO, Clóvis Ramiro Juca; ANDRADE, Margarida Julia de Farias Salles. **Inventário da Arquitetura Moderna no Ceará – O Campus do Pici**. Revista Extensão em Ação – Fortaleza – n.2, V; 3-Jul/Dez, 2013.

<sup>62</sup> Entrevista realizada em dezembro de 2013.

setenta e três distribuídos pelo interior do Estado. A listagem final foi apresentada por ordem cronológica, por programa arquitetônico,<sup>63</sup> por autoria do projeto e também por cidade. Quando por meio das pesquisas era constatado que o bem já não mais existia o registro era realizado da mesma maneira, sendo então incluído em outra relação, a de bens demolidos. Apesar de concluída a primeira fase, não foi identificada nenhuma publicação que demonstrasse o resultado final.

Em relação aos estados cujos trabalhos não foram identificados por meio de publicações, Andrade Junior (2009) relata que no ano de 2008 já havia sido desenvolvido os relatórios iniciais dos estados de Alagoas, Pará, Amazonas, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Distrito Federal. Os arquivos (não publicados) referentes a estes trabalhos nos foram disponibilizados por Andrade Junior que, conforme mencionado, coordenava o Grupo de Trabalho. De uma forma geral são relatórios básicos que descrevem em poucas linhas a relação das ações de preservação do patrimônio edificado moderno em cada estado, a partir de um levantamento prévio, com indicação de uma listagem curta e a relação de bens passíveis de tombamento. Para saber se os trabalhos nestes estados caminharam a partir daí e se houve outros além daqueles que participaram do Grupo de Trabalho, encaminhamos *e-mails* para as superintendências estaduais que participaram do grupo inicial e também para a diretoria do DEPAM, e por último, consultamos os relatórios de gestão do IPHAN a partir de 2009, disponíveis no *site* da instituição.<sup>64</sup>

Nos relatórios de gestão do IPHAN constam trabalhos de inventário realizados nas superintendências de São Paulo (relatório 2009), já citado; Paraíba (2009)<sup>65</sup> e na superintendência de Goiás (2009, 2010, 2012), também já

---

<sup>63</sup> Alojamentos, bancos, edifícios de escritório e comerciais, edifícios para fins culturais, edifícios para fins especializados, edifícios para fins recreativos e esportivos, edifícios para uso misto, edifícios públicos, escolas, estações de transporte coletivo, fábricas e indústrias, habitações coletivas, habitações individuais, hospitais e clínicas, parques, praças e equipamentos urbanos, templos.

<sup>64</sup> Disponível em:

<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=15449&sigla=Documento&retorno=paginaDocumento> – acesso em 11 nov. 2013

<sup>65</sup> Neste Estado, o projeto foi realizado sem a participação direta do orçamento disponibilizado pelo

IPHAN. Para tanto foi criado o grupo de trabalho envolvendo a Divisão Técnica/IPHAN e o Laboratório de Projeto, Pesquisa e Memória/LPPM, da Universidade Federal da Paraíba/UFPB,

apontado.

Dos *e-mails* encaminhados obtivemos resposta apenas do arquiteto Sandro Gama, lotado na superintendência de Alagoas, que confirmou o início do inventário nesse estado, justificando que o mesmo não foi finalizado, sobretudo em função da diminuição do número de funcionários na superintendência.

A resposta do *e-mail* enviado ao DEPAM confirmou que o trabalho foi interrompido em 2011, conforme informação da arquiteta Anna Finger, coordenadora geral do departamento:

O Grupo de Acautelamento da Arquitetura Moderna não é mais atuante. Foi criado em 2008 para produzir subsídios técnicos e discutir questões relativas ao acautelamento da arquitetura moderna, tendo auxiliado nos trabalhos de documentação, instrução de diversos inventários de conhecimento, processos de tombamento, e contribuído para a concepção do Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão – SICG, mas deixou de atuar em 2011.<sup>66</sup>

O Relatório de Gestão de 2010<sup>67</sup> confirma a execução de atividades até esse ano ao descrever a ação contínua de inventários desde 2007, cujos temas estão relacionados com os focos temáticos propostos pela instituição. Dentre eles há o inventário da obra do arquiteto Vilanova Artigas (1915-1985) no município de Londrina e do conjunto da obra do arquiteto Oscar Niemeyer, realizado em 16 estados,<sup>68</sup> quando foram cadastrados cento e oitenta e oito bens imóveis edificadas a partir de projetos do arquiteto. Já o Relatório de Gestão de 2011, confirma o andamento do inventário de Goiás. Os Relatórios de 2012 e 2013 não apresentam mais dados sobre o inventário deste acervo, confirmando a sua interrupção, conforme informado pelo DEPAM.

A despeito dessas ações, alguns autores<sup>69</sup> ainda reconhecem que os trabalhos

---

para o inventário nas cidades de João Pessoa e Campina Grande. (Fonte: Relatório de Gestão do IPHAN referente ao Exercício 2009).

<sup>66</sup> Conforme *e-mail* encaminhado no dia 14 de julho de 2014, respondido no dia 15 de julho de 2014.

<sup>67</sup> Referente às ações do órgão do exercício 2010. Estes relatórios começaram a ser emitidos a partir da Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, que define as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010. Disponível em [www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br) – acesso em 19 jan. 2014.

<sup>68</sup> Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo e Tocantins.

<sup>69</sup> Ver Andrade Junior (2009) e Caixeta (2011),

de proteção do IPHAN em prol da arquitetura moderna brasileira, especificamente os de tombamentos, continuam sendo elitistas, priorizando a proteção dos bens de autoria dos arquitetos da Escola Carioca e daqueles localizados nas principais capitais brasileiras. Consideramos pertinente atualizar os dados de tombamentos da arquitetura moderna após esses inventários, ainda que os mesmos tenham sido realizados preliminarmente, para verificar se houve algum efeito positivo. Para tanto, montamos as tabelas 1 e 2, que descrevem a obra, a autoria, a localização e ano de tombamento de cada bem tutelado:

Tabela 1 – tombamentos federais de bens representantes da arquitetura moderna por ordem cronológica.

Ano de tombamento	Número de tombamentos de bens modernos por ano	Bem cultural tombado	Data de construção /inauguração	Estado/cidade	Arquiteto
1947	1	Igreja São Francisco de Assis e suas obras de arte	1940	Minas Gerais, Belo Horizonte	Oscar Niemeyer
1948	1	Edifício na rua da Imprensa, 16 (edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde),	1937/1945	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Lucio Costa; Jorge Moreira; Ernani Vasconcellos; Affonso Eduardo Reidy e Carlos Leão
1957	1	Estação de Hidroaviões no Rio de Janeiro	1938	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Atílio Correa Lima
1959	1	Catetinho	1956	Brasília, Distrito Federal	Oscar Niemeyer
1965	1	Parque do Flamengo	Década de 1960	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Vários autores
1967	1	Catedral Metropolitana de Brasília		Brasília, Distrito Federal	Oscar Niemeyer
1974	1	Chácara do Céu	1954	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Wladimir Alves de Souza
1984	1	A.B.I. – edifício sede da Associação Brasileira de Imprensa	1939	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Irmãos Marcelo e Milton Roberto
1985	1	Hotel do Parque São Clemente	Década de 1940	Nova Friburgo, Rio de Janeiro	Lucio costa
1986	3	Conjunto Residencial do Parque Guinle	Década de 1940	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Lucio Costa
		Casa à Rua Itápolis, 961, Pacaembu	1930	São Paulo, São Paulo	Gregori Warchavchik
		Imóvel situado na Rua Bahia, 1126	1928-1930	São Paulo, São Paulo	Gregori Warchavchik
1987	1	Imóvel situado à Rua Santa Cruz, nº 325	1927	São Paulo, São Paulo	Gregori Warchavchik
1998	1	Pavilhão Luís Nunes, antigo Pavilhão de Verificação de Óbitos da Escola de Medicina de Recife	1937	Pernambuco, Recife	Luiz Nunes e Fernando Saturnino de Brito
1990	1	Conjunto Urbanístico de Brasília	Década de 1960	Brasília, Distrito Federal	Lucio Costa
1997	1	Conjunto Urbanístico da Pampulha	Década de 1940	Minas Gerais, Belo Horizonte	Oscar Niemeyer
2000	1	Estádio do Maracanã	1950	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Waldir Ramos, Raphael Galvão, Miguel Feldman, Oscar Valdetaro, Orlando Azevedo, Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Dias Carneiro

(Continua)

Ano de tombamento	Número de tombamentos de bens modernos por ano	Bem cultural tombado	Data de construção /inauguração	Estado/cidade	Arquiteto
2001	1	Marco comemorativo do Centenário de Juiz de Fora	Década de 1950	Minas Gerais, Juiz de Fora	Arthur Arcuri, e mosaico de Di Cavalcanti
2003	1	Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases	--	Minas Gerais, Cataguases	Diversos autores
2007	25	Bens representativos do conjunto da Obra do arquiteto Oscar Niemeyer, (Estados DF, RJ)			
		Casa das Canoas	1951	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro	Oscar Niemeyer
		Palácio da Alvorada - Conjunto Arquitetônico, incluindo Capela e demais edificações	1957	DF, Brasília	
		Capela Nossa Senhora de Fátima	1958	DF, Brasília	
		Praça dos Três Poderes	Década de 1950	DF, Brasília	
		Congresso Nacional e anexo	1958	DF, Brasília	
		Museu da Cidade	1958	DF, Brasília	
		Palácio do Planalto	1958	DF, Brasília	
		Supremo Tribunal Federal;	1958	DF, Brasília	
		Casa de Chá	1958	DF, Brasília	
		Pombal	1961	DF, Brasília	
		Espaço Lucio Costa	1989	DF, Brasília	
		Ministérios e anexos	1958	DF, Brasília	
		Casa de Vidro, sede do Instituto Lina Bo Bardi	1950/1951	São Paulo, São Paulo	Lina Bo Bardi

(Continua)

Ano de tombamento	Número de tombamentos de bens modernos por ano	Bem cultural tombado	Data de construção /inauguração	Estado/cidade	Arquiteto
		Palácio da Justiça	1962	DF, Brasília	
		Palácio do Itamaraty e anexos	1962	DF, Brasília	
		Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves	1985	DF, Brasília	
		Teatro Nacional Cláudio Santoro	1958	DF, Brasília	
		Quartel General do Exército	1968	DF, Brasília	
		Residência do Vice-Presidente da República (Palácio do Jaburu)	1973	DF, Brasília	
		Memorial JK	1976/1980	DF, Brasília	
		Memorial dos Povos Indígenas	1982	DF, Brasília	
		Conjunto Cultural da Funarte	1978	DF, Brasília	
		Espaço Oscar Niemeyer	1988	DF, Brasília	
		Conjunto Cultural Sul - Museu e Biblioteca, incluindo os espaços entre os prédios	1986	DF, Brasília	
		Edifício Touring Club do Brasil	1962	DF, Brasília	
2008	01	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP	1968	São Paulo, São Paulo	Lina Bo Bardi
2011	1	Elevador Lacerda	1930 (iphan)	Bahia, Salvador	Fleming Thiesen
2012	1	Vila Serra do Navio	Década de 1950	Amapá, Serra do Navio	Oswaldo Bratke
2013	1	Teatro Castro Alves	1958/67	Salvador, Bahia	José Bina Fonyat Filho

Fonte: das autoras - 2014.

Tabela 2 – tombamentos federais de bens representantes da arquitetura moderna por Unidades Federativas.

Estado	Número De Bens Tombados	Obra	Arquiteto
Acre	0	--	--
Alagoas	0	--	--
Amapá	1	Vila Serra do Navio	Oswaldo Bratke
Amazonas	0	--	--
Bahia	2	Teatro Castro Alves	José Bina Fonyat Filho
		Elevador Lacerda	Fleming Thiesen
Ceará	0	--	--
Distrito Federal	26	Prédio do Touring Club do Brasil	Oscar Niemeyer
		Conjunto Cultural Sul-Museu e Biblioteca, incluindo os espaços entre os prédios	
		Espaço Oscar Niemeyer	
		Conjunto Cultural da Funarte	
		Memorial dos Povos Indígenas	
		Memorial JK	
		Palácio da Justiça	
		Palácio do Itamaraty e anexos	
		Panteão da Liberdade e da Democracia Tancredo Neves	
		Teatro Nacional Cláudio Santoro	
		Quartel General do Exército	
		Pombal	
		Espaço Lucio Costa	
		Ministérios e anexos	
		Palácio do Planalto	
		Supremo Tribunal Federal	
		Casa de Chá	
		Praça dos Três Poderes	
		Congresso Nacional e anexo	
		Museu da Fundação de Brasília	
		Catedral Metropolitana de Brasília	
		Catetinho	
		Palácio da Alvorada - Conjunto Arquitetônico, incluindo Capela e demais edificações	
		Capela Nossa Senhora de Fátima	
		Palácio do Jaburu	
		Conjunto Urbanístico de Brasília	Lucio Costa
Espírito Santo	0	--	--
Goiás	0	--	--

(Continua)

Estado	Número De Bens Tombados	Obra	Arquiteto
Maranhão	0	--	--
Mato Grosso	0	--	--
Mato Grosso do Sul	0	--	--
Minas Gerais	4	Marco comemorativo do Centenário de Juiz de fora	Arthur Arcuri, e mosaico de Di Cavalcanti
		Conjunto Histórico, Arquitetônico e Paisagístico de Cataguases	Diversos
		Conjunto Arquitetônico da Pampulha	Oscar Niemeyer
		Igreja São Francisco de Assis e suas obras de arte	Oscar Niemeyer
Pará	0	--	--
Paraíba	0	--	--
Paraná	1	Museu Oscar Niemeyer	Oscar Niemeyer
Pernambuco	1	Pavilhão Luís Nunes, antigo Pavilhão de Verificação de Óbitos da Escola de Medicina de Recife	Luiz Nunes e Fernando Saturnino de Brito
Piauí	0	--	--
Rio de Janeiro	9	Casa das Canoas	Oscar Niemeyer
		Estádio do Maracanã	Waldir Ramos, Raphael Galvão, Miguel Feldman, Oscar Valdetaro, Orlando Azevedo, Pedro Paulo Bernardes Bastos e Antônio Dias Carneiro
		Conjunto Residencial do Parque Guinle	Lucio Costa
		Hotel do Parque São Clemente	
		A.B.I. – edifício sede da Associação Brasileira de Imprensa	Irmãos Marcelo e Milton Roberto
		Chácara do Céu	Wladimir Alves de Souza
		Parque do Flamengo	Diversos
		Estação de Hidroaviões no Rio de Janeiro	Atílio Correa Lima
		Edifício na rua da Imprensa, 16 (edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde),	Lucio Costa; Jorge Moreira; Ernani Vasconcellos; Affonso Eduardo Reidy e Carlos Leão
Rio Grande do Norte	0	--	--
Rio Grande do Sul	0	--	--
Rondônia	0	--	--

(Continua)

Estado	Número De Bens Tombados	Obra	Arquiteto
Roraima	0	--	--
Santa Catarina	0	-	--
São Paulo	5	Museu de Arte de de São Paulo Assis Chateaubriand – MASP	Lina Bo Bardi
		Casa à Rua Itápolis, 961, Pacaembu	Gregori Warchavchik
		Imóvel situado na Rua Bahia, 1126	
		Imóvel situado à Rua Santa Cruz, nº 325	
		Casa de Vidro, sede do Instituto Lina Bo Bardi	Lina Bo Bardi
Sergipe	0	--	--
Tocantins	0	--	--

Fonte: das autoras - 2014.

Vale ressaltar a dificuldade de se levantar os dados para compor as tabelas, visto que a listagem de tombamentos publicada no *site*<sup>70</sup> do IPHAN não está atualizada, faltando dados do ano de 2013, e não distingue o tombamento por arquiteto, tampouco informa o ano do projeto, dados que poderiam facilitar de forma considerável a pesquisa.

Desse modo, para a produção das tabelas, fez-se necessário analisar cada bem constante na listagem e identificá-lo como representante da arquitetura moderna. É dispensável concluir que Oscar Niemeyer é o arquiteto que mais possui obras tuteladas, já que, conforme relatado, o seu centenário foi comemorado com o tombamento provisório de vinte e quatro bens de sua autoria, localizados, em sua maioria, em Brasília, o que fez desta unidade federativa o local com maior número de bens da arquitetura moderna protegidos.

<sup>70</sup><http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=17740&sigla=Institucional&retorno=paginaInstitucional> – acesso em 19 jan. 2014

Figura 43 – Mapa político do Brasil com a distribuição do número de bens imóveis modernistas tombados pelo IPHAN por Unidades Federativas.



Legenda:

- Unidade Federativa com bens imóveis modernos tombados.
- Unidade Federativa com ausência bens imóveis modernos tombados.

Fonte: das autoras, 2014.

As análises mostraram que, após os trabalhos de inventário sobre a arquitetura moderna brasileira, iniciados a partir de 2009 pelas superintendências, apenas dois estados tombaram bens com características racionalistas, a saber, a Bahia, com o tombamento em 2012 do *Elevador Lacerda* e em 2013 do *Teatro Castro Alves* e o Estado do Amapá, com o tombamento do *Conjunto Arquitetônico da Vila Serra do Navio*.

Também é fato que a maioria dos bens protegidos estão localizados nas principais regiões e capitais brasileiras (FIGURA 43), porém, com o tombamento do conjunto de obras do arquiteto Oscar Niemeyer, já não é possível afirmar que o tombamento está voltado para obras dos arquitetos da Escola Carioca e sim para as obras específicas desse arquiteto, o que não altera também o quadro de concentração de tombamentos. De fato, não há como negar que o campo mais propício para esta produção foram as principais capitais brasileiras, sobretudo a cidade do Rio de Janeiro, então capital de um país sedento por afirmar a sua nacionalidade por meio da nova arquitetura. Entretanto, não podemos descartar, neste conjunto, as diversas vertentes da arquitetura moderna brasileira, que adquiriram caráter próprio e regionalista,

constituindo, desse modo, uma importante produção brasileira e que merece proteção dos órgãos de preservação. Ademais, considerando a produção de arquitetura moderna no país e sua representatividade, o número total de tombamentos pode ser avaliado como irrisório.

Uma questão pode ser levantada com o resultado das análises: seria necessário tomar tantas obras de Oscar Niemeyer em Brasília, uma vez que o conjunto urbano já é preservado? Não cabe aqui ponderar a carência do IPHAN em relação a verbas disponíveis para a realização dos levantamentos, tampouco a carência de pessoal técnico, visto que muitos desses trabalhos de inventários poderiam ser realizados com parceria entre as instituições públicas, como foi o caso do Ceará, Goiás e Bahia.

Dados atualizados sobre propostas de tombamento ou outras atividades relacionadas com o patrimônio moderno nos estados não estão disponíveis no *site* do IPHAN, entretanto destaca Andrade Junior,

existem vários processos de tombamento e inventários em andamento nas superintendências regionais [...], como por exemplo os processos de tombamento conduzidos pela Superintendência Regional do IPHAN na Bahia referentes ao Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Estância Hidromineral de Cipó, construído a partir da década de 1930 no sertão baiano, ao Edifício Caramuru, construído em Salvador a partir de 1946 segundo projeto de Paulo Antunes Ribeiro, e ao Instituto do Cacau, construído em Salvador na década de 1930 segundo projeto do arquiteto alemão Alexander Buddeüs. (2009, p.6);

Apesar destas conclusões, deve-se levar em conta o pioneirismo do Brasil na tutela de preservação de edificações modernas, visto que o tombamento desses bens possibilitou a sua permanência até os dias atuais e, a princípio, maior cuidado nas intervenções realizadas, assunto que será discutido no último capítulo.

### 3.1. Ações estaduais de preservação da arquitetura moderna no Rio de Janeiro

No Estado do Rio de Janeiro, ações estaduais preservacionistas complementam as ações federais por meio do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC). O órgão, com mais de quarenta anos de atuação, dedica-se à preservação do patrimônio cultural do Estado a partir dos instrumentos disponíveis para tais ações e, além de outras atividades, assessora o Conselho Estadual de Tombamento.

A instituição, atualmente, vem desenvolvendo importantes trabalhos complementares, tais como a edição do Guia de Bens Tombados pelo Estado e a criação do Banco de Dados do Inventário de Bens Culturais do Estado.<sup>71</sup>

O *site*<sup>72</sup> do órgão não apresenta informações sobre ações direcionadas especificamente ao patrimônio moderno fluminense. Os inventários disponibilizados são agrupados em: caminhos singulares, fazendas, reservatórios de água tombados e estações ferroviárias. A relação de bens tombados pelo Estado era, até o mês de dezembro de 2013, acessada por um arquivo anexado à parte, disposta em ordem cronológica ao ano de tombamento, contendo o nome do bem cultural tombado, data de tombamento, indicação do processo de tombamento e localização, totalizando duzentos e vinte e sete bens tombados até o ano de 2011.

A partir da atualização do *site* em meados de 2014, esta lista foi excluída, e a relação de bens tombados passou a ser disponibilizada por sistema de busca por cidade ou por palavra-chave. Para saber o índice de tombamento de edificações modernas em relação ao total de tombamentos, montamos a tabela 3, a seguir apresentada:

---

<sup>71</sup> Informações obtidas *on-line* ([www.inepac.rj.gov.br](http://www.inepac.rj.gov.br)).

<sup>72</sup> [www.inepac.rj.gov.br](http://www.inepac.rj.gov.br)

Tabela 3 – tombamentos estaduais de bens representantes da arquitetura moderna no Estado do Rio de Janeiro por ordem cronológica.

<b>Obra</b>	<b>Arquiteto</b>	<b>Data De Tombamento</b>	<b>Localização</b>
1. Imóvel no Km 85 da rodovia Amaral Peixoto – Casa de veraneio de Pedro Paulo Paes de Carvalho	Lucio Costa	1992	Araruama
2. Cine Teatro Monte Líbano	?	2002	Bom Jesus do Itabapoana
3. Casa Saavedra	Lucio Costa	1992	Petrópolis
4. Monumento Rodoviário na via Dutra km 226	Engenheiro Mário Chagas Dória e arquiteto Raphael Galvão	1990 (provisório)	Piraí
5. Conjunto Residencial Prefeito Mendes de Moraes (Conjunto Pedregulho)	Afonso Eduardo Reidy	2011 (provisório)	Rio de Janeiro
6. Pavilhão Arthur Neiva – Pavilhão de Cursos do Campus Manguinhos	Jorge Ferreira	2001 <sup>73</sup>	Rio de Janeiro
7. Prédio do antigo Banco Boavista (Inclusive painel de Cândido Portinari)	Oscar Niemeyer	1992	Rio de Janeiro
8. Teatro Nacional de Comédia (Atual Teatro Glauce Rocha)	Paulo Alberto Viana Rodrigues	1994	Rio de Janeiro
9. Estação de passageiros do Aeroporto Santos Dumont	Marcelo e Milton Roberto	1998 (provisório)	Rio de Janeiro
10. Prédio do Tribunal Regional do Trabalho	Engenheiro Mário Santos Maia e arquitetos Dulphe Pinheiro Machado, Edgard de Mello, Afonso Eduardo Reidy, Mário Santos Maia, Antônio de Almeida e Plínio Cantanhede	1998 (provisório)	Rio de Janeiro
11. Pavilhão de cursos e restaurante central do campus da Fundação Oswaldo Cruz	Jorge Ferreira	2001	Rio de Janeiro
12. Palácio Duque de Caxias (Antigo Ministério da Guerra)	Christiano Stockler das Neves	1998 (provisório)	Rio de Janeiro
13. Teatro Armando Gonzaga	Afonso Eduardo Reidy	1989	Rio de Janeiro
14. Prédio da Conab - Companhia Nacional de Abastecimento	Engenheiro Humberto Nabuco dos Santos	1998	Rio de Janeiro
15. Edifício Standard (Conhecido como prédio da Esso)	Robert Prentice	2003	Rio de Janeiro
16. Edifício da Obra do Berço	Oscar Niemeyer	1978 (provisório)	Rio de Janeiro
17. Hangar do Aeroporto Santos Dumont	Engenheiro Paulo Fragoso	2003 (provisório)	Rio de Janeiro
18. Hospital da Lagoa	Oscar Niemeyer e Hélio Uchoa	1992	Rio de Janeiro
19. Passarela do Samba - Sambódromo	Oscar Niemeyer	1994	Rio de Janeiro
20. Casa na estrada das Canoas nº 2310	Oscar Niemeyer	1992	Rio de Janeiro
21. Cine 9 de Abril	Glauco do Couto Oliveira e Ricardo Tonumasi	1989 (provisório)	Volta Redonda

<sup>73</sup> COELHO et al., 2011.

Do total de tombamentos realizados no Estado do Rio de Janeiro, que na lista disponibilizada até dezembro de 2013 contabilizavam duzentos e vinte sete bens, são protegidas vinte e uma obras da arquitetura moderna, sendo dezesseis delas localizadas na cidade do Rio de Janeiro. O número não pode ser considerado pequeno, porém a concentração ainda está na capital, assim como acontece com os tombamentos federais e municipais.

### 3.2. Ações municipais de preservação da arquitetura moderna no Rio de Janeiro

Em âmbito municipal, o órgão de preservação do patrimônio cultural do Rio de Janeiro é representado pelo Instituto Rio Patrimônio da Humanidade (IRPH). O Instituto foi criado pelo Decreto nº 35.879, de 5 de julho de 2012, logo após a cidade do Rio de Janeiro ser declarada patrimônio da humanidade pela UNESCO. O Instituto substituiu a Subsecretaria do Patrimônio Cultural, Intervenção Urbana, Arquitetura e Design (SUBPC), que teve sua origem no Departamento Geral do Patrimônio Cultural. As ações de proteção deste órgão são consideravelmente abrangentes. Dentre elas está a proteção dos imóveis construídos até 1937, garantida pelo Decreto Municipal nº 20.048/2001. Qualquer intervenção nestes bens deve passar pelo crivo do Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural que permite, inclusive, demolições.

Outra ação abrangente é a criação das APACs (Áreas de Proteção do Ambiente Cultural), prevista no Plano Diretor (Lei Complementar nº16/1992) e utilizada para a proteção do ambiente construído. A proposta de proteção de uma área urbana é sempre precedida de estudos, incluindo mapeamentos das ocupações, de edificações, de ruas, bens imateriais, com o devido inventário e posteriores proteções individuais.

O Instituto divide as proteções individuais em tombamentos, preservação e tutela. O bem é preservado quando pertence a um conjunto arquitetônico cujas características representam a identidade cultural da área preservada, sendo mantidas suas fachadas, cobertura e volumetria, como objetivo de preservar a ambiência urbana. Um bem é tutelado quando é renovado e situado no entorno dos bens preservados ou tombados, mas não possuem valor de conjunto, porém estão sujeitos a restrições para não descaracterizar o ambiente urbano preservado.<sup>74</sup> E por fim, o bem é tombado quando possui proteção isolada. Atualmente são 36 áreas urbanas protegidas conforme informa o *site*<sup>75</sup> do

---

<sup>74</sup> Informações obtidas *on-line* (<http://www.rio.rj.gov.br/patrimonio/principal.shtm>)

<sup>75</sup> <http://www.rio.rj.gov.br/patrimonio/principal.shtm>

IRPH, que garantem a proteção direta ou indireta de um número significativo de edificações. Sobre as APACs, Carlos e Sampaio comentam;

Este instrumento de proteção estabelece escalas de significações ambientais do conjunto arquitetônico de áreas com potencial de proteção que incluem categorias de edificações de notáveis méritos, de valor de conjunto, composição de ambiência e de renovação urbana. Nas propostas de salvaguarda são levadas em consideração a homogeneidade, integridade e diversidade dos aspectos que definem a paisagem urbana. Os parâmetros de uso e de ocupação que promovem a estruturação urbana são definidos em função dos padrões das tipologias arquitetônicas, dos espaços, dos desenhos urbanos e das atividades predominantes (CARLOS e SAMPAIO, 2009, p. 6).

A pesquisa verificou que não há ações específicas para proteção da arquitetura moderna carioca e não há listagem de tombamentos isolados. Para saber se um imóvel é tombado é necessário realizar a consulta diretamente na Subsecretaria.<sup>76</sup> Este impasse prejudicou a construção do índice de tombamentos municipais isolados da arquitetura moderna na cidade do Rio de Janeiro.

Coelho (2007, p.3), ao discorrer sobre a preservação de edifícios residenciais da capital carioca, fornece dados sobre tombamentos municipais de alguns exemplares da arquitetura moderna, tais como os *Apartamentos Proletários da Gamboa* (projetados por Lucio Costa e Gregori Warchavchick em 1932, tombado pelo decreto municipal nº 6057/1986); o *Conjunto Residencial Mendes de Moraes* (Conjunto Pedregulho), projetado da década de 1940, pelo arquiteto Affonso Eduardo Reidy, e tombado municipalmente em 1986 por meio do Decreto nº 6383/1986; o *Conjunto Residencial Marquês de São Vicente*, projetado na década de 1950, por Reidy, tombado em 2001, pela Lei Municipal nº 3300/2001.

Apesar dos tombamentos isolados destes edifícios, não há registros sobre qualquer tipo de intervenção conduzida pelos órgãos de preservação e todos encontram-se totalmente descaracterizados (COELHO, 2007, p.4), correndo o risco de perder os elementos arquitetônicos que os identificam como bens representantes da arquitetura moderna.

---

<sup>76</sup> Conforme informa o *site* do Instituto.

Segundo Carlos e Sampaio (2009), no ano de 2002 uma importante iniciativa do órgão de proteção municipal,<sup>77</sup> dirigido na ocasião pelo arquiteto Claudio Antonio Santos Lima Carlos, propôs ao Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural o tombamento de cinquenta edificações modernas. A listagem incluía obras projetadas entre as décadas de 1940 e 1960 por arquitetos como Paulo Antunes, Jorge Ferreira, Olavo Reidig de Campos, Marcelo Fragelli, Jorge Machado Moreira, Irmãos Roberto, Jacques Pilon, Francisco Bolonha, Firmino Saldanha, Álvaro Vital Brasil, Carlos Leão e outros. Em 2004, outra proposta de tombamento foi formulada pelo arquiteto Julio Cesar Ribeiro Sampaio, com base na listagem proposta pelo arquiteto Claudio Antonio Santos Lima Carlos e definida com o corpo docente e discente do Curso de Pós-Graduação em Arquitetura (Proarq) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, resultando num acréscimo de mais 11 bens em relação à primeira listagem (CARLOS e SAMPAIO, 2009, p. 9).<sup>78</sup>

O pedido de tombamento da totalidade dos bens dessa última listagem foi encaminhado em julho de 2004 para o IPHAN, INEPAC e para o órgão de proteção municipal pelos alunos e professores da área de História e Preservação do Patrimônio Cultural do Proarq/UFRJ. Apenas o órgão municipal deu andamento ao processo, com a indicação pelo Conselho Municipal do Patrimônio Cultural do tombamento provisório de 12 das edificações listadas, por meio do Decreto Municipal nº 26.712/2006, das quais nove foram definitivamente tombadas.<sup>79</sup> A iniciativa desta proposta de tombamento era, segundo os autores,

---

<sup>77</sup> Na ocasião, Departamento Geral de Patrimônio Cultural.

<sup>78</sup> Ver listagem em ANEXO 1.

<sup>79</sup> **Residência White**, Ladeira do Russel nº 37, Glória, projeto de autoria de Jorge Machado Moreira; **Edifício Tapir**, Rua Senador Vergueiro nº 66, Flamengo, projeto de autoria de Jorge Machado Moreira; **Residência Carmem Portinho**, Estrada do Guanambi nº 671, Jacarepaguá, projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy; **Residência Dr. Couto e Silva**, Avenida Edson Passos nº 3114, Alto da Boa Vista, projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy e Roberto Burle Marx; **Residência na Rua Almirante Gomes Pereira nº 71**, Urca, projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro; **Residência na Rua Urbano Santos nº 50**, Urca, projeto de autoria de Firmino Saldanha; **Albergue da Boa Vontade**, Praça da Harmonia s/nº, Gamboa, projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro; **Edifício Marques do Herval**, Avenida Rio Branco nº 185, Centro, projeto de autoria dos Irmãos Roberto; **SOTREQ**, Avenida Brasil nº 7200, Bonsucesso, projeto de autoria dos Irmãos Roberto; **Edifício-Sede do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB**, Avenida Marechal

[...] suscitar debates e discussões conceituais no órgão colegiado municipal acerca da questão da proteção de exemplares menores da Arquitetura Modernista Carioca no âmbito do conceito de arquitetura modesta de Giovanonni [...] (CARLOS e SAMPAIO, 2009, p.10).

Porém, os resultados desta iniciativa não atingiram a proposta inicial, visto que as ações efetivas de tombamento concentraram-se nos bens de autoria dos arquitetos renomados da capital carioca, implicando, conforme relatam os autores, a “persistência de uma abordagem elitista, segregadora e fragmentada do conjunto arquitetônico da cidade apesar dos avanços verificados na trajetória da proteção de edificações no Brasil” (CARLOS e SAMPAIO, 2009, p.11). Os mesmos autores consideram que a dispersão das demais edificações da listagem, sem características de conjunto, impede a aplicação do artifício das APACs, e que por isso o instrumento mais apropriado seria o tombamento isolado. Entretanto, é pertinente destacar que, em tese, ao se criar uma APAC, conforme informa o próprio *site*<sup>80</sup> do órgão de proteção municipal, todas as edificações da área são analisadas individualmente, criando, indiretamente, uma proteção a esses bens.

Diante disso, podemos avaliar que as ações de preservação municipal da cidade do Rio de Janeiro são consideravelmente amplas, englobando conjuntos arquitetônicos, que direta ou indiretamente protegem as obras de arquitetura moderna e vão de encontro às propostas de valorização do ambiente construído recomendadas pela Carta de Veneza.

---

Câmara nº171, esquina com Avenida Franklin Roosevelt, Centro, projeto de autoria dos Irmãos Roberto; **SENAI - Unidade Maracanã**, Rua São Francisco Xavier nº 601, Maracanã, projeto de autoria dos Irmãos Roberto; **Residência Walter Moreira Salles**, Rua Marquês de São Vicente nº 476, Gávea, projeto de autoria de Olavo Redig de Campos (CARLOS e SAMPAIO, 2009, p. 18).

<sup>80</sup> <http://www.rio.rj.gov.br/patrimonio/principal.shtm>

#### 4. PRESERVAÇÃO DE EDIFICAÇÕES VERTICAIS MODERNAS

O que muda na mudança  
se tudo em volta é uma dança  
no trajeto da esperança,  
junto ao que nunca se alcança?

(ANDRADE, Carlos Drummond de. 1989)

Ao adentrarmos os campos teóricos da produção arquitetônica moderna, ruptura e inovação foram com frequência associadas ao Movimento, entretanto, conforme informa Andrade *et al.* (2003, p. 11),

hoje está claro [...] que em muitas de suas mais significativas expressões a arquitetura modernista tomou a história da arquitetura como fundamento para a invenção arquitetônica e incorporou a tradição para renovar.

No Brasil também não foi diferente. Na publicação *Brazil Builds*, Philip Goodwin (1885-1958) fez referência às obras brasileiras selecionadas e sua relação com a arquitetura colonial.

O período da produção da arquitetura moderna coincidiu com a padronização de diversos materiais da construção civil, dando início ao processo de racionalização (Szücs *et al.*, 2003). A produção da tecnologia do concreto em São Paulo possibilitou a transformação deste material em linguagem das edificações, passando a traduzir modernidade. Cobogós<sup>81</sup>, *brise-soleil*, caixilhos de vidro, painéis de azulejos foram comumente utilizados, conferindo autenticidade à arquitetura produzida.

A ideia de autenticidade como é usualmente usada, como contrário a algo falso, diferente do original, parece não ser a fundamental quando o patrimônio que está em questão é o moderno, assim como também não seria quando se tratasse de um objeto industrial, reproduzível [...]. A autenticidade em relação aos monumentos arquitetônicos contém uma ideia da passagem do tempo, do “valor de antiguidade” Riegliano, do reconhecimento e valorização do objeto através das marcas

---

<sup>81</sup> O elemento conhecido como cobogó, ou combogó, foi fruto da invenção de dois comerciantes (Coimbra, Boeckmann) e um engenheiro (Góes) radicados no Recife no século XX que patentearam o produto em 1929 com as iniciais dos seus nomes. A ideia era criar um simples elemento pré-fabricado para a construção civil para ser produzido em série, “baseado na vazadura de uma retícula modular sobre uma placa prismática de concreto, [...] para ser utilizado como elemento de composição de septos verticais” com o objetivo de permitir a passagem da ventilação natural e reduzir a incidência solar tão forte naquele estado brasileiro. (VIEIRA, BORBA, RODRIGUES, 2013, p. 32)

obtidas em seu devir histórico, mais ou menos longo.  
(GONSALES, 2007, p. 8)

Mas como intervir nesta autenticidade? A prática deve ser diferenciada dos padrões de restauro tradicionais? A estética do moderno permite abordagens sobre a marca do tempo?

O campo, até pouco tempo restrito a obras mais antigas, começa a abranger o patrimônio edificado da arquitetura moderna e são várias as posturas entre as intervenções realizadas em edifícios do século XX, tais como propôs Simona Salvo (2007):<sup>82</sup> repriminção, reconstrução pseudo-filológica, recuperação afetiva, reedição de autor em contraposição à manutenção inconsciente e desatenta, execução defasada, abandono e destruição.

Dentre as questões de se intervir neste patrimônio está a possibilidade do arquiteto autor estar vivo, podendo influenciar na intervenção. Há também a proximidade da arquitetura moderna em relação às gerações atuais, que muitas vezes representa a ideia de que não é necessária uma abordagem restaurativa para a intervenção em tais obras, e a facilidade aparente da restauração deste tipo de edificação, que esconde as dificuldades do processo, sejam elas teóricas, sejam técnicas (PINHEIRO, 2003). Outra questão, conforme relata Zein (1999, p.8), “é a rápida obsolescência ou radical transformação de pautas e programas, exigindo profundas transformações no edifício que, no limite, podem levar à destruição de sua concepção original.”

Estas transformações para adequar o edifício ao novo uso vêm ocorrendo com frequência nas edificações verticais produzidas no período áureo da arquitetura moderna nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. Não há estudos que informam como essas intervenções, ou *retrofits*, foram conduzidas em relação aos princípios de restauração, mas o que se pode perceber claramente é que a maior parte delas se traduz em obras sem um tratamento restaurativo, alterando, inclusive, seu caráter físico, como é o caso do *retrofit* do edifício Manchete, já demonstrado. É o que iremos analisar.

---

<sup>82</sup> Ver KÜHL, Beatriz Mugayar . *Preservação da arquitetura moderna e metodologia de restauro*. Pós.Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP, São Paulo, v. 19, p. 198-201, 2006, que contém o texto de Simona Salvo.

Há também, porém menos comum, a intervenção que pretende criar uma obra moderna do zero, criar uma edificação a partir de um projeto original ou completar uma obra existente, o que não é original na história da arquitetura, mas que da mesma forma gera uma polêmica no meio envolvido.<sup>83</sup>

Alguns autores discorrem sobre a aplicação dos princípios tradicionais no campo do restauro para as obras de arte modernas e contemporâneas. Kühl (2011) destaca como os de interesse aqueles que analisam as experiências desenvolvidas no *Restaurierungszentrum de Düsseldorf* (Centro de Restauração de Dusseldorf, na Alemanha), tais como Heinz Althöfer (1925), diretor do Centro durante muitos anos, que trata da aplicabilidade da metodologia e dos princípios de restauro para obras modernas. Claudio Varagnoli, autor que segundo Kühl, (2001, p.94) “[...] refuta a necessidade de tratar as expressões modernas e contemporâneas de maneira diversa,” apresentou, após análise de Althöfer, que as intervenções neste campo devem ser estruturadas em três grupos:

aquelas que são assimiláveis – por material, relação com fruidor e significado – às tradicionais, para as quais a ação de restauro será semelhante àquela de obras mais antigas, tanto do ponto de vista conceitual, quanto técnico; as obras feitas com materiais experimentais, que trazem novos problemas técnico-operacionais, mas, não, conceituais; e as obras que possuem uma relação diversa com a materialidade. Neste último caso, é necessária cautela, procurando estabelecer relações com o percurso mental do artista para não desnaturá-lo (caso da eat art, performances etc.), trabalhando, na maioria dos casos por meio de registros. (KÜHL, 2011. p.94).

Desse modo, percebe-se um consenso mais avançado de que os princípios teóricos do campo da restauração podem e devem ser aplicados nas obras recentes e que não é necessário criar um campo novo para tais intervenções. Ainda vale a crítica sobre a obra, que irá conduzir todo o processo de restauração do bem, pois “a aproximação a uma obra do século 20 não é, como se gostaria fazer crer, radicalmente diversa daquela em relação a uma obra antiga” (SALVO, 2008, p.199).

Apesar da literatura indicar um consenso da aplicabilidade das bases teóricas de restauração em edificações modernas, resta-nos questionar quando, como

---

<sup>83</sup> Sobre este assunto, ver PELLEGRINI, Ana Carolina. De volta para o futuro: projeto antigo, patrimônio novo. In: 8º Seminário Docomomo Brasil, 2009, Rio de Janeiro.

e em que obras elas devem ser aplicadas. Se a edificação é tutelada por órgãos de preservação, pressupõe-se que seu valor é reconhecido e deve ser mantido para as próximas gerações. Neste sentido, a restauração deve ser aplicada. Desse modo, ao se intervir em uma edificação representante do século XX, além da sua forma, a técnica deverá ser observada, sendo alvos do *restauro crítico* que, teoricamente, deveria embasar qualquer projeto de restauração tradicional na atualidade, conforme expõe Salvo:

a característica serial do novo é, com efeito, interpretada como falta de originalidade; a reprodutibilidade do produto industrial, como perda da condição de raridade e unicidade; a intencional transitoriedade, como oposição à duração no tempo congênita ao novo; o experimentalismo, como fonte de erros e falta de domínio na construção. Ao contrário, segundo a chave de leitura que oferece a mais amadurecida reflexão sobre o restauro, exatamente esses elementos representam o caráter precípua da produção artística dessa época e deveriam, teoricamente, inspirar específica cautela e cuidado conservativo. (SALVO, 2007, p.142)

A restauração como um ato crítico está fundamentada nos documentos constituídos ao longo de vários séculos que permitiram a criação dos métodos de preservação, conforme já mencionado. As teorias construídas são responsáveis por direcionar qualquer processo de intervenção em um bem de interesse cultural, conduzindo, dessa forma, os critérios para a restauração. Se a arquitetura moderna é reconhecida como patrimônio, não restam dúvidas que os preceitos teóricos devem ser aplicados a ela no caso de uma intervenção.

Passaremos agora para a análise das intervenções em nossos estudos de caso, com o objetivo de verificar a hipótese levantada.

#### 4.1. Análise de intervenções em edificações verticais modernas no Rio de Janeiro

Para discorrermos sobre a análise de intervenções em edificações verticais modernas na capital carioca, definimos como objetos de estudo duas edificações pioneiras neste campo, a saber, a *Sede da Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I)* e o *Palácio Gustavo Capanema (PGC)*, originalmente denominado *Prédio do MES* (Ministério de Educação e Saúde), ambas tombadas pelo IPHAN. Ao mesmo tempo em que são precursoras, as edificações se diferem completamente do ponto de vista formal, sendo o prédio da *A.B.I.* uma edificação sólida, compacta, pouco verticalizada e de volume único; e o *Palácio*, uma edificação leve, verticalizada e de dois volumes.

A despeito dessa distinção, ambas são contemporâneas e empregaram os cinco princípios divulgados por Le Corbusier, ou seja: 1) planta livre, 2) janelas em fitas, 3) pilotis, 4) terraço jardim e 5) fachada livre. Ademais, os dois edifícios se integram de forma exemplar com o espaço urbano, apesar do *A.B.I* se relacionar de forma tímida e o *PGC* de maneira mais ousada, como veremos adiante.

As análises sobre estas duas edificações foram realizadas com base nas documentações guardadas no Arquivo Noronha Santos e no arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, especificamente aquelas que se referem aos registros de intervenções, ou seja, as pastas denominadas Série Obras.

Neste ponto vale abrir um parêntese para discorrermos sobre a importância desta documentação arquivada ao longo dos anos e que permitiu o desenvolvimento desta pesquisa.

O Arquivo Noronha Santos, cuja sede está no *Palácio Gustavo Capanema*, é subordinado ao Departamento de Identificação do IPHAN e tem a responsabilidade da guarda e preservação da documentação produzida pelo Instituto, sendo, portanto, seu Arquivo Central. A partir da fundação do órgão, todas as documentações das superintendências regionais e sub-regionais do IPHAN eram remetidas para o Arquivo Central no Rio de Janeiro para o seu

devido arquivamento, até ser definida a interrupção desta prática, que coincide com a gestão de Aloisio Magalhães (1927-1982), a partir de 1979. Mas também é necessário apontar que nem toda a documentação foi enviada para o Rio de Janeiro, sendo encontrados, portanto, documentos antigos ainda em algumas superintendências e também documentos mais recentes no Arquivo Central. Por exemplo, documentos relativos ao *PGC* da década de 1980 foram encontrados também no Arquivo Noronha Santos. Esta confusão de guarda de arquivos marca a transição deste procedimento. Entretanto, o ano de 1990 foi considerado o marco definitivo para a interrupção desta prática, que coincide com a extinção da Pró-Memória.<sup>84</sup> Apesar desta interrupção, o Arquivo Central continua com a guarda dos processos de tombamentos abertos pelo órgão.<sup>85</sup>

O arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro possui também um acervo riquíssimo e, em relação aos nossos estudos de caso, as documentações referem-se à década de 1980 em diante.

Apesar do reconhecido esforço da instituição em manter a documentação organizada e disponibilizada para o público, enfrentamos alguns impasses para a realização da pesquisa no arquivo da superintendência estadual. As pastas da série Obras somente poderiam ser consultadas com uma autorização expressa do superintendente, fato que contribuiu para o aumento do tempo planejado para tal atividade.

Já reconhecendo a falha no sistema de documentação sobre os trabalhos de preservação, o IPHAN está desenvolvendo um projeto para a modernização do sistema *on-line* desde 2013. Os recursos são provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e giram em torno de cinco milhões de reais, advindos da premiação em primeiro lugar pelo IPHAN no edital do Programa de Preservação de Acervos, cujo projeto foi desenvolvido por

---

<sup>84</sup> Além das alterações anteriores, em 1979 o IPHAN foi dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como órgão normativo, e Fundação Nacional Pró-memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990, a SPHAN e a FNPM foram extintas dando lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, através da medida provisória nº 752, o IBPC é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), órgão ligado ao Ministério da Cultura (MinC), formato institucional que é mantido até hoje. Informação disponível no *site* do IPHAN – [www.iphan.org.br](http://www.iphan.org.br) – acesso em 2 abr. 2014.

<sup>85</sup> Dados obtidos a partir de entrevista com Hilário Figueiredo Pereira Filho, atual chefe do Arquivo Central do IPHAN, realizada em março de 2014, via *e-mail*.

técnicos da Coordenação de Documentação e Pesquisa (COPEDOC), do Departamento de Articulação e Fomento (DAF), em parceria com a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI), do Departamento de Planejamento e Administração (DPA).<sup>86</sup>

A proposta é, além de preservar os documentos originais, permitir o acesso via internet dos trabalhos de preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro, por meio de um sistema integrado para toda a rede do IPHAN, cuja execução está prevista para ser desenvolvida em trinta e seis meses contados a partir de 2013. Além da modernização do sistema, o projeto inclui a reorganização, higienização e acondicionamento de documentações, tais como os originais da série “Inventário,” localizada no acervo do Arquivo Central, e a integração dos arquivos relativos aos centros históricos de alguns estados brasileiros e, futuramente, a inserção de dados dos acervos de todas as superintendências do IPHAN, o que ampliará as possibilidades de pesquisas no campo do patrimônio cultural.

Em relação aos documentos relativos à nossa pesquisa, são escassos os arquivos referentes ao *Edifício da A.B.I.*, tendo em vista o tombamento tardio da edificação, em 1983. O mesmo não pode ser afirmado para o *Palácio Gustavo Capanema*. Tombado no ano de 1948,<sup>87</sup> o *Palácio* possui um acervo de documentação extenso, referenciado, no caso do Noronha Santos, em uma planilha contendo localização, conteúdo, indicação do documento, suporte, período, fase e quantidade. Já a Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro guarda o equivalente a três arquivos metálicos de documentos produzidos a partir da década de 1980. Entretanto, e conforme mencionado, nos limitamos a analisar apenas o material relativo às obras, que já é bastante extenso e é o que de fato nos interessa nesta pesquisa.

---

<sup>86</sup> Dados obtidos *on-line*, no ícone notícias do *site* do IPHAN, a partir da publicação em 31 de julho de 2013 ([www.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br))

<sup>87</sup> Inscrito no Livro de Belas Artes sob o nº 315, folha 066, em 18/03/1948.

## 4.2. Intervenções no edifício sede da Associação Brasileira de Imprensa (A.B.I.)

### 4.2.1. A edificação

Nosso edifício é um todo. Sua característica principal, unidade. Como uma árvore, um ovo, um corpo humano. Todos os elementos terão que ser realizados sob um espírito único. Desde a estrutura até os letreiros indicativos, do sistema de alvenarias aos balcões e armações, o ritmo deverá ser o mesmo. (Roberto e Roberto, 1940, p.268)

O projeto para o edifício *Sede da Associação Brasileira de Imprensa*, ou *Palácio da Imprensa*, ou *Casa do Jornalista*, ou *Edifício Herbert Moses* (denominação atual) foi resultado de um concurso público nacional promovido e organizado em 1936 pela própria instituição, do qual foram vencedores os irmãos, sócios e arquitetos Marcelo Roberto (1908-1964) e Milton Roberto (1914-1943). Algumas publicações informam que o concurso foi realizado em 1935, tais como Cavalcanti (2006, p.235).. Já Calovi Pereira (1993, p.18 e 24) descreve que o edital do concurso foi publicado em 7 de janeiro de 1936 e o resultado proclamado em junho 1936, citando como fonte desta última informação o Boletim da Associação Brasileira de Imprensa datado de abril de 1957. A informação do ano e resultado do concurso foi confirmada por nós no *site* da Instituição e também em Mindlin (1956, p. 194), que cita: “The architects, chosen by competition in 1936 [...]”. A Revista Ilustração Brasileira, nº 65 de setembro de 1940, dedica algumas páginas (sem numeração) sobre a edificação recém-concluída e informa, ao citar os arquitetos: “Foram eles os vencedores do maior concurso até então realizado, isto é, em 1936.” Sugerimos que esta divergência de datas pode ter sido gerada em função de dois fatores. Um deles, a existência de publicações que citam que a intenção do concurso por parte da A.B.I. ocorreu no ano de 1935: “Em 1935, cogitando a Associação Brasileira de Imprensa de abrir um concurso de projetos para a construção da sua nova sede [...]”. (SANTOS, 1965, p.7). O outro, pela existência de duas cartas trocadas entre Marcelo Roberto e o presidente da A.B.I, publicadas na Revista Arquitetura e Urbanismo (1940), a primeira em 3

de dezembro de 1936 e a segunda em 8 de janeiro de 1937, nas quais o arquiteto menciona, respectivamente: “...Há mais de um ano que pensamos na realização do Palácio da Imprensa.” “Há um ano que temos 2/3 do nosso cérebro orientado para a realização do Palácio da Imprensa.”

Dentre os membros da comissão julgadora<sup>88</sup> destaca-se a presença do então presidente da A.B.I., Sr. Herbert Moses (1884-1972) que, influenciado pelas ideias de Frank Lloyd Wright na ocasião da sua estada no Rio de Janeiro,<sup>89</sup> do qual foi intérprete em suas conferências, almejava uma sede com arquitetura diferenciada da praticada pela maioria dos arquitetos egressos da Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro (SANTOS, 1965, p.7). Herbert optou por organizar o concurso dentro da própria Associação temendo que, se deixasse nas mãos de outra instituição, o resultado favorecesse soluções mais tradicionais, assim como aconteceu com o concurso para a sede do Ministério de Educação e Saúde (CALOVI PEREIRA, 2002).

Numa época em que a arquitetura moderna ainda não era absorvida pela maioria dos profissionais da área,<sup>90</sup> a atitude por parte do jornalista foi considerada precursora. O concurso, amplamente disputado, contou com a participação de Oscar Niemeyer, que recebeu menção honrosa com a equipe formada pelos engenheiros Francisco Saturnino de Brito Filho (1899-1977) e Cássio Veiga de Sá. Niemeyer já trabalhava na concepção do *Palácio Gustavo*

---

<sup>88</sup> Compuseram a comissão julgadora, além do presidente Herbert Moses, Francisco Souto, Dunschee de Abrantes, Belizário de Souza, João Mello, Raul Pederneiras, Barbosa Lima Sobrinho, M. Paulo Filho, Alfredo Neves (ex-presidente da A.B.I.), Elmano Cardim (conselheiro), Celso Kelly (secretário da comissão), Marques Porto (diretor geral da divisão de engenharia da Prefeitura Municipal), Affonso Eduardo Reidy (chefe da divisão de arquitetura da prefeitura municipal), Sampaio Corrêa (da Escola Politécnica), Salvador Batalha (Escola de Belas Artes), Eduardo Pederneiras (Instituto Central dos Arquitetos), Adolpho Del Vecchio (Clube de Engenharia), Raphael Paixão (Conselho Nacional de Belas Artes), Raul Pedrosa (diretor de Artes Plásticas da Associação de Artistas Brasileiros), Euclides Fonseca (Presidente da Sociedade de Belas Artes), Dulcídio Pedrosa (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura). Eduardo Reidy foi impedido de comparecer ao julgamento por optar por participar como concorrente. Fonte: Arquivo da Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro, pasta Atos Legais.

<sup>89</sup> Frank Lloyd Wright esteve no Rio de Janeiro acompanhado de Saarinen em 1931 para julgar a etapa final do Concurso Internacional para o Farol de Colombo. Santos (1965) cita este a estada dos arquitetos foi no ano de 1933, já Nedelykov e Moreira (2001) indicam o ano de 1931.

<sup>90</sup> Bruand (2008, p. 71) afirma que “até 1930, a arquitetura ‘moderna’ não contava, na Capital Federal, com nenhum adepto.”

*Capanema* juntamente com outro grupo após o cancelamento do concurso para a sede do MES, assunto sobre o qual discutiremos mais adiante.

O terreno, localizado na esquina entre as ruas Araújo Porto Alegre e México, em área resultante do desmonte do Morro do Castelo e já com legislação urbanística constituída pelo Plano Agache (CARDEMAN e CARDEMAN, 2004 p.86), foi doado pelo prefeito Pedro Ernesto em 1935, conforme escritura de 9 de fevereiro de 1935.<sup>91</sup> A obra foi inaugurada em 1938 (CAVALCANTI, 2013), portanto antes da inauguração daquele edifício que viria a ser o ícone da arquitetura moderna brasileira, o *Palácio Gustavo Capanema*.

A posição do terreno, com as faces principais voltadas para o oeste e para o norte, direcionou os arquitetos na concepção plástica do edifício. Em função da grande incidência de raios solares optaram, para a garantia de conforto térmico, pela colocação de *brise-soleils* fixos e verticais em placas de concreto<sup>92</sup> nas duas fachadas voltadas para as ruas e ainda recuaram os pavimentos em relação a esta vedação, criando uma circulação entre o *brise* e os espaços internos para a dispersão do calor. Esta solução conferiu à edificação um ritmo e ao mesmo tempo uma solidez inéditos no país, assim como também parece ter sido a utilização dos quebra-sóis verticais (SANTOS, 1965, p. 8),<sup>93</sup> (FIGURAS 44 a 46).

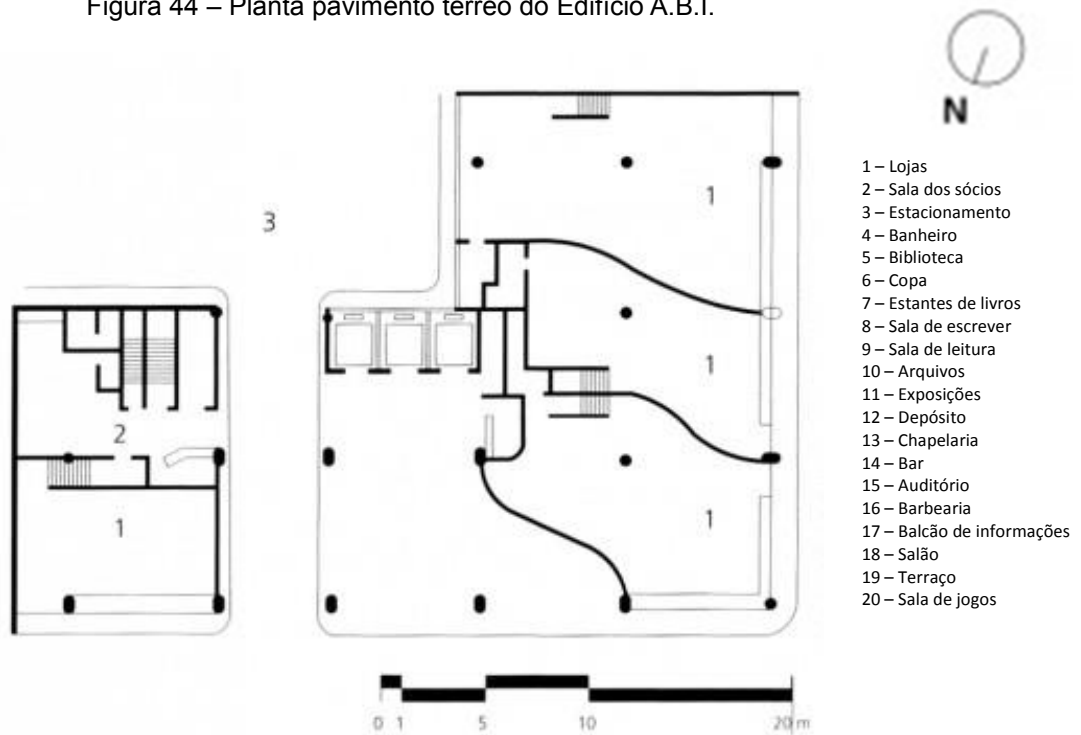
---

<sup>91</sup> Registrado no livro 3-Q, sob o nº 8543, folha 83, em 28-06-1944. Fonte: Arquivo da Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro, Pasta Atos Legais.

<sup>92</sup> A proposta apresentada no projeto protocolado no concurso era de que os *brises* fossem executados em metal mas, por economia, decidiram pelo concreto armado (SANTOS, 1965, p. 8).

<sup>93</sup> SANTOS (1965, p.8) informa que a solução de Le Corbusier para este elemento arquitetônico contra o sol era apenas textual e sugere que a referência do *brise* oblíquo em “Obras Completas” do arquiteto franco-suíço é inspirado no edifício de Marcelo e Milton: “não é ilustrada de modo a que se possa admitir ter havido inspiração na forma ao que os Roberto projetaram para a A.B.I – não só, tanto quanto seja do meu conhecimento, um dos primeiros senão mesmo o primeiro edifício construído no mundo com *brise-soleil* [...]”

Figura 44 – Planta pavimento térreo do Edifício A.B.I.



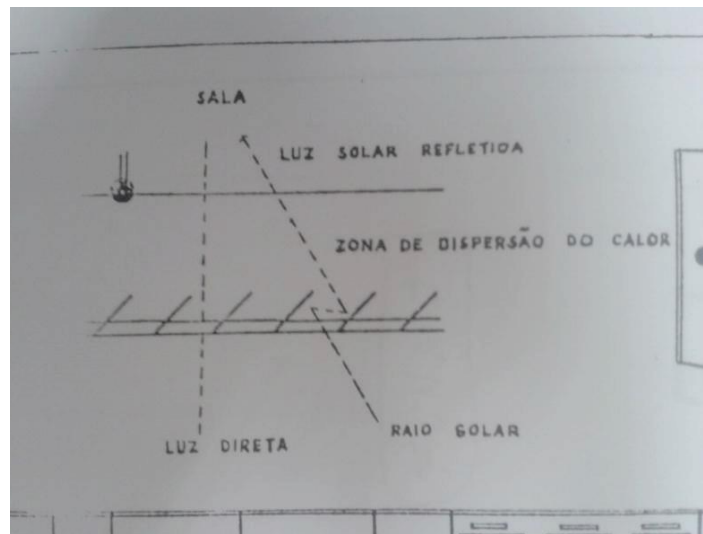
Fonte: <http://nimrod.dyn.archdaily.com/br/01-37838/classicos-da-arquitetura-sede-da-associacao-brasileira-de-imprensa-abi-irmaos-roberto>. Acesso em dez. 2013.

Figura 45 – Imagem do corredor entre os *brise-soleils* e salas/oitavo pavimento.



Fonte – das autoras /dezembro de 2013.

Figura 46 – Estudo da incidência dos raios solares/brise.



Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 1077 a 2000, planta do sétimo andar.

A legislação urbanística agachiana - que previa pátios internos para a ventilação, iluminação e estacionamento - , e o programa proposto no concurso foram também fatores norteadores da concepção final do projeto. O programa previa doze pavimentos e um subsolo que abrigaria a piscina e a sala de ginástica. O andar térreo teria lojas para aluguel, o primeiro até o quarto pavimento seriam destinados ao arrendamento para terceiros e no quinto ao décimo segundo pavimentos estariam os setores da Associação Brasileira de Imprensa, incluindo área para exposição, salões de festas, salões de jogos, auditório, restaurante e terraço jardim com bar (CALOVI PEREIRA, 2002).

Porém, o fator que de fato mais influenciou os irmãos na concepção do projeto foi baseado nas discussões acerca da nova arquitetura, difundidas no Brasil especialmente por Le Corbusier. Marcelo e Milton Roberto faziam parte da geração reduzida de arquitetos que posteriormente foi reconhecida como os precursores na renovação da arquitetura e urbanismo no Brasil. Marcelo Roberto formou-se em 1930 e Milton Roberto em 1934, ambos pela Escola de Belas Artes do Rio de Janeiro e, segundo Bruand (2008, p. 94), “[..] se impuseram prematuramente e de forma significativa”, quando venceram o concurso da A.B.I..

Antes mesmo do concurso, Marcelo já havia demonstrado sua preferência pelas linhas retas quando projetou em 1931 a *Casa Xavier*, construída em

Copacabana, já demolida (CALOVI PEREIRA, 1993). Exposta no Salão de Arquitetura Tropical em 1933 no Rio de Janeiro, a residência, segundo Bruand (2008), era marcada nitidamente pelas teorias difundidas por Le Corbusier e Gregori Warchavchik,

O projeto proposto pelos irmãos Roberto na ocasião do concurso difere pouco daquele construído, apesar de Calovi Pereira (2002) chamar a atenção de que as diferenças são significativas ao fazer a comparação entre os dois desenhos. As discrepâncias podem ser resumidas na substituição da forma e material dos quebra-sóis, antes pouco expressivos e em metal, por concreto e formato oblíquo, além da supressão do subsolo. Mindlin (1956, p. 194) reitera: “The only important change was the substitution of the brise-soleil, intended to be duralumin, by pre-cast reinforced concret slabs plastered with cement.”<sup>94</sup> O desenho da fachada voltada para a Rua Araujo Porto Alegre continha duas esculturas defronte os dois pilares centrais, o que também desaparece no projeto original, sem menção em qualquer texto consultado. (FIGURAS 47 a 49).

Figura 47 – Fotomontagem com maquete da edificação proposta no concurso.



Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo – em março e abril de 1937.

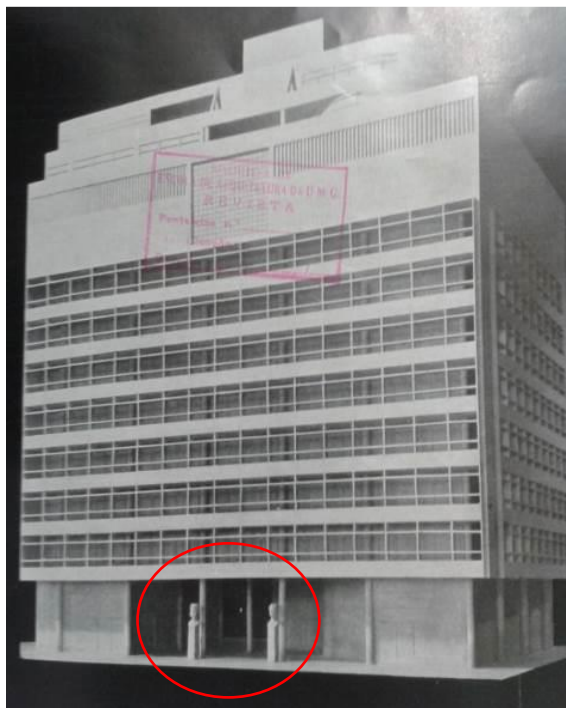
Figura 48 – Edifício construído.



Fonte: <http://www.archdaily.com.br> - acesso em 12 maio 2014.

<sup>94</sup> “A única mudança importante foi a substituição dos quebra-sóis, propostos para serem de duralumínio, por placas de concreto pré-moldadas rebocadas com cimento.” (Tradução nossa).

Figura 49 – Fotomontagem com maquete da edificação proposta no concurso, em outro ângulo (Rua Araujo Porto Alegre) / destaque para as esculturas.

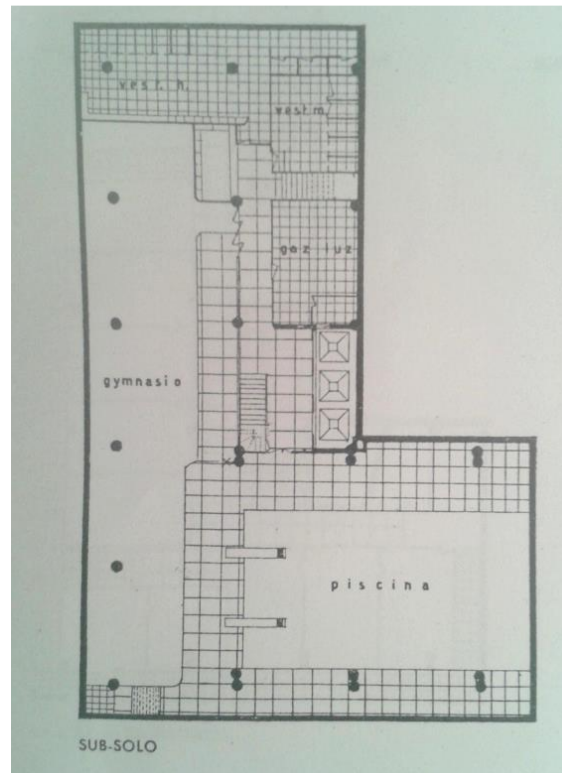


Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937 (houve alteração na figura para destaque de elemento/acréscimo na cor vermelha).

Obedecendo ao programa proposto pelo edital do concurso, o projeto previa os seguintes usos em cada pavimento: subsolo (piscina, sala de ginástica, vestiários e casa de energia); pavimento térreo (portarias, lojas e sobrelojas e estacionamento); primeiro e segundo pavimentos (escritórios); terceiro e quarto pavimentos (andar corrido); quinto pavimento (ambulatório); sexto pavimento (administração da A.B.I.); sétimo pavimento (biblioteca); oitavo e nono pavimentos (conferências e mezanino); décimo pavimento, denominado “Dos Estados” (estar dos jornalistas); décimo primeiro pavimento (restaurante) e, finalmente, décimo segundo pavimento (terraço jardim).<sup>95</sup> (FIGURAS 50 a 61)

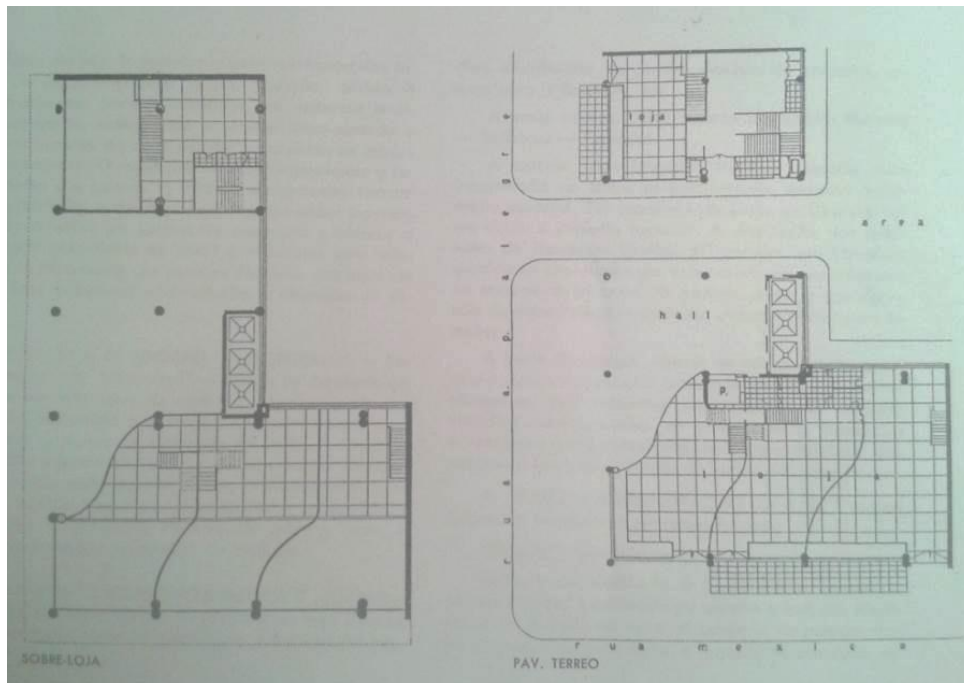
<sup>95</sup> Conforme plantas publicadas na Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937.

Figura 50 – Planta do subsolo (piscina, sala de ginástica, vestiários e casa de energia) – sem escala / projeto proposto no concurso.



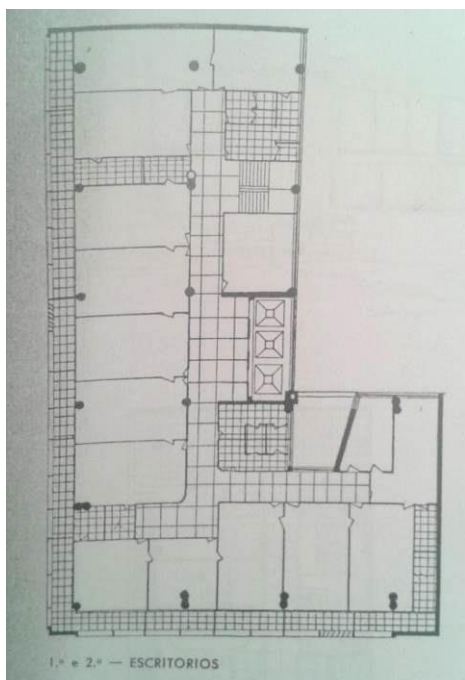
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.66.

Figura 51 – à direita, planta pavimento térreo (portaria, lojas e estacionamento) e, à esquerda, sobrelojas - sem escala / projeto proposto no concurso.



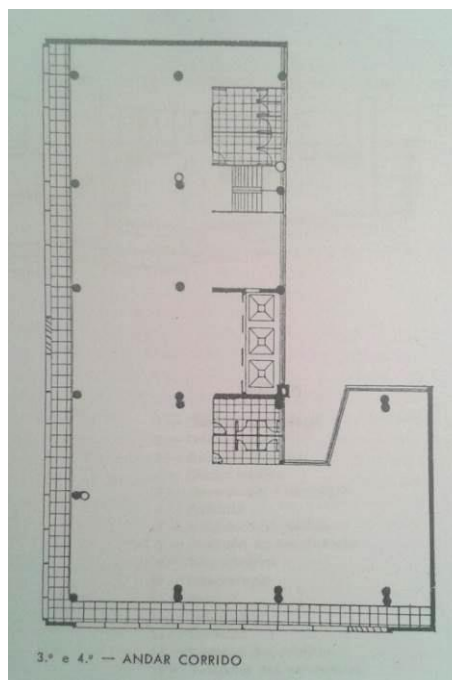
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.66.

Figura 52 – Planta primeiro e segundo pavimentos (escritórios) - sem escala / projeto proposto no concurso.



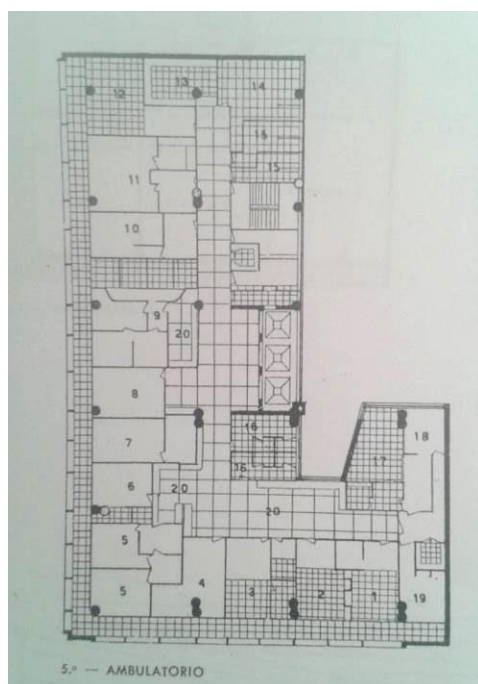
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.67.

Figura 53 – Planta terceiro e quarto pavimentos (andar corrido) - sem escala / projeto proposto no concurso.



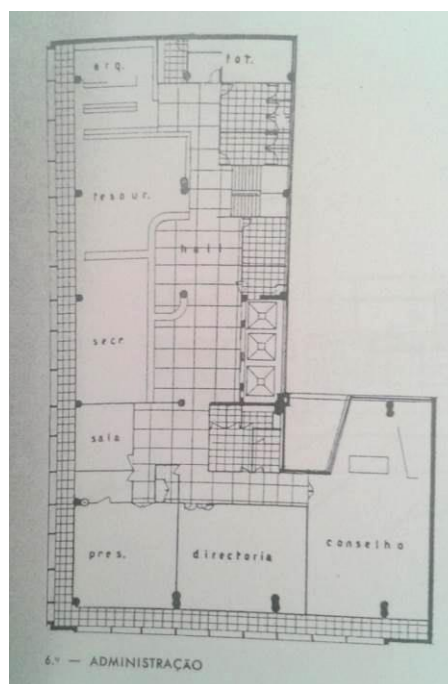
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.67.

Figura 54 – Planta quinto pavimento (ambulatório) - sem escala / projeto proposto no concurso.



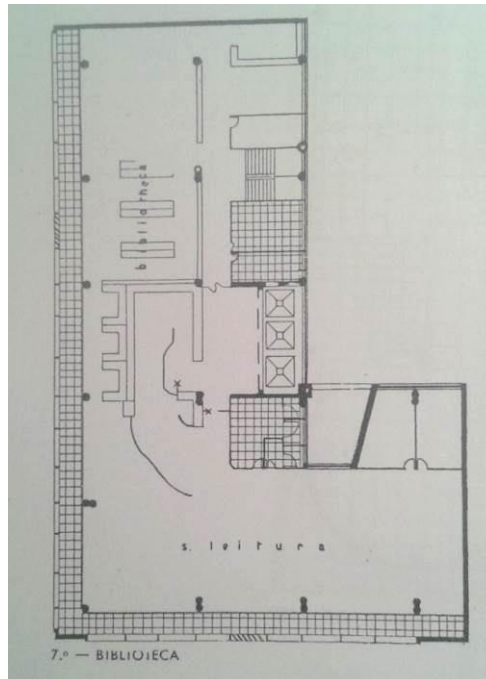
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.68.

Figura 55 – Planta sexto pavimento (administração) - sem escala / projeto proposto no concurso.



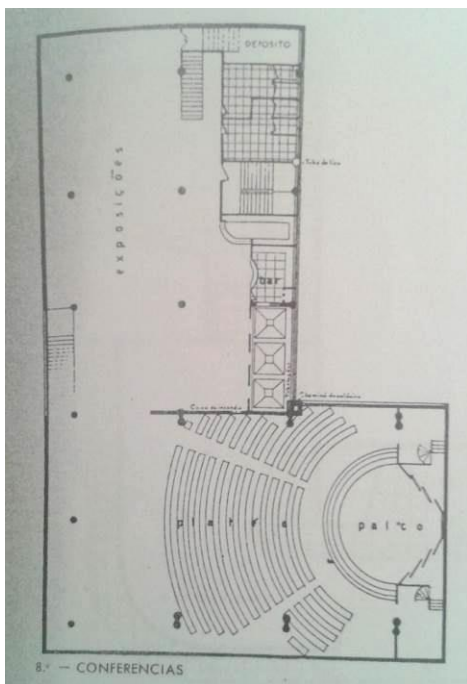
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.69.

Figura 56 – Planta sétimo pavimento (biblioteca) - sem escala / projeto proposto no concurso.



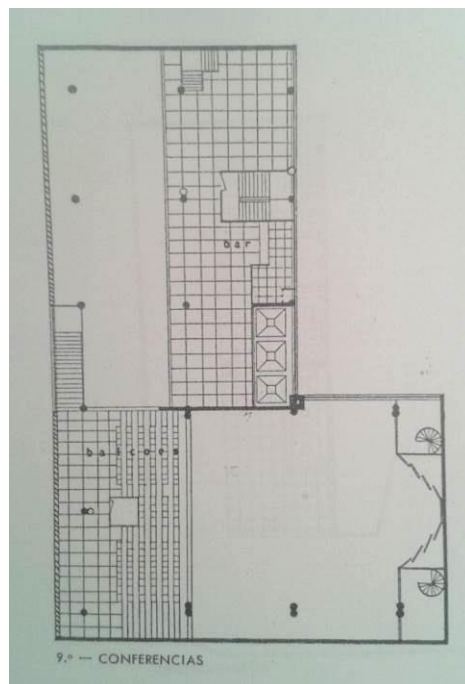
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.70.

Figura 57 – Planta oitavo pavimento (conferências) - sem escala / projeto proposto no concurso.



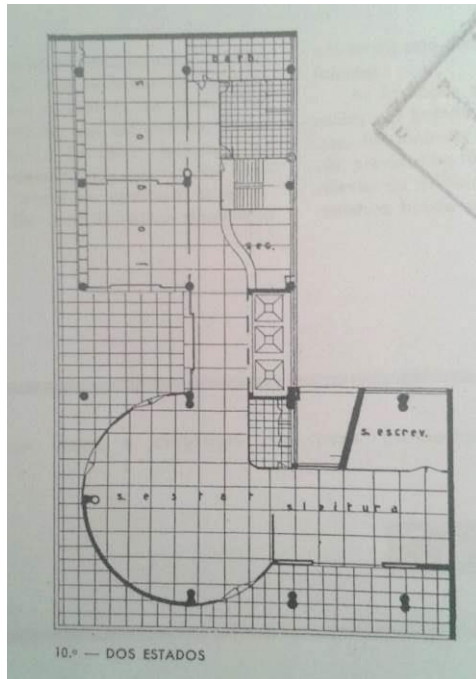
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.71.

Figura 58 – Planta nono pavimento - sem escala (mezanino) / projeto proposto no concurso.



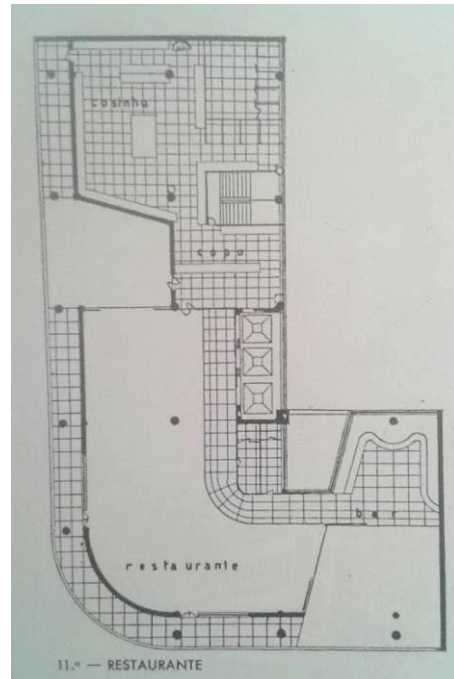
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.71.

Figura 59 – Planta décimo pavimento (estar dos jornalistas) - sem escala / projeto proposto no concurso.



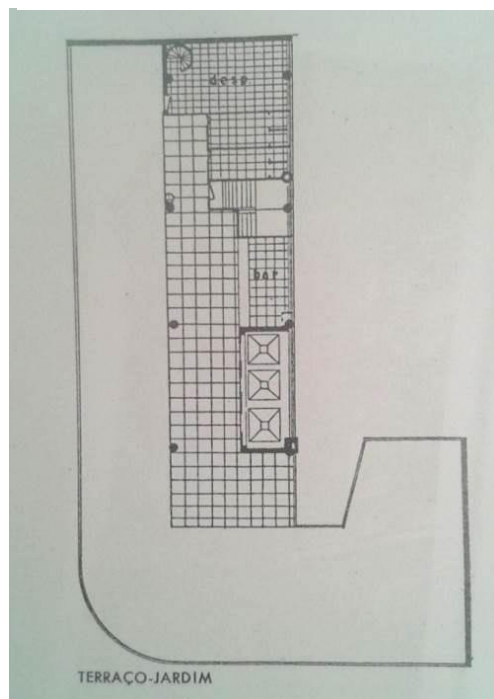
Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.71.

Figura 60 – Planta décimo primeiro pavimento (restaurante) - sem escala / projeto proposto no concurso.



Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.72.

Figura 61 – Planta décimo segundo pavimento (terraço jardim) - sem escala / projeto proposto no concurso.



Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, março e abril de 1937, p.72.

Os documentos do Arquivo Noronha Santos e da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro contêm algumas plantas arquitetônicas da edificação que, por ausência de data e assinatura, não poderiam ser identificadas como originais, caso não fosse possível compará-las à publicação do projeto vencedor na Revista Arquitetura e Urbanismo em 1940, assinada pelos arquitetos, correspondentes às mesmas plantas existentes no acervo.

No arquivo da Superintendência do IPHAN constam cinco pastas sobre a edificação, dentre elas a pasta Série Histórico, contendo um trabalho dos alunos do curso de arquitetura da Universidade Santa Úrsula;<sup>96</sup> a pasta Atos Legais, com o processo de tombamento; duas pastas da Série Obras e, por fim, a pasta contendo as plantas. Em todas as pastas há registro de plantas, porém o conjunto mais completo está inserido no trabalho dos alunos, que contém os desenhos até o décimo terceiro pavimento, o que não acontece, curiosamente, na publicação de 1940 dos arquitetos, que mostra até o décimo segundo pavimento (terraço jardim).<sup>97</sup> Podemos concluir que nenhum dos arquivos contém o projeto executivo, pois nenhuma planta é cotada, como deveria ser para a construção de qualquer edificação.

Os arquivos pesquisados nesses acervos e a publicação de 1940 não contêm as plantas do segundo ao quinto pavimento, apenas o *layout* de um dos andares, sem referência ao pavimento, com o seguinte título: “um dos pavimentos arrendados ao instituto de resseguros do Brasil” (FIGURA 63).

Já o sexto pavimento possui *layout* indicando a presença de setor médico (FIGURA 64). O sétimo pavimento foi destinado aos setores administrativos da A.B.I., assim como é atualmente (FIGURA 65). O *layout* do oitavo pavimento indica o uso de biblioteca, com as estantes enfileiradas e mesas de estudos (FIGURA 66). O nono pavimento, de pé-direito duplo, foi destinado a um salão livre e ao auditório, usos ainda permanentes (FIGURA 67). O mezanino do

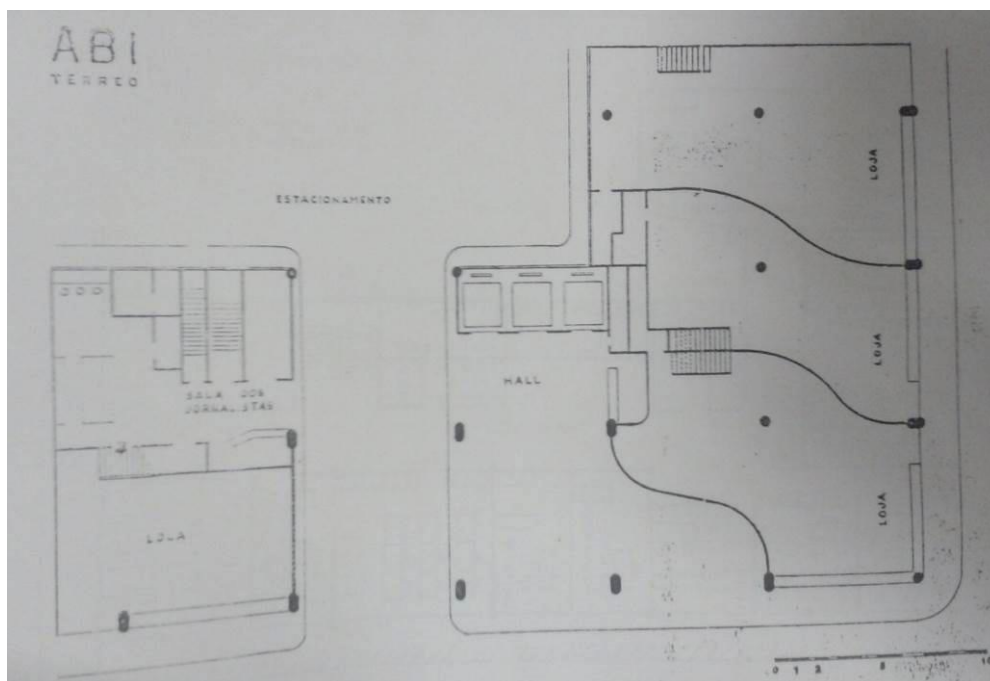
---

<sup>96</sup> O trabalho não foi datado, entretanto, a frase inserida no corpo do texto descrevendo a edificação, contendo os dizeres “decorridos 43 anos,” nos permite datar o texto em meados de 1980. Não identificamos a disciplina, tampouco o nome do professor.

<sup>97</sup> Comparando estas plantas com o desenho proposto no concurso, pode-se perceber que nas publicações posteriores à construção do edifício, incluindo aquela de autoria dos arquitetos, de 1940, o pavimento térreo foi contabilizado como o primeiro pavimento, dando a impressão que o edifício foi concebido com um número de andares maior que o proposto no concurso. Esta será a nomenclatura adotada para a descrição neste trabalho, que também foi utilizada no projeto arquitetônico de reforma produzido pelo escritório M. Roberto em 1991.

auditório compõe o décimo pavimento. O décimo primeiro pavimento abriga o espaço de lazer dos associados, com mesas de sinuca e barbearia, disposição ainda mantida atualmente (FIGURA 68).<sup>98</sup> Este andar está mais recuado da fachada, assim como exigia a legislação em vigor, e possuía um tímido terraço. O prédio ainda apresenta o décimo segundo e décimo terceiro pavimentos, também recuados da fachada principal, registrados, conforme mencionado, apenas nos trabalhos dos alunos, além do décimo quarto e décimo quinto que são destinados à casa de máquina dos elevadores e ao condicionamento de ar, sem registro de plantas. Neste cadastro dos alunos, o décimo segundo pavimento abrigava a biblioteca, porém com o título “atualmente (depois da reforma),” e o décimo terceiro pavimento o terraço jardim e o bar.

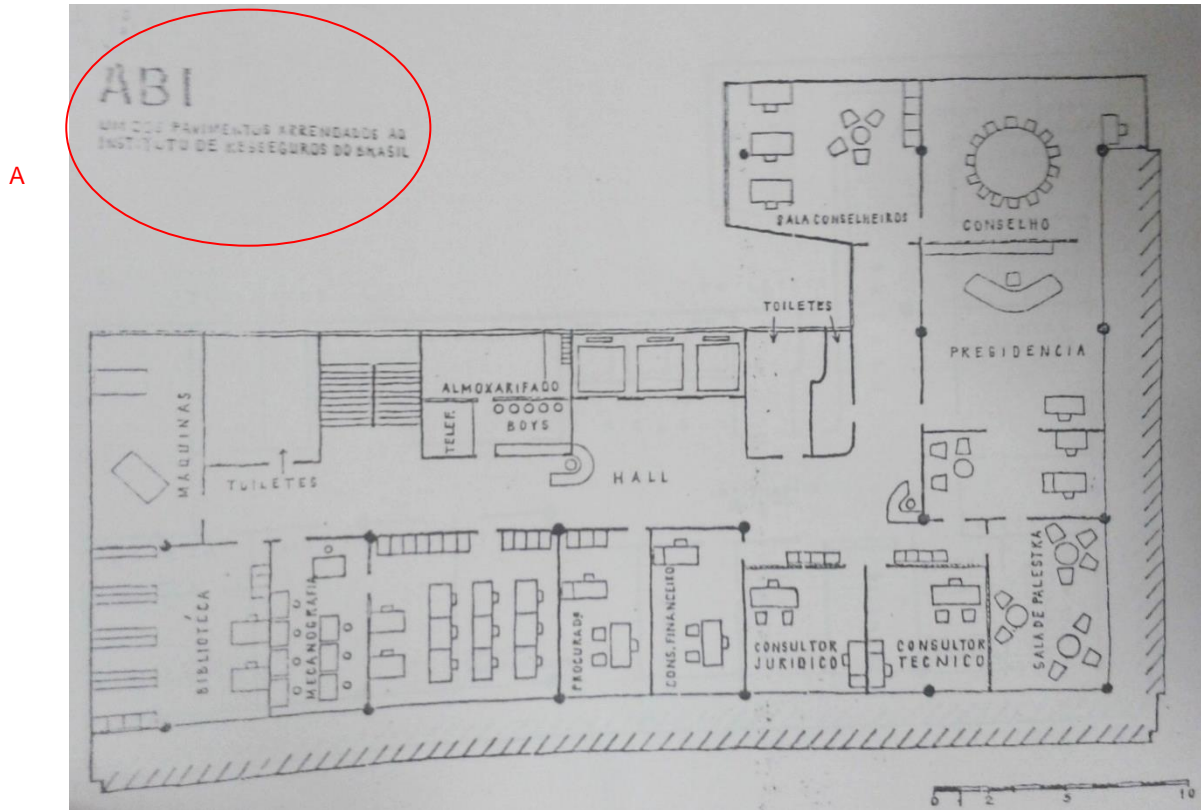
Figura 62 – Planta do pavimento térreo (ou primeiro pavimento).



Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 1077 a 2000.

<sup>98</sup> A barbearia ainda está em plena atividade, conforme comprovamos em visita ao local em dezembro de 2013.

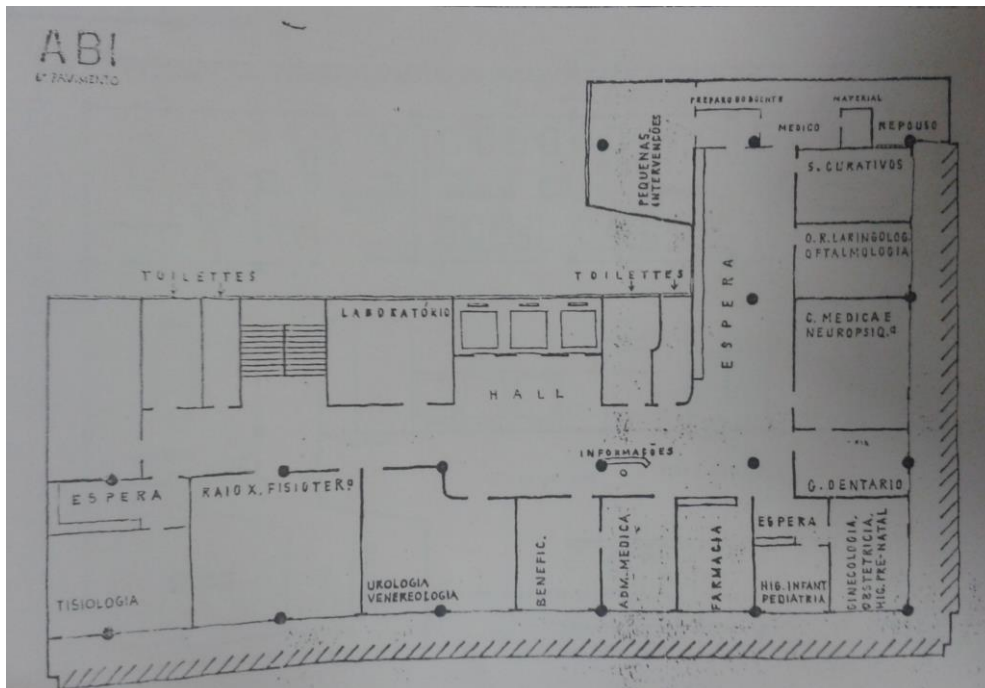
Figura 63 – Planta de um dos pavimentos



Legenda: A - “Um dos pavimentos arrendados ao Instituto de Resseguros do Brasil”.

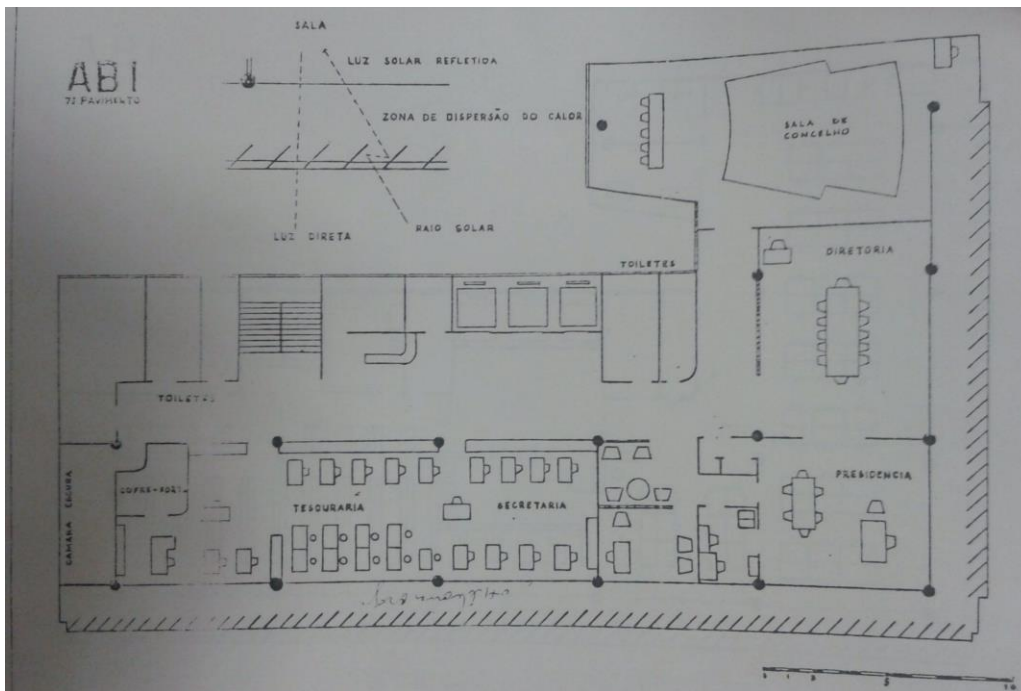
Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 1077 a 2000 (houve alteração na figura para fins didáticos/acréscimo de textos na cor vermelha)

Figura 64 – Planta do sexto pavimento/serviço médico.



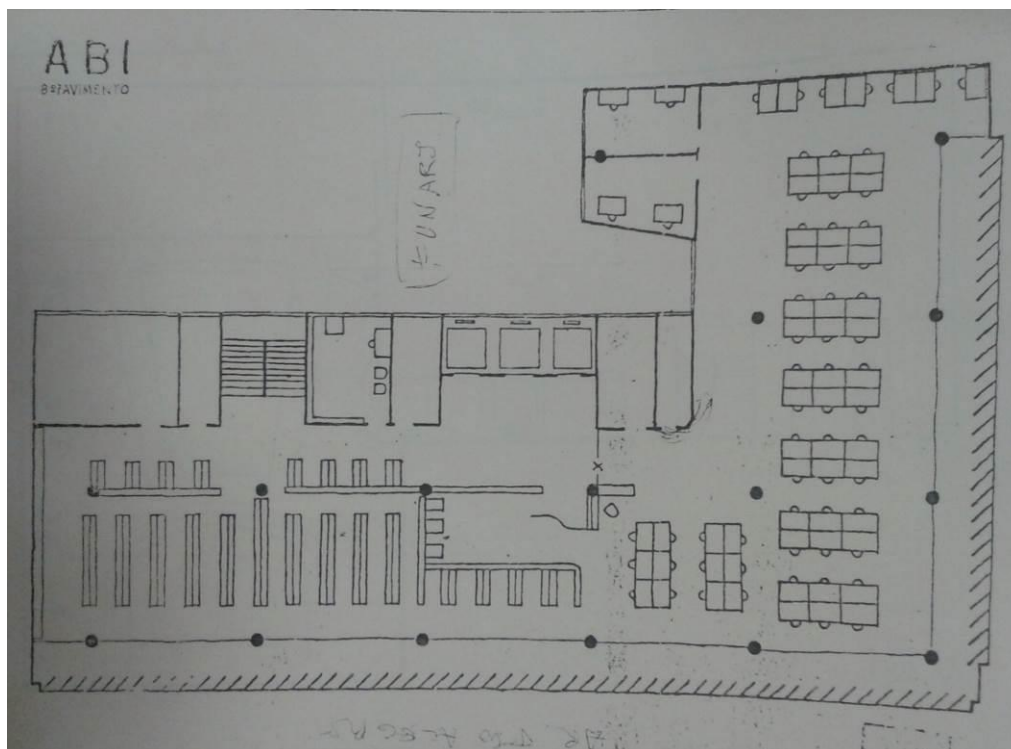
Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 1077 a 2000.

Figura 65 – Planta do sétimo pavimento/uso da A.B.I..



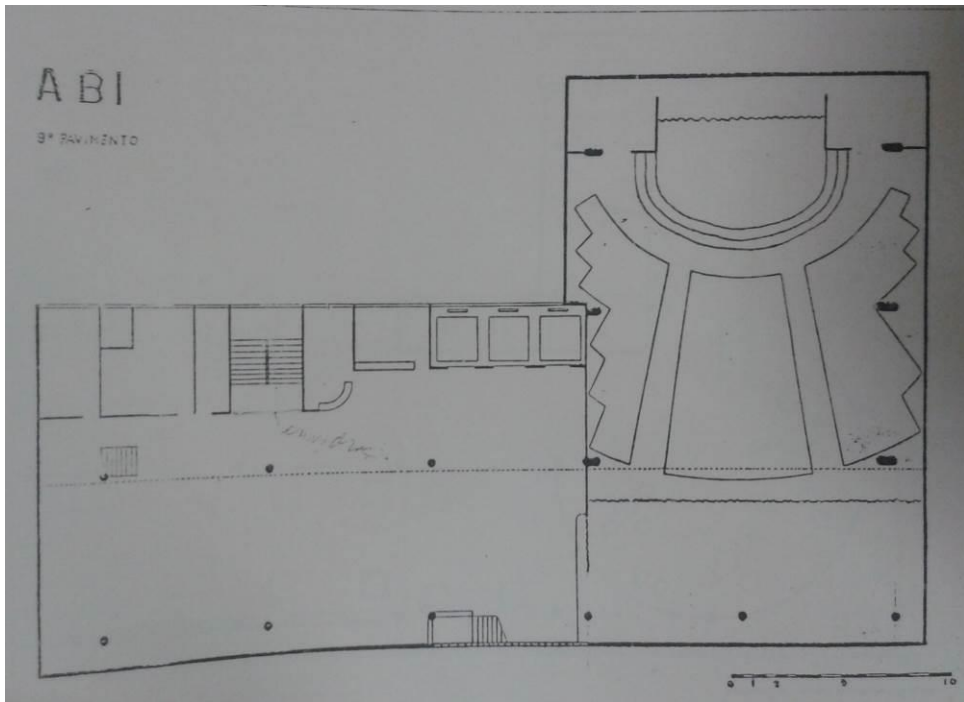
Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 1077 a 2000.

Figura 66 – Planta do oitavo pavimento/biblioteca.



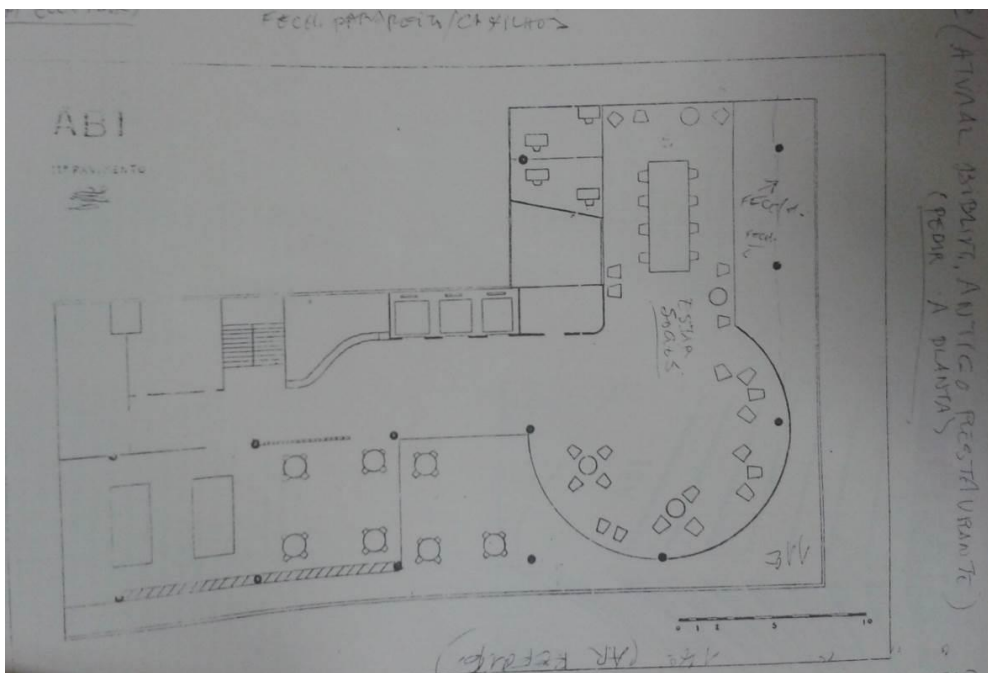
Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 1077 a 2000.

Figura 67 – Planta do nono pavimento/auditório.



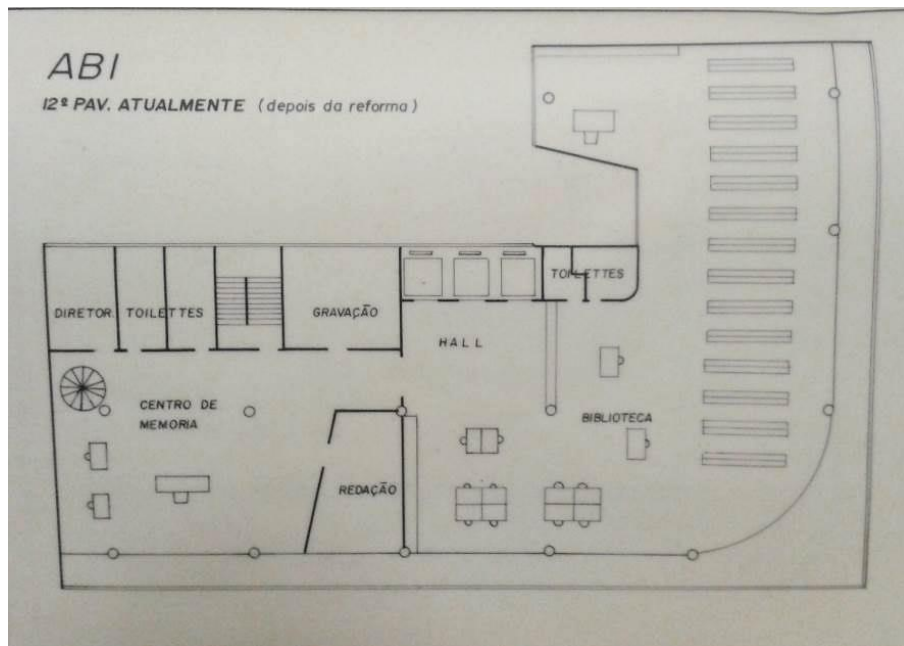
Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 1077 a 2000.

Figura 68 – Planta do décimo primeiro pavimento/lazer e barbearia.



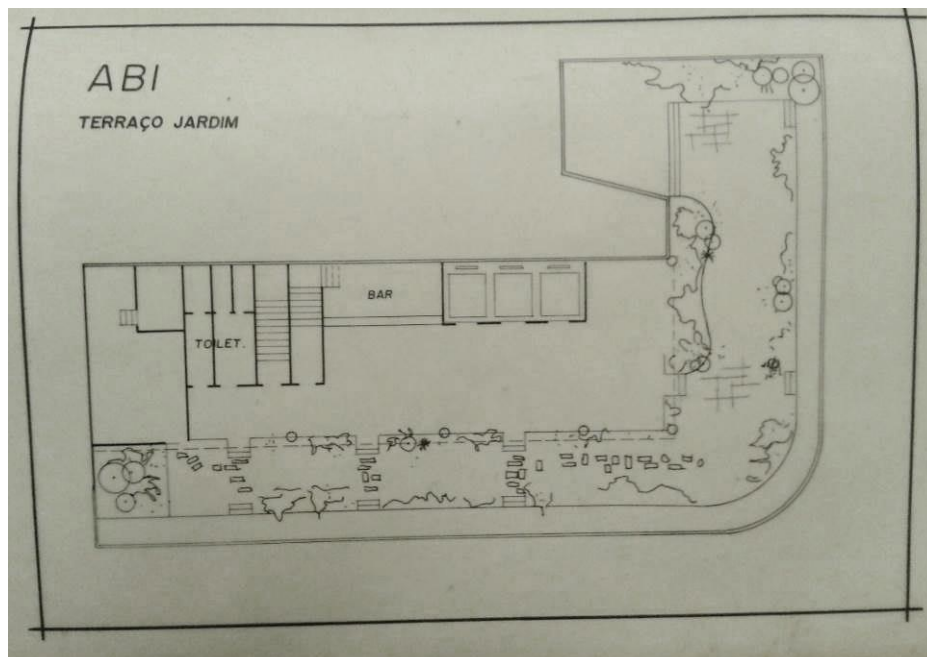
Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 1077 a 2000.

Figura 69 – Planta do décimo segundo pavimento/década de 1980/biblioteca.



Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Histórico – Trabalhos dos alunos da Universidade Santa Úrsula.

Figura 70 – Planta do décimo terceiro pavimento do edifício A.B.I.



Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Histórico – Trabalhos dos alunos da Universidade Santa Úrsula.

O trabalho dos alunos da Universidade Santa Úrsula, desenvolvido em meados de 1980 e cujo conteúdo abrange a descrição do bem na ocasião, permite-nos datar os usos e características da edificação em determinada época e compará-los com os dias atuais e também com as plantas originais.

Segundo os dados do documento, do segundo até o quinto e também o oitavo pavimentos estavam alugados para a antiga SUNAB (Superintendência Nacional de Abastecimento).<sup>99</sup> O sexto andar estava ocupado pelo serviço médico da A.B.I. No sétimo pavimento estava a administração da Associação (uso ainda existente). Assim como estão atualmente, os pavimentos nono e décimo abrigavam o auditório e seu mezanino e o décimo primeiro a sala de estar e lazer dos jornalistas, com mesas de bilhar e móveis originais projetados pelos arquitetos. O décimo segundo andar estava desocupado e foi totalmente modificado, com fechamento por meio de esquadrias para a instalação de uma biblioteca, uso ainda permanente. O décimo terceiro pavimento, agraciado pelo jardim de Burle Marx - que contribuiu com os irmãos Roberto no projeto (FIGURA 80) -, estava em obras na ocasião da elaboração do documento, para funcionar um restaurante. Atualmente este pavimento está desocupado e, infelizmente, destituído de paisagismo original.

Apesar das constantes descaracterizações pelas quais o imóvel passou em decorrência do tombamento tardio, tais como a eliminação do jardim e alterações nos revestimentos internos nos andares alugados para outras instituições, a edificação, no que diz respeito à sua forma, mantém suas características originais que lhe conferiram referência mundial no campo da arquitetura moderna.

Apresenta volume único de solução tripartida, com estrutura em concreto armado e fachadas revestidas em mármore Travertino. O pilotis, que conforma o pavimento térreo, eleva o bloco principal que contém, do segundo ao oitavo pavimento, os *brise-soleils* fixos e aparentes nas duas fachadas principais (FIGURAS 72 e 72). Do nono ao décimo pavimento, onde se localiza a área de exposições e auditório, as aberturas são diferenciadas, sendo a fachada voltada para o norte (Rua Araujo Porto Alegre) composta por um vão quadrado,

---

<sup>99</sup> Órgão federal para a defesa do consumidor, extinto em 1987, por meio do decreto nº 2.280 de 24 de julho de 1997.

com fechamento em vidro, conformado por nove quadrados menores. Na fileira dos três últimos quadrados superiores estão alinhados outros *brises* com proporções menores que os dos andares inferiores (FIGURA 73). Este desenho não aparece na fachada oeste (Rua México), sendo esta formada por uma empena cega na altura desses pavimentos. A fachada posterior é desprovida de tratamento estético apurado. Voltada para o vão de estacionamento - que era obrigatório pela legislação -, resume-se em pequenas aberturas ritmadas (FIGURAS 73 e 74). Os últimos andares estão recuados em relação ao corpo principal, com quina arredondada no ponto de encontro das duas vias.

Figuras 71 e 72– Edifício A.B.I., fachadas principais (esquerda) e fachada da Rua Araujo Porto Alegre (direita).

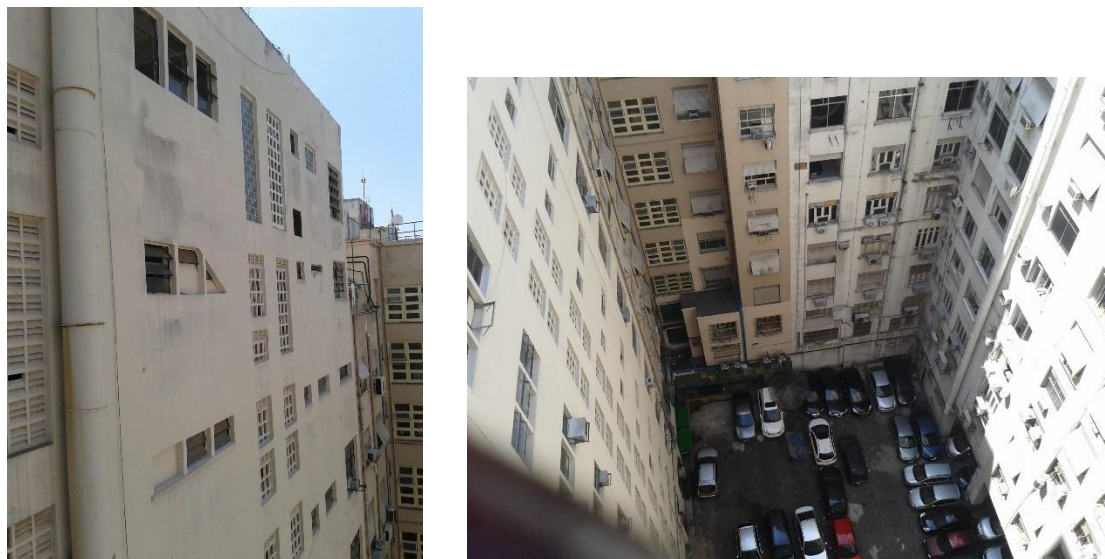


Fonte: Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Histórico.



Fonte:  
<http://www.abi.org.br/institucional/historia> -  
acesso em 25 maio 2014

Figuras 73 e 74 – Vista parcial da fachada posterior e vão do estacionamento.



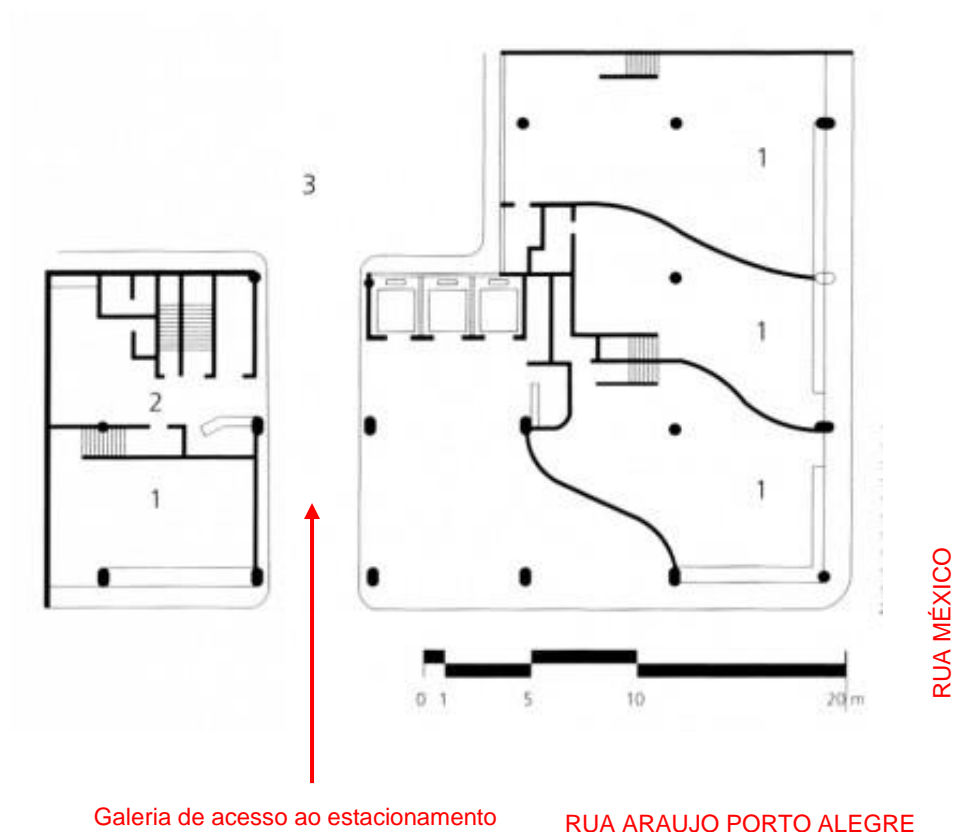
Fonte – das autoras/dezembro de 2013.

A solução para o pavimento térreo em pilotis também era considerada uma inovação para uma época em que ainda eram construídos edifícios com linguagens neocoloniais, ecléticas e neoclássicas na capital brasileira. O *hall* de acesso está recuado em relação à rua, sem fechamento, integrando-se ao espaço urbano (FIGURA 75). A caixa dos elevadores recebeu revestimento em chapas de aço inoxidável, conferindo-lhe um destaque especial, ao mesmo tempo em que chama a atenção do pedestre que a vê sem obstáculos, concepção proposta num tempo em que a segurança não era fator preocupante (FIGURA 77). Esta solução arquitetônica ainda está disponível para nossa apreciação, graças à atitude, mais uma vez precursora<sup>100</sup> dos dirigentes da instituição, que solicitaram seu tombamento na década de 1980 permitindo, portanto, o “congelamento” desta imagem para as gerações futuras, que serão cada vez mais acostumadas com o enclausuramento e com a falta de relação com a cidade e com a rua.

---

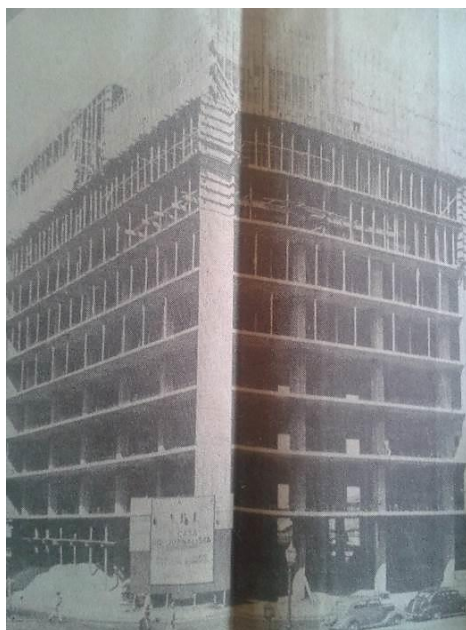
<sup>100</sup> No sentido de que podemos considerar que até os dias atuais não é comum a solicitação de tombamento por parte do responsável pelo imóvel. Esta consideração é refletida no interesse na especulação imobiliária, cada vez mais latente no Brasil, responsável por demolições do patrimônio arquitetônico.

Figura 75 – Planta pavimento térreo edifício A.B.I. (ou 1º pavimento).



Fonte – <http://www.archdaily.com.br/br/01-37838/classicos-da-arquitetura-sede-da-associacao-brasileira-de-imprensa-abi-irmaos-roberto> - acesso em 13/01/2014 (houve alteração na figura para fins didáticos/acrécimo de setas e textos na cor vermelha)

Figura 76 – Construção do edifício A.B.I.



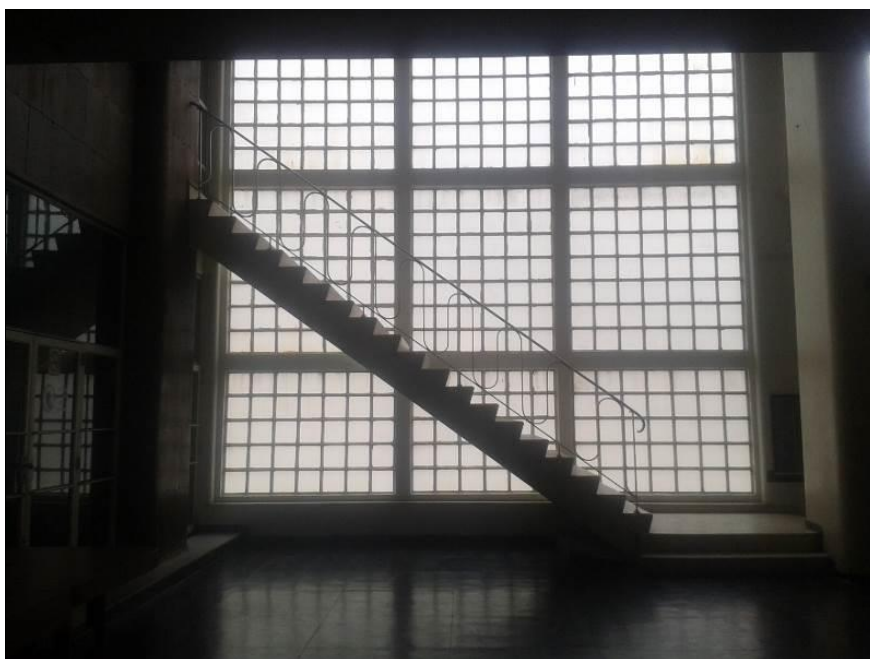
Fonte – Arquivo Noronha Santos/recorte de jornal.

Figura 77 – Hall de entrada.



Fonte – das autoras/dezembro de 2013.

Figura 78 – Vista da escada de acesso ao décimo pavimento (mezanino do auditório) e iluminação em vão com vedação em vidro.



Fonte – das autoras/dezembro de 2013.

Figura 79 – Imagem do recuo existente no décimo primeiro pavimento.



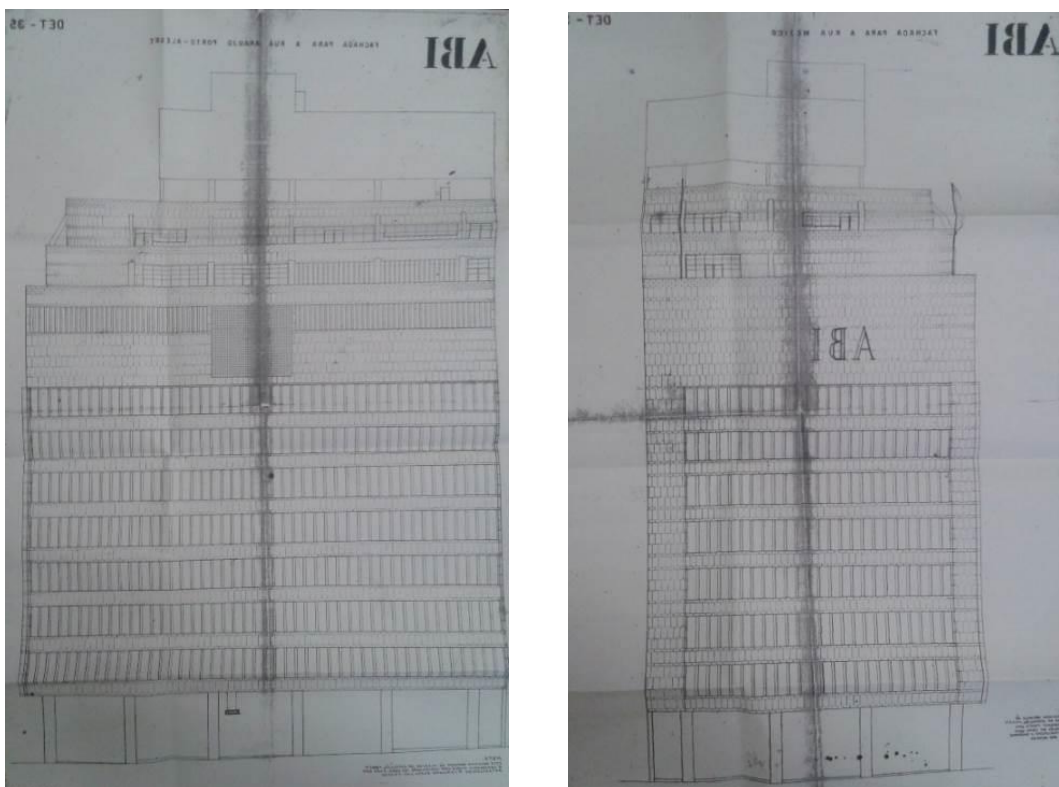
Fonte – das autoras/dezembro de 2013.

Figura 80 – Imagem do terraço jardim do décimo terceiro pavimento, com paisagismo de Burle Marx, atualmente inexistente.



Fonte: Revista Ilustração Brasileira, n.65, setembro de 1940.

Figuras 81 e 82 – Foto das pranchas das fachadas principais do edifício A.B.I./sem assinatura e data.

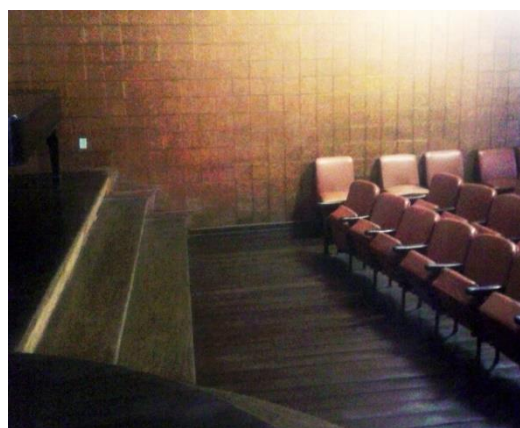


Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Atos Legais (obs: as cópias heliográficas foram tiradas do verso dos originais).

Todo mobiliário também foi projetado pelos arquitetos irmãos.<sup>101</sup> Apesar das alterações de uso, ainda são remanescentes alguns destes móveis, tais como os existentes no décimo primeiro pavimento e no sétimo pavimento, cujos usos não se alteraram (FIGURAS 83 a 86). Este acervo de bens móveis é de extrema representatividade e merece ser inventariado de forma detalhada.

<sup>101</sup> Conforme menciona a Revista Ilustração Brasileira, nº 65, setembro de 1940: “[...] sendo pois da autoria daquelles dois architectos tudo o que se encontra na Casa do Jornalista: prédio, equipamento, decoração, mobiliarios, etc.”

Figuras 83 e 84 – Vista do auditório do A.B.I. em 1940 (esquerda) e em 2014 (direita), com revestimentos em madeira e cadeiras preservados.



Fonte – Revista Ilustração Brasileira, nº65, setembro de 1940.

Fonte – das autoras/dezembro de 2013.

Figuras 85 e 86 – Mobiliário da sala da presidência (esquerda) e do décimo primeiro andar (direita).



Fonte – Revista Ilustração Brasileira, n.65, setembro de 1940.

Figura 87– Mesa e cadeira de trabalho (Mesa do Chefe) de autoria dos arquitetos.



Fonte – Revista Arquitetura e Urbanismo, 1940.

A edificação é tombada isoladamente em nível federal, apesar de estar inserida no perímetro de entorno do tombamento municipal do Edifício do Ministério da Fazenda, o que lhe confere tutela municipal.<sup>102</sup> Considerando a sua importância no contexto da arquitetura moderna brasileira, as proteções podem ser consideradas tardias. O processo de tombamento federal, de nº 1100-T-83 iniciou-se, conforme mencionado, com pedido de proteção do próprio presente da associação, o jornalista Barbosa Lima Sobrinho (1897-2000), em outubro de 1983.<sup>103</sup> A elaboração de relatório sobre a edificação emitido em novembro de 1983 pelo arquiteto Edgard Jacintho da Silva,<sup>104</sup> consultor técnico da Fundação Nacional Pró-Memória (F.N.P.M), deu continuidade ao pedido de tombamento. O diretor da Comissão de Documentação, Estudos e Tombamento, Eurico Antônio Calvente, endossa o relatório e recomenda o seu encaminhamento ao DTC (Diretoria de Tombamento e Conservação).<sup>105</sup>

Em ofício de 24 de novembro do mesmo ano, o arquiteto Glauco Campelo, então diretor do IPHAN, encaminha o processo à Diretoria de Tombamento e Conservação, comanda pelo arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles (1923-2012), e declara:

a medida solicitada ao Secretário da Cultura do MEC pelo presidente daquela instituição, é justificável, ao nosso ver, não só pelo valor cultural da obra pioneira de nossa arquitetura, como pelo seu significado histórico relacionado com lutas pela liberdade de expressão em nosso país.<sup>106</sup>

Em seguida, o conselheiro Eduardo Kneese de Mello (1906-1994) elabora o parecer técnico para a votação do tombamento pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O documento descreve um breve

---

<sup>102</sup> O Ministério da Fazenda foi tombado municipalmente por meio do Decreto nº 15510, de 06 de Fevereiro de 1997. Este decreto delimita a área de entorno do tombamento e, conforme descreve o parágrafo 4º, “[..] ficam tutelados os imóveis que nela se situam”, devendo, por conseguinte, passar por aprovação do Conselho qualquer intervenção nas edificações inseridas neste perímetro de tombamento.

<sup>103</sup> Ofício emitido pela presidência da A.B.I. em 18 de outubro de 1983, ao Senhor Marcos Viniícios Vilaça, então Secretário de Cultura do MEC – Fonte: Arquivo da Superintendência do Rio de Janeiro, Pasta Atos Legais.

<sup>104</sup> Relatório datado de 23 de novembro de 1993, encaminhado ao Coordenador da Comissão de Documentação, Estudos e Tombamento. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, Pasta Atos Legais.

<sup>105</sup> Informação nº 470, de 30 de novembro de 1993, encaminhada ao Diretor do IPHAN.

<sup>106</sup> Ofício nº 634/83, de 24 de novembro de 1983. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, Pasta Atos Legais.

histórico da arquitetura moderna brasileira como forma de contextualizar a edificação e justificar o seu tombamento, além de comentar a relevância da obra dos arquitetos autores do projeto e apontar o reconhecimento do prédio fora do país:

Às vésperas da realização da primeira Bienal de São Paulo fui encarregado pelo Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho, de percorrer os países da Europa e da América, para convidar, em seu nome, os arquitetos, a participarem da grande exposição. [...] Na sede da Revista ‘L’Archictetur d’Aujourd’hnuí”, com assistência de famosos arquitetos franceses, ouvi comentários elogiosos sobre a ABI, antes mesmo de eu me referir ao edifício. Com citação dos nomes dos autores do projeto e da finalidades do prédio já bastante conhecido na França.<sup>107</sup>

Diante das justificativas, a edificação é tombada por unanimidade em 12 de janeiro de 1984, na ocasião da centésima quinta reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sobre a presidência do Senhor Marcos Vinícios Rodrigues Vilaça. O tombamento é homologado e o bem é inscrito em 29 de maio de 1984 no Livro de Belas Artes, Volume 2, sob o nº559, folha 6. A decisão é comunicada então ao presidente da A.B.I., em ofício<sup>108</sup> emitido pelo Ministério da Educação e Cultura, assinado pelo Subsecretário Irapoan Cavalcanti de Lyra e também ao Prefeito Municipal Marcelo Alencar (1925-2014) por ofício sequencial.

A partir deste ato, qualquer intervenção estaria sujeita à aprovação do Conselho e deveria ser registrada nos arquivos do IPHAN, possibilitando, portanto, a análise que se pretende fazer neste estudo.

---

<sup>107</sup> Parecer técnico de tombamento, sem data. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, Pasta Atos Legais.

<sup>108</sup> Ofício nº131/84 de 21 de agosto de 1984. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, Pasta Atos Legais.

#### 4.2.2. Intervenções registradas

As pesquisas sobre as intervenções na *Sede da Associação Brasileira de Imprensa* foram realizadas no Arquivo Noronha Santos e no arquivo da Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro. Conforme mencionado, até a criação das superintendências estaduais, as intervenções eram registradas no Arquivo Central do IPHAN, por isso a existência de algumas pastas com documentos relativos a obras neste acervo. Pesquisamos também os arquivos da biblioteca da A.B.I., porém todos os documentos referentes à edificação estão estocados, sem qualquer tipo de organização, impossibilitando sua leitura.

Em relação à documentação do Arquivo Noronha Santos, há duas pastas com documentos sobre o A.B.I., sendo uma única pasta relativa a obras,<sup>109</sup> cujo conteúdo nada tem de relativo a intervenções, constando apenas recortes de jornais. A outra pasta refere-se à Série Inventário.<sup>110</sup> Sobre os recortes de jornais da primeira pasta é significativa para nosso tema a notícia publicada no *Jornal O Globo*, em 28 de fevereiro de 1989, portanto após a tutela do bem, informando o acordo firmado entre a diretoria Rio Cultural e o Ministro da Cultura José Aparecido de Oliveira (1929-2007) para recuperação do prédio. A pasta Inventário contém todo o processo de tombamento do bem e a ficha de registro produzida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural em 22 de agosto de 1977,<sup>111</sup> portanto antes do tombamento.

Naquela ficha, além de outros dados, há o registro das intervenções realizadas na edificação; a informação de que uma bomba foi colocada no sétimo pavimento no ano de 1976, danificando os *brise-soleils* deste andar; e que alguns andares estavam alugados para a SUNAB. Apesar de nos interessar apenas as intervenções conduzidas pelo órgão de preservação, vale registrar, na íntegra, as alterações descritas neste documento: fechamento de áreas cobertas no 11º e 12º pavimentos (lazer e terraço jardim, respectivamente) com

---

<sup>109</sup> Pasta Obras 1524, Caixa 0522, Módulo 057.

<sup>110</sup> Pasta série Inventário, Notação: I.RJ.-007.01. Título do Dossiê: Histórico e descrição do bem. 01ª-67 folhas, Caixa RJ 003/3/02

<sup>111</sup> Ficha de Inventário dos bens de interesse histórico e artístico do Estado do Rio de Janeiro, datada de 22 de agosto de 1977, assinada pelos arquitetos Carlos Meliande e Gabor Pal Geszti, pasta Preservação 1977 a 2000, IPHAN/RJ.

esquadrias de alumínio; a colocação de uma cobertura de área no 12º pavimento com telha de fibrocimento; cobertura e fechamento de área no 11º pavimento com telha de fibrocimento e esquadria de alumínio. Este mesmo documento informa que a iniciativa das intervenções veio da administração da A.B.I. e considera que apenas a cobertura acrescida no 12º pavimento não vai de “encontro às intenções originais dos arquitetos.” Esta ficha também registra os “perigos potenciais” da edificação, a saber: a instalação precária de uma cantina no 11º pavimento, o mau uso dos corredores externos com o depósito de móveis inutilizados na área de propagação do calor (entre os *brise-soleils* e salas), a existência de portas pantográficas no acesso da escada em todos os pavimentos, o abandono da cozinha existente no 12º pavimento e a falta de um arquivo de plantas da edificação.

O documento também descreve as propostas da direção da A.B.I. para a recuperação da edificação: recuperação dos banheiros e da área atingida pela bomba no ano anterior (1976), modernização dos elevadores, recuperação dos jardins de Burle Marx conforme projeto original, instalação da Fonoteca do Estado no 12º pavimento, em área subutilizada, demolição da cobertura executada posteriormente no 12º pavimento, regulamentação do uso dos corredores externos (área entre os *brise-soleils* e salas); regulamentação do uso das portas pantográficas localizadas nas escadas e atualização do arquivo de plantas e documentação sobre o A.B.I. O que de relevante pode-se concluir com estes dados é que os jardins de Burle Marx já estavam desativados desde a década de 1970, assim como permanecem atualmente, e o terraço jardim já estava fechado, perdendo, portanto, as suas características originais.

Figura 88 – Foto do sétimo pavimento, após a explosão da bomba em 1976.



Fonte – Arquivo Noronha Santos/Pasta Obras (recorte de jornal/Boletim A.B.I.- março/abril de 1988).

Nos arquivos da Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro constam duas pastas referentes às intervenções realizadas no *Edifício A.B.I.*, a saber: “Preservação 1977 a 2000” e “Preservação 2000 a”, cujas informações seguem compiladas a seguir.

Na primeira pasta constam diversos documentos e processos abertos em relação ao bem, além da mesma ficha de inventário existente no Arquivo Noronha Santos.

Em 1985, é aberto processo<sup>112</sup> por meio do qual o presidente Barbosa Lima Sobrinho solicita ao IPHAN a colocação de um toldo no 13º andar, solicitação que foi encaminhada ao escritório M. Roberto para avaliação, que negou o pedido e sugeriu a utilização de cortinas. Neste contexto, levantamos o questionamento: cabe o autor do projeto decidir com soberania sobre as intervenções?

No ano de 1986 há um pedido, por parte da *A.B.I.* de reforma das instalações do edifício, entretanto não há registros neste processo que comprovem que as alterações foram realizadas, mas um recorte do jornal Folha de São Paulo, arquivado na pasta obra do Arquivo Noronha Santos e datado de 9 de março

---

<sup>112</sup> Processo de nº 23099.0601127/85-31.

de 1987, confirma que estavam sendo executadas intervenções na biblioteca e auditório.

Em 05 de junho de 1991, o diretor Barbosa Lima Sobrinho encaminha ofício ao IPHAN informando a pretensão de reformar internamente o edifício, “atualizando-o e modernizando-o, a fim de receber condignamente os representantes da imprensa estrangeira que aqui deverão vir por ocasião do evento Rio-92.”<sup>113</sup> Neste documento Barbosa Lima Sobrinho informa que o projeto seria elaborado pelo escritório M. Roberto e questiona sobre os procedimentos a serem adotados para a aprovação do IPHAN.

O projeto de reforma de autoria do escritório M. Roberto Arquitetos, datado de setembro de 1991, foi protocolado no IPHAN em 18 de novembro do mesmo ano.<sup>114</sup> Segundo o memorial descritivo, denominado pelos arquitetos como “projeto de atualização,” as alterações previstas eram mínimas e resumiam-se em intervenções apenas do sétimo pavimento em diante, “sempre tendo em mente as condições atuais da associação de classe, obedecer o ‘espírito’ do que tinha sido o originalmente projetado.”<sup>115</sup>

As alterações mais significativas se concentravam na iluminação e instalação de ar condicionado, seguindo, portanto, a tendência de renovação das instalações prediais que veio a se firmar nos dias atuais. Para o sétimo andar, de utilização da A.B.I., previam apenas a troca de mobiliário e alterações em duas paredes, “uma para criar uma sala de espera especial para a presidência, e outra para compor melhor o palco da sala de reuniões, junta à empena da Rua do México (sic).” Para o oitavo andar propuseram que as salas posicionadas na empena da Rua México voltassem a servir de apoio ao auditório. Este oitavo andar, conforme as plantas existentes, encontra-se abaixo do andar do auditório (nono andar) e não há indicações nas plantas consultadas de existência de salas (voltadas para a Rua México) neste pavimento, o que levanta a hipótese de que o andar, originalmente projetado para abrigar a biblioteca, sofreu reforma para abrigar estas salas. O que é mais provável, já que atualmente a biblioteca está localizada no décimo segundo

---

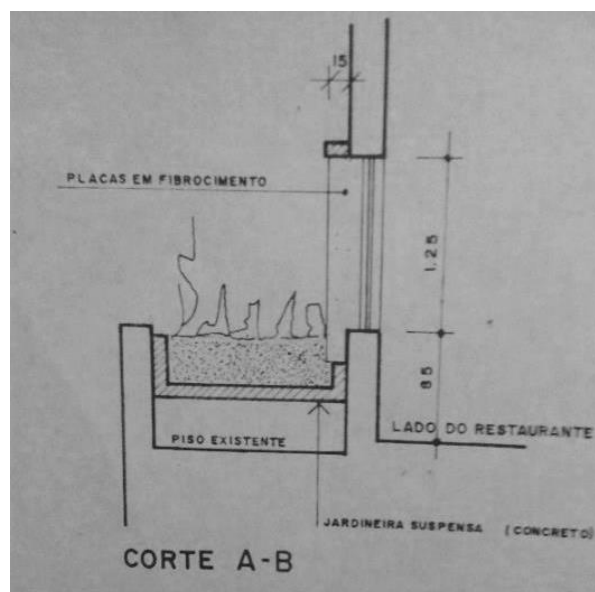
<sup>113</sup> Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, Pasta Preservação 1997 a 2000.

<sup>114</sup> Protocolo nº 1190/processo nº 01500.000664/91-00

<sup>115</sup> Protocolo nº 1190/processo nº 01500.000664/91-00.

pavimento. O nono andar sofreria modificações no palco do auditório, nas salas de apoio ao auditório, além da criação de um bar e espaço para exposições. Para o décimo andar, representado pelo mezanino do auditório, a proposta previa a construção de paredes para a criação de uma sala de projeção e substituição de esquadrias. Para o décimo primeiro andar, o projeto previa a alteração dos limites do forro existente para se aproximar do projeto original. Para o décimo segundo andar, a descrição já indicava o funcionamento de uma biblioteca, e previa a construção de paredes para a criação de uma sala de vídeo. No décimo terceiro e último pavimentos, onde funcionava um restaurante, a proposta previa a colocação de *brise* de fibrocimento nas esquadrias (solução em substituição à instalação do toldo solicitada anteriormente pela A.B.I.), reformas internas no restaurante, além de um “ajeitamento nas jardineiras do terraço, no lado sul, junto à empena da Rua do México (sic), para criar condições a um prolongamento, descoberto, da sala de refeições.” O projeto foi aprovado pelo IPHAN, pela arquiteta Ceça Guimaraens, em 16 de dezembro de 1991.<sup>116</sup> Entretanto, não há nenhum tipo de documento que comprove se esta obra foi realizada ou concluída, ou se foi acompanhada pelo órgão fiscalizador.

Figura 89 – Detalhe dos *brises* propostos e reforma da jardineira no 13º pavimento/Projeto M. Roberto Arquitetos/setembro de 1991.



Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 1977 a 2000.

<sup>116</sup> Informação nº 309/1991.

No ano de 1992, documentos emitidos pela A.B.I. informam a ocorrência de infiltrações no 13º pavimento, onde ainda funcionava o restaurante, colocando em risco o acervo da biblioteca, instalada no pavimento inferior. Diante disso, a Associação solicita ao IPHAN a realização de uma vistoria no local, que é realizada pelo órgão em outubro do mesmo ano,<sup>117</sup> que confirma, descreve e aponta as causas dos pontos de infiltração, sendo uma delas a falência da impermeabilização da laje do terraço, recomendando à A.B.I. urgência na solução do problema. No ano seguinte, o IPHAN realiza nova vistoria registrando que as infiltrações detectadas não haviam sido sanadas.<sup>118</sup> O órgão então encaminha documento ao diretor da A.B.I., Henrique Miranda, pedindo-lhe providências para sanar os danos. Mais uma vez não há informações que nos permitem avaliar se o processo foi concluído.

No ano de 2000, um novo processo é aberto por meio do protocolo de nº 1.502, de 18 de agosto, solicitando ao IPHAN aprovação de projeto arquitetônico para instalação de um restaurante no andar térreo (primeiro pavimento). O projeto, de autoria dos arquitetos Luiz André Figueira Rodrigues e Márcio Romel Alves de Menezes, foi analisado pelo arquiteto Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha, da área de preservação do IPHAN, que emitiu parecer não aprovando letreiro, uma vez que escondia todas as colunas do pilotis.<sup>119</sup> Depois de idas e vindas do projeto, o mesmo foi aprovado em 12 de fevereiro de 2001.<sup>120</sup> Nas anotações técnicas feitas de próprio punho pelo técnico responsável há solicitações de acompanhamento da obra. Entretanto, a obra foi concluída sem acompanhamento do IPHAN, conforme indica o documento emitido pelo órgão fiscalizador, assinado em 25 de setembro de 2003.

Um segundo processo foi aberto no ano de 2000,<sup>121</sup> a partir da solicitação da empresa Engebanc para instalação de uma estação de rádio no último andar do prédio. Em resposta, o IPHAN solicita projeto executivo com detalhamento,

---

<sup>117</sup> Informação nº 402 de 23 de outubro de 1992.

<sup>118</sup> Informação nº 246 de 08 de julho de 1993 informa que a vistoria foi realizada em 15 de abril de 1993.

<sup>119</sup> Parecer nº 034-2000

<sup>120</sup> Memorando nº 55/2001.

<sup>121</sup> Protocolo nº 2073, em 14 de novembro de 2000.

incluindo quantidade e altura das antenas. Não há documento confirmando a apresentação do projeto ou a aprovação da instalação da estação.

Outro processo, aberto no ano de 2005, retorna ao assunto das antenas que já haviam sido instaladas sem autorização do IPHAN. Depois de análises e pareceres, Maria Cristina B. de Figueiredo, então superintendente substituta, despacha, em 5 de dezembro de 2005, o protocolo 3134-05, manifestando-se contra às instalações das antenas uma vez que tais intervenções não são permitidas em bens tombados, sem citar legislações regulamentadoras. Nota-se que em função do ano deste processo, os documentos deveriam estar na pasta seguinte, que contém intervenções a partir do ano 2001.

A última pasta relativa às intervenções contém o documento emitido pelo presidente da A.B.I., Sr. Fernando Segismundo (1915-2014), apresentando projeto para execução de obras das fachadas da edificação e solicitando ao IPHAN aprovação e colaboração financeira para o pagamento dos serviços propostos.<sup>122</sup> Nas comunicações internas de próprio punho, Theodoro Joels, então chefe da divisão técnica do IPHAN, encaminha comunicado à Assessoria de Convênios e Contratos, solicitando a esta divisão o encaminhamento de informação ao presidente da A.B.I. de que o IPHAN não dispunha de recursos para tais obras. A partir daí, os documentos anexados neste processo são confusos e não permitem concluir o ponto final dos entendimentos.

Os documentos indicam que em um momento o IPHAN não disponibilizava de recursos e em outro os recursos haviam sido liberados. De fato, após este comunicado, o próprio Theodoro solicita ao arquiteto do IPHAN, Luis Pinho, o preenchimento dos formulários de solicitação de recursos, o qual responde informando que já estava em contato com o presidente da A.B.I. e que este informou a disponibilidade de recursos por parte da Associação para a realização da obra e que o contrato, inclusive, já estava assinado com a construtora, aguardando apenas a autorização do IPHAN para início das obras.

Porém, Luis Pinho manda outro comunicado em 07 de dezembro de 2001 ao arquiteto Theodoro com o seguinte conteúdo: “Em virtude da decisão da Superintendência do Regional de pratocinar (sic) as obras emergenciais para o

---

<sup>122</sup> Protocolo nº 1775, de 24 de janeiro de 2001.

prédio da A.B.I. Encaminho cópia das especificações para o arquivamento.” Theodoro responde prontamente: “creio que se deva comunicar à Direção da A.B.I. das intenções do IPHAN de realizar os serviços emergenciais nas fachadas de sua sede.” Desse modo, o memorando datado de 6 de dezembro 2001, emitido pela Thays Zugliani, então superintendente do IPHAN, solicita abertura de licitação para execução de serviços de obras emergenciais no prédio, com a seguinte justificativa: “os revestimentos das fachadas e os brises encontram-se soltos, prestes a cair, ameaçando dessa forma a vida dos pedestres.” O valor estimado para licitação era de quarenta e cinco mil reais, mesmo valor orçado pela A.B.I. na ocasião do primeiro pedido de reforma. No processo não há o edital, tampouco o resultado do procedimento licitatório, porém consta documentação de empresa J.F. Brito Engenharia Ltda solicitando pagamento da nota fiscal referente as obras de reparos nas fachadas e *brises* do edifício da *A.B.I.*, que comprova que a obra estava sendo executada em março de 2002, sendo fiscalizada pelo o arquiteto do IPHAN, Paulo Vidal.

Em julho de 2002, carta emitida pela A.B.I. informa que a obra das fachadas estava parada. Em seguida, a superintendente comunica ao Diretor de Departamento de Proteção do IPHAN os motivos da paralisação e informa a retomada dos serviços. A obra foi concluída conforme informa memorando 074, de 20 de março de 2003, emitido por Oscar Henrique Liberal, então fiscal da obra, ao chefe da área de conservação Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro. Paulo responde recomendando a realização de um relatório completo e a digitalização das plantas, documento não disponibilizado nos arquivos.

A análise deste relatório final de obra seria fundamental para a confirmação do que foi realmente executado nesta intervenção e quais métodos foram adotados para a restauração das fachadas. Entretanto, alguns documentos tramitados no decorrer da obra nos permite avaliar parcialmente o que foi executado, além de conter as recomendações de intervenção propostas pelo IPHAN. Dentre eles está um memorando<sup>123</sup> emitido em resposta ao projeto protocolado pela A.B.I. para aprovação, que na verdade resumia-se a um memorial descritivo dos serviços de restauração e orçamento executado pela Empreiteira Marim Ltda. Em resposta ao projeto protocolado, o arquiteto Luiz

---

<sup>123</sup> Memorando nº 343/2001/DITEC/6ª CR/IPHAN, de 27/11/2001.

Pinho, da área de conservação do IPHAN, registrou a sugestão para os procedimentos de restauro, incluindo a elaboração de testes para a definição do traço de argamassa, propondo o seguinte princípio para a limpeza das pedras e argamassas:

A limpeza deve ter como princípio respeitar a natureza e o estado de conservação do material. Devem ser evitados produtos ou métodos que acelerem a deterioração do material, ou seja, causem abrasão, microfratura ou descontinuidade, ou aumente a porosidade ou criem sais solúveis.<sup>124</sup>

Além disso, recomendou o seguinte procedimento para locais onde fosse possível o uso abundante de água:

- lavagem abundante com água pura sem aditivos químicos para que se retire todo o material (sais minerais) e crostas negras (nitratos, sulfatos e carbonatos).
- as superfícies devem ser limpas com solução de água pura e detergente de pH neutro (tipo Detertec 7).
- as escovas para fricção e remoção das sujidades devem ser macias, confeccionadas com cerdas vegetais ou nylon e de diversos tamanhos para facilitar a penetração das cerdas nas diversas superfícies e cavidades.
- os trabalhos devem começar após a regulagem e o controle do pH da água.
- a lavagem deve ser sempre de cima para baixo.<sup>125</sup>

Já para a limpeza pontual das gnaisses e mármore, recomendou outro procedimento:

A limpeza das pedras não poderá ser realizada com produtos abrasivos e/ou químicos tais como:

- jatos de areia ou esfera de vidro.
- escovas de aço.
- ácidos.
- detergentes que contenham em sua formulação produtos que possam penetrar em profundidade impossibilitando a retirada do excesso, causando a longo prazo a deterioração do material

Essas recomendações deram origem ao documento produzido pelo IPHAN, anexo ao edital, contendo as especificações dos serviços para as obras das fachadas. A partir de sua análise, é possível verificar o que de fato foi

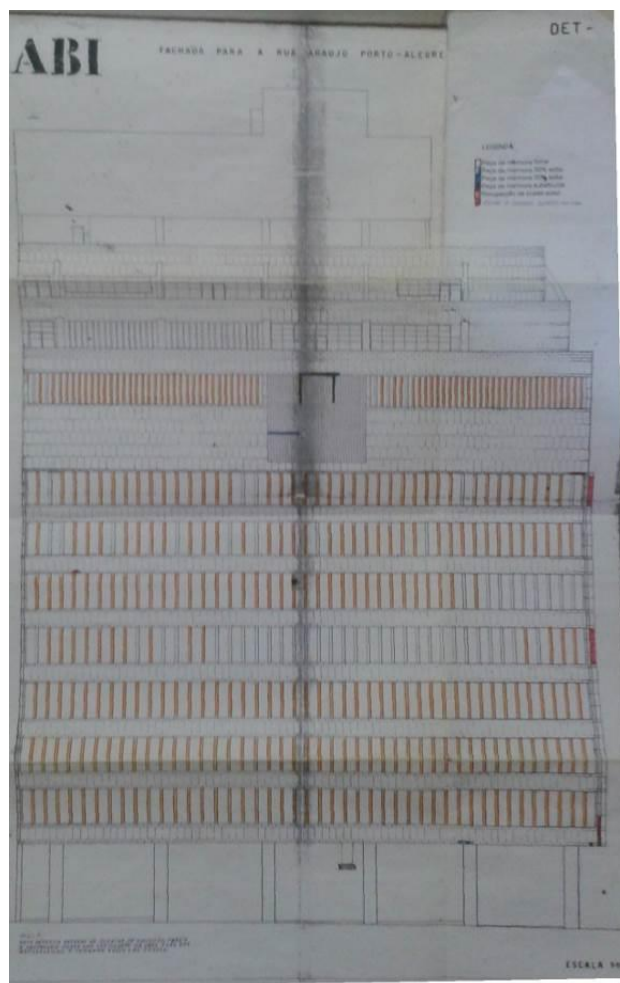
---

<sup>124</sup> Memorando nº 343/2001/DITEC/6ª CR/IPHAN, de 27/11/2001.

<sup>125</sup> Memorando nº 343/2001/DITEC/6ª CR/IPHAN, de 27/11/2001.

recomendando para a realização das obras, apesar da impossibilidade de concluir se os serviços foram realmente executados, em função da ausência do relatório final. Dentre os serviços, estão a recuperação e revisão de fixação das placas de mármore de todas as fachadas, com a recomendação de que o reboco para refixação deveria ser submetido à fiscalização do IPHAN; novo rejuntamento com material similar ao original; recuperação dos *brise-soleils* com metodologia recomendada e limpeza. A obra foi vistoriada, conforme documentos existentes no processo. Um deles solicita à construtora o diário da obra, documento que não foi encontrado. Não há um projeto executivo para a intervenção, porém acompanham estes documentos de vistoria os desenhos de fachada com o mapeamento de danos dos *brise-soleils* e placas de mármore (FIGURA 90).

Figura 90 – Desenho da fachada frontal, com mapeamento de danos.



Fonte – Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro/Pasta Preservação 2000 a.

No ano de 2006, a direção da A.B.I. solicita ao IPHAN a realização de vistoria na área do pavimento térreo da edificação, em loja ocupada por um restaurante, “que vem causando graves danos à integridade física e à aparência desse bem tutelado pelo IPHAN.”<sup>126</sup>

O documento informa que a Associação vem solicitando, em vão, providências à empresa para correção e reparo das lesões e justifica que a vistoria e emissão do laudo pelo IPHAN permitirá a A.B.I. ingressar em juízo contra a locatária. A vistoria foi realizada em 14 de maio de 2006 pelo engenheiro Jorge Campana, contendo a sugestão de intimação ao restaurante. Os procedimentos foram informados ao proprietário do restaurante por meio do ofício nº 286, emitido pelo gabinete em 15 de maio de 2006. O processo não foi finalizado, impedindo uma análise da conclusão das intervenções.

Em junho de 2010, ofício emitido pela A.B.I. pede autorização para implantação no nono andar do *Memorial Mário Alves* concebido pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O processo foi arquivado porém consta no *site*<sup>127</sup> da A.B.I. a inauguração do espaço no dia 06 de setembro do mesmo ano.

No ano de 2012 há um único processo referente ao edifício, que trata de uma solicitação de autorização por parte dos dirigentes da A.B.I. para a colocação de uma placa de acrílico sobre as letras, em cobre, das inscrições no *hall* de entrada, visto que as mesmas haviam sido furtadas em duas ocorrências, sendo a primeira no ano de 2011 e a segunda em 2012.<sup>128</sup> Em resposta à solicitação, o IPHAN nega a instalação da placa justificando que a intervenção iria descaracterizar o letreiro e sugere a Associação entrar em contato o escritório M. Roberto para a proposição de uma solução mais eficaz<sup>129</sup>. Este processo foi o último arquivado nas documentações do edifício, não constando, portanto, nada mais atual em termos de intervenções. Entretanto, em visita à edificação em meados de 2014, registramos a colocação de telas de proteção

---

<sup>126</sup> Ofício ABI nº 201, de 14 de fevereiro de 2006, protocolado sob o nº 3822 em 16 de fevereiro de 2006, assinado pelo então presidente Maurício Azevedo.

<sup>127</sup> <http://www.abi.org.br/abi-inaugura-memorial-mario-alves/> - acesso em 10 jun. 2014.

<sup>128</sup> Ofício emitido pela ABI nº 812, de 25-10-2012, assinado pelo presidente Maurício Azêdo.

<sup>129</sup> Memorando nº 774, de 30 de novembro de 2012.

nas fachadas, justificadas pela direção para a proteção dos pedestres, tendo em vista possibilidade iminente de queda do material de revestimento externo. Esta intervenção não foi registrada nos arquivos do IPHAN.

Diante dos fatos, percebe-se o cuidado por parte da administração da Associação Brasileira de Imprensa em relação ao edifício, demonstrado, tanto pelo pedido de tombamento quanto por solicitações de autorização para qualquer tipo de intervenção na edificação. Compreende-se também maior cuidado por parte do IPHAN na intervenção realizada no ano de 2000 em relação aos procedimentos de intervenção nas fachadas da edificação, com recomendações mais detalhadas para os processos de restauração dos elementos. De fato, foi nesta década a primeira e única intervenção de maior porte e que demandou maior cuidado e rigor técnico. Porém, a intervenção realizada em 1991, ou pelo menos o projeto protocolado, previa também alterações significativas, mas talvez pelo fato de ter sido assinado pelo escritório M. Roberto, sucessor direto dos autores do edifício, o órgão dispensou recomendações mais detalhadas.

É lamentável a ausência de conclusão da maioria dos processos abertos, impedindo inferências mais precisas sobre as intervenções realizadas e um registro mais acurado dos processos de intervenção. Qualquer intervenção, mesmo que seja mínima, deve ser devidamente arquivada, possibilitando o acompanhamento dos projetos e do registro das intervenções no edifício.

### 4.3. Intervenção no edifício Palácio

#### Gustavo Capanema

I  
Massas geométricas  
Em pautas de música  
Plástica e silêncio

Do espaço criado.

Concha e cavalo-marinho.  
[...]

II  
Na verde espessura  
Do fundo do mar  
Nasce a arquitetura.

Da cal das conchas  
Do sumo das algas  
Da vida dos polvos  
Sobre tentáculos  
Do amor dos pólipos  
Que estratifica abóbadas  
Da ávida mucosa  
Das rubras anêmonas  
Que argamassa peixes  
Da salgada célula  
De estranha substância  
Que dá peso ao mar.

Concha e cavalo-marinho.

[...]  
(Vinícius de Moraes, 1946)<sup>130</sup>

#### 4.3.1. A edificação

Inúmeras publicações brasileiras e estrangeiras já trataram do *Palácio Gustavo Capanema (PGC)* e é incomum aquela que não comenta o processo evolutivo da concepção do projeto arquitetônico que resultou num dos mais emblemáticos edifícios da arquitetura moderna brasileira, com reconhecimento internacional. Mais recente é a publicação do arquiteto Roberto Segre (1934-2013), que faleceu pouco antes do lançamento da sua obra, pela qual se

---

<sup>130</sup> Poema de Vinícius de Moraes sobre o painel de Portinari instalado no Palácio Gustavo Capanema. MORAES, VINICIUS. Azul e Branco. In: Poemas, Sonetos e Baladas. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2008.

dedicou por mais de dez anos.<sup>131</sup> Antes de apresentarmos a análise das intervenções pelas quais a edificação passou ao longo dos seus 68 anos,<sup>132</sup> abriremos um parêntese para esta publicação em função da sua relevância.

São 543 páginas dedicadas ao “ícone urbano da modernidade”, conforme denominação do próprio autor ao edifício no subtítulo do livro, divididas em 16 capítulos trabalhados por meio de intensa pesquisa. O autor - que no texto introdutório declara sua paixão pela edificação desde que a conheceu em 1963,- apresenta desde os aspectos urbanos primordiais da cidade do Rio de Janeiro, passando pelo contexto político brasileiro que apoiou os princípios estéticos dos jovens arquitetos da cena moderna, pelos detalhes do “concurso frustrado,”<sup>133</sup> pela concepção final do projeto e, até mesmo, pelas intervenções registradas ao longo dos anos. Sua intenção em analisar o edifício estava expressamente declarada:

Trata-se então de integrar numa nova leitura semiológica todos os fatores que possibilitaram sua existência, e superar as tradicionais interpretações estéticas – a leitura de obra de arte isolada, no vazio, sugerida por Theodor Adorno ou Simone Weil -, presentes na maioria dos livros de história da arquitetura, que analisam o MES em função de algumas abordagens formais: os pilotis monumentais, os brise-soleils e a volumetria purista provenientes dos cinco pontos de Le Corbusier (SEGRE, 2013, p. 43).

Segre lança hipóteses, confirma dados, refuta outros (principalmente em relação ao concurso), apresenta novos, tudo baseado em extensa bibliografia levantada, dando a impressão de que o assunto foi esgotado. Parece então dispensável estudar o edifício, porém, já que nos empenhamos em analisar as intervenções nesta edificação, nada mais oportuno do que ter disponível uma análise tão completa da obra. Desnecessário se faz, portanto, explicar que esta fonte foi a mais consultada para a descrição do processo de criação e construção do edifício.

---

<sup>131</sup> Segundo SEGRE (2013, p.32), a pesquisa para a publicação do livro foi consequência de outra investigação desenvolvida na FAU UFRJ (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro) e financiada pela CNPq a partir de 1999.

<sup>132</sup> Contados a partir da sua inauguração, em 1945, já que sua construção iniciou-se em 1937 (Segre, 2013).

<sup>133</sup> Título do capítulo 2 da obra, p. 75.

A edificação antes de ser erguida já era alvo de referências no Brasil em função do conturbado concurso para a escolha do seu projeto arquitetônico. Num contexto do vazio da Esplanada do Castelo, já com o zoneamento definido pelo Plano Agache que moldaria a tipologia da nova centralidade da então capital brasileira, lançou-se o edital para a elaboração do projeto da sede do Ministério de Educação e Saúde (MES), na ampla campanha das prioridades funcionais do governo de Getúlio Vargas. Por sorte ou por destino, mas indubitavelmente por mérito, estava à frente do novo Ministério o mineiro Gustavo Capanema, único político de Vargas que acreditou na nova arquitetura de vanguarda e por isso foi intensamente criticado pela corrente conservadora.

O terreno na Esplanada do Castelo já havia sido entregue ao governo federal pelo prefeito Pedro Ernesto Batista (1884-1942), quando o ministério era conduzido por Washington Pires (1892-1970). Com a escritura definitiva assinada no ano de 1935, Capanema, temendo o clima conservador dos demais políticos que compunham as pastas ministeriais de Vargas e responsáveis pelas construções de sedes em sua maioria de arquitetura acadêmica, recorreu a dois amigos diplomatas<sup>134</sup> residentes no exterior, com o intuito de coletar dados sobre a estrutura organizacional de países avançados em relação à estrutura de governo. O edital é publicado no Diário Oficial em 25 de abril de 1935, e participaram da concorrência trinta e cinco projetos, sendo três deles classificados para a segunda etapa. Dos três, o arquiteto acadêmico Arquimedes Memória (1893-1960) obteve a primeira colocação que, segundo Segre (2013, p.85), “em termos de expressão plástica, sem dúvida alguma [...] era o melhor dos premiados [...]. Entretanto, os desenhos adulteravam a realidade. Esse efeito cenográfico estava fora de escala em relação ao terreno.” Apesar de cancelado o concurso, o prêmio foi entregue ao vencedor. O motivo do cancelamento é levantado por Segre baseado em várias hipóteses, porém fato é que em março de 1936, o Ministro solicita avaliação técnica do projeto vencedor a vários profissionais especializados, que levantaram inúmeras críticas à concepção vencedora, dentre elas diversos erros projetuais. Esses relatórios, portanto, embasaram o ministro a cancelar o

---

<sup>134</sup> José Roberto de Macedo Soares, embaixador na Itália, e Fernando Lobo, representante em Washington. (SEGRE, p. 78)

concurso e a convidar Lucio Costa para executar o projeto.<sup>135</sup> No mesmo ano, Lucio Costa, supostamente rival de Arquimedes Memória em decorrência da conturbada disputa pela diretoria da Escola de Belas Artes, monta a equipe que viria a produzir o projeto final para a sede do Ministério. Conduzida por ele, a equipe era composta pelos profissionais com afinidades projetuais e teóricas, a saber: Carlos Leão (1906-1983), Oscar Niemeyer, Ernani Vasconcelos (1912-1989), Affonso Reidy (1909-1964) e Jorge Machado Moreira (1904-1992).

Sobre a escolha de Lucio Costa e o descarte da colaboração dos demais arquitetos premiados no concurso pelo Ministro Capanema há diversas hipóteses na literatura relacionada e Segre também apresenta a sua:

No âmbito das suposições, ele [Capanema] teria percebido que a proposta de ambos [dos premiados] tinha uma imagem com pouca personalidade, de escassa originalidade, e carente de um particular significado expressivo e simbólico. Ao mesmo tempo, nas atividades profissionais e teóricas não atingiram um destaque particular, manifestando posições conservadoras, como se verificou nas obras e escritos posteriores: Galvão apresentou um projeto neoclássico no concurso do Ministério da Fazenda, Pompeu Pinheiro escreveu artigos criticando a adoção dos princípios de Le Corbusier, tais com a estrutura independente e o terraço-jardim, e questionando as formulações de Costa sobre a casa moderna brasileira. Assim se compreendem as causas da decisão de Capanema de encarregar o novo projeto do MES a Lucio Costa. (SEGRE, 2013, p. 125)

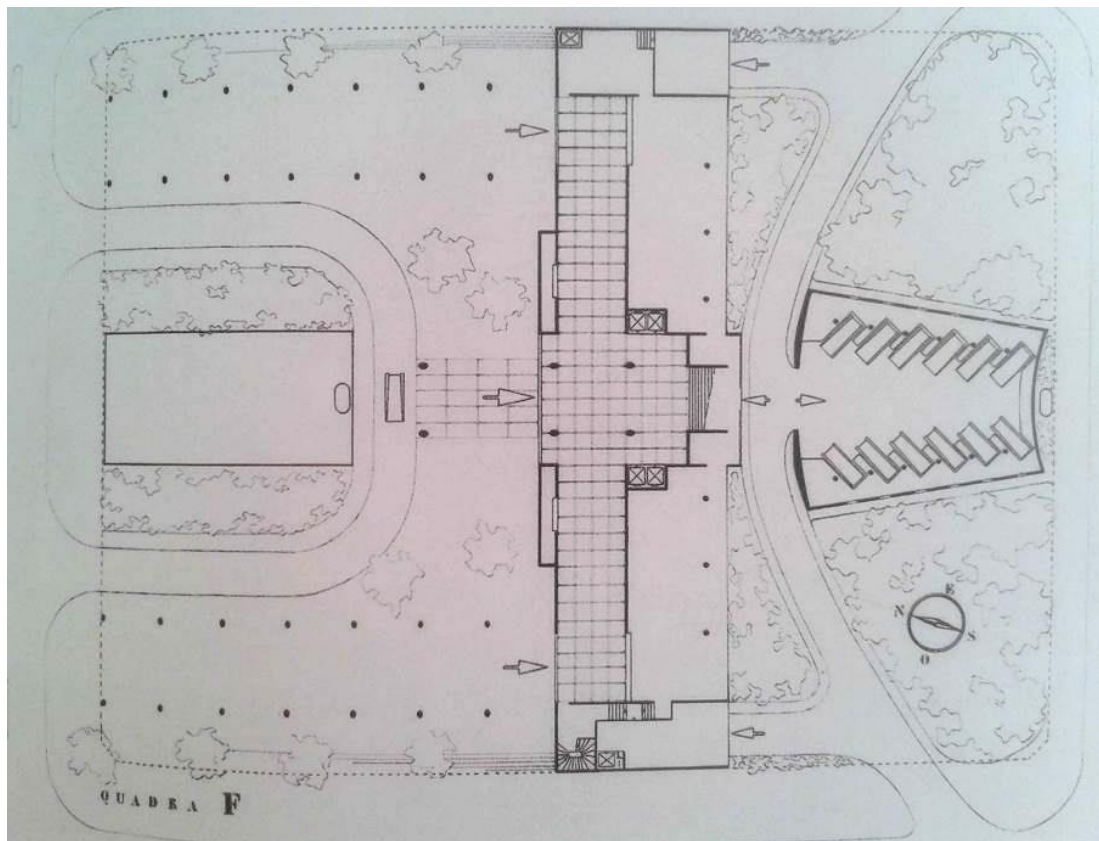
Apenas se iniciava mais uma etapa de um longo processo que culminaria no projeto final, até a inauguração do edifício em 1945. Em maio de 1936 já estava finalizado o primeiro estudo do projeto, cuja composição de simetria axial foi questionada tanto pelo ministro quanto por Le Corbusier, que deu-lhe o apelido de “Múmia”<sup>136</sup> (FIGURAS 91 a 93).

---

<sup>135</sup> Com o aval de Getúlio Vargas, Capanema envia a carta oficial a Lucio Costa em 25 de março de 1936. (SEGRE, 2013, p. 95)

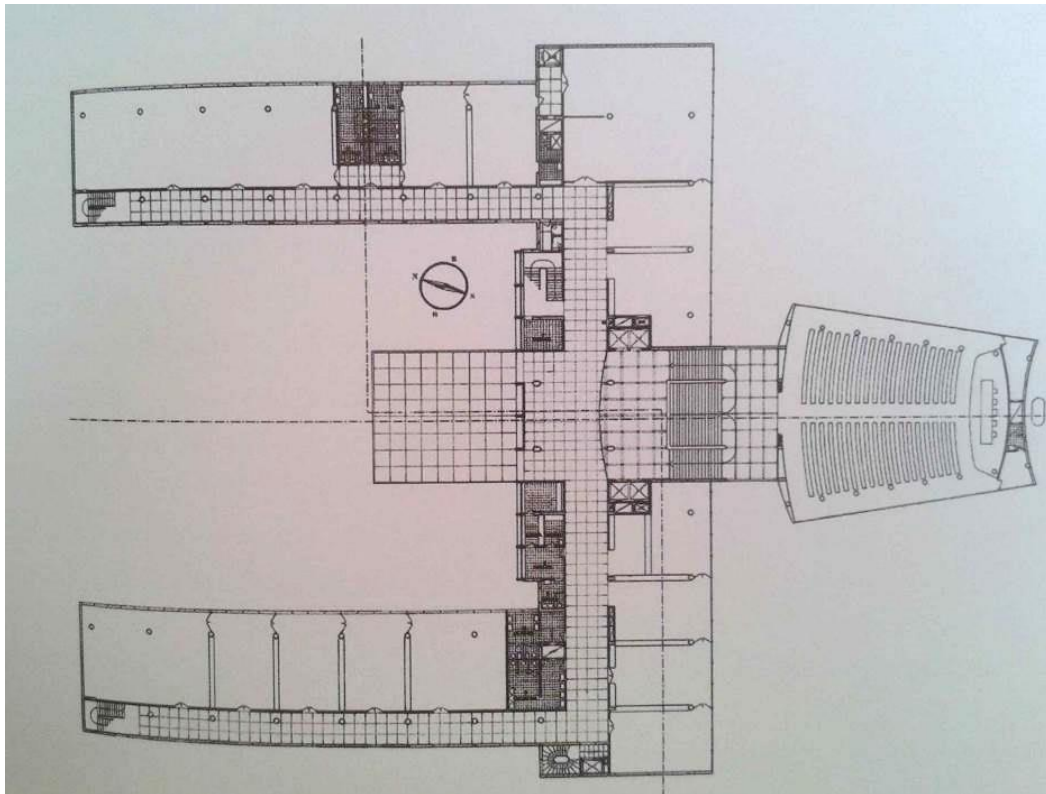
<sup>136</sup> As críticas feitas por Le Corbusier e que lhe renderam o apelido de Múmia estão descritas por Segre (2013, p. 189): “questionou [Le Corbusier] a simetria rígida e o caráter maciço da composição, o projeto equivocado dos brise-soleils da fachada e o aspecto acadêmico da escada monumental de acesso ao salão de conferências.”

Figura 91 – Primeiro projeto da equipe de Lucio Costa para o MES (Múmia) / Pavimento térreo.



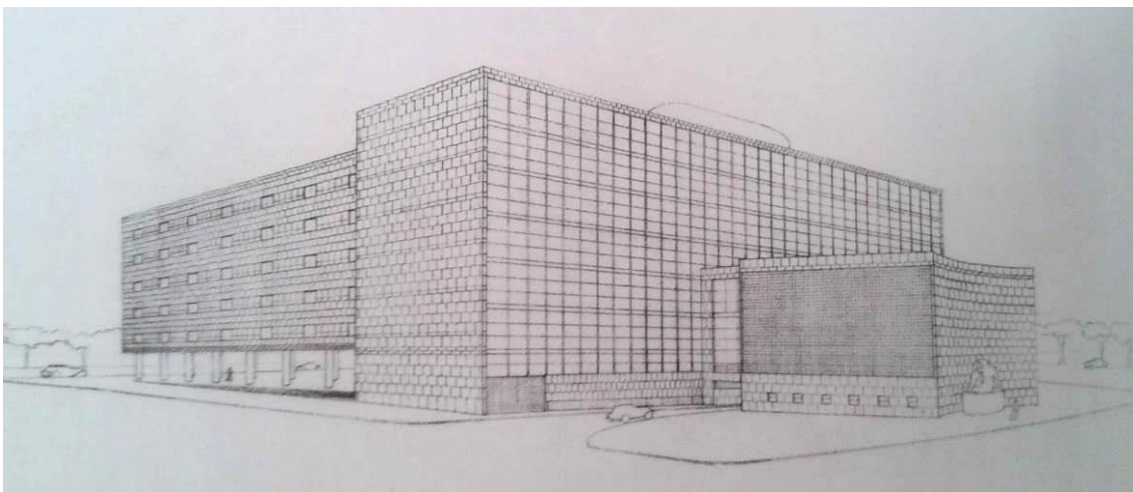
Fonte – SEGRE, 2013, p 149 (publicado originalmente por Jorge Czajkowski).

Figura 92 – Primeiro projeto da equipe de Lucio Costa para o MES (Múmia) / Primeiro pavimento.



Fonte – SEGRE, 2013, p 149 (publicado originalmente por Jorge Czajkowski).

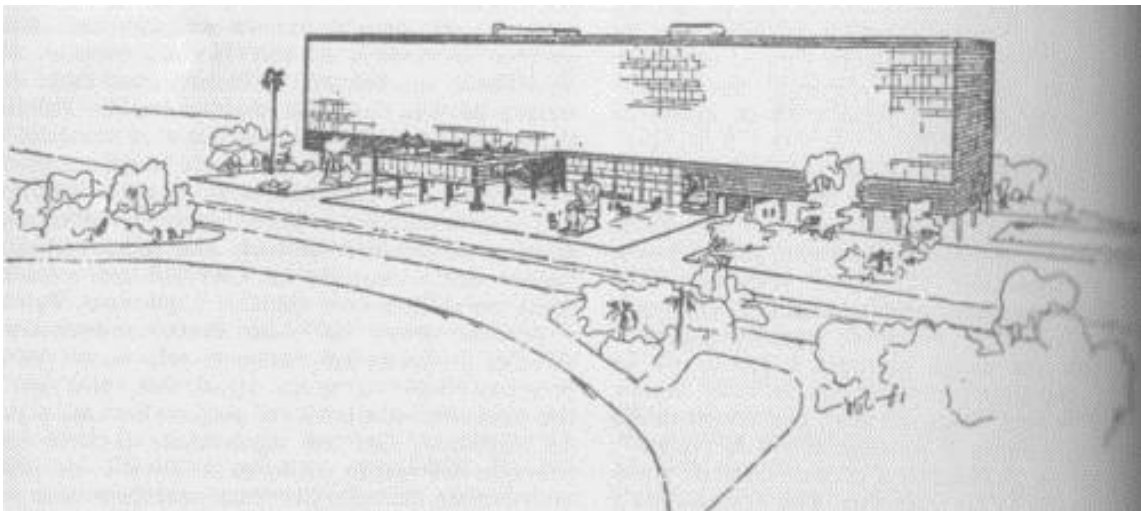
Figura 93 – Primeiro projeto da equipe de Lucio Costa para o MES (Múmia) / Perspectiva.



Fonte – SEGRE, 2013, p 148 (publicado originalmente por Jorge Czajkowski).

Após a apresentação do primeiro projeto, Le Corbusier<sup>137</sup> foi convidado por Capanema para, dentre outros encargos, assessorar a equipe no desenvolvimento de uma nova solução para o projeto.<sup>138</sup> Durante sua estada no Brasil, o mestre franco-suíço questionou o terreno escolhido e traçou novo projeto (FIGURAS 94 a 96) para outro terreno localizado à beira-mar, em frente à Praia de Santa Luzia, partindo de um bloco horizontal apoiado sobre pilotis com altura de quatro metros, “proposta como um desmembramento da Múmia, com suas alas laterais abertas sem alterar a estrutura funcional da solução de Costa e equipe” (SEGRE, 2013, p. 192).

Figura 94 – Primeiro projeto de Le Corbusier para o terreno de Santa Luzia, desenho de Oscar Niemeyer.

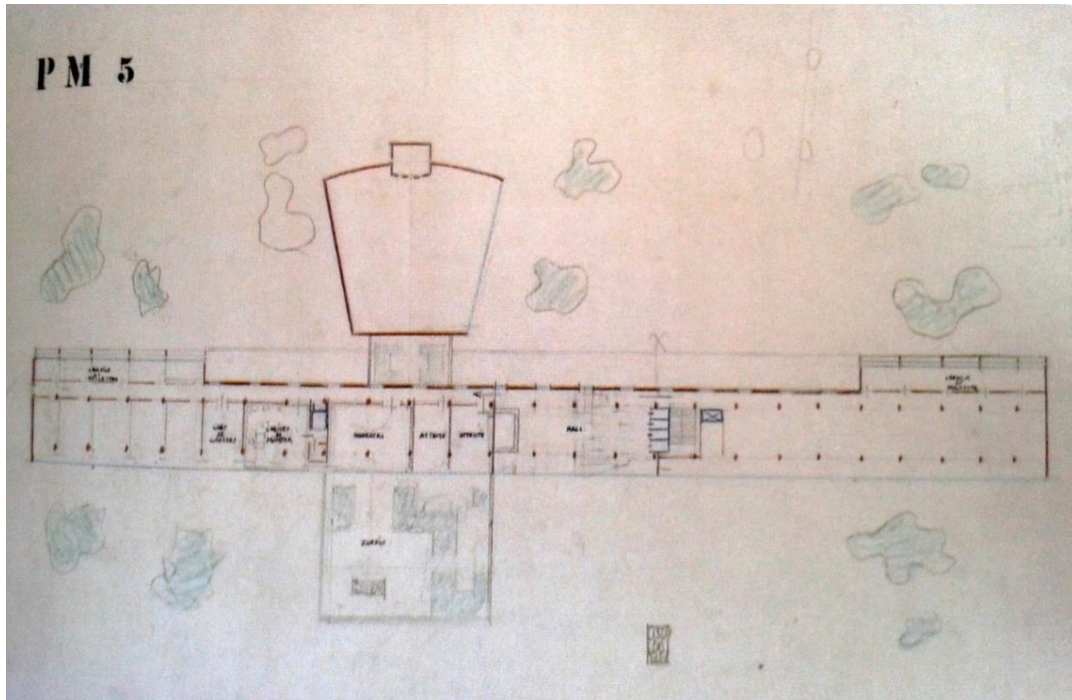


Fonte – SEGRE, 2013, p 148 (publicado originalmente no livro Le Corbusier. *Oeuvre Complète* 1394-38).

<sup>137</sup> Le Corbusier visitou o Brasil pela primeira vez em 1929 na ocasião de sua passagem pela América Latina para um ciclo de conferências. Na segunda vez, em 1936, veio por meio de um convite realizado pelo governo brasileiro para a realização dos estudos para a Cidade Universitária e assessorar a elaboração do projeto para a sede do MES e permaneceu do dia 13 de julho até 15 de agosto (SEGRE, 2013, p.167).

<sup>138</sup> Ver a relação das atividades desenvolvidas em sua segunda estada em Segre (2013), p. 184.

Figura 95 – Planta sobreloja do primeiro projeto de Le Corbusier para o terreno da Praia de Santa Luzia, desenho de Oscar Niemeyer.



Fonte – SEGRE, 2013, p 205.

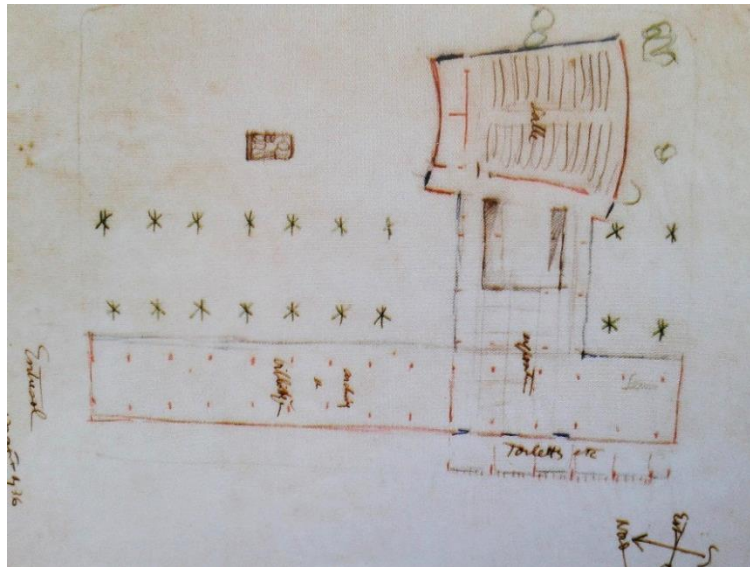
Figura 96 – Perspectiva simulada do projeto do MES para o terreno de Santa Luzia.



Fonte – SEGRE, 2013, p 196.

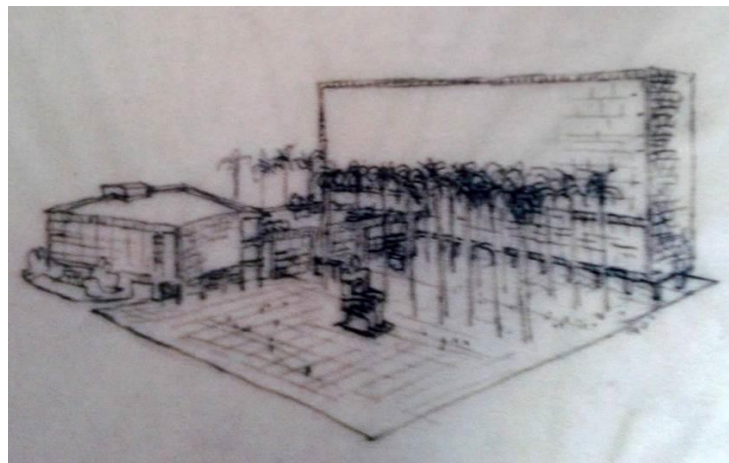
Esta nova proposta também foi recusada por Capanema com a justificativa da impossibilidade de garantir o terreno sugerido por Le Corbusier, solicitando-lhe que o projeto fosse adaptado para o terreno anterior, da Esplanada do Castelo. Diante dos fatos, o arquiteto elabora os desenhos conforme sugerido pelo Ministro antes de sua partida, em agosto de 1936 (FIGURAS 97 a 98).

Figura 97 – Croqui de Le Corbusier (primeiro pavimento) do projeto do MES para o terreno do Castelo.



Fonte – SEGRE, 2013, p 209.

Figura 98 – Perspectiva do projeto do MES para o terreno do Castelo/proposta de Le Corbusier.

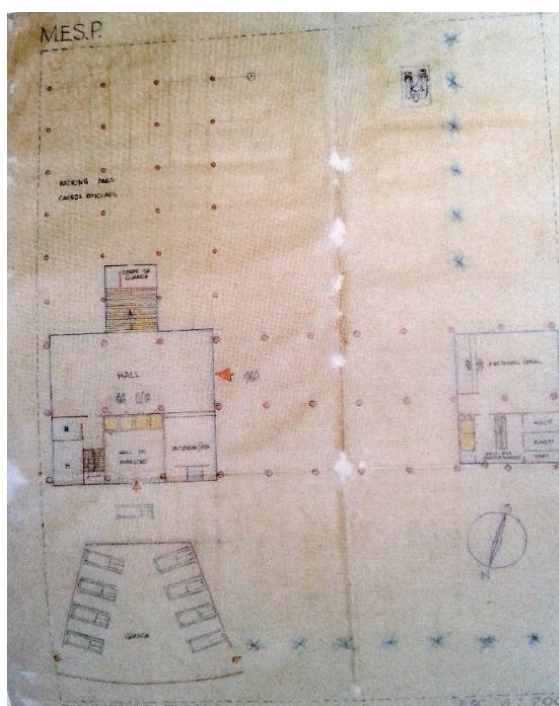


Fonte – SEGRE, 2013, p 209.

Após meses de debates que envolviam a Múmia e a proposta de Le Corbusier, as primeiras plantas foram apresentadas pela equipe de Lucio Costa em janeiro de 1937, que são aprovadas definitivamente em março do mesmo ano, após uma série de alterações, permitindo a abertura do processo licitatório para a contratação do projeto estrutural, a colocação da pedra fundamental em 24 de abril e o início das obras em maio do mesmo ano (FIGURAS 99 a 102).<sup>139</sup>

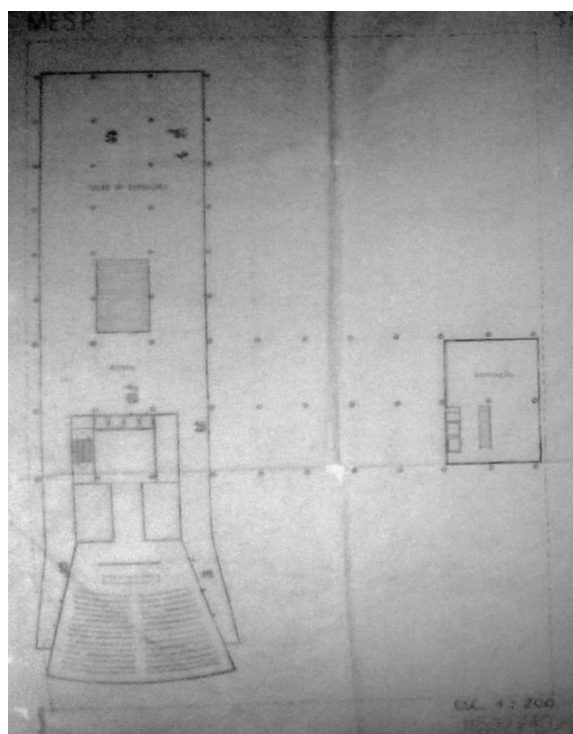
<sup>139</sup> Sobre o que passou nesse ínterim até a aprovação do projeto final, ver Segre (2013), capítulo 8.

Figura 99 – Projeto original do MES/planta pavimento térreo.



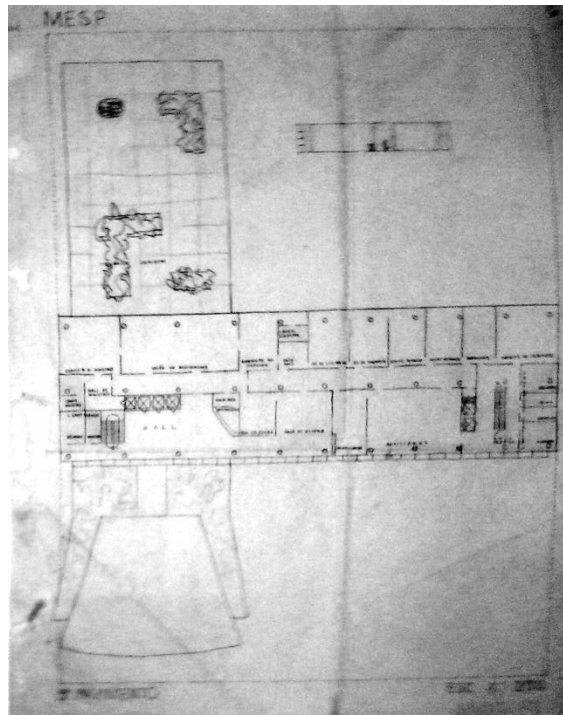
Fonte – SEGRE, 2013, p 232.

Figura 100 – Projeto original do MES/planta 1ª sobreloja.



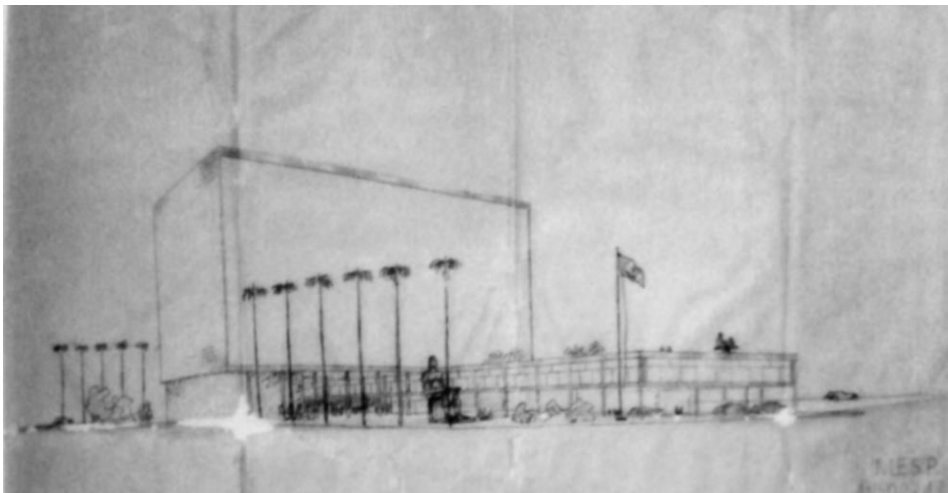
Fonte – SEGRE, 2013, p 232.

Figura 101 – Projeto original do MES/planta terceiro pavimento.



Fonte – SEGRE, 2013, p 232.

Figura 102 – Projeto original do MES/perspectiva.



Fonte – SEGRE, 2013, p 235.

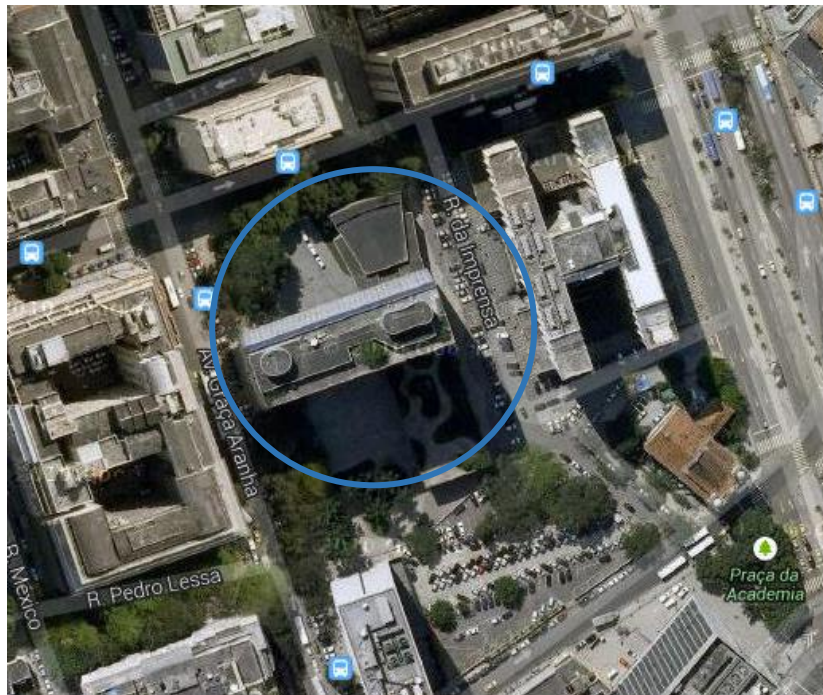
É comum a análise das diferenças entre o projeto aprovado e a obra pronta, já que durante o processo de construção houve diversas modificações em relação à concepção original. Dentre elas, Segre cita a alteração do número de pavimentos, o rearranjo das palmeiras, “a definição das duas praças secas, a circulação de veículos, a localização da estátua do Homem Brasileiro de Celso Antônio [que posteriormente foi substituída pela estátua Juventude Brasileira

de Bruno Giorgi] e as conexões com a Rua Pedro Lessa” (2013, p. 229), além da definição dos jardins de Burle Marx e a proposta para as diversas obras de artes.

O que se ergueu na Esplanada do Castelo foi, portanto, um edifício verticalizado composto por dois volumes principais e justapostos perpendicularmente, sendo o mais baixo com dois pavimentos e o mais alto com quinze pavimentos apoiados em colunas com altura de dez metros, conferindo uma fluidez ao espaço urbano de maneira inédita na capital carioca. Não eliminando o mérito dos autores, este ineditismo só foi possível com a flexibilização da legislação para a região da Esplanada proposta por Agache, realizada especificamente para a aprovação do projeto. Neste caso, o processo criativo falou mais alto que a rigidez legislativa já que todos os ventos sopravam a favor dos profissionais.

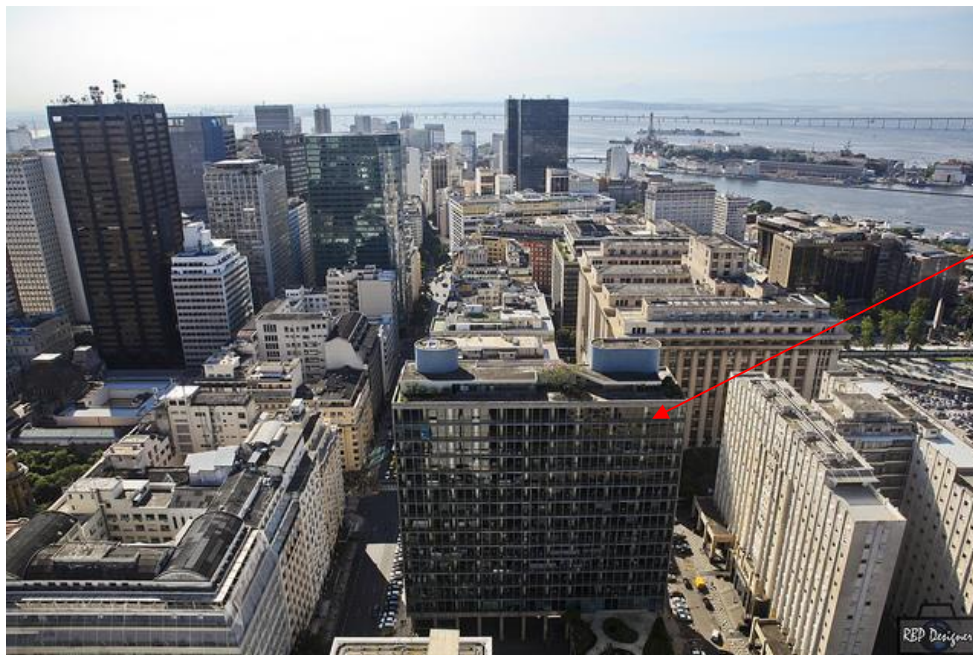
A despeito das alterações entre projeto e obra construída e de usos ao longo dos anos, o edifício foi erguido seguindo o programa preliminar para o funcionamento do Ministério recém instituído. O volume mais baixo abrigava o *hall* de acesso principal, auditório e salão de exposições. No volume mais alto estavam distribuídos o andar do gabinete do Ministro - com acesso para o terraço jardim sobre a laje do volume mais baixo - e os pavimentos tipo, divididos por um corredor longitudinal central, separado das áreas de trabalhos apenas por divisórias em meia altura, conferindo uma flexibilização para estes espaços e permitindo uma ventilação natural. As circulações verticais e os banheiros estavam em ambas extremidades deste volume. Para o último pavimento destinou-se o uso de restaurante com terraço jardim. Em relação à torre mais alta, a fachada sul recebeu caixilhos de vidro, que além de permitir a entrada da insolação mais apropriada, possibilitava a vista da Baía de Guanabara. Já a fachada norte foi protegida com *brise-soleils* móveis, propiciando a proteção da incidência solar e expressivo efeito plástico. As demais fachadas, cegas, receberam revestimentos em gnaïsse (FIGURAS 103 a 109).

Figura 103 – Vista aérea do Palácio Gustavo Capanema.



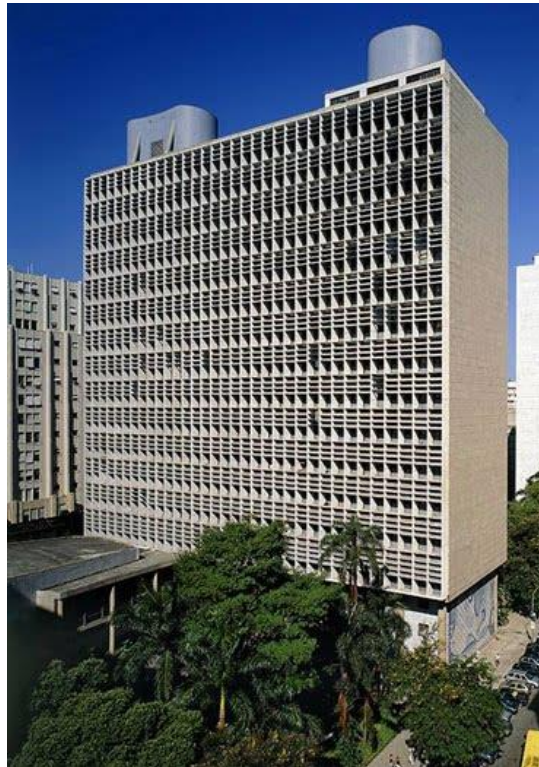
Fonte – Google Maps/2014 – acesso em 09 abr. 2014.

Figura 104 – Vista do PGC (fachada sul) e entorno imediato.



Fonte – <https://www.flickr.com/photos/rbpdesigner/6967191830/> - acesso em 25 jul. 2014.

Figura 105– Vista da fachada norte do PGC.



Fonte – <http://www.revistabrasileiros.com.br> - acesso em 25 jul. 2014.

Figura 106 – Vista da fachada sul/sobreposição dos dois volumes.



Fonte – <http://papodearquitectas.blogspot.com.br/2013/01/palacio-gustavo-capanema-marco-da.html>- acesso em 25 jul. 2014.

Figura 107 – Vista parcial do volume mais alto, fachada norte.



Fonte – das autoras/dez 2014.

Figuras 108 e 109 – Vista parcial do volume mais alto, fachada sul.



Fonte – das autoras/dez 2014.

A relação entre arquitetura e obra de arte foi pouco divulgada pelas publicações sobre o *Palácio Gustavo Capanema*, sendo até mesmo criticada pelas visões puristas provenientes do movimento moderno europeu, que condenavam a arte acadêmica e privilegiavam a técnica, como foi a produzida por Max Bill (1908-1994) em sua visita à edificação (SEGRE, 2013 p. 380). Bill, em outra visita ao Brasil no ano de 1953,<sup>140</sup> concedeu entrevista à Revista Manchete e discorreu sobre o Ministério de Educação e Saúde:

[...] Quanto ao edifício do Ministério da Educação, não me agradou de todo. Falta-lhe sentido e proporção humana; ante aquela massa imensa o pedestre sente-se esmagado. Não concordo, tão pouco, com o partido adotado no projeto, que preferiu condenar o pátio interno construindo o prédio sobre pilotis. [...] Sob o aspecto funcional prefiro o Ministério da Fazenda, embora sob os demais aspectos ele não exista para mim. [...] Sou contra a pintura mural na arquitetura moderna. O mural só teve razão de ser numa época em que poucos sabiam ler; sua função sempre foi ilustrativa, isto é, narrar, através de imagens facilmente reconhecíveis, aquilo que a maioria do povo não podia aprender através da linguagem escrita. Hoje existem outros meios - como por exemplo os jornais, as revistas, o cinema - capazes de dar a todos, e com muito maior eficiência, uma visão completa e moral da vida. O mural moderno seria sempre feito de tal maneira que somente os intelectualizados poderiam compreendê-la. Assim, sua função primordial de educar perdeu o sentido. O que significa dizer que é inútil, e o inútil é sempre anti-arquitetural. No muro prefiro o quadro de cavalete que pode ser mudado de acordo com o gosto individual do morador. Aliás, a arquitetura moderna brasileira padece um pouco deste amor ao inútil, ao simplesmente decorativo (BILL, Max, 1953 *apud* VARELA, 2012, p.521).

A instalação de obras de arte no edifício decorreu do vínculo dos autores do projeto com a vanguarda carioca e sua dinâmica cultural, que apoiavam este princípio de integração da mesma forma como defendido por August Perret (1874-1954), Frank Lloyd Wright (1867-1959) e Le Corbusier. Lucio Costa, por exemplo, mantinha estreito vínculo com as artes plásticas, fato é que organizou em 1931, no Rio de Janeiro, o Salão Revolucionário ou a 38ª Exposição Geral de Belas Artes. E a ideia de integração foi comprada por Capanema.

---

<sup>140</sup> Em sua vinda ao Brasil em 1950, o arquiteto e artista plástico suíço realizou uma exposição retrospectiva de pinturas, esculturas e projetos de arquitetura no Museu de Arte de São Paulo – MASP. Em 1951, expôs na I Bienal de São Paulo e levou o Prêmio Internacional de Escultura, com a obra *Unidade Tripartida*. Em outra visita, em 1953, concedeu uma entrevista à Revista Manchete, na qual fala do Ministério de Educação e Saúde (VARELA, 2012, pg. 520).

Desde o início, o ministro quis instalar uma estátua de grandes proporções na área externa do *Palácio*, intitulada Homem Brasileiro, ideia original de Le Corbusier, que indicou Celso Antônio para tal feito. Capanema chegou a consultar especialistas para definir as características deste homem, que não surtiu efeito tendo em vista a questão multirracial do brasileiro. Celso Antônio chegou a propor um modelo que foi julgado por equipe nomeada por Capanema, o que desagradou o artista. Diante dos fatos, organizou-se um concurso para nova proposta, cujo resultado também não agradou ao Ministro.

A ideia foi descartada e no seu lugar ficou a estátua relacionada ao tema da juventude, que segundo Segre (2013, p.394), substituiu “a busca das raízes do homem brasileiro pela imagem de seu porvir”, tema que constituía um dos pilares dos regimes fortes, como foi o de Getúlio Vargas. Para a concepção de tal proposta foi organizado concurso, do qual foi vencedor Bruno Giorgi (1905-1993). A obra de arte Juventude Brasileira (FIGURA 110) foi, portanto, instalada em 1947 na área externa próxima à Rua Pedro Lessa. Assim como a juventude, a mulher também era tema dos regimes ditatoriais, além de ser recorrente na pintura e desenhos da época. Distribuídas pela edificação, são de autoria de Celso Antônio três estátuas femininas: Mulher Reclinada (FIGURA 112), Mãe e Mulher de Cócoras (ou a Índia). Bruno Giorgi executou a Jovem em Pé e Adriana Janacópulos assinou a Mulher (FIGURA 111). A escultura Prometeu, executada por Jacques Lipchitz (1891-1973), instalada em uma das empenas cegas da edificação, também fez parte de um longo processo de definição por Capanema, inclusive em relação ao tema. Prometeu lutando contra o abutre, da mitologia grega, passa a significar metaforicamente o homem republicano que derrotaria o fascismo ou, de forma ambígua, “a vitória de Vargas sobre seus adversários políticos” (SEGRE, 2013, p. 402). Além destas peças, estão inúmeros bustos de escritores, assinados por Celso Antônio e Bruno Giorgi. De autoria de Portinari são alguns murais em têmpera, como a Escola de Canto e o Coro, ambos localizados no Salão de Conferências; o Jogos Infantis (FIGURA 113), no Salão de espera do 2º pavimento; os afrescos da série Ciclos Econômicos do Brasil, localizados no Salão Portinari; a pintura Os Quatro Elementos (Água, Ar, Terra e Fogo) no 2º pavimento; além dos diversos painéis de azulejos. Paulo Rossi Osir também

contribuiu com a criação de um dos painéis de azulejos, além de abrir uma empresa especialmente para a feitura das peças.<sup>141</sup> Não podemos deixar de mencionar os jardins de autoria de Roberto Burle Marx (FIGURAS 114 e 115), considerados no decorrer dos anos pelo IPHAN como obra de arte, presentes no térreo, no terraço do segundo pavimento e também na cobertura.

Sobre Portinari, Segre (2013, p. 406) faz uma comparação com os muralistas mexicanos que desenvolviam seus temas sem relação com o espaço, o que não aconteceu com as obras de Portinari para o *Palácio*, que além de tudo buscava um equilíbrio entre a tradição clássica e abstrata. Todo este acervo mostra a intenção de Capanema de “converter o MES em um centro de cultura artística” (SEGRE, 2013, p. 412). O Ministro também intencionou adquirir obras de pintores modernos europeus, mas que em função do alto custo foram substituídas por obras de pintores brasileiros, tais como Guignard.

A presença dos painéis de azulejos representa a real interação das artes com a disciplina de arquitetura e também a integração dos elementos da cultura brasileira com a arquitetura moderna, tão defendida por Le Corbusier. Sobre isso Segre comenta:

Sem dúvida alguma, os azulejos humanizaram o vocabulário abstrato da arquitetura, resgatando não somente uma tradição local que havia sido perdida, mas também, com seu brilho e brancura adaptados ao clima, reafirmaram a luminosidade tropical diante dos sombrios edifícios acadêmicos do centro urbano. Permitiram o surgimento de um diálogo natural com o pedestre que, ao atravessar em diagonal o espaço da colunata, se encontrava em um oásis vegetal e marinho – para Burle Marx, a inspiração provinha dos meandros dos rios da Amazônia, para Portinari, foi a fauna da baía de Guanabara, cuja sensualidade era antagônica ao rigor da racionalidade arquitetônica (SEGRE, 2013, p. 416).

---

<sup>141</sup> Ateliê-oficina de azulejos artísticos foi criado por Paulo Rossi Osir na cidade de São Paulo em 1940 especialmente para produzir as peças do MES e funcionou por duas décadas. A oficina produziu também azulejos para outras obras de Portinari, a saber: o revestimento da Igreja de São Francisco de Assis, na Pampulha, em Belo Horizonte, e o painel da fachada principal da Escola Municipal do conjunto habitacional do Pedregulho, no Rio de Janeiro. A produção não foi exclusiva para a arte de Portinari. A oficina executou as peças para os painéis de Burle Marx, instalados na residência do banqueiro Walter Moreira Sales no Rio de Janeiro (atual Instituto Moreira Sales), para a sede do Clube de Regatas Vasco da Gama, também no Rio de Janeiro, para painéis do próprio Paulo Rossi Osir, como o da Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro, para Poty, na Praça 19 de Dezembro, em Curitiba, Anísio Medeiros, no Educandário Dom Silvério, em Cataguases (MG), e outros. Fonte: <http://www.brasilartesciclopedias.com.br/temas/osidarte.html>. Acesso em 16 jul. 2014.

Figura 110 - Monumento à Juventude Brasileira, de Bruno Giorgi.



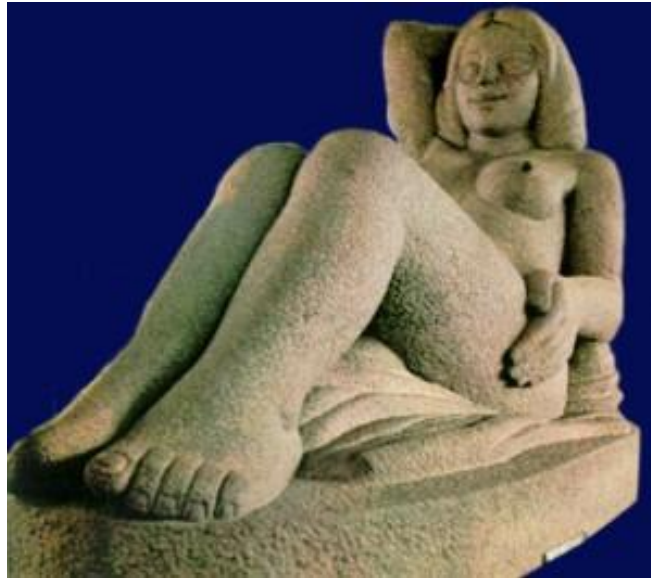
Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.068/391>- acesso em 25 maio 2014.

Figura 111 - Mulher, de Adriana Janacópulos.



Fonte: <http://mulhermaemusa.blogspot.com.br/p/rosas-no-tempo.html>- acesso em 25 maio 2014.

Figura 112 - Mulher Reclinada, de Celso Antônio.



Fonte: <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/gilberto-gil-um-pe-em-ouro-preto-e-outro-em-brasil.html> - acesso em 25 maio 2014.

Figura 113 - Painel em têmpera Jogos Infantis, de Portinari. Tapete de Oscar Niemeyer.



Fonte: <http://vejario.abril.com.br/especial/palacio-gustavo-capanema-682885.shtml> - acesso em 25 maio 2014.

Figura 114 - Jardins de Burle Marx/ térreo e terraço do segundo pavimento.



Fonte: <http://vejario.abril.com.br/especial/palacio-gustavo-capanema-682885.shtml> - acesso em 25 mai. 2014.

Figura 115 - Jardins de Burle Marx/terraço do segundo pavimento.



Fonte: <http://quintaldicasa.blogspot.com.br/2012/08/burle-marx.html> - acesso em 25 mai. 2014.

O edifício foi tombado em nível federal em 18 de março de 1948, portanto pouco tempo após a sua inauguração em outubro de 1945, conforme inscrição nº 315 no Livro de Belas Artes. Em relação às suas designações, em 1960, o decreto nº 48.400 de 23/06/1960 alterou o seu nome para Palácio da Cultura, e mesmo com a transferência da Capital Federal para Brasília passou a funcionar como centro de atividades culturais e sede de alguns órgãos do Ministério de Educação e Cultura recém criado.<sup>142</sup> Posteriormente, o decreto nº 91.188 de 08/04/1985 alterou seu nome para *Palácio Gustavo Capanema*, em homenagem ao Ministro que acompanhou toda a sua concepção e construção, denominação que se mantém até os dias atuais. Em 1981, iniciaram as propostas para incluir o PGC na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade.<sup>143</sup> A última proposição oficial aconteceu em 27 de fevereiro de 2014<sup>144</sup> para a 38ª reunião da Unesco, que foi concluída no último dia 25 de junho na cidade de Doha, em Qatar, não sendo acatada pelo comitê.

---

<sup>142</sup> O Ministério da Educação e Saúde Pública foi fundado pelo Presidente Getúlio Vargas por meio do decreto n.º 19.402, em 14 de novembro de 1930. No dia 13 de janeiro de 1937, pelo Lei n.º 378/1937, passa a se chamar Ministério da Educação e Saúde. Em 1953, o governo federal cria o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se Ministério da Educação e Cultura (MEC) pela lei n.º 1.920, de 25 de julho de 1953. Em 15 de março de 1985 é criado o Ministério da Cultura (MinC) pelo decreto n.º 91.144.

<sup>143</sup> A proposta foi encabeçada pelo então secretário da cultura Aloisio Magalhães durante sua participação na reunião da Unesco na Austrália em 1981 (SEGRE, 2013, p. 438).

<sup>144</sup> <http://whc.unesco.org/en/tentativelists/state=br>. Na última revisão em 2014 foram incluídas na lista indicativa do Brasil o sítio arqueológico do antigo **Cais do Valongo** (Rio de Janeiro/RJ), a **Vila Ferroviária de Paranapiacaba** (Santo André/SP) e o **Ver-o-Peso** (Belém/PA).

#### 4.3.2. Intervenções registradas

##### Material publicado por Roberto Segre

Roberto Segre reserva um capítulo do livro para tratar das intervenções no *Palácio Gustavo Capanema*, intitulado “Uma Difícil Sobrevivência”, em que relata as reformas nas décadas de 1980 e 1990. Antes de traçar o panorama destas intervenções destaca:

Uma vez inaugurado, em outubro de 1945, iniciou-se um processo de sucessivas mudanças e transformações que, se não alteraram sua configuração original, suscitaram as dificuldades que, neste mais de meio século de vida útil, ocorreriam na conservação do edifício. Isso aconteceu não somente pelo desgaste físico normal dos elementos arquitetônicos, mas também pelas transformações administrativas que alteraram a homogeneidade da dinâmica interna (SEGRE, 2013, p. 434).

Segundo Segre, no período compreendido entre a inauguração do edifício até a década de 1960 as alterações foram apenas funcionais, sem qualquer descaracterização. A partir de 1961, com a inauguração da nova Capital Federal e a transferência da sede do Ministério para Brasília, houve esvaziamento de pessoal do prédio e os sanitários públicos de todos os andares foram eliminados, exceto no quarto andar, onde estava a Biblioteca Euclides da Cunha. Duas décadas depois, em 1986, os usos do último andar foram eliminados (restaurante do ministro e cantina dos funcionários) e a conservação dos jardins foi abandonada. Na mesma década, a edificação sediou o gabinete da Delegacia Regional (DR-3) do Ministério de Educação, uma vez que os dois ministérios haviam sido desmembrados. Estas constantes transformações e interesses divergentes dos novos ocupantes só não alteraram e descaracterizaram a edificação graças a atenção dos principais autores do projeto e também das personalidades relevantes da cultura brasileira que defendiam sua preservação

Algumas comissões foram montadas ao longo dos anos para planejar e executar as intervenções na edificação. Segundo Segre (2013, p. 437), a primeira delas foi constituída em 1963<sup>145</sup> e era composta pelo idealizador do

---

<sup>145</sup> Na documentação consultada no Arquivo Noronha Santos (pasta 1586, caixa 0543, módulo 058), encontramos Portaria de nº nº 361, datada de 20 de julho de 1961, que cria uma

projeto, Gustavo Capanema, Péricles Pinho (1908-1978), Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Rodrigo Melo Franco de Andrade (1898-1969). Dentre as intervenções que perduraram até 1970, há registros de reformas nas esquadrias da fachada sul, painéis de azulejo, jardins, revestimentos internos, pavimentações e, segundo Segre (2013, p. 437),

[...] infelizmente nem todas intervenções foram desenvolvidas com a qualidade necessária, e nos anos 1980 o estado de conservação do edifício estava bastante precário, com problemas que afetavam sua integridade, não só no que dizia respeito à sua imagem, como era o caso dos painéis de azulejaria, mas também quanto ao seu funcionamento, com a obsolescência das instalações técnicas – problemas que impunham uma abordagem sistemática sobre sua preservação.

Em 1981, a portaria nº 545 nomeia e compõe o Grupo Executivo do Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura (PRPPC), que manteve suas atividades até 1991, presidido pelo secretário de cultura Aloísio de Magalhães e composto pelos seguintes membros: Irapoan Cavalcanti de Lyra, Pery Porto, Rubens de Castro Albuquerque e Augusto Guimarães Filho. Em 1994, foi criada a Sociedade de Amigos do Palácio Gustavo Capanema (SAPGC), composta por Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Roberto Burle Marx, Ferreira Gullar, Glauco Campello, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, José Aparecido de Oliveira, Antônio Houaiss, Darcy Ribeiro, Ítalo Campofiorito, Gustavo Affonso Capanema, Augusto da Silva Telles, Maria Elisa Costa e outros.

Nas intervenções de 1980 relatadas por Segre, o PRPPC elaborou o projeto de restauro que foi colocado em prática durante os anos de 1990. Além do projeto, foram realizados estudos para a restauração dos elementos arquitetônicos deteriorados, tendo como diretiva a preservação máxima dos detalhes originais, e sobre isso o autor discorre:

---

comissão para o levantamento das condições do Palácio da Cultura, composta pelos seguintes membros: diretor do DPHAM Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da Divisão de Obras Jader Bittencourt, os arquitetos Lucio Costa e Renato de Azevedo Duarte Soeiro. Esta comissão deve ter sido criada para subsidiar a comissão seguinte, da qual Segre comenta.

O objeto arquitetônico foi considerado como um documento, cujos detalhes e soluções consistiam em informações únicas sobre o estado da arte na época de sua construção, sobre o que merecia ser preservado, mesmo dos elementos que careciam da eficiência necessária. Entre esses elementos podemos destacar os brise-soleil da fachada norte, as persianas em madeira da fachada sul, os tijolos de vidro no vestíbulo de entrada e as luminárias dos pavimentos. Cada um desses componentes foi objeto de estudo detalhado, a partir do qual os procedimentos técnicos para sua restauração, bem como as recomendações para sua preservação, foram definidos (SEGRE, 2013, p. 444).

O projeto de restauração foi dividido em duas partes, desmembrando as intervenções em externas e internas. Os arquitetos do projeto original foram chamados para colaborar com a concepção da proposta e, segundo Segre, “assegurar a fidelidade das obras” (2013, p. 441). Destaca-se nessa colaboração a participação de Burle Marx na nova proposta para os jardins. O convite do paisagista foi sugestão de Lucio Costa ao ir contra à contratação de uma concorrência pública para elaboração do projeto para as áreas verde, justificando que os jardins deveriam ser considerados como obra de arte. O limite para o término das obras foi estabelecido até 1987, quando o edifício completaria 50 anos de idade.

Na ocasião desta restauração, a edificação estava em péssimo estado de conservação em decorrência da falta de manutenção e, sobretudo, das grandes transformações de uso pelas quais passou, principalmente após a transferência da capital federal para Brasília. A falta de manutenção e de usos são consideradas causas significativas de deterioração das edificações, mas podemos incluir neste contexto a fragilidade dos materiais empregados na construção numa fase inicial de experimentação de novas técnicas construtivas no Brasil.

Sobre o estado de conservação do *PGC* naquela década Segre comenta:

O sistema elétrico com sobrecarga, instalações hidrossanitárias deficientes, abastecimento de água comprometido pela obsolescência das bombas de recalque, elevadores fora de funcionamento. O principal problema em relação à estrutura do edifício concentrava-se nas lajes dos terraços-jardins, tanto no 15º e 16º pavimentos, quanto no salão de exposições, em decorrência da falência da impermeabilização (SEGRE, 2013, p. 444).

Para as intervenções nos anos de 1990 sob a responsabilidade da SAPGC, estabeleceu-se um convênio entre o Ministério da Cultura e a Petrobrás que financiou grande parte das obras desta década por meio da Lei Rouanet. Nesta relação, o Ministério da Cultura supervisionaria a elaboração do projeto de restauração, a Petrobrás destinaria os recursos financeiros, a SAPGC ofereceria a colaboração dos membros e dirigentes especializados, e o IPHAN e o Setor Técnico do Palácio Gustavo Capanema fiscalizariam as obras. As intervenções, dentre outros assuntos, priorizaram a modernização das instalações prediais, a restauração dos elementos artísticos e dos espaços projetados para o público.

Dentre as diversas modificações de usos o autor destaca: a transformação da garagem para depósito e posteriormente em uma sala de teatro, a instalação da livraria da Funarte (Fundação Nacional de Artes) no volume de acesso aos funcionários, a transformação do plenário no sétimo andar em um salão de conferências, a criação do Espaço Oscar Niemeyer no segundo piso, a criação do espaço cultural com a exposição permanente sobre a evolução da edificação e de uma sala de conferência, ambos no andar das salas privativas do Ministro (SEGRE, 2013, p.449).

Dentre as intervenções mais complexas, Segre ressalta o restauro da azulejaria. Os trabalhos iniciaram com o mapeamento dos azulejos e respectivos danos, inclusive aqueles relacionados com intervenções mal executadas com a produção de novas peças<sup>146</sup> para substituir as danificadas e a substituição de argamassas que prejudicavam a composição. O mesmo procedimento foi adotado para os demais elementos das fachadas. As placas danificadas de granito gnaisse - cuja pedra já estava esgotada -,<sup>147</sup> foram restabelecidas com chumbadores de aço e as partes danificadas substituídas por peças do mesmo material, provenientes de materiais de demolição. A causa do desaparecimento das muretas do guarda-corpo do terraço do segundo pavimento não foi identificada, porém para a constatação da causa das trincas utilizou-se uma metodologia avançada<sup>148</sup> que concluiu a inexistência de risco

---

<sup>146</sup> Produzidos pela empresa Cerâmica Terra, de Belo Horizonte (SEGRE, 2013, p. 450).

<sup>147</sup> Extraído do Morro da Viúva (SEGRE, 2013, p. 450).

de ruína e, portanto, optou-se pela manutenção das trincas existentes e a recuperação do revestimento em ganisse.

Em relação às esquadrias metálicas, inéditas no Brasil e na América Latina, houve a sua recuperação completa e a instalação de testeiras em metal nas faces das lajes dos pavimentos. Esta opção por inserção de um novo material não previsto originalmente decorreu de uma avaliação crítica sobre o resultado do dano em relação à composição estética desta fachada. Estas faces eram revestidas com argamassa e pintadas na cor cinza para não destacar das esquadrias. Este material, com os danos decorrentes da ação do tempo, acabava se soltando e criando uma imagem em desacordo com o projeto original. Portanto, ao mesmo tempo que estas testeiras resolviam o problema estético dificultava a entrada de águas pluviais, “ficando o resultado final aceitável e aprimorando a solução construtiva do projeto original” (SEGRE, 2013, p. 451).

Já os *brises* móveis, inéditos no mundo em fachadas deste porte (SEGRE, 2013, p. 452), constituídos por chapas de cimento amianto fixadas em quadros metálicos, sofreram desgastes naturais devido a ação de intempéries, associada à falta de manutenção, gerando oxidação, fissuramento e desprendimento de peças. A restauração foi realizada como protótipo no segundo pavimento, já que a intervenção era inédita e em função da grande quantidade de elementos a serem recuperados. Para tanto, os elementos foram removidos e numerados, as peças metálicas oxidadas foram lixadas e tratadas com produtos antioxidantes e as placas em cimento amianto danificadas foram substituídas. O processo adequado foi posteriormente aplicado em todos os *brises* da fachada norte. Os maineis<sup>149</sup> em concreto armado, que suportam os *brises*, também sofreram intervenção no seu revestimento, já que estruturalmente não foram verificados danos. A análise granulométrica do traço do concreto evidenciou também a especificação do seu revestimento, diferente da proposta no projeto original, em cimento branco e

---

<sup>148</sup> “Levantamento gráfico preciso da geometria da mureta, incluindo fissuras, deslocamentos e desaprumos em todo o perímetro; medições com instrumento de precisão – alongômetro – dos deslocamentos diários e prospecções para verificação da armadura da laje, entre outros testes”. (SEGRE, 2013, p. 451).

<sup>149</sup> Segundo CHING, 2012, p. 155, “peça vertical situada entre as luzes de uma janela.”

areia Alba. A prospecção também identificou três camadas de tintas, sendo a primeira cor empregada a de tonalidade marfim. O revestimento foi recuperado com a remoção das camadas de tinta por processo mecânico, remoção da argamassa deteriorada, selagem das fissuras, recomposição das lacunas com argamassa de cal hidratada e dolomita (conforme empregado originalmente), limpeza e aplicação de produto hidrofugante Acquela de Otto Baumgart (SEGRE, 2013, p. 452).

A estrutura do concreto armado também sofreu prospecções para a verificação de sua estabilidade.

Internamente, os painéis e divisórias em sucupira e pau-marfim foram raspados, lixados para remoção de danos e tratados, e as peças com danos irreversíveis foram substituídas por modelo e material idênticos. O piso original em linóleo<sup>150</sup> foi substituído por carpetes em partes cuja recuperação era impossibilitada, já que sua reposição não pode ser concretizada, apesar da tentativa por parte da equipe.

Além de todas as intervenções, a SAPGC elaborou o Manual de Conservação do Palácio Gustavo Capanema, item que, a nosso ver, deveria ser obrigatório nos editais de licitação pública para intervenção em bens culturais.

### **Material arquivado na Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro e no Arquivo Noronha Santos**

Todas as informações disponibilizadas por Roberto Segre sobre as intervenções no PGC foram elaboradas a partir dos processos de restauração arquivados tanto na Superintendência do IPHAN do Rio de Janeiro quanto no Arquivo Noronha Santos. Decidimos realizar a mesma consulta com o objetivo de encontrar outros dados a partir de um novo olhar e também verificar a situação desta documentação.

---

<sup>150</sup> O piso em linóleo, desenvolvido há 150 anos na Inglaterra pelo inglês Frederick Walton, é inteiramente composto de matérias-primas naturais e renováveis, como juta e óleo de linhaça, composição que o torna biodegradável. Fonte: <http://forbopisos.wordpress.com/2012/12/04/o-que-e-o-linoleo-e-quais-sao-suas-vantagens/> acesso em 24 maio 2014.

O Arquivo Noronha Santos contém um extenso material sobre o *Palácio Gustavo Capanema*, que abrange documentos desde a concepção do projeto original. Pela quantidade de documentos elencados em uma planilha executada exclusivamente para a edificação, parece constituir-se de material infindável, que para sua leitura detalhada seria necessária mais que uma vida. Entretanto, limitamo-nos em analisar apenas o material relativo às obras, que já é bastante extenso e é o que de fato nos interessa nesta pesquisa. Além do material existente no Noronha Santos, a Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro guarda o equivalente a três arquivos metálicos de documentos produzidos a partir da década de 1980. Conforme mencionado, todo material produzido nas superintendências regionais e sub-regionais do IPHAN eram remetidos ao Arquivo Central no Rio de Janeiro para o seu devido arquivamento, até ser definida a interrupção desta prática.

O *Palácio Gustavo Capanema* sofreu inúmeras intervenções ao longo dos anos, algumas de grande porte, tais como as citadas por Segre, e inúmeras pontuais. Reunimos, portanto, as informações em décadas de modo a facilitar a leitura e compreensão dos registros levantados.

#### **Década de 1960**

De acordo com as observações de Roberto Segre, já mencionadas, as intervenções na década de 1960 foram executadas com pouca qualidade. A análise da documentação de obras desta década não nos permitiu confirmar essa conclusão do autor; em primeiro lugar porque não há nesta fase nenhum projeto de restauração com conteúdo das intervenções e, em segundo, não há também qualquer memorial ou caderno de obras com a descrição dos serviços executados que nos permitisse uma avaliação pormenorizada das atividades. Entretanto, os poucos arquivos de obras referente a essa década mostram um cuidado explícito em se intervir nos elementos, conforme relataremos adiante.

O que se pode afirmar com precisão é que em função da transferência da capital para Brasília e, conseqüentemente, das sedes das pastas ministeriais, a edificação aos poucos adquiriu novos usos, ficando à mercê de manutenções necessárias. Os diversos órgãos ali instalados solicitavam frequentemente ao IPHAN alterações em suas dependências para melhor adequação dos serviços

ou as faziam sem a autorização do órgão, o que contribuiu para alterar paulatinamente a configuração original.

Em 1961, foi criada a comissão para o “levantamento das condições necessárias à restauração do Palácio da Cultura”, definida pela Portaria nº 361 de 20 de julho de 1961,<sup>151</sup> que designou os membros de sua composição, a saber: diretor do DPHAM, Rodrigo Melo Franco de Andrade; diretor da Divisão de Obras, Jader Bittencourt; além dos arquitetos Lucio Costa e Renato de Azevedo Duarte Soeiro. Essa portaria determinou prazo de 30 dias para a execução do relatório, que foi adiado para 30 de outubro do mesmo ano a partir de uma solicitação de Rodrigo Melo Franco de Andrade.<sup>152</sup> O novo prazo foi cumprido com a emissão de laudo técnico sobre o estado de conservação da edificação, assinado por Edgard Jacintho da Silva,<sup>153</sup> que deu origem ao relatório<sup>154</sup> com a descrição dos serviços necessários ao então o Palácio da Cultura. O conteúdo deste relatório demonstra, de certa forma, uma intenção cuidadosa nas intervenções, como foi o caso da proposta de intervenção nos jardins de Roberto Burle Marx. Segue a relação dos serviços sugeridos:

1 - aumento do reservatório de água para o abastecimento do prédio; 2 - restabelecimento do sistema de infiltração e refrigeração de água para os bebedouros; 3 - restabelecimento do forno crematório de lixo e reparos gerais nos portacaçamba dos sanitários; 4 – restabelecimento do sistema de exaustão mecânica dos poços de ventilação dos sanitários; 5 – revisão da fiação elétrica e telefônica com a secagem da tubulação respectiva; 6 – conclusão da impermeabilização das coberturas do restaurante no 16º e no auditório; 7 – reparos gerais nas esquadrias externas com substituição imediata dos caixilhos inferiores corroídos, inclusive desmontagem eventual dos mainéis para a revisão que se tornar necessária dos cabos e contra pesos das guilhotinas; 8 – remassamento dos cordões das vidraças nos caixilhos da fachada sul, com substituição dos vidros quebrados, observadas a mesma espessura dos vidros originais; 9 – desempenho do último lance vertical das

---

<sup>151</sup> Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>152</sup> Ofício nº 1538, de 20 de outubro de 1961. Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>153</sup> Documento denominado “Súmula de inspeção realizado em todo edifício do Palácio da Cultura no mez de outubro de 1961”, datado de 8 de novembro de 1961, Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>154</sup> Relatório datado de 30 de outubro de 1961, Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

esquadrias da fachada sul junto à Av. Graça Aranha, onde se verifica recalque nas fundações; 10 – reparo nas instalações sanitárias com substituição dos aparelhos quebrados de acôrdo com os modelos originais (vasos, lavatórios, torneiras, etc), corrigindo-se a posição das dobradiças das folhas das portas; - 11 – revisão e reparos nos azulejos dos sanitários; 12 – reparos e fixação das poucas lajes de granito necessitadas desta providência nas empenas laterais do edifício; 13 – imunização e reparos do suporte de cadeira, do revestimento de tecido da parede posterior do edifício; 14 – reparos das poltronas do auditório, bem como das cortinas de veludo e seus dispositivos mecânicos; 15 – idem, idem das poltronas da sala de sessões do Conselho Nacional de Educação, do 5º pavimento; 16 – limpeza dos aparelhos de iluminação e substituição periódica das lâmpadas queimadas; 17 – remoção para outros locais de todos os fundos de arquivos mortos, depósitos de material e publicações com excesso de peso, em vários andares; 18 – replantio e conservação permanente dos jardins do andar térreo, terraço do andar do Ministro e do restaurante **por intermédio do paisagista Robero Brule Marx**, responsável pelo projeto original; 19 – recolocação de trechos de painéis de azulejos nas paredes do pavimento térreo e do auditório, [...] A – **restauro na pavimentação do congeleum nos trechos em que a mesma estiver arruinada**; B – revisão da pintura das esquadrias, quebra-sol, paredes internas e tetos; C – polimento geral nos pisos em marmorite dos sanitários; D – revisão das ferragens necessitadas, inclusive reposição do punho das alavancas de movimentação dos quebra-sol; E – restabelecimento do sistema telefônico da rede interna; F – substituição e recolocação de lajes de cantaria no piso do pátio; G – **reparos gerais do mobiliário com substituição de peças de padrão diferente, inadequados**; H – reorganização do mobiliário original e das divisões-móveis de acôrdo com as necessidades de sua utilização atual, bem como supressão de elementos inadequados, introduzidos no recinto do prédio; I – reexame das condições atuais dos elevadores, para possibilitar maior velocidade bem como rapidez na movimentação das portas; J – restauro do restaurante, inclusive mobiliário. (grifos nosso)

Segundo o mesmo relatório, todos os serviços deveriam passar por aprovação do IPHAN, uma vez que a edificação era protegida por este órgão. Apesar da ausência de levantamento fotográfico com a comprovação dos danos, o que se pode concluir a partir destes documentos é que, passados 16 anos desde a sua inauguração, o edifício já estava bastante deteriorado, comprovando a fragilidade das técnicas utilizadas e dos materiais empregados em sua construção.

Ainda no ano de 1961,<sup>155</sup> Rodrigo Melo Franco solicitou ao então Ministro de Educação e Cultura, Dr. Antônio de Oliveira Brito (1908-1997), autorização de dispensa de cotação com o objetivo de adquirir da viúva de Paulo Rossi mil e trezentos azulejos originais para recomposição de futuras das peças, prevendo a deterioração do material. Em dezembro do mesmo ano, a administração do *Palácio* assina recibo com a relação de 1.134 peças adquiridas pelo IPHAN, comprovando essa aquisição.<sup>156</sup>

A criação desta comissão e dos relatórios executados embasaram as obras no ano de 1962, conduzidas pelo arquiteto Augusto Silva Telles, cujas principais intervenções estão relatadas em algumas documentações, tais como de substituições de vidros das esquadrias das fachadas sul e do Salão de Exposições,<sup>157</sup> a execução de nova impermeabilização da laje de piso do 16º pavimento com a utilização da manta asfáltica, dentre outras (FIGURA 116).<sup>158</sup>

---

<sup>155</sup> Ofício nº 1639, de 14 de novembro de 1961, Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>156</sup> Provavelmente foram essas as peças referidas em uma reportagem em 2012 como “ressurgidas” no depósito do Edifício Capanema há décadas, a despeito da notícia associá-las à peça executada por Portinari que não foi aprovada pelo Ministro Gustavo Capanema.. <http://veja.abril.com.br/blog/ricardo-setti/tema-livre/memorias-de-riquezas-de-um-palacio-legendari/> - acesso em 2 jun. 2013.

<sup>157</sup> Ofício nº 178 de 20 de setembro de 1962, Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>158</sup> Informação nº 209 e proposta de prestação de serviços emitida pela empresa, de 10 de outubro de 1962, Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

Figura 116 – Execução da impermeabilização da laje do 16º andar de 1963.



Fonte: Arquivo Noronha Santos, Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058.

Em janeiro de 1962, Gustavo Capanema, então deputado federal, destina uma verba de seis milhões de cruzeiros para a substituição da escultura de Lipchitz, já que a mesma havia sido executada em medidas desproporcionais,<sup>159</sup> sugerindo, conforme a emenda do orçamento, o seu aumento em duas vezes e meia. A execução não foi comprovada, mas mostra que o ex-Ministro ainda se incomodava com a proporção da obra de arte, tão comentada na ocasião de sua instalação. Tudo que se dizia respeito a intervenções ou ocupação dos espaços do Palácio era solicitado formalmente ao IPHAN, tais como os diversos pedidos para exposição nos pátios, de colocação de aparelhos de ar condicionado e outros.

No ano de 1963, é constituída nova comissão para elaborar o Plano de Utilização e Conservação Permanente, composta pelos membros Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima, Lucio Costa, Oscar Niemeyer, Rodrigo de Melo Franco e Péricles Pinho.<sup>160</sup> Este plano não foi encontrado nos arquivos

---

<sup>159</sup> Carta de Gustavo Capanema endereçada a Edegard Gomes, em 9 de janeiro de 1962. Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>160</sup> Portaria nº 218 de 15 de julho de 1963 constitui comissão, Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos. Outra portaria, de número 307, de 4 de setembro de 1963, designa novamente a comissão, incluindo Péricles Madureira Pinho. Esta foi a comissão citada por Segre, como a primeira a ser constituída.

consultados, entretanto alguns documentos comprovam as reformas a partir deste ano:<sup>161</sup>

- Em dezembro de 1964, Renato Soeiro e Rodrigo de Melo Franco aceitam a proposta de reforma das persianas em madeira;
- No ano de 1964, foi aberta a concorrência para aquisição de 50 painéis e pintura de 150 painéis (provavelmente diz respeito às esquadrias da fachada sul);
- Em maio de 1965, foram retiradas duas caixas d'água instaladas indevidamente no 16º andar;
- Em maio de 1965, foram reformadas 150 poltronas do auditório;
- Em outubro de 1965, o diretor de obras José Rinelli de Almeida fixa normas para serviços de pintura e reparos no Palácio: “exige que após a limpeza das superfícies as placas dos *brise soleil* (sic) móveis levarão uma demão de primer COLMA-SOL, seguindo-se duas demãos de tinta à base de resina Epoxy COLMA-SOL na cor azul [...]”;
- Em novembro de 1965, Rodrigo Melo Franco de Andrade aceita a reforma de impermeabilização, cuja área não é especificada;
- Ofício datado de 10 de novembro de 1965, emitido pelo diretor de divisão de obras José Rinelli de Almeida, informa o início da pintura da fachada norte e do teto do pilotis, e solicita ao diretor do IPHAN a especificação das cores;
- Ofício datado de 12 de outubro de 1968, dirigido ao presidente do IPHAN pelo diretor da subsecretaria de obras, Ivo Carlos Bonardi, informa atividades de pintura no Palácio;
- Em 1969, os painéis de azulejos de Portinari começaram a ser restaurados.<sup>162</sup> Apesar desta referência sobre o início das intervenções na azulejaria em 1969, documento anterior informa que em 1965 foram realizadas os primeiros reparos nos painéis, com o preenchimento de argamassa nas falhas.<sup>163</sup>

---

<sup>161</sup> Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>162</sup> Jornal do Brasil, de 1 de dezembro de 1969. Pasta 1586, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>163</sup> Datado de 14/10/1968. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

A coordenação fiscalizadora da intervenção de 1969, relativa à obra de Portinari, ficou a cargo do técnico Edson Mota, do IPHAN, e, na ocasião, cem peças foram recolocadas. Antes disso, um estudo foi realizado para evitar novos deslocamentos. Os azulejos recolocados foram pintados pela professora Hilda Goltz (1908-2009), da Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro. Segundo os relatórios de obra, os desprendimentos foram causados provavelmente pela dilatação diferenciada dos materiais e a solução proposta foi criar uma “pega mecânica”. Para tanto, as novas peças seriam dotadas de uma garra de metal em “U” ou “L” que, mergulhada no cimento fresco, prenderia as peças à alvenaria.<sup>164</sup> Também estava sendo planejada a restauração dos painéis de pinturas e afrescos do gabinete do ministro.

As documentações referentes às intervenções nesta década são escassas e muitas delas não são concluídas. A maioria trata-se de simples aceitação de reforma, sem nenhum arquivamento posterior relacionado ao fato, o que demonstra que estávamos dando os primeiros passos referentes aos procedimentos de arquivamento de processos de restauração. Deste modo, esta análise não nos permite concluir que essas intervenções foram de baixa qualidade, conforme mencionado por Segre.

### **Década de 1970**

A restauração da azulejaria perdurou até 24 de março de 1971, cuja técnica empregada foi registrada no relatório final de obra.<sup>165</sup>

---

<sup>164</sup> Segundo a equipe, os azulejos utilizados em outras construções mais antigas eram mais espessos, feitos de material similar ao da alvenaria com uma fina camada vitrificada, o que dificultava o seu desprendimento. Os utilizados mais recentemente, como os do Palácio, por serem finos e de porcelana tinham dilatação diferenciada da sua argamassa.

<sup>165</sup> “1)Retirada de massas provisórias que enchiam o vazio das falhas, providência anteriormente tomada para impedir a queda dos azulejos que circundavam as ditas falhas; 2) Fôï verificado então que o reboco primitivo apresentava boa resistência e poderia servir de base ao novo reassentamento; 3) algum (sic) azulejos em processo de descolamento iminente foram retirados para nova colocação. Houve quebra de alguns e com isto a necessidade de confecção dos mesmos; 4) Preparo dos desenhos dos azulejos prejudicados sôbre azulejos em biscoito e novos entendimentos com D. Hilda Gotz sôbre a pintura dêstes e seu cozimento; 5) Tendo eu verificado a mudança de coloração do produto COLMA-FIX e modificação do preparo desta massa pedi explicações ao Sr. Ignacy Jesman, promotor técnico da Montana. [...]; 6) Após a colagem dos 1.220 novos azulejos foi iniciada a aplicação da COLMA JUNTA por demonstrador da Montana;7) Revisão total do painel com demarcação dos azulejos em processo de descolamento; 8) Broqueamento no cruzamento das juntas anexas a êstes azulejos; 09) Retiradas das impurezas por traz dos azulejos pelo processo de ar comprimido;

Todavia, mesmo após esta intervenção, os azulejos continuaram se despreendendo, dando indícios de que a restauração não considerou todos os painéis e/ou o serviço foi mal executado.<sup>166</sup> E, de fato, a recuperação foi parcial, tendo em vista a informação contida em documento assinado por profissional do IPHAN, sugerindo o prosseguimento dos serviços nos demais painéis.<sup>167</sup> Não há registros sobre a continuidade da restauração.

Ainda no ano de 1971, o arquiteto Sérgio Porto emite carta endereçada ao diretor do IPHAN informando o estado precário de conservação da edificação. Neste mesmo ano, diversas críticas na imprensa foram publicadas delatando o péssimo estado da edificação, tal como a notícia publicada na Tribuna da Imprensa em 30 de janeiro. Esta crítica preocupou o Ministro Jarbas Passarinho, que pediu imediatamente providências à diretoria do IPHAN, comandada na ocasião pelo arquiteto Renato Soeiro.

Apesar das críticas, somente em 1973 o diretor Renato Soeiro convoca uma comissão formada pelos arquitetos Thomaz Estrella e Sérgio Porto e pelo engenheiro Alcyr de Souza Coelho para o levantamento dos serviços necessários de reforma do Palácio da Cultura.<sup>168</sup> Esta determinação ocorreu após o recebimento de um ofício emitido pela Delegacia Regional (DR-3) do MEC (Ministério da Educação e Cultura) no Estado da Guanabara, sediada em parte das dependências do prédio:

A justificada preocupação reiteradamente manifestada pelo Senhor Ministro sobre o precário estado de conservação do Palácio da Cultura leva-me a sugerir a Va. S. a constituição de

---

10) Injeção de COLMA FIX através dos mesmos furos feitos pela broca;11) Limpeza de tôdas as juntas e de todos os azulejos;12) Polimento total". Informação n 144, de 21 de junho de 1971. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos

<sup>166</sup> Documento datado de novembro de 1972, emitido pelo IPHAN em Brasília ao Diretor do IPHAN no Rio de Janeiro, Renato Soeiro, informa que os azulejos haviam sido restaurados pela empresa José de Brito S.A., com garantia de 5 anos, e portanto deveria rever as peças que estavam caindo. Ofício nº 171/72/IPHAN/DAC/BSB, datado de 16 de novembro de 1972. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>167</sup> Informação nº107, de 7 de maio de 1971. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>168</sup> Por meio de documento datado de 5 de fevereiro de 1973. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

uma Comissão de Técnicos para realizar um estudo global do imóvel e propor todas as obras necessárias [...].<sup>169</sup>

Os responsáveis técnicos desta comissão emitem no mês de setembro a relação de serviços para reforma das esquadrias da fachada sul e o valor previsto para a intervenção, porém não há registros de que esta obra foi realizada.

Ainda em 1973, a CAPES (Coordenação do Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior), que ocupava o 12º pavimento do edifício, apresentou ao IPHAN um plano de intervenções para o andar. O documento relatava a necessidade de reformas no piso, instalações hidráulicas, elétricas, reforma das persianas e outros serviços. Sobre o piso, a proposta era substituí-lo por piso igual ao colocado no 13º pavimento, cuja substituição não havia sido autorizada pelo IPHAN, segundo registros realizados pelo órgão no próprio documento de solicitação.<sup>170</sup> As obras foram autorizadas por Renato Soeiro, que fez algumas restrições, tais como, que o piso poderia ser recoberto com tapete nas partes mais gastas, não autorizando a substituição do existente.<sup>171</sup> Não há registros que comprovem a execução da obra.

Em 1974, a imprensa já anunciava a restauração completa da edificação. Segundo notícia no Jornal O Globo,<sup>172</sup> Ney Braga, então Ministro da Educação e Cultura, havia autorizado uma verba no valor de cinco milhões e seiscentos mil cruzeiros para a intervenção, cujo plano era ocupar a edificação com órgãos do Ministério, tal como o Programa Nacional de Teleducação (PRONTEL) e o Centro Brasileiro de Construções e Equipamentos Escolares (CEBRACE), sediados em outros imóveis na cidade do Rio de Janeiro. Se a verba foi disponibilizada não há comprovação, entretanto o diretor do IPHAN,

---

<sup>169</sup> Ofício nº 125/73DR-3, de 24 de janeiro de 1973, assinado pelo Delegado Regional Wilson Brandão. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>170</sup> Datado de 9 de abril de 1973, assinado por Celso Barroso Leite, diretor executivo da CAPES. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>171</sup> Ofício nº 1446, de 20 de junho de 1973, emitido pelo IPHAN à CAPES. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>171</sup> Informação nº 289, de 26 de novembro de 1973.

<sup>172</sup> Recorte de jornal – Jornal O Globo, 1974, Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

Renato Soeiro, indica, após a solicitação do MEC, o arquiteto Edgard Jacintho da Silva para compor a “Comissão de Licitação das obras no Palácio da Cultura”.<sup>173</sup> Outro documento emitido pela Secretaria de Apoio Administrativo do MEC, que seria responsável juntamente com o Serviço de Engenharia da Delegacia Regional pelas obras e licitações, apresenta a relação dos serviços a serem contratados:<sup>174</sup>

1. Reparos das esquadrias das duas fachadas ou **substituição das mesmas por alumínio** (grifo nosso)
2. Impermeabilização da cobertura, caixas d’água, terraço (jardins) fronteiro ao Gabinete do Sr. Ministro.
3. Recuperação da rede elétrica de todo o prédio, incluindo a substituição de toda a fiação.
4. Reparo e adaptações dos sanitários de todo o prédio.
5. Recuperação das redes hidráulicas e de esgoto.
6. Reforma geral do sistema de iluminação de todo o prédio. Necessária a elaboração de projeto por técnica ou firma especializada.
7. **Substituição do revestimento do piso (congoleum) por poliplástico.** (grifo nosso)
8. Recuperação de todos os pisos de marmorite dos sanitários, copas e demais áreas de serviço.
9. Recuperação das persianas de todo o prédio.
10. Limpeza das fachadas, pilares e rodapés revestidos em granito. Diversos: pequenos reparos generalizados, serviços de pintura e descupinização.

Logo após a emissão desta relação, o IPHAN<sup>175</sup> - provavelmente preocupado com a execução e a condução desses serviços pela Secretaria - sugere a participação de Lucio Costa na comissão como dirigente e também a do arquiteto Jorge Moreira. Não há documentos que comprovem que essas obras de fato foram realizadas.

Ainda no ano de 1974, o IPHAN recebe pedido de aprovação de alteração do quinto andar do edifício, onde funcionava o Departamento de Assuntos Culturais, cuja análise do arquiteto responsável, feita de próprio punho, sugeriu

---

<sup>173</sup> Ofício nº 3.094, emitido pelo IPHAN, em 10 de outubro de 1974. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>174</sup> Ofício nº 250/74, emitido pela Secretaria de Apoio Administrativo do MEC em 16 de outubro de 1974. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>175</sup> Informação nº 285, emitida pelo IPHAN, em 18 de outubro de 1974. Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

que o arquiteto Lucio Costa fosse consultado, já que havia previsão de alterações no *hall* de elevadores.

Em 1975, a Secretaria Administrativa do MEC solicita a demolição da concha acústica do auditório e a ampliação do palco, que foi negada pelo IPHAN com a justificativa de que elemento era estrutural, baseada em consulta ao engenheiro responsável pelo projeto original.<sup>176</sup> No mesmo ano, o MEC elabora projeto de reforma para o segundo andar, que era utilizado como local de exposições das obras de Portinari, contendo especificações detalhadas das intervenções, inclusive em relação ao mobiliário. Mais uma vez, não há informações de que estas intervenções foram realizadas, apesar de notícia no jornal informar a realização de convênio entre a Caixa Econômica Federal e o MEC, no valor de onze milhões de cruzeiros para obras, inclusive no auditório.<sup>177</sup>

Em 1976, a delegada regional Mônica Paula Rector solicita ao IPHAN a presença do arquiteto Eurico Calvente para elaborar o plano de obras de reforma da edificação.<sup>178</sup> Os serviços para esta reforma compõem as especificações técnicas formuladas pela Delegacia, que também licitaria a obra.<sup>179</sup> Nos arquivos constam projetos para modificação dos sanitários do auditório e do salão de exposições, para modificação dos sanitários e depósito dos pavimentos tipo (2º ao 15º pavimentos / exceto as instalações do gabinete do Ministro), projeto para modificação dos sanitários do 16º pavimento e projeto para modificação dos banheiros do pavimento térreo e sanitário da portaria.<sup>180</sup> Todos os projetos foram elaborados a partir do referido plano de obras, conforme informa carta de Eurico Antônio Calvente ao diretor, datada de 28 de junho de 1976. Esta intervenção foi confirmada por documento emitido pela

---

<sup>176</sup> Ofício nº 4 119/75, de 27 de novembro de 1975.

<sup>177</sup> Recorte de jornal - Jornal de S. Catarina, datado de 2 de julho de 1975, Pasta 1587, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>178</sup> Carta datada de 1 de abril de 1976, protocolo no IPHAN nº 1538 em 02 de abril do mesmo ano. Pasta 1588, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>179</sup> Documento emitido pelo IPHAN, datado de 20 de abril de 1976. Pasta 1588, caixa 0543, módulo 058, Arquivo Noronha Santos.

<sup>180</sup> Arquivo Noronha Santos, Caixa 0544, pasta 1588, modulo 058. Arquivo Noronha Santos.

DR-3 ao então diretor do IPHAN, Renato Soeiro.<sup>181</sup> Eurico também consultou Lucio Costa sobre a troca dos móveis, sugerida pela delegacia, e juntos resolveram que a substituição poderia ser concretizada por modelos atuais desde que autorizados pelo IPHAN e que os móveis originais e desenhados especificamente para a sede, tais com os do gabinete do ministro, auditório e outros deveriam ser mantidos, sem substituição. Em seguida, a delegada envia o modelo dos móveis e Eurico se pronuncia dando algumas sugestões.<sup>182</sup>

Em março de 1977, a DR-3 encaminha ofício ao IPHAN mencionando a existência de convênio entre o Ministério da Educação e Cultura e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN) para a “reconstrução dos monumentos históricos e artísticos situados na cidade do Rio de Janeiro.” Neste ofício, a delegada solicita a inclusão do *Palácio* para a realização da prioridade II do plano de obras elaborado por Eurico Calvente.<sup>183</sup> Em setembro de 1977, a Delegacia Regional reitera o ofício anterior ao IPHAN com a relação de serviços necessários ao Palácio da Cultura, divididos em 3 etapas, a saber: Etapa D (Prioridade II): restauração das fachadas sul e norte, Etapa B (Prioridade III): reforma de todos os jardins, com a contratação de projeto de restauração elaborado por Burle Marx, Etapa C (Prioridade III): restauração das fachadas leste e oeste.<sup>184</sup>

No mesmo mês, o serviço de engenharia da DR – 3 emite especificação de serviços para restauração dos elementos decorativos do pavimento térreo,

---

<sup>181</sup> Ofício n. 1658 de 15 de julho de 1976, emitido pela Delegacia Regional. Caixa 0544, pasta 1588, módulo 058. Arquivo Noronha Santos.

<sup>182</sup> Ofício 1694 sem data. Caixa 0544, pasta 1588, módulo 058. Arquivo Noronha Santos.

<sup>183</sup> Ofício nº 730/77, emitido pela DR-3 ao IPHAN, datado de 30 de março de 1977. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>184</sup> Reforma dos jardins, compreendendo substituição das espécies conforme projeto de recuperação a ser elaborado pelo autor do projeto original; Recuperação das fachadas “leste” e “oeste”, compreendendo recuperação dos revestimentos de placas “Gnaissers”, painéis decorativos de azulejos e substituição dos painéis de vidro das fachadas “leste” e “oeste”, respectivamente; Recuperação das placas no pilotis e de pedra portuguesa na área circundante; Limpeza das fachadas revestidas com placas de Gandise com jato de vapor d’água e por processo mecânico nas colunas e outros elementos nos pilotis; Restauração total das esquadrias de ferro das fachadas sul e norte, Substituição do Brise-Soleil, revestimentos de argamassa e de placas de “Gnaisse”, Colocação de vidros e pinturas das esquadrias e Brise-Soleil; Recuperação do 16º pavimento; Adaptação do pavimento térreo; Substituição das instalações elétricas, Substituição dos pisos, Restauração dos lambris, revestimentos e pintura. Ofício emitido pela DR-3, nº 74/77, datado de 14 de outubro de 1977, encaminhado ao IPHAN. Caixa 0544, pasta 1588, modulo 058. Arquivo Noronha Santos.

auditório e salão de exposições, e 2º pavimento, incluindo os lambris de madeira deste pavimento e da portaria principal, com a seguinte especificação para estes elementos:

Todo o conjunto de lambris existentes recuperados e remanescentes serão preparados para aplicação de acabamento à base de cêra carnaúba. Deverá ser removida a camada antiga de cêra através de aplicação de removedor fraco (50% de varsol e 50% de bensina), aplicando-se lixa fina (00) para igualar a superfície [...].<sup>185</sup>

Esta intervenção de 1977, relativa à prioridade I, cujos recursos já haviam sido liberados pelo Ministro, adentrou o ano de 1978 e como o alvo era o auditório e o salão de exposições, alguns serviços não listados foram incluídos no processo, tais como a substituição das cortinas de veludo e a restauração das poltronas do auditório. Mas as obras não foram suficientes para calar a imprensa. Notícia no jornal O Globo lamenta o estado de conservação da azulejaria e o assunto volta a ser discutido pelas administrações.<sup>186</sup>

Documentos revelam a intenção de novas intervenções nos painéis de azulejos referentes ao volume ocupado pela livraria Funarte.<sup>187</sup> A professora Hilda Goltz volta a dar consultoria para o assunto e o mesmo material da Montana (Kolma Fix) é sugerido para a fixação dos azulejos em desprendimento. Na ocasião, a DR-3 solicita ao IPHAN a aprovação de novos mapeamentos de danos para a análise da situação e sugere a injeção de material epóxi para evitar novos danos, como forma emergencial de evitar perdas de material, porém não há registros desta intervenção.<sup>188</sup>

Para a realização das obras referentes ao convênio com o MEC, a DR-3 sugere ao IPHAN, em abril de 1979, a assinatura de acordo entre eles para que os assuntos relativos às licitações e parte técnica ficassem a cargo da delegacia, de forma a agilizar os processos contratuais. O atraso não acontecia apenas pela demora nos processos de contratação, mas também em relação à

---

<sup>185</sup> Esp. nº. 10/77-A, emitido pelo Serviço de Engenharia da Delegacia Regional - 3 em 12 de outubro de 1977. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>186</sup> Jornal O Globo. 8 de novembro de 1978. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>187</sup> Mapa de danos datado de 23 de novembro de 1978. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>188</sup> Informação nº 20, e 30 de janeiro de 1979, emitida pela arquiteta Jurema Arnaut ao diretor do D.C.R. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

liberação de recursos pelo Ministério, fato é que a primeira parcela somente foi liberada em fevereiro de 1979, após solicitação do assessor especial do SEPLAN.<sup>189</sup>

Estes atrasos provavelmente estavam relacionados com as alterações internas em curso no IPHAN, que foi desmembrando em dois órgãos com a criação da Fundação Pró-Memória. O acordo entre a DR-3 e o IPHAN foi finalmente firmado em 8 de junho de 1979, ficando a cargo da Delegacia a especificação dos serviços, com a devida aprovação do IPHAN, e a elaboração dos processos licitatórios para as contratações. A fiscalização ficaria a cargo dos dois órgãos. O primeiro contrato de prestação de serviços para a restauração da fachada norte foi firmado em 3 de setembro de 1979 e as obras começaram em novembro do mesmo ano. Acompanharam as obras o arquiteto do IPHAN José de Souza<sup>190</sup> e o arquiteto da delegacia Joaquim Pereira da Silva Almeida.<sup>191</sup> Algumas documentações informam a execução de serviços de restauração dos painéis de azulejos sob a responsabilidade da professora Hilda Gotz, inexistentes no contrato da empresa vencedora do certame, levando-nos a crer que tratava-se de uma contratação direta pelo IPHAN.<sup>192</sup>

Em abril de 1980, o IPHAN emite um relatório de aceite da obra, contendo a relação dos serviços executados na fachada norte do *Palácio*:

- 1) Reparos nas esquadrias da Fachada Norte, substituídos todas as peças destruídas pela ferragens (sic);
- 2) Foram trocadas todos os cabos (sic) de aços das guilhotinas;
- 3) Substituído, os fechos e todas as ferragens que se apresentavam defeituosas;
- 4) Os caixilhos de ferro dos brise-soleils foram revisados, sendo substituídos 16 (dezesesseis) caixilhos, inteiramente destruídos pela ferrugem;
- 5) As placas duplas de cimento-amianto dos “brise-soleils” foram também revisadas e substituídas as danificadas, num total de 28 placas;

---

<sup>189</sup> AESP/CDE nº 001/79, datado de 18 de janeiro de 1979. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>190</sup> Designado pelo IPHAN em 25 de setembro de 1979. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>191</sup> Designado pela portaria nº81 de 01 de setembro de 1979. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>192</sup> Informação nº 108, datada de 23 de abril de 1979, assinada pela arquiteta Jurema Arnaut. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

- 6) As alavancas de movimentação dos “brise-soleils” tiveram que ser fabricadas, obedecendo o desenho original, num total de 14 peças entregues contra recibo, a Administração do P. Cultura;
- 7) Foram substituídos 8 vidros grandes, partidos e os respectivos cordões.
- 8) Todas as peças de ferro, esquadrias, moldura da brise-soleils (sic) e balaustrada interna receberam uma demão de tinta anti-corrosiva e duas de tinta a óleo grafitada.
- 9) As placas de brise-soleils receberam três demãos de tinta a óleo, sendo uma de aparelho, com correção de massa e tinta impermeabilizante, obedecendo-se a cor original e tonalidade escolhida pelo Arq. Lucio Costa.
- 10) As caixas dos brise-soleils, em concreto, receberam reparos no revestimento com a retirada das partes soltas, ou danificadas e pintadas em três demãos de tinta plástica, sendo uma de aparelho na cor original e tonalidades determinadas pelo Arq. Lucio Costa.
- 11) Em virtude do trânsito intenso de operários, durante a execução dos trabalhos, 13 placas de granito, com 1,2m x 1,2m, que já se encontravam rachadas, foram substituídas, usando-se o material mais próximo do original, encontrado na praça.
- 12) A empreiteira entregou a obra em 60 dias antes do término do prazo contratual.
- 13) Durante a execução das obras, a fiscalização das obras foram executadas pelo SPHAN, através do Arq. Osvaldo José de Souza e pela Delegacia Regional – DR-3 do MEC, pelo Arq. Joaquim Pereira da Silva Almeida.
- 14) [...] <sup>193</sup>

---

<sup>193</sup> Relatório emitido pelos fiscais em 17 de abril de 1980. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

## Década de 1980

Em agosto de 1980, Aloisio Magalhães, então diretor do IPHAN, inicia uma importante etapa para o registro do *Palácio*. Reconhecendo a importância da documentação da edificação, solicita ao Diretor Geral do Departamento Administrativo do Serviço Público os processos relativos ao concurso do anteprojeto para a sede do Ministério. Em janeiro de 1981, documento relata a localização do processo relativo à construção do edifício e o seu estado precário de conservação.<sup>194</sup>

Em outubro de 1980, o MEC elabora as especificações técnicas para a restauração da fachada sul, impermeabilização da laje do auditório e reforma das instalações elétricas.<sup>195</sup> Não há informação de que a restauração foi concluída, entretanto há registros de ocorrência de licitação<sup>196</sup> para a reforma da parte elétrica, sem conclusão do vencedor do certame.

Em junho de 1981, há registros de proposta de preços para a reforma das esquadrias da fachada sul, em decorrência da licitação nº 119/81. Entretanto, não foram arquivados contratos ou documentos referentes à conclusão da licitação e muito menos da obra.

A partir de setembro de 1981, documentos comprovam, de fato, que os estudos de intervenção foram conduzidos com mais critérios e embasamentos teóricos. Tudo começou com a instituição da portaria de nº 545, de 23 de setembro de 1981, e pela portaria nº 11, de 16 de outubro do mesmo ano, assinadas pelo então ministro da Educação e Cultura, o general Rubem Ludwig (1926-1989), compondo o grupo executivo responsável pelas intervenções no *Palácio*. Partiu da comissão a ideia de convidar os autores do projeto a colaborarem com a proposta. Diversas reuniões foram realizadas, que culminaram na proposta de intervenção, já mencionada por Segre. A partir daí, qualquer intervenção na edificação seria conduzida pela comissão e pelos estudos realizados que

---

<sup>194</sup> Informação nº 16, de 22 de janeiro de 1981, emitido pelo IPHAN. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>195</sup> Datado de 23 de outubro de 1980. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>196</sup> Tomada de preços nº 68, processo nº 239.157/80. . Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

compuseram o documento denominado Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura (PRPPC). Essa comissão foi alterada por meio da portaria nº 134, de 20 de setembro de 1985, e posteriormente outros grupos foram instituídos para assuntos específicos, tais como o grupo responsável para a condução de processos licitatórios.

Apesar da portaria para a criação do grupo ter sido instituída em setembro de 1981, os estudos e a denominação de RPPC já estavam em andamento. Data de 07 de janeiro deste ano o primeiro Relatório para intervenções no *Palácio*, denominado Relatório 01.<sup>197</sup> Este fato justifica a execução de obras durante o processo, já que em setembro de 1981 foi celebrado o contrato para restauração das esquadrias da fachada.<sup>198</sup>

Em dezembro de 1981, Augusto Guimarães Filho, então coordenador do PRPPC, assina Relatório Técnico para as intervenções no *Palácio*.<sup>199</sup> Este pode ser considerado de fato o primeiro documento com conteúdo mais abrangente para a proposta de restauração da edificação, arquivado devidamente pelo IPHAN. Tratava-se do planejamento das obras contendo cronogramas e listagem dos serviços necessários e que deveriam ser finalizados até o ano 1987, quando o *Palácio* completaria 50 anos de construção, conforme mencionado por Segre. Este documento apresenta o histórico da edificação, as obras em andamento, a relação dos serviços a serem executados de imediato e em curto prazo e o programa integral por ano, desde 1981 a 1987.

Na ocasião, estava em desenvolvimento uma série de estudos para cada elemento arquitetônico da edificação e estudos específicos para a intervenção em materiais nunca antes restaurados, tais como tijolos de vidros.<sup>200</sup> O

---

<sup>197</sup> Relatório 315.S.929, de 15 de março de 1988. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>198</sup> Contrato celebrado em 18 de setembro de 1981. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>199</sup> Relatório da Comissão de Coordenação do Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura, datado de 7 de dezembro de 1981. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>200</sup> Apesar da ausência de alguns estudos realizados nos arquivos pesquisados, há documentos que mencionam a relação deles, a saber: Estudo 1 – Informações Gerais; Estudo 2 – Obras de Arte; Estudo 3 – Dados da Construção; Estudo 4 – Azulejaria (tipos e padrões); Estudo 5 – Módulo de ocupação; Estudo 6 – Estudo das áreas; Estudo 7 – Azulejaria (dados

documento é acompanhado de vários anexos, incluindo um parecer do arquiteto Lucio Costa sugerindo que a intervenção nos jardins fosse realizada pelo próprio Burle Marx, já que se tratava de obra de arte, o que foi acatado pelo grupo executivo, por meio de convite oficial.<sup>201</sup> É a partir destes documentos que Segre conclui, conforme já mencionado, “que o objeto arquitetônico foi considerado como um documento.” (2013, p. 444):

No mesmo mês, Glauco Campello solicita à Ordem Terceira dos Mínimos de São Francisco de Paula a cessão de pedras de gnaisses para a restauração das empenas do *Palácio*, justificando o esgotamento das pedreiras, o que foi negado pela ordem.<sup>202</sup>

Em maio de 1982, é assinado convênio entre o MEC e a Petrobrás, acordando a assistência técnica e o acompanhamento das obras de restauração do Palácio da Cultura.<sup>203</sup> Neste acordo, seriam de responsabilidade da Petrobrás os levantamentos, estudos e análises necessários à elaboração das especificações e normas de manutenção dos elementos metálicos do edifício. No mesmo mês, a empresa de Roberto Burle Marx, Burle Marx e Cia Ltda, é contratada para a recuperação dos 12 canteiros.<sup>204</sup> Tratava-se de execução da restauração, visto que o projeto havia sido contratado anteriormente. Em 24 de

---

gerais); Estudo 8 – Projeto/antecedentes /concurso público; Estudo 9 – Projeto/antecedentes /projeto original; Estudo 10 – Projeto/antecedentes /vinda de Corbusier; Estudo 11 – Projeto/projeto MESP; Estudo 12 – Azulejaria (painel NC); Estudo 13 – Ocupação em junho de 1985; Estudo 14 – Normas de uso do prédio; Estudo 15 – Ocupação em outro de 1985; Estudo 16 – Ocupação em 23/10/1985; Estudo 17 – Quadra F; Estudo 18 – Área tombada; Estudo 19 – Morro do Castelo/restituição e demolição; Estudo 20 – Proposta de ocupação pelo Minc; Estudo 20-A – Proposta de ocupação pelo MinC (alternativa 1); Estudo 20B – Proposta de ocupação de 3/11/1983, revista em 20/12/1985; Estudo 21 – Morro do Castelo/apontamentos históricos; Estudo 22 – Ocupação em abril de 1986; Estudo 23 – Rateio das despesas do edifício; e os seguintes estudos sem numeração: Azulejaria-composição; Jardins tombados; Construção do edifício; Autores do projeto; Autores das obras de arte; Projeto estrutural; Entorno e edifícios públicos contemporâneos.<sup>200</sup> Nota-se, portanto, a importância e exemplaridade dos documentos produzidos, que geraram uma extensa documentação técnica sobre a edificação e seus elementos construtivos e obras de arte, além do registro histórico.

<sup>201</sup> Documento datado de 6 de novembro de 1981, assinado por Augusto Guimarães Filho. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>202</sup> Ofício nº 554 de 7 de dezembro de 1981. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>203</sup> Acordo assinado em 14 de maio de 1982. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>204</sup> Contrato assinado em 14 de maio de 1982. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

maio de 1983 a empresa é novamente contratada para elaboração do projeto de restauração dos jardins do 16º andar.<sup>205</sup>

Mesmo com o plano em elaboração, as demandas de modificações e reformas emergenciais não cessavam e tudo ficava a cargo da comissão. Mas as pesquisas sobre a restauração dos materiais são conduzidas normalmente, conforme pode ser comprovado pela presença de algumas documentações, tais como o envio de ofícios à empresa Eternit solicitando informações técnicas sobre a pintura do material, e outro para a Aço Minas, solicitando informação para tratamento antiferrugem das esquadrias metálicas. Estas iniciativas indicam como ainda era desconhecido o tratamento de materiais industrializados.

Em janeiro de 1983, firmou-se convênio entre a Fundação Nacional Pró-Memória e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) para a organização da documentação do Arquivo Gustavo Capanema e dos arquivos relativos ao processo de construção do *Palácio Gustavo Capanema*, com o objetivo de publicação de 500 exemplares do documento final.<sup>206</sup> Não há registros nos arquivos que comprovem esta publicação, porém, Ribeiro (1999, p. 2) informa que esse convênio resultou no livro intitulado “Colunas da Educação: a construção do Ministério da Educação e Saúde, 1935-1945” de autoria de Mauricio Lissovsky e Paulo Sérgio Moraes de Sá, publicado apenas em 1996. Já em 1987, após a análise dos arquivos referentes ao *Palácio*, Augusto Guimarães Filho solicita ao diretor da 6ª DR/SPHAN autorização para restauração desta documentação, em função do seu precário estado de conservação e inestimável valor, cujos serviços foram orçados pela Fundação Casa de Rui Barbosa e autorizados em maio do mesmo ano.<sup>207</sup>

Documentos informam que no ano de 1983 houve a contratação de algumas obras, entretanto a falta de clareza na descrição dos objetos referentes aos

---

<sup>205</sup> Contrato assinado em 24 de maio de 1983. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>206</sup> Convênio assinado em 21 de janeiro de 1983. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>207</sup> Carta datada de 16/02/1987. Pasta Preservação 1986. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

contratos e termos aditivos assinados nos impede de relatar os serviços executados.<sup>208</sup>

Constam na documentação do IPHAN de 1985 dois relatórios de atividades de obras. O primeiro, denominado Relatório de Atividades do PRPPC, refere-se às obras executadas no ano de 1984 e o segundo às obras executadas desde a instituição da comissão, em 1981, até o ano de 1984.<sup>209</sup>

As atividades descritas do Relatório Atividades do PRPPC até o ano de 1984 são praticamente as mesmas do documento anterior, já que a maioria das obras foram realizadas no ano de 1984. A diferença está nos estudos e projetos realizados, que preparavam o caminho para as obras, destacando-se entre eles a definição da área tombada e a instalação de marcos físicos para esta delimitação do perímetro de tombamento, dentre outros. Consta nos arquivos, além destes dois relatórios, o Estudo nº 003, de maio de 1986, que trata do Relatório de Atividades do PRPPC até o mês de maio desse ano.

Alguns dos estudos realizados pelo Grupo Executivo valem ser mencionados em função da importância dos seus conteúdos. Um deles, Estudo nº 8, refere-se ao lajeado de granito da área externa da edificação, composto por duas mil, duzentas e vinte e uma placas de granito cinza Tijuca com dimensões 1,25x1,25m.<sup>210</sup> Datado de 06 de janeiro de 1986, trata-se de um relatório técnico incluindo a comprovação da originalidade do granito, seu levantamento arquitetônico e análise dos danos detalhados, além do procedimento de

---

<sup>208</sup> Assinado em 8 de junho de 1983, sendo o contratante a empresa Construtora Artiles Ltda. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>209</sup> O primeiro documento, além de mencionar as atividades de pesquisa e projetos em andamento, relata as seguintes intervenções: a restauração dos jardins do térreo; restauração de dois painéis de azulejos incluindo “a proteção, com técnica inédita, 28.121 azulejos, e a restauração de 514 azulejos quebrados;” a recuperação dos revestimentos em granito do pátio externo “com grampeamento à base de resina epóxica;” a execução do sistema de irrigação dos jardins do térreo e segundo pavimento; a restauração dos revestimentos de cobres destes canteiros do segundo piso; a instalação de extintores e de sistema manual de alarme contra incêndio; limpeza dos ganisses das fachadas norte e sul referente ao Salão de Conferências; a reposição do calçamento em pedra portuguesa; a desobstrução das galerias de água pluviais; e limpeza de algumas esculturas, tais como a escultura Prometeu, Monumento à Juventude, Moça de Pé, Castro Alves, Gonçalves Dias, José de Alencar, Ruy Barbosa, Machado de Assis, Oswaldo Cruz, de Bruno Giorgi, Getúlio Vargas, Mulher Reclinada e Gustavo Capanema, de Celso Antônio, Getúlio Vargas de Leão Veloso, Mestre Ruy de Honório Peçanha. Estas intervenções foram acompanhadas dos estudos e projetos prévios já mencionados. Protocolo realizado por Augusto Guimarães Filho em 28/01/1985. Pasta 1590, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos

<sup>210</sup> Estudo nº 008, Restauração do Lajeado de Granito, Relatório, de 06 de junho de 1986. Pasta Preservação 1986. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

restauração realizado no período de 25 de fevereiro de 1984 a 2 de julho de 1985, cuja responsabilidade ficou a cargo da construtora Artiles Ltda. Esses procedimentos obedeceram aos critérios de restauração estabelecidos para as placas, elencados em três fichas técnicas de extrema importância para o embasamento das intervenções futuras.<sup>211</sup> Após a restauração, foi redigido um caderno para manutenção no lajeado, que formou o Caderno nº 14, denominado Palácio Capanema.

Já o Estudo nº 13, datado de 6 de janeiro de 1986, trata da recuperação dos jardins referentes ao pavimento térreo.<sup>212</sup> O relatório, assim como os demais, traça uma cronologia histórica da elaboração do projeto e da execução do jardim, detalha os danos e procedimentos da restauração iniciada em junho de 1983 e finalizada em setembro de 1984, que incluía também a impermeabilização e o refazimento do sistema de irrigação, há tempos desativado. Para esta intervenção a equipe do PRPPC convidou o próprio autor da obra, o paisagista Roberto Burle Marx, conforme mencionado. Esta intervenção, tendo em vista as modificações ao longo dos anos e o péssimo estado de conservação dos canteiros, recebeu prioridade da equipe, segundo o Relatório da Comissão de Coordenação do PRPPC – Relatório 315.S.035. No

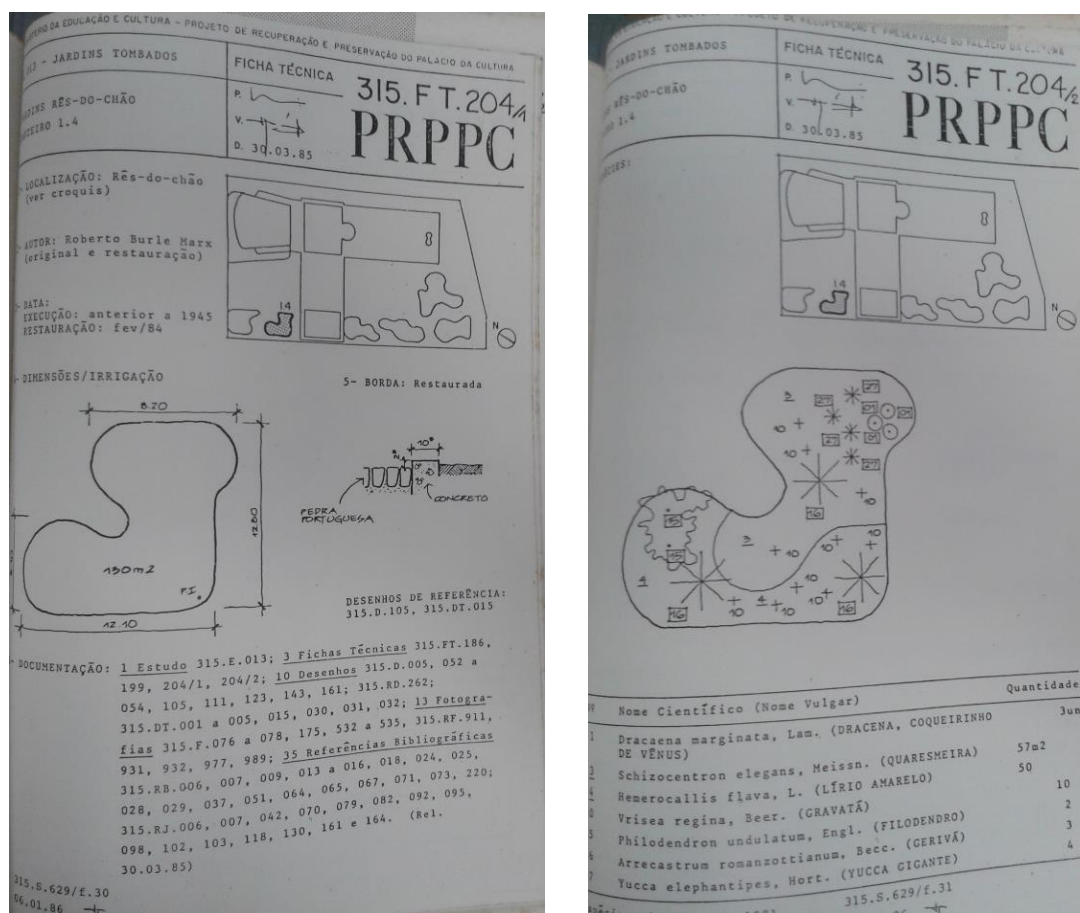
---

<sup>211</sup> Fichas Técnicas 315.FT/198/1, 198/2 e 198/3, anexas no estudo nº 008, Restauração do Lajeado de Granito, Relatório, de 23 de julho de 1995. Pasta Preservação 1986. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Vale mencionar aqui os serviços realizados: Faz-se pertinente relatar a técnica de intervenção, para analisarmos o nível de detalhe no processo de intervenção: para a mais de mil e seiscentas placas que estavam soltas optou-se pela sua retirada manual com abertura das juntas e remoção com pé-de-cabra, posteriormente foi feita a remoção da argamassa de assentamento da contraface com talhadeira e limpeza das placas com água e escova de aço. Algumas placas com diferenças de tonalidades foram deslocadas para áreas de menor circulação. Outras placas que haviam sido cortadas em intervenções posteriores receberam arremates com material similar. Mais de mil e quatrocentas placas que estavam quebradas foram restauradas. Para tanto, fez-se um rasgo de 20 cm e 5 mm de profundidade e largura no sentido transversal da trinca, utilizou-se cola Sikadur 31, comprimindo no local do novo rasgo um fio de arame galvanizado 3/16", como forma de grampear a trinca. Uma vez que a pedreira já estava esgotada, para os espaços de placas faltantes foram instaladas pedras similares ao granito existente. Para o procedimento de restauração, lavou-se as placas com ácido muriático diluído 15% em água, utilizando escova de aço, emergiu a placa em água limpa por 4 horas. A área de assentamento foi cavada 7 cm de profundidade que após umedecida recebeu a argamassa de assentamento de traço 1:2:1 (cimento, areia e saibro) com espessura de 5 cm. A placa foi assentada com marreta sobre peça de madeira. A argamassa que fluiu pela junta foi retirada com colher de pedreiro e esponja úmida. Após o período de 1 hora, repercutiu-se a placa e se o som estivesse oco ela era retirada e assentada novamente.

<sup>212</sup> <sup>212</sup> Estudo nº 013, Restauração dos Jardins Tombados, Relatório, de 06 de junho de 1986. Pasta Preservação 1986. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

fim do processo foram executadas sete fichas técnicas sobre os jardins, sendo uma para cada canteiro do pavimento térreo (FIGURAS 117 e 118). Nota-se que nesta intervenção não foram incluídos os jardins do segundo pavimento, tampouco os do 16º pavimento, restaurados anos depois.

Figuras 117 e 118 – Fichas técnicas relativas à recuperação dos jardins do pavimento térreo.



Fonte: Estudo nº 013, Restauração dos Jardins Tombados Arquivo da Superintendência do IPHAN. Pasta Preservação 1986.

O Relatório 315.S.549/E.034, datado de 22 de abril de 1986, trata da ocupação dos espaços do PGC até abril de 1986. Neste ínterim, alguns órgãos solicitaram a transferência de suas sedes para o Palácio, como aconteceu com o INACEN (Instituto Nacional de Artes Cênicas),<sup>213</sup> e a Biblioteca Nacional,<sup>214</sup>

<sup>213</sup> Ofício nº 127, datado de 03/05/1986, emitido pelo INCEN. Pasta Preservação 1986. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>214</sup> Ofício nº 111, de 29 de abril de 1986, emitido pela Biblioteca Nacional. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

mas nada era resolvido até a finalização da proposta de ocupação, o que demonstra o cuidado que estava sendo tomado com o edifício. Porém, em julho de 1986, foi aceita a ocupação de três pavimentos pela Funarte.<sup>215</sup>

O documento E.010/315.S.597, Caderno nº18, de 16 de julho de 1986, trata do estudo da área tombada.<sup>216</sup> Este caderno apresenta detalhadamente as edificações no entorno de tombamento, incluindo a superposição da planta e perfil do Morro do Castelo na área; localização e descrição de bens tombados em nível federal inseridos neste entorno; histórico da área e da edificação; relação das obras de arte. Enfim, trata-se de um importante estudo executado pela equipe, que sem dúvida serviu de base para o IPHAN para as análises de propostas de construções de novas edificações na área protegida.

As obras em andamento no ano de 1986 foram interrompidas em maio após a constituição do novo Ministério da Cultura pelo presidente José Sarney, que o desmembrou do Ministério da Educação.

Em novembro de 1986 é assinada a Instrução Regional nº 5 e a Portaria nº 11, compondo nova comissão para os trabalhos de restauração no *Palácio*, designando novamente o engenheiro Augusto Guimarães Filho como coordenador dos trabalhos de intervenção e o arquiteto Sergio Porto como chefe do núcleo de arquitetura do PRPPC, visto que um acordo firmado entre o Ministério da Educação, o Ministério da Cultura e a Fundação Nacional Pró-Memória<sup>217</sup> havia dissolvido a equipe anterior.<sup>218</sup>

Em 20 de março de 1987, é publicado o edital para obras no 16º pavimento do *Palácio*.<sup>219</sup> O projeto, coordenado pelo arquiteto do IPHAN Sérgio Porto, previa

---

<sup>215</sup> Carta datada de 16 de julho de 1986, emitida pelo chefe no núcleo de arquitetura da PRPPC ao coordenador. Pasta Preservação 1986. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>216</sup> Pasta Preservação 1986. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>217</sup> Em 1979 o IPHAN se divide em SPHAN e Fundação Pró-Memória. Em 1980 houve a fusão da então Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e da Fundação Nacional Pró-Memória/Pró-Memória, passando a se chamar SPHAN/Pró-Memória (PEREGRINO, 2012, p.87)

<sup>218</sup> Informação contida no Relatório 315.S.929, de 15 de março de 1988. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>219</sup> Tomada de preços nº 01/87. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

o retorno das formas originais das jardineiras deste andar e o redimensionamento de algumas salas, além da instalação de ar condicionado em alguns pontos.<sup>220</sup> O projeto foi aprovado pela diretoria do IPHAN, cujo cargo era ocupado pelo arquiteto Glauco Campelo.<sup>221</sup> Tratava-se de alteração de um projeto já aprovado anteriormente para a instalação do Gabinete do Delegado, que foi modificado por não atender a demanda atual e também por não prever o retorno das formas das jardineiras.

Em abril do mesmo ano, estavam em andamento obras de adequação do quinto e do sexto andar.<sup>222</sup> Já em maio, foi publicado edital para a restauração das esquadrias da fachada norte, cuja licitação foi deserta,<sup>223</sup> o que fez com que a contratação fosse direta, segundo justificativas apresentadas pela comissão de licitação responsável, sendo vencedora a empresa Pagani Pinheiro.<sup>224</sup> Em junho é apresentada a relação de serviços para a restauração do auditório, ou Salão de Conferências, que incluía a restauração das poltronas, tapete, cortinas e pintura.<sup>225</sup> Para a restauração de cada elemento foram consultados os documentos anteriormente elaborados e na falta deles novas pesquisas foram realizadas. Para o tapete, por exemplo, foi retirada amostra para análise em laboratório, visto que era desconhecida a sua procedência. O relatório das poltronas foi baseado no Estudo nº 33, anteriormente executado.<sup>226</sup> Para este elemento, a proposta previa a recromagem da estrutura metálica; a recomposição da estrutura dos encostos em madeira; a recomposição das molas; o reestofamento em vinil similar ao couro existente, caso não pudessem ser recuperados.

---

<sup>220</sup> Informação nº 303/96, de 03/06/1996, emitido pelo IPHAN. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>221</sup> Documento de Aprovação datado de 20 de junho de 1996. Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>222</sup> Comunicado Interno nº 158, datado de 30/04/1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

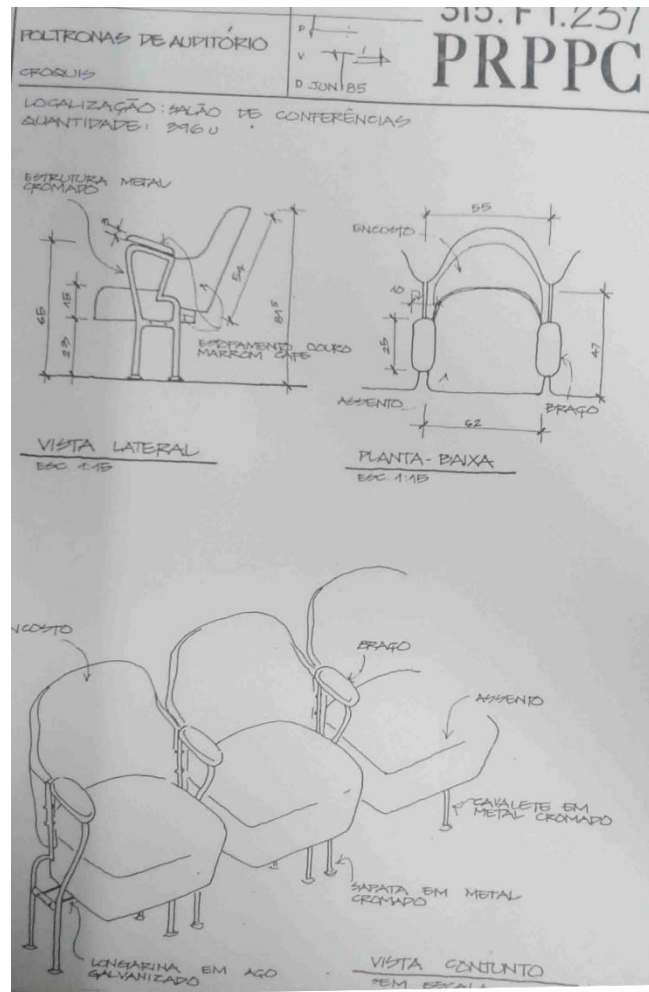
<sup>223</sup> Comunicado Interno nº 315.S.743, datado de 28/05/1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>224</sup> Comunicado Interno nº 282, datado de 27/05/1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>225</sup> Comunicado Interno nº 315.S.770, datado de 30/03/1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>226</sup> Estudo nº 38 e Relatório nº 33, datado de 20/05/1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Figura 119 – Levantamento das poltronas do Salão de Conferências.



Fonte: Estudo nº 033, Restauração das poltronas. Pasta Preservação 1987.

Já o estudo referente ao tapete justificava a sua remoção, que apesar do estado de conservação ter sido considerado regular, a retirada e refixação das poltronas implicaria danos irreversíveis neste elemento.<sup>227</sup> Em relação às cortinas de veludo cor azul real do Salão de Conferências, a proposta era a substituição do pano externo, que se apresentava em estado de conservação pior que o interno, por receber luz direta, e revisão da fixação dos trilhos, sendo que a reativação do sistema eletromecânico de abertura ficaria para outra etapa.<sup>228</sup>

<sup>227</sup> Estudo nº 42, Relatório nº 34, datado de 20/05/1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>228</sup> Estudo nº 69, Relatório nº 37, datado de 03/06/1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Apesar da relação dos serviços especificados para o Salão de Conferência, os arquivos não contêm o processo licitatório, tampouco os contratos executados para a realização dos serviços, mas alguns relatórios de atividades emitidos pelo IPHAN comprovam sua execução. É o caso do relatório de junho do mesmo ano, que apresentou os serviços em andamento relativos às obras no 16º andar, além da intervenção nos elevadores, nas persianas em madeira, revisão dos *shafts* e intervenções nas esquadrias da fachada norte.<sup>229</sup>

Posteriormente, o relatório nº 48, datado de 5 de agosto de 1987, alterou a escala de prioridades das intervenções tendo em vista as comemorações do centenário de Le Corbusier, previstas para novembro do mesmo ano, nas dependências do *Palácio*, incluindo a prioridade de obras no Salão de Conferência, tais como as intervenções nas cortinas. Os documentos demonstram que este evento surtiu efeito nos processos de intervenções, incluindo a participação do arquiteto Lucio Costa nas decisões. Em agosto, as reformas no 16º pavimento ainda estavam em andamento, sendo autorizada a substituição da cerâmica de 7,8 x 7,8cm, que revestia a área externa, por pastilha 4x4cm da marca Atlas, visto que a original não era mais fabricada. Esta decisão foi acatada após a autorização de Lucio Costa que indicou que o rejuntamento fosse na mesma cor da pastilha, a fim de minimizar a trama do quadriculado. Nota-se ainda a presença de atividades do consultor quase eterno do IPHAN.

Outro relatório emitido em agosto de 1987, de nº 60,<sup>230</sup> além de relacionar todos os estudos já realizados sobre o *Palácio*, também elenca os pacotes de serviços executados e em processo de execução.<sup>231</sup>

---

<sup>229</sup> Estudo nº 69, Relatório nº 38, datado de 06/1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>230</sup> Relatório datado de 18 de agosto de 1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>231</sup> Pacote 01 – obras no 16º pavimento (informa que está em andamento, para a instalação do gabinete do MMinistro da educação); Pacote 02 – Elevadores (informa que está em execução); Pacote 03 – Persianas (em processo de licitação); Pacote 04 – Fachada norte/esquadrias metálicas (em processo de licitação); Pacote 06 – restauração do arquivo referente à construção do palácio (em execução); Pacote 07 – Salão de Conferências (em processo de licitação), Pacote 11A – Shats (em processo de licitação), Pacote 8 – Luminárias/Tijolos de vidro, Pacote 09 – jardins do 16º pavimento; Pacote 10 – térreo e sobrelojas, Pacote 11B – instalações prediais; Pacote 12 – obras internas; Pacote 13 – pisos interno em linóleo; Pacote 14 – Azulejaria (de nove painéis restaram 5 para serem restaurados) e Pacote 15 – Diversos

Diante das referências contidas nestes relatórios, nota-se que toda a documentação produzida pelo Grupo Executivo do Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura (PRPPC), criado em 1981, transformou-se em normas para as intervenções posteriores. Tanto é que em 1987, a Fundação Pró-Memória solicitou que estes cadernos fossem convertidos em relatórios para embasar as licitações públicas para a contratação das obras.<sup>232</sup>

Em março de 1988, foi executado novo relatório de atividades do PRPPC.<sup>233</sup> Este documento além de explicitar todas as obras já realizadas, abrange o histórico de todo o processo, desde a instituição da portaria que criou a primeira comissão em 1981, incluindo a relação de todos os estudos e relatórios realizados até a data de sua emissão.<sup>234</sup>

---

(que inclui diversos serviços menores). Relatório datado de 18 de agosto de 1987. Pasta Preservação 1987. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>232</sup> Relatório 315.S.929, de 15 de março de 1988. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>233</sup> Relatório 315.S.929, de 15 de março de 1988. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>234</sup> 315.S.1 – Relação das Atividades-Fim em 1981; 315.S.4 – Relação das Atividades da comissão até 5/11/1981; 315.S.35 – Relação da comissão coordenadora em 07/12/1981; 315.S.92 – Relação da das atividades do PRPPC em 30/12/1982; 315.S.105 - Utilização do 16º pavimento e estudo preliminar do refeitório em 07/12/1983; 315.S.134 – Resumo das atividades do PRPPC em 18/05/1983; 315.S.204 – Relatório de pesquisas a jornal em 24/10/1983; 315.S.240 – Relatório de visita em 08/02/1983; 315.S.204 – Relação sumária de obras e serviços do PRPPC em 1983; 315.S.249 – Quantitativo da documentação do PRPPC em 31/03/1984; 315.S.259 – Relatório de despesas do edifício de 30/05/1984; 315.S.286 – Resumo das atividades do PRPPC em 04/09/1984; 315.S.315 – Resumo das atividades do PRPPC em 1984; 315.S.316 – Resumo das atividades do PRPPC até 1984; 315.S.347 – Relatório das atividades do PRPPC – 01/01 a 15/03 de 1985; 315.S.375 – Resumo das atividades do PRPPC até maio de 1985; (sem código) – Relatório das atividades do PRPPC até 20/08/1985; 315.S.442 – Relatório de visita ao Palácio Itamaraty em 30/10/1985; 315.S.447 – Relatório de restauração da escultura Prometeu em 12/11/1985; 315.S.459 – Assuntos pendentes em 27/11/1985; 315.S.512 – Relatório sumário em 15/02/1986; 315.S.571 – Resumo das atividades do PRPPC até maio de 1986; 315.S.629 – Restauração dos jardins do rés-do-chão em 06/01/1986; 315.S.417 – Restituição do meio fio da Rua Pedro Lessa de 05/09/1985; 315.S.582 – Recuperação da estrutura de concreto armado em 03/09/1987; 315.S.634 – Intervenção de 1986; (sem código) – Relatório de restauração da Casa de Rui Barbosa; 315.S.595 – Programa de obras – discriminação sumária de materiais e serviços; 315.S.314 – Restauração do lajeado de granito em 06/01/1986; 315.S.673 – Obras de restauração – persianas/especificações; 315.S.667 – Obras de restauração do 16º pavimento/cobertura, e anexo projetos complementares (315.S.616); 315.S.686 – Obras de restauração/fachada norte/esquadrias metálicas/especificações; 315.S.733- Obras de restauração/salão de conferências/poltronas/especificações; 315.S.734- Obras de restauração/salão de conferências/tapetes/especificações; 315.S.750- Obras de restauração/salão de conferências/pintura/especificações; 315.S.768- Obras de restauração/tijolo de vidro/especificações; 315.S.751- Obras de restauração/salão de conferências/cortinas/especificações; 315.S.773 – Andamento obras de restauração - 1987; 315.S.787- Obras de restauração/shafts/especificações (substituição do relatório nº 61); 315.S.830- Obras de restauração/pavimento térreo/sobrelojas/parte luminárias/especificações;

A manutenção dos jardins do *Palácio* passou a ser de responsabilidade, em contrato, do Centro Cultural Sítio Roberto Burle Marx, porém o fornecimento de material para a conservação ficava a cargo da administração do PGC, o que não estava sendo cumprindo, impedindo a manutenção eficiente.<sup>235</sup>

Em 26 de outubro de 1988, a SEPLAN e o IPHAN assinam convênio para a recuperação do PGC no valor de doze milhões, setecentos e oitenta mil cruzados, provenientes do Programa das Cidades Históricas do Governo Federal e destinados à continuação das obras. Este valor correspondia a 21,79% do valor total dos recursos.<sup>236</sup> As obrigações do IPHAN neste convênio seriam a elaboração do cronograma de obras, assistência técnica, fornecimento do relatório das obras, prestação de contas, dentre outros.<sup>237</sup> Ao DR-3 cabia a manutenção da edificação. Conforme parecer emitido, o objetivo principal era restaurar a edificação e preservar a integridade das obras de Portinari num prazo de execução de 300 dias.

Em dezembro de 1988, a Fundação Pró-Memória<sup>238</sup> designa o servidor Alcídeo Maepa de Souza, então membro do Conselho Consultivo do IPHAN, como coordenador das obras.

---

315.S.810- Obras de restauração/pavimento térreo/sobrelojas/pintura/especificações;  
315.S.314- Obras de restauração/pavimento térreo/sobrelojas/lambris/especificações;  
315.S.806- Obras de restauração/pavimento térreo/sobrelojas/parte cortina salão de conferências/especificações; 315.S.805- Obras de restauração/pavimento térreo/sobrelojas/parte cortinas salão de exposições/especificações; 315.S.815- Obras de restauração/salão de conferências/parte poltronas/especificações; 315.S.822- Relatório despesas a realizar/julho de 1987 a março de 1988; 315.S.855 - Obras de restauração/recuperação de shafts/especificações; 315.S.894- Relatório infiltrações 15º ao 16º pavimentos – janeiro de 1988 ; 315.S.914- Relatório andamento obras do 16º pavimento/coberturas – janeiro de 1988; 315.S.929- Relatório de atividades do PRPPC – março de 1988;<sup>234</sup> nem todos estes documentos foram encontrados.

<sup>235</sup> Ofício nº 023/89, emitido pelo Sítio Burle Marx em 12 de junho de 1989. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>236</sup> Parecer nº 4/78, datado de 17 de outubro de 1978. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>237</sup> Convênio datado de 26 de outubro de 1988. Pasta 1589, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>238</sup> Designação nº 381, de 4 de março de 1988 Pasta 1591, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

## Década de 1990

De 1989 a março de 1990 não há registros de tramitação de documentos. Este período coincide com o fim do mandato do presidente Sarney, quando, a partir daí a política brasileira iria depender do primeiro presidente eleito por voto direto do povo. Com a posse do novo presidente Fernando Collor de Melo em 1990, os órgãos de preservação são reorganizados. O Ministério da Cultura e, conseqüentemente, o IPHAN e a Fundação Pró-memória são extintos para a criação do Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Todo o processo de intervenção continuada no bem teria que ser retomado.

Em abril de 1990, é emitido o relatório nº 88, composto de dois volumes, denominado “Obras de restauração-estimativas de custos – atualização março de 1990,” relacionando as obras de acordo com as prioridades e seus custos.<sup>239</sup> O volume II apresentava o conteúdo dos cadernos de nº 1 ao 7 e também do caderno 14, como forma de embasar a proposta das intervenções, e o Relatório nº 28<sup>240</sup> (referente ao Estudo 62), contendo a descrição das prioridades das obras. Em julho do mesmo ano é emitido um comunicado interno, cujo conteúdo apresentava todas as obras realizadas até aquele momento, além do plano de manutenção e das intervenções.<sup>241</sup> No ano de 1990, também há registros de levantamentos de ocupação dos andares.<sup>242</sup> Tratavam-se de croquis, com a distribuição dos setores do oitavo andar, onde funcionava a extinta SPHAN/Pró-Memória e tipo de uso, incluindo *layout*.

Diante dos dados, o ano de 1990 foi marcado apenas por emissão de documentos sobre prioridade de obras e alguns relatórios demonstram que o prédio já se encontrava com sérios danos, decorrentes, sobretudo, da falta de manutenção, principalmente em relação às suas instalações prediais, a ponto

---

<sup>239</sup> Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>240</sup> 315.S.595/E.062. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>241</sup> C.I. nº 315.S. 1193, datado de 6 de junho de 1990. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>242</sup> Carta assinada por Augusto Guimarães Filho em 20 de dezembro de 1990. Pasta 1590, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

do cabo de um dos elevadores se romper, despencando do décimo quarto pavimento, com pessoas.<sup>243</sup>

Compreende-se, a partir da análise destes documentos, a tentativa por parte dos responsáveis pela edificação de entendimento do processo de obras já realizadas e daquelas necessárias. Entretanto, não há qualquer registro de providências para intervenções até o ano 1991, dando a entender que a crise desencadeada pelo Governo Federal também refletiu no funcionamento dos seus órgãos.

Esse hiato foi interrompido quando Sérgio Paulo Rouanet assumiu a Secretaria de Cultura, em março de 1991. Em abril do mesmo ano, Sabino Barroso, então coordenador da 6ªCR,<sup>244</sup> encaminha carta ao Presidente do Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural, sugerindo a criação de uma comissão para gerir as intervenções no bem.<sup>245</sup> Em seguida, o chefe da 5ª Superintendência Regional da Secretaria de Cultura, Ary Guerra de Murat Quintella, também encaminha um comunicado a Sérgio Rouanet, informando o estado precário de conservação do edifício e a tentativa de reorganizar os processos de intervenções necessários.<sup>246</sup>

É lamentável a inexistência de respostas a estes documentos e a ausência deles nos permite concluir que até novembro do mesmo ano nada ainda tinha sido providenciado em relação à edificação, cujos danos já eram intensos, conforme relatam alguns comunicados internos sobre existência de vazamentos na rede hidráulica e outros problemas. Nada foi feito até que no final do ano, a Secretaria de Cultura emite documento ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural solicitando a elaboração do projeto básico para a reforma nas instalações hidráulicas do *Palácio* e pedindo providências para a realização

---

<sup>243</sup> Jornal O Globo, 4/12/991. Pasta 1590, caixa 0543, módulo 058, do Arquivo Noronha Santos.

<sup>244</sup> Com a extinção do IPHAN, as diretorias regionais do IPHAN se transformam em coordenadorias.

<sup>245</sup> Ofício Gabinete nº 124, de 18 de abril de 1991, assinada por Sabino Barroso, então coordenador regional do IPHANRJ. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>246</sup> Memorando nº 112, de 9 de julho de 199. Pasta Preservação 1988 a 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

do processo licitatório para contratação.<sup>247</sup> Não há registros posteriores que comprovem a intervenção e, novamente, houve um longo período sem registros de tramitação de documentos, até que, em 1993, uma notícia em jornal denuncia novamente o estado de abandono da edificação.<sup>248</sup>

Após essa denúncia, em novembro de 1993, é emitido um Relatório das Condições Físicas do Palácio Gustavo Capanema. Este documento apresentou o laudo técnico sobre o estado de conservação da estrutura da edificação, composto por um extenso relatório fotográfico sobre a situação dos danos, além das providências a serem tomadas. Ademais, mencionou a existência de uma equipe responsável pelas obras do *Palácio*, sem, no entanto, discriminar nomes. É anexo a este documento outro relatório constando a recomposição de traço dos materiais da argamassa de revestimento.<sup>249</sup>

Em 1994 foi instituída a Sociedade dos Amigos do Palácio Gustavo Capanema (SAPGC), citada por Segre, sob a presidência do arquiteto Oscar Niemeyer. Constam nos arquivos o estatuto, ato constitutivo e atividades deste grupo, cuja principal função era elaborar os projetos de intervenção para a edificação. Um dos primeiros estudos elaborados por este grupo foi a Proposta Preliminar de Restauração do Palácio Gustavo Capanema.<sup>250</sup> Trata-se de um relatório com a descrição das intervenções necessárias no edifício.<sup>251</sup> Em 1995, já estava em andamento a assinatura do convênio entre o MinC, MEC e a Petrobrás,<sup>252</sup> e

---

<sup>247</sup> Carta datada de 22 de novembro de 1991. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>248</sup> Jornal do Brasil, de 30 de outubro de 1993. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>249</sup> Este relatório, datado de 22 de novembro de 1993, não identifica qual órgão o executou, entretanto está assinado pelos seguintes profissionais: Luiz Carlos Boeckel; Marina Byrro Ribeiro; REnzo Augusto de Nobrega. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>250</sup> Datado de 1994. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>251</sup> A saber: fachadas - limpeza e restauração do revestimento em pó de pedra; revisão e substituição das placas de gnaiss; substituição do sistema de *brises*, revisão e impermeabilização do terraço superior, restauração das esquadrias da fachada/ internas: restauração dos lambris de madeira; pisos, banheiros, divisórias e mobiliário / externas: recuperação dos jardins do térreo; restauração do piso em granito / revisão de todas as instalações prediais / restauração de todas as obras de arte; ou seja, praticamente todos os elementos da edificação. Foram considerados emergenciais a restauração dos painéis de azulejos e instalações hidráulicas, elétricas e de incêndio.

<sup>252</sup> Contrato de celebração do convênio assinado em março de 1996. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

para tanto é executado o Caderno de Especificações Técnicas, que discriminava os serviços a serem executados para a restauração do edifício. O contrato foi assinado apenas em março de 1996, no valor de quinhentos mil reais, sendo a maioria disponibilizada pela empresa.

No mês de assinatura do contrato, a administração do PGC e o IPHAN elaboram outro documento mais detalhado contendo as intervenções realizadas até a data; levantamentos; localização das obras de arte; proposta de ocupação para o 9º, 15º, 16º pavimentos e pavimento térreo; especificações técnicas e cronograma físico-financeiro para as obras.<sup>253</sup> Para o 16º andar, a proposta era reocupar o espaço com o restaurante previsto no projeto original e a instalação do espaço Le Corbusier. Previa também a climatização dos pavimentos tipos, ideia até hoje ignorada em função das divergências em relação a esta intervenção. O documento é um pouco confuso, visto que ao mesmo tempo que informa a proposta de intervenção também relata obras já executadas. Para a restauração dos *brises* e maineis de concreto, optaram em realizar a restauração deste elemento localizado no segundo pavimento, como teste inicial e descrevem o processo executado. Apesar da confusão de informações, este documento nos permite afirmar que a maioria das obras previstas já estava em andamento naquele momento, num curto período após a realização do convênio. Também data do mesmo ano laudo técnico sobre os elevadores apontando o seu estado precário de conservação.

Constam nos arquivos pesquisados diversos relatórios técnicos que embasaram as intervenções, a saber: Inspeção das instalações prediais e mecânicas (Relatório 1084), Manual de Sistema de Detecção de Incêndio; Proposta para ocupação da cobertura – 16º pavimento; Especificações detalhadas para as obras civis externas, contendo fichas técnicas elaboradas na época do RPPC na década de 1980, tais como aquelas relativas aos procedimentos para restauração dos *brises* e esquadrias metálicas, muitas delas ausentes na sua pasta original, demonstrando a desorganização do arquivo.

---

<sup>253</sup> Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Em decorrência das obras executadas a partir deste convênio, a Sociedade emitia relatórios trimestrais com a demonstração dos serviços concluídos, em andamento, em processo de contratação e, ainda, não contratados. O primeiro relatório foi emitido em 1997, referente ao trimestre abril, maio e junho daquele ano.<sup>254</sup>

Alguns serviços realizados e descritos neste relatório vieram acompanhados de pareceres específicos sobre a restauração procedida, como é o caso do relatório emitido pela empresa que realizou os serviços de recuperação dos revestimentos externos e de recuperação estrutural.<sup>255</sup> Este parecer é um documento de extrema relevância visto que descreve todos os procedimentos adotados nas intervenções, cujo conteúdo também abrange extensa documentação fotográfica durante o processo de obras. Nesta ocasião, as ferragens danificadas do concreto referente aos maineis foram substituídas a partir de um procedimento nunca antes realizado na edificação<sup>256</sup> e a argamassa em dolomita foi reconstituída em seu traço original. Diversos testes foram executados antes do procedimento de intervenção total. A substituição de granitos das fachadas, denominado como gnaisse olho de boi, chamou a atenção visto que na década de 1980 era considerado extinto. As muretas dos

---

<sup>254</sup> Relatório trimestral nº1, convênio Minc/IPHAN/MEC/Petrobrás, referente ao trimestre abril, maio e junho de 1997, emitido pela Sociedade Amigos do Palácio Gustavo Capanema. Série Azul, nº 108. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Até este período, estavam em andamento ou haviam sido executados a restauração dos painéis de azulejos, a execução do relatório de avaliação e projeto de recuperação, serviços de adaptação e modernização do salão de conferências e sala de exposições; recuperação da área de apoio da sobreloja; recuperação das poltronas do salão de conferências; recuperação de mecanismo de acionamento eletro-mecânico das cortinas e telas do salão de conferências; recuperação das cortinas e tapetes do salão de conferências; restauração do revestimento do piso do salão de conferências; execução do relatório de avaliação e projeto de ar condicionado; obras civis externas (*brises*, esquadrias, revestimentos das fachadas, impermeabilização do terraço superior, pintura de tetos e peitoris, recuperação estrutural); execução do projeto de instalação elétrico e hidrossanitária. Estavam em procedimento de contratação as seguintes obras: recuperação dos jardins; dos tijolos de vidro e digitalização dos desenhos referente à edificação. As metas ainda não contratadas referiam-se a obras nas instalações hidrossanitárias. Os tijolos de vidros era um dos poucos elementos que nunca haviam sofrido intervenção. A proposta inicial era a confecção de material similar por uma empresa especializada, em função da inexistência do produto no mercado brasileiro. Posteriormente uma empresa sediada em Lomme, na França, enviou uma amostra do material para a devida análise. Não há conclusão do processo neste relatório, visto que o serviço ainda estava em procedimento para verificação de contratação.

<sup>255</sup> Relatório técnico emitido pela empresa Concrejato, abril de 1988. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>256</sup> Para a solução dos danos estruturais as ferragens danificadas foram removidas e restituídas com peças novas soldadas nas remanescentes.

jardins do 16º pavimento foram refeitas sem receber o acabamento em pastilhas.

No mês de outubro de 1997 foi celebrado novo convênio, desta vez entre o MinC/IPHAN e o MEC, para dar continuidade às intervenções.<sup>257</sup> A necessidade de realização de novo convênio é justificada pelas dificuldades operacionais para a liberação das verbas pelos ministérios envolvidos no convênio anterior.<sup>258</sup>

Em 1998, há registros de solicitação de abertura de processo licitatório para a recuperação dos pavimentos tipos do *Palácio*.<sup>259</sup> Apesar da ausência de comprovação da contratação, o caderno de encargos que embasou o processo licitatório incluía diversos serviços internos, tais como restauração das luminárias, serviços nos banheiros e copas, pintura, recuperação de lambris de madeira, discriminados para cada andar. Ainda em 1988, a existência de um relatório técnico emitido pela empresa Concremat comprova a execução de testes sobre o estado de conservação na mureta do terraço do segundo pavimento,<sup>260</sup> cujo conteúdo é um parecer técnico que relata os ensaios realizados, tais como acompanhamento da movimentação da mureta executado com o equipamento alongômetro para verificar a causa das trincas neste elemento.

Em 1999, o arquiteto Glauco Campello, então presidente nacional do IPHAN, informa ao superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro, José Simões de Belmont Pessoa, a existência de projeto de restauração para obras no segundo pavimento, diretamente orientado por ele e com a colaboração de Oscar Niemeyer e solicita providências necessárias para sua conclusão uma vez que estava deixando a presidência do órgão com obras em andamento.<sup>261</sup>

---

<sup>257</sup> Memorando interno nº 163/99, de 12 de agosto de 1999. Série Azul, nº 110. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>258</sup> Ofício nº 034, de 10 de julho de 2000. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>259</sup> Memorando nº 208, de 17 de setembro de 1998. Série Azul, nº 109. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>260</sup> Relatório RTS/253/101/006/98, executado em março de 1998. Série Azul, nº 109. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>261</sup> Ofício nº 23, de 29 de janeiro de 1999. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Após este comunicado, o superintendente solicita ao chefe da divisão técnica do *Palácio Gustavo Capanema*, Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, o projeto para acompanhamento pela Superintendência do IPHAN. Tratava-se de projeto para adaptação do segundo pavimento, produzido a partir de croquis de Oscar Niemeyer, cujo objetivo era criar um espaço de exposição permanente sobre a cultura brasileira no período correspondente à segunda metade da década de 1930. Documentos trocados nesta ocasião informam também que a Divisão Técnica do Palácio Gustavo Capanema foi criada, sem citar data, para tratar das intervenções do *Palácio* e que as obras de restauração deste pavimento foram iniciadas em 1988, com previsão de término para março de 1999.<sup>262</sup> Com a função de coordenar o andamento das obras, o superintendente regional busca todas informações sobre o assunto.

Ofício emitido em junho 1999, dirigido ao Delegado Regional da DR/MinC, Sr. Oswaldo de Campos Melo, informa todas as obras executadas a partir de 1995 e o saldo do convênio naquela data, cujo encerramento estava previsto para outubro daquele ano.<sup>263</sup> Diante do prazo, relaciona os serviços previstos até o encerramento do convênio.<sup>264</sup> Tendo em vista a aproximação da data de término do último convênio e a não liberação dos recursos por parte dos ministérios, a equipe chefiada por Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro solicita aditivo de prazo para que as obras pudessem ser continuadas, o que não aconteceu. As atividades previstas para o ano de 1999 sequer foram executadas em função da não liberação dos recursos do Convênio.<sup>265</sup>

Apesar de todas as obras executadas a partir de 1994, o *Palácio* ainda continha danos considerados graves, sendo a maioria deles decorrente da falta

---

<sup>262</sup> Memorando Interno nº 66 de 1º de março de 1999. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>263</sup> Ofício nº 21/99, de 14 de junho de 1999. Série Azul, nº 110. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>264</sup> Modernização dos elevadores, restauração dos afrescos Jogos Infantis e Ciclos Econômicos, de Portinari, restauração das têmperas Quatro Elementos de Portinari e limpeza de 6 bustos de autoria de Bruno Giorgi; restauração da 2ª sobreloja para instalação da administração do condomínio e revisão do sistema de ar condicionado do segundo pavimento; Execução de esquadrias acústicas para o Salão de Conferências e Auditório do 7º pavimento; iluminação externa e complementação da iluminação interna; restauração dos tijolos de vidros, estes orçados em R\$ 40.000,00. Ofício nº 21/99, de 14 de junho de 1999. Série Azul, nº 110. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>265</sup> Ofício nº 34/2000, de 10 de julho de 2000. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

de manutenção regular, problema que era constantemente levantado pelo setor técnico responsável.<sup>266</sup> Apesar dos vários ofícios trocados entre o IPHAN e a Delegacia Regional sobre os danos da edificação, não há registros de contratação das obras ou execução de estudos para a intervenção até o final do ano de 2000.

### **Período de 2001 a 2014**

As intervenções no período de 2001 a 2010 foram apenas pontuais, resultantes de solicitações dos órgãos instalados no *PGC*, sem qualquer planejamento ou projeto mais amplo conforme veremos a seguir.

Em julho de 2001, a Fundação Biblioteca Nacional (FBN) encaminha para a Delegacia Regional do MinC as especificações técnicas para intervenção na Biblioteca Euclides da Cunha instalada no quarto andar do *Palácio*.<sup>267</sup> A proposta previa remoção do piso em linóleo e sua substituição por piso Paviflex/Fadamac, linha Chroma em placas de 30x30 cm, reforma das esquadrias (incluindo aplicação de insulfime), pintura e acabamentos. Essas especificações técnicas foram avaliadas pelo então coordenador da administração do *Palácio Gustavo Capanema*, Sr. Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, que foi contra algumas especificações tais como a substituição do piso em linóleo, além de sugerir que a intervenção dos lambris de sucupira deveria ser conduzida de acordo com o manual para recuperação de tal elemento.

Já em agosto do mesmo ano, comunicações entre a área de conservação e a chefia da divisão técnica do IPHAN informam os problemas apresentados nesta reforma, a começar pela ausência de aprovação da intervenção pelo IPHAN.<sup>268</sup> Em 2002, a FBN solicita, desta vez ao IPHAN, a substituição do piso linóleo do 7º e 11º andares pelo mesmo piso utilizado no 4º andar. O órgão nega a solicitação justificando que poderia ser utilizado apenas o Paviflex Chroma, 3,2

---

<sup>266</sup> Ofício nº 003/2000, de 12 de janeiro de 2000. Pasta Preservação 1992 a 2000. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>267</sup> Ofício DPA nº 68, de 31 de julho de 2001. Pasta Preservação 2001 a 2002. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>268</sup> Memorando/DITEC/6ª SR/IPHAN nº251/01, de 07 de agosto de 2001. Pasta Preservação 2001 a 2002. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

mm, na cor cinza grafite e não cor platino, como sugerido e que o 11º já estava com este piso, sendo desnecessário sua substituição.<sup>269</sup>

Os documentos do ano de 2002 são apenas autorizações para pequenos reparos, devidamente aprovados pelo IPHAN, mas sem comprovação de que foram executados. Já no final desse ano, o presidente do IPHAN solicita à 6ºSR/RJ a designação de um técnico para avaliar as condições de conservação da edificação e intervenções necessárias.<sup>270</sup> Essas avaliações foram realizadas no início de 2003, que registraram danos pontuais, tais como desprendimento do granito externo em função de crescimento de raiz de uma palmeira e infiltrações na sobreloja.

Em agosto de 2003, há referências sobre a existência de Projeto de Obras Emergenciais no Palácio Gustavo Capanema, que não foi encontrado nos arquivos. Esta referência é feita em um memorando<sup>271</sup> que informa a execução de obras na laje do Salão de Conferências sem a anuência do IPHAN, realizadas por meio de contratação direta pela administração do condomínio, o que demonstra que a responsabilidade do órgão fiscalizador sobre a edificação não estava clara para a administração do *PGC*.

A ausência de intervenções e o real estado de conservação da edificação no ano de 2003 levou o Ministério Público a mover uma ação civil pública objetivando a restauração, em sua integralidade, do *Palácio Gustavo Capanema*, bem como “pagar multa equivalente ao dobro do custo da recuperação (...)”.<sup>272</sup>

Diante da ameaça, o representante regional do MinC no Rio de Janeiro encaminha documento ao IPHAN emitido com caráter urgente sugerindo a realização de convênio entre o condomínio do *Palácio* e o órgão fiscalizador

---

<sup>269</sup> Comunicado interno, sem código, de 14 de janeiro de 2001, assinado por Paulo Vidal, coordenador da área de restauração do IPHAN. Pasta Preservação 2001 a 2002. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>270</sup> Memorando nº 204/2002, de 8 de novembro de 2002. Pasta Preservação 2001 a 2002. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>271</sup> Memorando nº 338/2003, de 20 de agosto de 2003. Pasta Preservação 2003 a 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>272</sup> Ação Civil Pública Processo nº 91.47549-1, Sentença (Tipo 2). Pasta Preservação 2003 a 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

para a realização de tais obras.<sup>273</sup> Em resposta a esta correspondência, o IPHAN informa que o processo licitatório para tais obras estava previsto para acontecer na semana seguinte, sem discriminar quais serviços e tampouco responder à sugestão do convênio.<sup>274</sup> Posteriormente, o IPHAN informa a revogação da licitação e seu desmembramento em duas finalidades, a saber: restauração e conservação dos painéis de azulejos de Portinari e obras civis, cuja previsão para nova abertura estava previsto para dezembro.<sup>275</sup> Neste documento há a informação de que o processo licitatório tinha como objetivo cumprir o estabelecido em ação civil pública movida pelo Ministério Público. Tratava-se das seguintes obras: revisão da impermeabilização do terraço, restauração dos painéis de azulejos, pintura dos tetos do Salão de Conferências (galerias) e de exposição, recuperação das portas e degraus de acesso ao Salão de Conferências, remoção das placas de gnaïsse. Os recursos eram provenientes de um convênio entre o MinC e o IPHAN.<sup>276</sup>

As informações sobre esta intervenção são confusas. As especificações técnicas para as intervenções não coincidem com as mencionadas em correspondências internas. A despeito da ausência de tramitação do processo licitatório, a emissão de documento informa os vencedores dos certames, cujo objeto foi desmembrado conforme mencionado, com início das obras previsto para 23 de dezembro de 2003, o que foi comprovado pela abertura do diário de obras em 19 de dezembro do mesmo ano, apesar da ausência de anotações neste caderno, exceto em relação ao tipo de obra que seria executado, a saber, serviços de impermeabilização e pintura.<sup>277</sup>

---

<sup>273</sup> Ofício/RP-RJ/MinC nº195/2003, de 05 de novembro de 2003. Pasta Preservação 2003 a 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>274</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 886/2003, de 14 de setembro de 2003 (SIC). Preservação 2003 a 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>275</sup> Memorando GAB/6ª SR/IPHAN nº 379/2003, de 21 de novembro de 2003. Preservação 2003 a 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

<sup>276</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 911/2003, de 24 de novembro de 2003. Preservação 2003 a 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>277</sup> Trata-se, provavelmente, da cobertura do Salão de Conferências, conforme mencionado no Memorando/DITEC/6ª SR/IPHAN nº 124, de 02 de maio de 2003. Pasta Preservação 2003 a 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Outro livro de obras é aberto em 5 de janeiro de 2004, para as intervenções nos azulejos do *Palácio*, sem qualquer outra anotação, exceto o termo de abertura.

Após as contratações das obras consideradas emergenciais, o IPHAN, ainda no mesmo ano, decide aplicar outro recurso, desta vez proveniente da administração do *Palácio Gustavo Capanema*, para a contratação de algumas intervenções, a saber: recuperação das pastilhas do 16º pavimento e painel de blocos de vidro, consultoria de Burle Marx para recuperação dos jardins, projeto de iluminação externa, reparos no piso externo, recuperação dos lambris e projeto de comunicação visual.<sup>278</sup> Para tanto são elaborados os cadernos de especificações dos serviços.

O Caderno para a recuperação do painel de tijolo de vidro do hall e pastilhas do 16º pavimento é o mais detalhado. O documento possui um histórico desses elementos e informa as intervenções executadas. A recuperação do tijolo de vidro havia sido iniciada em dezembro de 1994, porém, interrompida uma vez que não encontraram fornecedores para as peças faltantes. A previsão, desta vez, era do fornecimento de 100 tijolos de vidros idênticos ao original. A ideia era executar formas para a prensagem do bloco, por empresa especializada, conforme material similar ao original. O documento possui todo o processo detalhado de desmontagem e montagem do painel.<sup>279</sup> Não há comprovação de que estas obras foram executadas.

Ainda em 2004, documentos registram a intenção de montagem de comissão para organização dos arquivos referentes à restauração do *Palácio* no período de 1995 a 2000 - quando a obra foi coordenada pelo setor técnico do *PGC* e o IPHAN - e que se encontravam depositados na sobreloja do edifício sofrendo deterioração.<sup>280</sup> Enquanto este procedimento não era executado, a representante do MinC do Rio de Janeiro vedou qualquer acesso ao acervo,

---

<sup>278</sup> Carta de Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro, responsável pela área de conservação do IPHAN, à Cristina Figueiredo, Chefe da Divisão Técnica, sem data. Preservação 2003 a 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>279</sup> Documento sem data. Preservação 2003 a 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>280</sup> Ofício RR-RJ/MinC nº 004/2004, de 29 de janeiro de 2004. Preservação 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

prejudicando as pesquisas em relação à restauração dos painéis de azulejos em andamento, que necessitavam de consulta aos levantamentos constantes nesses documentos.<sup>281</sup> Não há registros que comprovem que a intervenção no arquivo foi de fato realizada.

Em agosto de 2004, a representante do MinC solicita ao IPHAN a execução de licitações para vários serviços, a saber: instalação de persianas na fachada sul, com a justificativa que apenas os andares 2, 8 e 9 eram equipados com os elementos originais; contratação de sistemas de pára-raios e análise em relação à instalação de porta no térreo, de acesso à escada (elemento retirado anteriormente).<sup>282</sup>

No mesmo mês, a presidência do IPHAN monta comissão para a elaboração de novo projeto para a restauração do *Palácio*, composta por Thays Pessoto, então superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro e Lia Mota,<sup>283</sup> que emite em setembro de 2004 um relatório sobre o estado de conservação da edificação e a ocupação dos seus andares. Já em dezembro de 2004, após instaurado o processo para recuperação das escadas da edificação e sem que nenhuma providência tivesse sido tomada, a Procuradoria Geral do IPHAN emite documento ao chefe da divisão técnica do IPHAN, em caráter de urgência, solicitando as complementações do processo para que sejam contratados os serviços discriminados.<sup>284</sup> Para a fiscalização dessas obras o IPHAN nomeia, em 2005, o arquiteto Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha.<sup>285</sup>

A intenção para a recuperação da edificação no ano de 2005 era clara em alguns documentos oficiais, principalmente em função do aniversário de 60 anos da edificação naquele ano. Em um deles, a diretora do DEPAM, Sonia

---

<sup>281</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 230/04, de 9 de março de 2004. Preservação 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>282</sup> Ofício nº 100, 101 e 102/RR-RJ/MinC, de 18 de agosto de 2004. Preservação 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>283</sup> Ofício nº 215/04 - CG, de 25 de agosto de 2004. Preservação 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

<sup>284</sup> Ofício nº 555/04 – PROFER/IPHAN/RJ, de 20 de dezembro de 2004. Preservação 2004. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

<sup>285</sup> Portarias nº 5 e 8/2005, de 03 de janeiro de 2005. Pasta Preservação 2005. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Rabello, informa à 6ª Superintendência Regional a necessidade de elaboração do plano plurianual de obras e solicita o projeto para reforma do 7º ao 10º andar.<sup>286</sup>

No mesmo ano de 2005, duas portarias interministeriais convocam representantes de algumas entidades para a composição de um novo Grupo de Trabalho para elaboração o plano de revitalização do edifício, representados pelo Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional de Artes e IPHAN.<sup>287</sup> Apesar da convocação da reunião, não há registros sobre a efetivação da composição, tampouco sobre o seu resultado.

Em maio de 2005, novos documentos ressaltam o precário estado de conservação dos revestimentos externos edifício e mais uma vez são tomadas apenas medidas emergenciais visando à proteção do pedestre. A partir daí, apesar de em alguns documentos constar a realização de pequenos reparos, estes processos não foram arquivados, impedindo a devida análise.

Em dezembro do mesmo ano, há a ocorrência da desocupação do 7º andar pela Fundação Biblioteca Nacional e informações sobre a abertura de processo licitatório para obras neste pavimento e também no 8º, 9º e 10º, a partir de um projeto básico para tais reformas, devidamente arquivado.<sup>288</sup> Tratava-se apenas de um caderno de especificações de serviços, desacompanhado de projeto arquitetônico, que, contudo, foi aprovado pelo IPHAN no mesmo mês.<sup>289</sup> Não há dados que comprovem a realização da obra.

No ano seguinte, a documentação arquivada sob a responsabilidade do Setor Técnico do Palácio Gustavo Capanema, referente aos períodos de 1994 a 1996 e 1996 a 2000, foi encaminhada para o arquivo do IPHAN. Este setor era

---

<sup>286</sup> Memorando nº 03, de 01 de fevereiro de 2005. Pasta Preservação 2005. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>287</sup> Protocolo nº2425, de 22 de março de 2005. Pasta Preservação 2005. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>288</sup> Memorando nº 111/2005, de 22 de dezembro de 2005, emitido pelo DEPAM. Pasta Preservação 2005. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. O projeto incluía, para estes andares, pintura interna, recuperação dos lambris, recuperação dos rodapés e mobiliário de sucupira, instalação de carpete nas áreas de trabalho, recuperação dos sanitários masculino, feminino, privativo e depósito desses andares, incluindo recuperação de esquadrias destes cômodos e revisão das instalações hidrossanitárias e elétricas.

<sup>289</sup> Memorando GAB 6ª SR nº 362, de 23 de dezembro de 2005.

vinculado diretamente à presidência do IPHAN, dirigida por Glauco Campelo, responsável direto pelas obras executadas nesses anos, sendo extinto na gestão presidente Carlos Heck.<sup>290</sup>

No decorrer de 2006, documentos tramitados entre a administração do *Palácio* e o IPHAN demonstram a realização de pequenas intervenções, ou o interesse delas, tais como a solicitação ao Instituto de especificação do tijolo de vidro para a reposição de peças danificadas.<sup>291</sup> Estes documentos também comprovam que nesta ocasião as obras de intervenção, incluindo sua contratação, estavam sob a responsabilidade da administração do *PGC*.<sup>292</sup> Mesmo com esta responsabilidade, qualquer manutenção ou substituição era comunicada ao IPHAN.

Em outubro de 2006, a administração do *PGC* realiza obra de recuperação do piso em granitina dos banheiros e copas,<sup>293</sup> devidamente vistoriada pelo IPHAN, que inclusive solicitou paralisação em função de incoerências.<sup>294</sup> Em dezembro do mesmo ano, o Instituto executa as especificações de serviços para recuperação do piso do pátio norte.<sup>295</sup>

Estas obras no piso adentraram o ano de 2007, quando também aconteceram outras intervenções pontuais ou pelo menos a intenção de realização delas. Nesse ano a administração do *PGC* solicita ao IPHAN vistorias e especificações técnicas para vários itens, tais como recuperação do piso do primeiro pavimento e descupinização de elementos em madeira. Para a recomposição do piso do pátio norte, o IPHAN emite o caderno de especificações baseados nos cadernos técnicos executados na década de

---

<sup>290</sup> Informação/DITEC/6ª SR/IPHAN nº15/2006, de 13 de janeiro de 2006. Pasta Preservação 2006. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>291</sup> Ofício 086/06 FUNARTE/COND/PGC, de 26 de abril de 2006. Pasta Preservação 2006. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>292</sup> Ofício 089/06 FUNARTE/COND/PGC, de 27 de abril de 2006. Pasta Preservação 2006. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>293</sup> Ofício 208/06 FUNARTE/COND/PGC, de 20 de outubro de 2006. Pasta Preservação 2006. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

<sup>294</sup> Relatório de vistoria emitido pelo IPHAN em 31 de janeiro de 2007. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>295</sup> Memorando/DITEC/6ª CR/IPHAN nº 513/2006, de 04 de dezembro de 2006. Pasta Preservação 2006. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

1980.<sup>296</sup> Diante das intervenções sem um planejamento prévio, o IPHAN solicita à administração do *PGC* a elaboração do Plano Diretor para obras de intervenção na edificação.<sup>297</sup> A administração envia, no entanto, apenas a relação de serviços considerados necessários na edificação, sem qualquer planejamento físico ou financeiro para tais obras.<sup>298</sup> Em setembro do mesmo ano, o IPHAN encaminha à administração solicitação de licitação para outros serviços.<sup>299</sup> Não há registros de contratação de tais obras, talvez porque as contratações eram de responsabilidade da administração do *Palácio*, ficando sob a posse deles a documentação relacionada.

Em julho de 2008, o MEC solicita ao IPHAN análise de projeto para reforma do 15º e 16º andares, que eram ocupados pela Representação do Ministério da Educação no Rio de Janeiro.<sup>300</sup> O projeto era composto apenas por termo de referência, abrangendo a substituição de piso vinílico, pintura, recuperação das esquadrias, remoção dos aparelhos de refrigeração, dentre outros. O projeto foi aprovado pelo órgão com algumas restrições.<sup>301</sup>

---

<sup>296</sup> Memorando/DITEC/6ª CR/IPHAN nº 241/2007, de 19 de abril de 2007. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>297</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 442/2007, de 2 de abril de 2007. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>298</sup> Este documento lista como itens a serem restaurados: tijolos de vidro do hall principal, recuperação do piso em granito do pátio externo; troca do piso em linóleo e recuperação dos banheiros do primeiro andar, reforma dos banheiros na 2ª sobreloja, no segundo andar intervenção da tela Menino de Brodóski e recuperação das persianas e solução das infiltrações generalizadas, principalmente as localizadas no 15º andar, dentre outros pontuais. Ofício 51/07 FUNARTE/COND/PGC, de 20 de abril de 2007. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

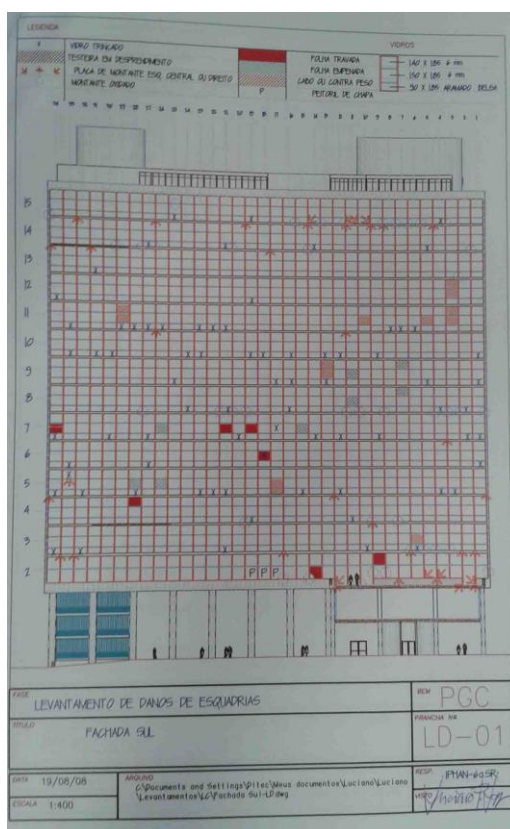
<sup>299</sup> Recuperação do sistema contra incêndio e as especificações técnicas para recuperação das esquadrias das fachadas norte e sul, recuperação dos revestimentos da fachada sul, recuperação dos revestimentos da fachada leste, recuperação da platibanda e recuperação dos mainéis da fachada norte. Memorando/DITEC/6ª CR/IPHAN nº 426/2007, de 26 de setembro de 2007. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Memorando/DITEC/6ª CR/IPHAN nº 426/2007, de 26 de setembro de 2007. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Memorando/DITEC/6ª CR/IPHAN nº 387/2007, de 10 de setembro de 2007. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Memorando/DITEC/6ª CR/IPHAN nº 021/2008, de 08 de janeiro de 2008. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>300</sup> Ofício nº 459/2008/GAB/REMEC/RJ, de 24 de julho de 2008. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>301</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 1518/2008, de 10 de novembro de 2008. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Em agosto de 2008, a administração do *Palácio Gustavo Capanema* encaminha projeto para restauração da sala Deolindo Couto, no 5º andar,<sup>302</sup> embasado nos manuais executados anteriormente,<sup>303</sup> que foi aprovado pelo IPHAN no mesmo mês. Em novembro do mesmo ano, o IPHAN executa laudo de danos e especificação de serviços relativos às esquadrias da fachada sul, desta vez com mapeamento de danos devidamente executado.<sup>304</sup> Este pode ser considerado o estudo mais detalhado de diagnóstico executado após a década de 1980. Composta de 11 pranchas, o documento enumera todos os montantes e o estado de conservação dos elementos das esquadrias (FIGURA 120).

Figura 120 – Mapeamento dos danos da fachada sul do Palácio Gustavo Capanema, de autoria do IPHAN/2008.



Fonte: Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>302</sup> Ofício nº 136/2008/FUNARTE/COND/PGC, de 6 de agosto de 2008. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>303</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 1442/2008, de 14 de novembro de 2008. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>304</sup> Memorando nº 557/08, de 7 de novembro de 2008. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Ainda no ano de 2008, o IPHAN celebra dois contratos para serviços no *PGC*, sendo um deles com o objetivo de levantar os usos dos espaços. O segundo contrato não é arquivado, impedindo a constatação do seu objeto.<sup>305</sup> Há registros de relatórios executados com a descrição dos andamentos dos serviços referentes ao primeiro contrato, que em função do seu conteúdo pode ser considerado um documento de extrema importância para a edificação.

Em dezembro, a administração do *PGC* solicita mais uma vez ao IPHAN a emissão de laudo para verificação dos danos das esquadrias da Livraria Mário de Andrade.<sup>306</sup> O Instituto atende à solicitação, encaminhando apenas ofício com a descrição dos danos.<sup>307</sup>

Solicitações por parte da administração do *PGC* para autorização de pequenas intervenções eram constantemente encaminhadas ao IPHAN, e as respostas da Instituição demonstram que o diálogo entre os dois responsáveis pelo imóvel estava em atividade naquele ano, diferente do período de 2001 a 2004.

A questão dos tijolos de vidros volta à tona. Desde 2006 a administração do *PGC* vinha solicitando as especificações do material para a substituição dos elementos danificados. Em 2009 a administração volta a encaminhar ao IPHAN mesmo ofício em decorrência da falta de resposta do primeiro documento encaminhado,<sup>308</sup> desta vez atendida pelo órgão. A dificuldade de substituição deste material em função da inexistência de peça similar no mercado é mais uma vez discutida entre os responsáveis. Para a cotação prévia, uma única empresa fornece o orçamento para a confecção de bloco especial, no valor unitário de aproximadamente duzentos reais. O assunto foi encaminhado para o parecer da Procuradoria Federal, que responde sugerindo novas pesquisas de preço. Não há conclusão do processo.

---

<sup>305</sup> Contrato nº 32/2008, de 29 de outubro de 2008. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>306</sup> Ofício 196/08 FUNARTE/COND/PGC, de 11 de dezembro de 2008. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>307</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 1624/2008, de 17 de dezembro de 2008. Pasta Preservação 2007 a 2008. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>308</sup> Ofício 057/09 FUNARTE/COND/PGC, de 07 de abril de 2009. Pasta Preservação 2009. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Em julho de 2009, nova vistoria foi realizada na edificação, desta vez conduzida pelo engenheiro Renzo Augusto da Nóbrega, que havia participado das intervenções no *PGC* no período de 1993 a 2000. Este profissional sugere a elaboração de laudo de danos da edificação e das obras de arte, seguido do plano de intervenção com soluções técnicas.<sup>309</sup> Apesar das sugestões do engenheiro, os projetos elaborados foram executados sem planejamento prévio, indicando a continuidade de ações pontuais, como é o caso do projeto para iluminação do estacionamento,<sup>310</sup> para a comunicação visual,<sup>311</sup> para recuperação do muro do estacionamento,<sup>312</sup> e do projeto básico para execução de laudo para verificação do afundamento do piso asfáltico do estacionamento.<sup>313</sup> Vale ressaltar que apesar da existência ou menção aos projetos, não há documentos que comprovem as obras.

Em meados de 2010, sem o planejamento global das intervenções, o IPHAN solicita ao escritório do arquiteto Oscar Niemeyer orçamento para execução dos projetos de restauração arquitetônica e complementares para a edificação, para o qual apresenta o valor total de um milhão, novecentos e trinta e três mil, setecentos reais. A cotação foi devidamente encaminhada à Procuradoria Federal para apreciação,<sup>314</sup> que responde prontamente informando os casos em que a administração pública permite licitação inexigível, solicitando, portanto, providências para comprovar tal situação.<sup>315</sup>

O processo de contratação do arquiteto Oscar Niemeyer foi levado adiante pelo IPHAN, conforme pode ser comprovado pelos diversos documentos tramitados

---

<sup>309</sup> Informação nº 141/DITEC/6ª SR/IPHAN, de 6 de agosto de 2009. Pasta Preservação 2009. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>310</sup> Informação nº 174/DITEC/6ª SR/IPHAN, de 30 de setembro de 2009. Pasta Preservação 2009. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>311</sup> Ofício 154/09 FUNARTE/COND/PGC, de 27 de outubro de 2009. Pasta Preservação 2009. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>312</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 1651/2009, de 17 de novembro de 2009. Pasta Preservação 2009. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>313</sup> Ofício 175/09 FUNARTE/COND/PGC, de 23 de novembro de 2009. Pasta Preservação 2009. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>314</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 546/2010, de 6 de maio de 2010. Pasta Preservação 2010 a. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>315</sup> Memorando nº 062/2010 – TB/PF/IPHAN, de 13 de maio de 2010. Pasta Preservação 2010 a. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

internamente.<sup>316</sup> Mais uma vez a Procuradoria nega o pedido e exige outras comprovações necessárias para a efetivação da contratação, como prova da inexigibilidade e preço de acordo com o mercado.<sup>317</sup> Depois disso não há registros de continuidade do processo.

O ano de 2010 continuou apenas com a realização de vistorias, segundo os arquivos dos documentos, tais como vistoria nos *shafts*, nos jardins, na rede hidráulica, elaboração de diagnóstico de acessibilidade<sup>318</sup> e outros, que comprovam o mal estado de conservação da edificação.

No início de 2011, a restauração do painel Guerra e Paz de Portinari foi executada nas dependências do *Palácio*, em atelier aberto ao público.<sup>319</sup>

No final desse ano e no ano seguinte, no que diz respeito a contratações para intervenções no *PGC*, há registros de serviços para execução de laudo de vistoria dos revestimentos externos da fachada sul e parapeitos dos jardins do último pavimento, além da elaboração de projeto de “Intervenção, Restauração, Adequação e Complementares.”<sup>320</sup> Consta também nos arquivos denúncia executada pelo Deputado Federal Otávio Leite, relatando os danos da edificação, em especial em relação aos elevadores, e solicitando emissão de laudo de estado de conservação,<sup>321</sup> que foi respondido pelo IPHAN ao DEPAM prontamente, mencionando o andamento do projeto de restauração em curso.

Em 2012, o projeto de restauração ainda estava em andamento. No mesmo ano, notícias na mídia digital apontam ações de alguns deputados no sentido de viabilizar uma emenda de bancada em favor da liberação de recursos para a

---

<sup>316</sup> Memorando nº 552/2010, de 23 de junho de 2010. Pasta Preservação 2010 a. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>317</sup> Memorando nº 076/2010 – TB/PF/IPHAN, de 05 de julho de 2010. Pasta Preservação 2010 a. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>318</sup> Este diagnóstico foi executado em decorrência da solicitação da Advocacia Geral da União, que instaurou ação civil pública nos termos da lei federal de acessibilidade de nº 10.048/2000. Ofício 101/10FUNARTE/COND/PGC, de 23 de novembro de 2009. Pasta Preservação 2010 a. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>319</sup> Ofício 02/11 FUNARTE/COND/PGC, de 28 de janeiro de 2011. Pasta Preservação 2009. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

<sup>320</sup> Ofício GAB/6ª SR/IPHAN nº 044/2012, de 11 de janeiro de 2012. Pasta Preservação 2010 a. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

<sup>321</sup> Ofício GDOL-RJ 005/2012, de 10 de janeiro de 2012. Pasta Preservação 2009. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

restauração do *Palácio*.<sup>322</sup> O valor previsto para a recuperação foi levantado pelo Ministério da Cultura em 50 milhões de reais, com o objetivo de transformar o seu uso em espaço cultural. Em novembro de 2012, a ministra Marta Suplicy faz uma visita à edificação e se reúne com os envolvidos, quando o IPHAN apresenta o conceito para a ocupação cultural da edificação. Nesta ocasião, já estava liberada verba no valor de aproximadamente 5 milhões de reais para a recuperação do material pétreo da fachada e para a impermeabilização das lajes, valor que viabilizou as obras atualmente em andamento.<sup>323</sup>

Em relação ao ano de 2013 há registros de apenas uma contratação de projeto para impermeabilização do terraço e restauração do material pétreo das fachadas da edificação. O último documento arquivado é a proposta de inscrição do *Palácio Gustavo Capanema* na lista da Unesco, executada em 1985.

Segundo as placas de obras instaladas atualmente na edificação, a empresa MViana é a responsável pelos serviços de impermeabilização dos terraços e material pétreo das fachadas. O gerenciamento técnico e administrativo está sob a responsabilidade da empresa Velatura Restaurações. Ademais, outra placa indica a contratação daquele projeto mais amplo, assinado em 2012, cuja responsabilidade está a cargo da empresa Pauliceia Arquitetura e Restauro, denominado Projeto de Intervenção, Restauração, Adequação e Complementares.

As várias tentativas de acesso a estes projetos ou processos de contratação não surtiram efeitos. Sabe-se que enquanto um projeto está em elaboração ou uma obra em execução, o processo fica em poder do órgão fiscalizador, impossibilitando a pesquisa dos documentos. Infelizmente esta dificuldade nos impediu de analisar os procedimentos de restauro em andamento.

---

<sup>322</sup> <http://www.depedsonsantos.com.br/revitalizacao-do-palacio-gustavo-capanema/> - acesso em 24 maio 2014.

<sup>323</sup> Segundo placa de obra instalada no local, as obras tiveram início 6/12/2012, com previsão de término para 6/10/2013, com fiscalização a cargo do arquiteto Luciano Lopes, do IPHAN.

## Considerações finais

Diante de tantos registros de intervenções, consideramos adequada para concluir a nossa análise a elaboração de uma tabela com o resumo dos serviços e estudos executados e devidamente registrados nos dois arquivos pesquisados (TABELA 4).

O exame desses dados compilados demonstra claramente que a edificação vem sofrendo intervenção quase que de forma ininterrupta após os seus primeiros 15 anos de existência, apesar de nem todas terem sido conduzidas com o critério adequado para um bem protegido. Muitas delas não passaram de medidas emergenciais para sanar danos pontuais em decorrência da ausência de projeto de restauração mais amplo e fundamentado como foi aquele produzido na década de 1980.

Inúmeras comissões foram criadas para tratar dos estudos ou obras na edificação, apesar de algumas não terem sequer saído do papel, de acordo com a ausência de registros, como aquela criada em 2004.

De fato, a comissão mais atuante foi o Grupo Executivo do Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura (PRPPC), criado em 1981. Os estudos resultantes dos trabalhos desta comissão, denominados Cadernos Técnicos, são documentos de extrema importância e que ainda servem como embasamento para as intervenções, merecendo ser reunidos em volume único para publicação. E deles resultaram também as obras de maior vulto. Podemos relacionar estes trabalhos do Grupo Executivo a uma época em que no Brasil a prática da restauração começava a ter maior dinâmica, fruto, em grande parte, dos desdobramentos dos encontros internacionais sobre a restauração e sobre a arquitetura moderna, que resultaram em documentos importantes. Vale ressaltar que a década de 1980 foi marcada, sobretudo, por tentativas na criação de critérios de intervenção para a preservação da arquitetura moderna (SEGRE, 2013, p. 438).

Não podemos tirar o mérito também do grupo denominado Sociedade dos Amigos do Palácio Gustavo Capanema (SAPGC), criado em 1994, cujos membros ilustres, dentre eles alguns dos autores do projeto original, contribuíram para a efetivação do convênio entre a Petrobrás, o Ministério da

Cultura e o MEC, que possibilitou outra intervenção de peso na edificação. Sobre as intervenções realizadas a partir deste convênio, Ribeiro (1999, p.6) relata que o projeto, desenvolvido no Setor Técnico da Administração do PGC e pelo IPHAN, tinha o seguinte objetivo:

promover a restauração e conservação do bem tombado, inclusive de todo o acervo de obras de arte e mobiliário original, modernizar sua infra-estrutura, otimizar a ocupação dos espaços, potencializar a vocação cultural do prédio e normatizar sua utilização e manutenção. [...] O levantamento e o estudo do caráter e qualidades arquitetônicas das intervenções, do estado de conservação dos materiais de acabamento e a necessidade de dotar o prédio de instalações modernas e eficientes que atendesse ao novo programa de uso dos espaços, foram as diretrizes que nortearam a elaboração do projeto. Como critério principal de intervenção adotou-se a reversibilidade aliada a uma linguagem arquitetônica nitidamente contemporânea, mas inspiradas nos elementos originais existentes no prédio.

As intervenções realizadas no *PGC* refletem as alterações nas instituições vinculadas com a edificação, tais como o IPHAN, o Ministério da Cultura e outros resultantes dos inúmeros desmembramentos ou fusões que aconteceram ao longo dos anos. Nas gestões de Rodrigo Melo Franco de Andrade e, em sequência, Renato Soeiro, as ações foram, em sua maioria, de manutenção, até porque a edificação não apresentava danos comprometedores. Quando a Fundação Pró-Memória entrou em atividade (1980), a edificação já apresentava sérios danos. Para a sua recuperação, Aloisio de Magalhães implementou amplo processo para o levantamento das documentações da edificação e criou o Grupo Executivo que foi responsável pelos estudos e obras mais significativos do *Palácio*. Com a extinção do IPHAN e Fundação Pró-Memória, em 1990, e a criação IBPC, nada de significativo foi executado no *Palácio*. Este quadro apenas se alterou com o retorno do IPHAN, que instituiu nova comissão para dar continuidade às intervenções iniciadas na década de 1980. Nota-se, portanto, que o IPHAN, a despeito de todas as dificuldades relacionadas à instituição, contribuiu consideravelmente para a permanência da edificação e ainda é o responsável pela sua manutenção.

Porém, devemos chamar a atenção sobre o estado de organização e de conservação dos arquivos referentes ao *Palácio Gustavo Capanema*. A dispersão destes documentos demonstra a falta de valorização deste acervo.

Em 2012, o DEPAM realizou pesquisa no Arquivo Noronha Santos, não encontrando os documentos relativos à construção do *PGC*.<sup>324</sup> A pesquisa, na ocasião, estava sendo realizada para embasar o projeto de restauração atualmente em andamento. Nota-se, portanto, que aquelas documentações realizadas anteriormente, tais como os cadernos técnicos, provavelmente não foram consultados, e se fossem, serviriam para embasar o projeto. Em função da representatividade deste acervo, ele deveria ser digitalizado e reunido sob a responsabilidade de apenas uma instituição.

---

<sup>324</sup> Memorando nº 0112012 – SB/DEPAM/RJ/IPHAN, de 08 de maio de 2012. Pasta Preservação 2010 a. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

Tabela 4 – Resumo das intervenções registradas no Palácio Gustavo Capanema, por ordem cronológica (1961-2014).

Tabela 4 – Resumo das intervenções registradas no Palácio Gustavo Capanema, por ordem cronológica (1961-2014).

PERÍODO	RESPONSÁVEL	COMISSÕES/COMPOSIÇÃO	INTERVENÇÕES/ESTUDOS	FONTE BIBLIOGRÁFICA
1961	IPHAN – Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade	Criação da comissão para o “levantamento das condições necessárias à restauração do Palácio da Cultura”, composta pelo diretor do IPHAN Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor da Divisão de Obras Jader Bittencourt e arquitetos Lucio Costa e Renato de Azevedo Duarte Soeiro.	Execução de laudo técnico e relatório de serviços necessários.	Arquivo Noronha Santos
1962	IPHAN – Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade	..	Recuperação das falhas nos murais de azulejos	Arquivo Noronha Santos
1963	IPHAN – Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade	Criação da comissão para elaboração do Plano de Utilização e Conservação Permanente, composto por Gustavo Capanema, Alceu Amoroso Lima, Lucio Costa, Oscar Niemeyer e Rodrigo de Melo Franco de Andrade.	O plano não foi encontrado nos arquivos. Não há registros de intervenções.	Arquivo Noronha Santos
1964	IPHAN – Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade	..	A aberta a concorrência para aquisição de 50 painéis e pintura de 150 painéis das esquadrias da fachada sul. O IPHAN aceita a reforma e revisão do relógio e a proposta de reforma das persianas em madeira	Arquivo Noronha Santos
1965	IPHAN – Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade	..	Desentupidos os ralos do terraço jardim. Reforma de 150 poltronas do auditório. Elaboração de normas para serviços de pintura e reparos no Palácio. IPHAN aceita a reforma de impermeabilização. Início da pintura da fachada norte e dos tetos dos pilotis, Retirada de duas caixas d’água Eternit instaladas indevidamente no 16º andar.	Arquivo Noronha Santos
1966	IPHAN – Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade	..	Sem registros de estudos e reformas.	Arquivo Noronha Santos
1967	IPHAN – Diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade	..	Sem registros de estudos e reformas.	Arquivo Noronha Santos

(continua)

PERÍODO	RESPONSÁVEL	COMISSÕES/COMPOSIÇÃO	INTERVENÇÕES/ESTUDOS	FONTE BIBLIOGRÁFICA
1969	IPHAN – Diretor Renato Soeiro	..	Início da restauração dos painéis de azulejos	Arquivo Noronha Santos
1970	IPHAN – Diretor Renato Soeiro	..	Sem registros de estudos e reformas.	Arquivo Noronha Santos
1971	IPHAN – Diretor Renato Soeiro	..	Sem registros de estudos e reformas.	Arquivo Noronha Santos
1972	IPHAN – Diretor Renato Soeiro	..	Sem registros de estudos e reformas.	Arquivo Noronha Santos
1973	IPHAN – Renato Soeiro	Criada nova comissão composta por Thomaz Estrella, Sérgio Porto e pelo engenheiro Alcyr de Souza Coelho	Levantamento dos serviços necessários de reforma do Palácio da Cultura	Arquivo Noronha Santos
1974	IPHAN – Renato Soeiro / Serviço de engenharia da Delegacia Regional do MEC – DR-3	Criada comissão de licitação das obras no Palácio composta pelo arquiteto do IPHAN Edgard Jacintho da Silva e representantes do Serviço de Engenharia da Delegacia Regional (responsável pelas licitações). Indicação dos arquitetos Lucio Costa Jorge Moreira para integrar a comissão das obras.	Relatório de serviços a serem executados, pequenos reparos generalizados, serviços de pintura e descupinização.	Arquivo Noronha Santos
1975	IPHAN – Renato Soeiro / Serviço de engenharia da Delegacia Regional do MEC – DR-3	..	Sem registros de estudos e reformas.	Arquivo Noronha Santos
1976	IPHAN – Renato Soeiro / Serviço de engenharia da Delegacia Regional do MEC – DR-3	Obs: participação do arquiteto Eurico Calvente, do IPHAN	Levantamento de todos os órgãos subordinados à Delegacia Regional do Ministério da Educação do Rio de Janeiro (DR-3); Elaboração de Plano de Obras); Elaboração das especificações técnicas para a contratação dos serviços. Elaboração de projetos para modificação dos sanitários do auditório e do salão de exposições, para modificação dos sanitários e depósito dos pavimentos tipo (2º ao 15º pavtos) projeto para modificação dos sanitários do 16º pavto e projeto para modificação dos banheiros do pavimento térreo e sanitário da portaria	Arquivo Noronha Santos

(continua)

PERÍODO	RESPONSÁVEL	COMISSÕES/COMPOSIÇÃO	INTERVENÇÕES/ESTUDOS	FONTE IBLIOGRÁFICA
1977	IPHAN – Renato Soeiro / Serviço de engenharia da Delegacia Regional do MEC – DR-3	..	Obras no pavimento térreo, auditório e salão de exposições, e 2º pavimento, incluindo os lambris de madeira deste pavimento e da portaria principal.	Arquivo Noronha Santos
1978	IPHAN – Renato Soeiro / Serviço de engenharia da Delegacia Regional do MEC – DR-3	..	Continuidade das obras do térreo, exposição e auditório. Restauração das poltronas do auditório.	Arquivo Noronha Santos
1979	IPHAN - Diretor Aloísio Magalhaes	Obs: fim do mandato de Renato Soeiro	Reparos nas esquadrias da Fachada Norte e restauração de painéis de azulejos.	Arquivo Noronha Santos
1980	Fundação Nacional Pró Memória - Diretor Aloísio Magalhaes	..	Início da organização da documentação do Palácio	Arquivo Noronha Santos
1981	Fundação Nacional Pró Memória - Diretor Aloísio Magalhaes	Criação do Grupo Executivo do Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura (PRPPC), composto por Aloísio de Magalhães, Irapoan Cavalcanti de Lyra, Pery Porto, Rubens de Castro Albuquerque e Augusto Guimarães Filho	Elaboração do Projeto de Recuperação e Preservação do Palácio da Cultura (PRPPC) e diversos estudos técnicos sobre os materiais; celebrado o contrato para restauração das esquadrias da fachada; Burle Marx é contratado para elaborar e recuperar os jardins. Emissão de Relatório Técnico para as intervenções no Palácio, contendo planejamento das obras e cronogramas	Arquivo Noronha santos.
1982	Fundação Nacional Pró Memória	..	Em maio de 1982 é assinado um protocolo entre o MEC e a Petrobrás acordando a assistência técnica e o acompanhamento das obras de restauração do Palácio da Cultura. Obras dos jardins em execução.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
1984	Fundação Nacional Pró Memória	..	Restauração de dois painéis de azulejos, execução do sistema de irrigação dos jardins do térreo e segundo pavimento, restauração dos revestimentos de cobres destes canteiros do segundo piso, instalação extintores e de sistema manual de alarme contra incêndio, limpeza dos ganisses das fachadas norte e sul referente ao Salão de Conferências, reposição do calçamento em pedra portuguesa, desobstrução das galerias de água pluviais, e limpeza de algumas esculturas,	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

(continua)

PERÍODO	RESPONSÁVEL	COMISSÕES/COMPOSIÇÃO	INTERVENÇÕES/ESTUDOS	FONTE BIBLIOGRÁFICA
1985	Fundação Nacional Pró Memória – Criação do Ministério da Cultura	..	Restauração de dois painéis de azulejos, execução do sistema de irrigação dos jardins do térreo e segundo pavimento, a restauração dos revestimentos de cobres destes canteiros do segundo piso, a instalação extintores e de sistema manual de alarme contra incêndio, limpeza dos ganisses das fachadas norte e sul referente ao Salão de Conferências, a reposição do calçamento em pedra portuguesa, a desobstrução das galerias de água pluviais, e limpeza de algumas esculturas, tais como a escultura Prometeu, Monumento à Juventude, Moça de Pé, Castro Alves, Gonçalves Dias, José de Alencar, Ruy Barbosa, Machado de Assis, Oswaldo Cruz, de Bruno Giorgi, Getúlio Vargas, Mulher Reclinada e Gustavo Capanema, de Celso Antônio, Getúlio Vargas de Leão Veloso, Mestre Ruy de Honório Peçanha.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
1987	Fundação Nacional Pró Memória	..	Restauração da documentação sobre o Palácio pela Fundação Casa de Rui Barbosa /publicado edital para reformas no 16º pavimento. Obras de adequação do quinto e sexto andar. Publicado edital para a restauração das esquadrias da fachada norte. Relação de serviços para a restauração do auditório, e Salão de Conferências, que incluía a restauração das poltronas, tapete, cortinas e pintura. Intervenção nos elevadores, nas persianas em madeira, revisão dos shafts, esquadrias da fachada norte. Elaborado e estudo de prioridades das obras (estudo n. 62).	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
1988	Fundação Nacional Pró Memória	Designado o servidor Alcídeo Maepa de Souza como coordenador das obras do Palácio	Assinatura de convênio entre o SEPLAN e o IPHAN assinam convênio para a recuperação do Palácio da Cultura no valor de 12 milhões, setecentos e oitenta mil, originários da secretaria e destinados à continuação das obras. Este valor correspondia a 21,79% do valor total dos recursos destinados ao Palácio, portanto o valor total previsto para a obra chega a quase 59 milhões.	
1989	Fundação Nacional Pró Memória	Obs: fim da era Sarney	Ausência de documentações	

(continua)

PERÍODO	RESPONSÁVEL	COMISSÕES/COMPOSIÇÃO	INTERVENÇÕES/ESTUDOS	FONTE BIBLIOGRÁFICA
1990	IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural	..	Emissão do relatório nº 88, composto de dois volumes, denominado “Obras de restauração-estimativas de custos – atualização março de 1990”, relacionando as obras de acordo com as prioridades e seus custos.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
1992	IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural	..	Ausência de documentações	
1993	IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural	..	Emissão do Relatório das Condições Físicas do Palácio Gustavo Capanema, após denúncia em matéria em jornal sobre o estado de abandono da edificação	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
1994	IPHAN / Setor Técnico do Palácio Gustavo Capanema	Criação da Sociedade de Amigos do Palácio Gustavo Capanema (SAPGC), composta por Oscar Niemeyer, Lucio Costa, Roberto Burle Marx, Ferreira Gullar, Glauco Campello, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, José Aparecido de Oliveira, Antônio Houaiss, Darcy Ribeiro, Ítalo Campofiorito, Gustavo Affonso Capanema, Augusto da Silva Telles e Maria Elisa Costa	Elaboração da Proposta Preliminar de Restauração do Palácio Gustavo Capanema	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
1995	IPHAN / Setor Técnico do Palácio Gustavo Capanema	Sociedade dos Amigos do Palácio Gustavo Capanema (SAPGC).	Execução do Caderno de Especificações Técnicas que discriminava os serviços a serem executados para a restauração do edifício.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
1996	IPHAN / Setor Técnico do Palácio Gustavo Capanema	Sociedade dos Amigos do Palácio Gustavo Capanema (SAPGC).	Assinatura do convênio entre o MinC, MEC e a Petrobrás no valor de R\$ 550.000,00. Elaboração de relatório sobre as intervenções realizadas até a data, contendo levantamentos, localização das obras de arte, proposta de ocupação para o 9º, 15º, 16º pavimentos e pavimento térreo, especificações técnicas e cronograma físico-financeiro para as obras. Elaboração de laudo técnico sobre os elevadores.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

(continua)

PERÍODO	RESPONSÁVEL	COMISSÕES/COMPOSIÇÃO	INTERVENÇÕES/ESTUDOS	FONTE BIBLIOGRÁFICA
1988	IPHAN / Setor Técnico do Palácio Gustavo Capanema	Sociedade dos Amigos do Palácio Gustavo Capanema (SAPGC).	Emissão de relatório técnico comprova a execução de testes sobre o estado de conservação na mureta do terraço do segundo pavimento.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
1989	IPHAN / Setor Técnico do Palácio Gustavo Capanema	..	Ausência de documentações	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
1999	IPHAN / Setor Técnico do Palácio Gustavo Capanema	..	Obras não executada pela falta de liberação do convênio.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
2000	IPHAN	Extinção do Setor Técnico do Palácio Gustavo Capanema na gestão presidente Carlos Heck.	Ausência de documentações	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
2001	IPHAN e administração do Palácio Gustavo Capanema	Sr. Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro (PGC) e IPHAN Obs: as responsabilidades não são definidas, gerando atritos	Sem registros de estudos ou obras, apenas solicitações para pequenos reparos.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
2003	IPHAN e administração do Palácio Gustavo Capanema	Sr. Paulo Eduardo Vidal Leite Ribeiro (PGC) e IPHAN Obs: as responsabilidades não são definidas, gerando atritos	Elaboração do Projeto de Obras Emergenciais no Palácio Gustavo Capanema. Execução de obras na laje do Salão de Conferências. Ministério Público move uma ação civil pública objetivando a restauração, em sua integralidade.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
2004	IPHAN e administração do Palácio Gustavo Capanema	Criação de nova comissão para a elaboração de novo projeto para a restauração do Palácio, composta por Thays Pessoto, então superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro e Lia Mota.	Obras de impermeabilização e pintura da laje do Salão de Conferências. Intervenções nos azulejos do Palácio. Obras das escadas internas	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

(continua)

PERÍODO	RESPONSÁVEL	COMISSÕES/COMPOSIÇÃO	INTERVENÇÕES/ESTUDOS	FONTE BIBLIOGRÁFICA
2005	IPHAN e administração do Palácio Gustavo Capanema	Duas portarias interministeriais convocam representantes de algumas entidades para a composição de um novo Grupo de Trabalho para elaboração o plano de revitalização do edifício, representados pelo Ministério da Cultura, Ministério da Educação, Fundação Biblioteca Nacional, Fundação Cultural Palmares, Fundação Nacional de Artes e IPHAN. Não há registros sobre o seu acontecimento. IPHAN nomeia o arquiteto Oscar Henrique Liberal de Brito e Cunha	Desocupação do 7º andar pela Fundação Biblioteca Nacional e informações sobre a abertura de um processo licitatório para obras neste pavimento e também no 8º, 9º e 10º pavimentos, a partir de um projeto básico para tais reformas, devidamente arquivado.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
2006	IPHAN e administração do Palácio Gustavo Capanema	As obras de intervenção, incluindo sua contratação, estavam sob responsabilidade da administração do PGC, com fiscalização do IPHAN	A administração do PGC realiza obra de recuperação do piso em granitina dos banheiros e copas. IPHAN executa as especificações de serviços para recuperação do piso do pátio norte para inclusão das obras no planejamento de 2007.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
2007	IPHAN e administração do Palácio Gustavo Capanema	As obras de intervenção, incluindo sua contratação, estavam sob responsabilidade da administração do PGC, com fiscalização do IPHAN	Recuperação do piso do pátio norte, pequenas intervenções pontuais. IPHAN solicita à administração do PGC a elaboração do Plano Diretor para obras de intervenção na edificação. A administração envia, no entanto, apenas a relação de serviços considerados necessários na edificação, sem um planejamento físico ou financeiro para tais obras. Emitidos vários cadernos de especificações técnicas para basear as contratações, sem comprovação de obras.	
2008	IPHAN e administração do Palácio Gustavo Capanema	As obras de intervenção, incluindo sua contratação, estavam sob responsabilidade da administração do PGC, com fiscalização do IPHAN	Elaboração de projeto para reforma do 15º e 16º andares, composto apenas por um termo de referência abrangendo a substituição de piso vinílico, pintura, recuperação das esquadrias, remoção dos aparelhos de refrigeração, dentre outros. A administração do Palácio Gustavo Capanema encaminha ao IPHAN para aprovação projeto para restauração da sala Deolindo Couto, no 5º pavimento. IPHAN celebra dois contratos para serviços no PGC;	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro

(continua)

PERÍODO	RESPONSÁVEL	COMISSÕES/COMPOSIÇÃO	INTERVENÇÕES/ESTUDOS	FONTE BIBLIOGRÁFICA
2009	IPHAN e administração do Palácio Gustavo Capanema	..	Novas vistorias que resultaram apenas em projetos: projeto para iluminação do estacionamento, com as especificações e localização das luminárias, para a comunicação visual, projeto para recuperação do muro para o estacionamento e projeto básico para execução de laudo para verificação do afundamento do piso asfáltico do estacionamento.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
2010	IPHAN	..	Solicitação de projeto a Oscar Niemeyer e vistorias periódicas.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
2011	IPHAN	..	Elaboração de projeto de “Intervenção, Restauração, Adequação e Complementares”	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro
2012	IPHAN	..	Elaboração de projeto de “Intervenção, Restauração, Adequação e Complementares”, Contratação de projeto para impermeabilização do terraço e restauração do material pétreo das fachadas da edificação. Início das obras de impermeabilização referente a este projeto.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro e placas de obra
2013	IPHAN	..	Obras de impermeabilização do terraço e restauração do material pétreo das fachadas da edificação. Início das obras de impermeabilização referente a este projeto.	Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro e placas de obra
2114	IPHAN	..	Obras em andamento.	Placas de obra

Fonte – das autoras - 2014.

## CONCLUSÃO

A hipótese desta pesquisa resumia-se na verificação da aplicabilidade do *restauro crítico* nas intervenções nos edifícios verticais representantes da arquitetura moderna no Brasil e para tanto elaboramos dois estudos de caso localizados na área central do Rio de Janeiro, a saber, o *Palácio Gustavo Capanema (PGC)* e o edifício sede da Associação Brasileira de Imprensa (*A.B.I.*).

No decorrer da pesquisa, avaliamos a produção de edificações verticais na área central da capital carioca e o desenrolar do quadro político, urbano e do contexto arquitetônico que possibilitou a construção desses bens.

Posteriormente, discorremos sobre as ações de tutela federal dos bens e concluímos que, tendo em vista a expressiva produção no país e as diversas vertentes adquiridas nos estados brasileiros, estas ações ainda são consideradas deficitárias e voltadas para as obras dos arquitetos consagrados, em especial, Oscar Niemeyer, merecendo, portanto, serem reavaliadas pelo órgão responsável pelos tombamentos. O mesmo não acontece com os órgãos de proteção estadual e municipal do Rio de Janeiro, que possuem instrumentos mais amplos de proteção, ampliando o poder de avaliação das intervenções nestes bens.

As indicações de que o Grupo de Acautelamento da Arquitetura Moderna, criado em 2008 pelo IPHAN, não avançou, é um dado lamentável, tendo em vista a produção que se originou nos estados que levaram o trabalho adiante, tais como a Bahia, Ceará, Paraíba e Goiás, cujos resultados foram publicados em anais de eventos.

As intervenções relativas aos estudos de caso foram avaliadas por meio da análise dos documentos que compõem os processos de obras, arquivados tanto no Arquivo Noronha Santos como no arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, esse responsável pela fiscalização das ações de preservação nos bens tombados em nível federal e localizados no Estado.

A análise do estado de organização e de conservação dessa documentação também fazia parte dos nossos objetivos. A despeito da conservação ter sido avaliada como satisfatória, em relação à organização o maior problema

verificado foi a descontinuidade ou incompletude dos processos abertos relativos aos dois bens, fator que impossibilitou, muitas vezes, a avaliação correta da ação de intervenção proposta. Criticamos a burocracia nos órgãos públicos porque muitas vezes desconhecemos a real necessidade desses procedimentos e sua importância documental. A ausência da continuidade dos procedimentos evidenciada na pesquisa referente aos dois bens prejudicou, de certa forma, a análise pretendida. Considerando-se a importância e a representatividade das edificações, estas deveriam ter um acompanhamento documental exemplar, conforme recomenda o artigo 16º da Carta de Veneza:

Os trabalhos de conservação, restauro ou escavação devem ser sempre acompanhados por um registro preciso, sob a forma de relatórios analíticos ou críticos, ilustrados com desenhos e fotografias. Todas as fases dos trabalhos de reparação, consolidação, recomposição e reintegração, assim como os elementos técnicos e formais identificados ao longo dos trabalhos devem ser incluídos. Este registro deverá ser guardado nos arquivos de um organismo público e posto à disposição dos investigadores. Recomenda-se, também, que seja publicado. (Carta de Veneza, Artigo 16º)

Recomenda-se, sobretudo, a organização e a publicação daquela documentação referente ao *Palácio Gustavo Capanema*, produzida na década de 1980, cujo teor é de extrema importância e utilidade para os envolvidos com processos de restauração, além de representar um documento imprescindível para o conhecimento do bem.

Em relação ao edifício sede da *A.B.I.*, o conteúdo dos processos disponíveis não nos permitiu avaliar os critérios das intervenções utilizados, até porque o edifício sofreu uma única intervenção de peso, realizada em 2000, quando os elementos da sua fachada foram restaurados. Todavia, percebemos que o cuidado por parte da administração da Associação Brasileira de Imprensa, desde a sua construção até os tempos atuais, contribuiu consideravelmente para sua preservação. A relação direta da administração com os problemas da edificação e a responsabilidade exclusiva até o seu tombamento, de certa forma, facilitou a sua manutenção, porém o tombamento tardio (1984) implicou a perda de uma das principais características do imóvel: seu terraço jardim com paisagismo de Burle Marx.

Apesar da falta de continuidade da documentação referente ao ano 2000, percebemos as recomendações detalhadas do IPHAN em relação a intervenção nesse ano. De fato, as obras referiam-se apenas aos elementos da fachada, porém o cuidado relativo à conservação do material era evidente.

A intervenção realizada em 1991, ou pelo menos o projeto protocolado, previa também alterações significativas, mas talvez pelo fato de ter sido assinado pelo escritório M. Roberto, sucessor direto dos autores do edifício, o órgão dispensou recomendações mais detalhadas.

Podemos apontar outro fator determinante associado à conservação deste edifício: a propriedade privada. Caso os processos fossem completos teríamos dois casos bem distintos e a pesquisa revelaria conclusões relevantes, já que o *Palácio Gustavo Capanema* é de propriedade pública.

Neste contexto, podemos mencionar as diversas dificuldades de preservação de edificações públicas, que são amplamente conhecidas, dentre elas, a falta de recursos destinados a manutenções periódicas. A manutenção é o primeiro caminho para a conservação, conforme recomendou a Carta de Veneza:

A conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos. (Carta de Veneza, Artigo 4º)

Esta prática não é comum no Brasil. Os órgãos parecem preferir as condutas de restauração em detrimento da manutenção, o que é mais custoso para os cofres públicos, tendo em vista o árduo processo que envolve a contratação de um projeto de restauração e da execução da obra, que devem ser assumidos por meio de licitação pública conforme exige a Lei Federal nº 8.666/93.<sup>325</sup> A contratação de projeto envolve a montagem do processo licitatório dentro dos prazos estipulados, a realização do certame (que também é demorado tendo em vista os direitos dos participantes de recursos e contra recursos) e a publicação do resultado. Contratados, os projetos são executados e fiscalizados pelo órgão licitante. Posteriormente, o mesmo processo é montando para a contratação da obra. Neste ínterim, a edificação já padece dos seus danos.

---

<sup>325</sup> Lei sancionada em 21 de junho de 1993, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos relativos a obras, serviços, compras, alienações e locações no âmbito dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Nesse processo, ressalta-se que a autoria do projeto é compartilhada em decorrência da obrigatoriedade da aprovação pelo órgão fiscalizador. Para tanto, estes órgãos devem ser representados por profissionais capacitados, capazes de avaliar o mérito da intervenção proposta pelo contratado. Destaca-se, mais uma vez, a importância dos órgãos de preservação nesta relação.

Infelizmente os projetos não contemplam especificações que possibilitem os procedimentos das práticas de manutenções periódicas nas edificações tombadas.

Diante deste contexto, o *Palácio Gustavo Capanema*, por ser propriedade pública, passa por todas as dificuldades inerentes à contratação por órgãos públicos. Soma-se a esses problemas, o fato do *Palácio* ser uma edificação vertical, que normalmente contém diversos usos, dificultando a fiscalização do órgão responsável. Nestas edificações parece ser apropriado o treinamento da administração do condomínio pelo órgão, com recomendações de caráter conservativo e educativo. Mas também não devemos deixar de mencionar que a maioria dos bens tombados são públicos e só estão em pé em função desta propriedade.

Além de todos estes fatores, não podemos deixar de mencionar as questões relativas às características de uma edificação de linguagem racionalista, cujos elementos são, em sua maioria, industrializados e não mais fabricados, e, acima de tudo, produzidos numa fase de experimentação, cuja qualidade é questionada na atualidade, em que o desenvolvimento tecnológico está a todo vapor.

Comprovamos que na década de 1960, ou seja, quinze anos após a sua inauguração, a edificação PGC já demandava intervenção. Chegamos no ponto desejado. Como podemos classificar estas intervenções ocorridas conforme apontado?

Vamos lançar uma situação hipotética na qual nenhuma restauração tivesse sido implementada na edificação. Como seria o seu estado físico nos dias de hoje? Provavelmente estaria em estado de ruína. E nesse caso, qual seria a intervenção adequada? Voltaríamos ao seu estado original? De fato, cada caso deve ser tratado isoladamente, cuja análise envolve causas, circunstâncias,

disponibilidade de recursos, momento da intervenção e demais fatores. A análise crítica baseada nestas circunstâncias é que determinará a intervenção mais adequada, denominada, portanto, como *restauro crítico*.

Diante do exposto, todas as intervenções realizadas na edificação deveriam ser analisadas considerando essas circunstâncias, entretanto a documentação existente nos impede de produzir esta avaliação. Todavia, podemos construir algumas considerações como resultado da pesquisa:

- A maioria dos documentos pesquisados revela o cuidado, por parte do órgão fiscalizador, em se intervir nos elementos. Grande parte das decisões recomendava a restauração dos materiais e, na impossibilidade desse ato, o elemento deveria ser substituído por modelo idêntico. No contexto brasileiro de falta de profissionais especializados em restauração, e o alto custo deste procedimento, a substituição tem sido a solução mais apropriada. Se não pudermos salvar a matéria, salvemos a imagem.
- O *Palácio Gustavo Capanema* ainda não passou por modernização tecnológica, exceto em relação aos elevadores. É certo que instalações prediais tais como hidráulica, incêndio e elétricas devem ser renovadas, uma vez que estão sujeitas à falência, porém outras, tais como instalações de ar condicionado podem ser evitadas, já que a própria arquitetura da época previa o conforto térmico em sua concepção e no caso do *PGC* isso foi bem resolvido, por isso mesmo todas as solicitações de autorização para instalação de aparelhos de ar condicionado foram negadas (com poucas exceções) pelo IPHAN. Entretanto, esta modernização em relação às instalações prediais também pode ser realizada sem interferir nas características originais e para isso basta a análise crítica. Porém, em relação aos demais elementos, tais como os *brise-soleis* e esquadrias, a modernização, ao nosso ver, é condenada, visto que cancela a própria memória da edificação e de sua substância histórica.
- A conservação da técnica construtiva leva a um pensamento intrigante, sobre o que será preservado no futuro em relação às edificações verticais, num período em que a tecnologia edificante torna-se obsoleta

em tempo cada vez menor. Quais serão os valores futuros associados a estas edificações? Sempre a técnica ultrapassada? O valor autoral? A arquitetura moderna marcou a transição de uma técnica manufaturada para a industrializada, este é um dos seus valores intrínsecos e que devem ser preservados.

- O conteúdo dos documentos pesquisados, cujos processos tiveram continuidade, principalmente aqueles relativos à década de 1980, sugere que a edificação não foi considerada à parte do universo do restauro, cujas recomendações assemelham-se com as mesmas indicadas para bens de produção anterior.
- Devemos levar em consideração que a intervenção nos elementos da arquitetura moderna era inédita, sem registros de antecedentes no Brasil. Mesmo sendo algo novo, os devidos cuidados foram tomados, tal como aconteceu com a restauração dos *brise-soleils* do *PGC*, utilizando para tanto um protótipo para a definição do procedimento mais adequado.
- Sobre este mesmo edifício, uma decisão tomada pelo IPHAN, citada por Segre (2013, p. 451), chamou-nos a atenção, a saber, a instalação de testeiras em metal nas faces das lajes dos pavimentos, material não previsto originalmente. Segundo Segre, esta decisão decorreu de uma avaliação crítica sobre o resultado do dano em relação à composição estética desta fachada. “ficando o resultado final aceitável e aprimorando a solução construtiva do projeto original” (SEGRE, 2013, p. 451). A imagem parece mesmo ter maior importância no caso do Brasil. Talvez porque aqui a nossa produção integrou-se com as artes plásticas como em nenhum outro país. A conservação da matéria, proposta por Brandi, assume neste contexto um significado apropriado.
- Em uma visita recente a Chicago (2013), registramos uma edificação vertical cuja intervenção parece demonstrar uma atitude diversa da praticada em nosso país em relação à arquitetura moderna. A edificação, denominada *Clark Adams Building*, de 1927, de autoria do escritório *Burnham Brothers*,<sup>326</sup> é revestida em tijolos maciços. Com o

---

<sup>326</sup> Filhos do arquiteto Daniel Hudson Burnham (1846 - 1912). Burnham, conforme mencionado, contribuiu com a Escola de Chicago (1875-1910) com a produção de alguns edifícios verticais

passar dos anos, parece ter perdido vários desses elementos e a substituição deles foi executada com tijolos de cor diferenciada. Para alguns, a solução seria tentar reproduzir a cor do tijolo antigo, para outros, o que parece ter sido a solução adotada, a ideia foi marcar a intervenção (FIGURAS 121 e 122). O projeto de restauração foi assinado por Brett E. Laureys, do escritório WJE (*Wiss, Janney, Elstner Associates, Inc*), atuante desde 1956 nos Estados Unidos. Mas desconhecemos o momento em que foi realizada a intervenção, o que nos impede de avaliar a intervenção. De fato, é condenável criticar qualquer intervenção sem conhecer as circunstâncias. Até porque - trazendo a reflexão de Carsalade (2001) para a atividade de restauro que não deixa representar um ato de arquitetura -:

Podemos entender como as nossas classificações e rótulos tantas vezes propostos em tratados de Arquitetura podem ser ridículos, na medida em que os fatos científicos ou históricos não são as únicas chaves para se entender o mundo, como supõe uma sociedade que acredita tanto na infalibilidade científica. (CARSALADE, 2001, p.19)

---

emblemáticos, tais como Flatiron Building em Nova York, Union Station em Washington D.C., e o Continental Trust Company Building em Baltimore. Destacou-se também pela coordenação dos trabalhos da World's Columbian Exposition in Chicago (1893) e pela elaboração de planos urbanísticos de algumas cidades nos Estados Unidos, tais como Chicago e Washington/D.C. .

Figuras 121 e 122 – Clark Adams Building 105 W. Adams Street - Chicago.



Fonte: das autoras - outubro de 2013.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia Consultada

ALVIM, Zuleika, RAPOSO, Isabel. **Artérias da Verticalização**: o elevador no Brasil. In: Os céus como fronteira: a verticalização no Brasil. 1ª ed. São Paulo: Grifo, 2013.

ANDRADE, Carlos Drummond de. **Corpo**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ANDRADE JUNIOR, Nivaldo Vieira de; ANDRADE, Maria Rosa de Carvalho; FREIRE, Raquel Neimann da Cunha. **O Iphan e os Desafios da Preservação do Patrimônio Moderno**: A aplicação na Bahia do Inventário Nacional da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Modernos. In: Seminário DOCOMOMO Brasil, 8º, 2009, Rio de Janeiro. Trabalhos técnicos. Disponível em: <[www.docomomo.org.br](http://www.docomomo.org.br)>. Acesso em: 24 jan. 2014.

ANDRADE, P. R.; CÂMARA, A. N. D.; MEDINA, L. L. **Edifício do Pavilhão de Óbitos do Recife**: Uma Experiência de Restauro de Arquitetura Moderna, In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5º, São Paulo, São Carlos, 2003. Trabalhos técnicos. Disponível em <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 01/02/2014.

ARANTES, Otilia. **Chai-na**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

BERDOULAY, Vincent. **Modernismo e espaço público**: o Plano Agache do Rio de Janeiro. Revista Território - Rio de Janeiro - Ano VII – n. 11, 12 e 13 - set./out. ,2003.

BRASIL. Lei 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF, 21 jun. 1993. Disponível em: <<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/126776/lei-de-licitacoes-lei-8666-93>>. Acesso em 15 de julho de 2014.

BRASIL. Ministério da Cultura. **IPHAN**. Arquivo Noronha Santos

BRASIL. Ministério da Cultura. **IPHAN**. Arquivo da Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro.

BRUAND, Yves. **Arquitetura Contemporânea no Brasil**. Tradução Ana M. Goldberger. 4ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

CABRAL, Renata Campello; ANDRADE, C. R. M.. **Roberto Pane, entre história e restauro, arquitetura, cidade e paisagem**. Entrevista com o arquiteto Andrea Pane. Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (on line), v. n.15, p. 99-104, 2012

CADERMAN, David; CADERMAN, Rogerio Goldfeld. **O Rio de Janeiro nas alturas**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

CAIXETA, E. M. M. P. ; FROTA, José Artur D'aló ; AMARAL, C. V. L. ; BADAN, R. C. ; MHALER, Christine R. **Arquitetura Moderna em Goiânia**: desafios e limites da documentação para a preservação. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO

BRASIL. 9º, 2011, Brasília. Interdisciplinaridade e experiências em documentação e preservação do patrimônio recente. Disponível em: <[www.docomomo.org.br](http://www.docomomo.org.br)>. Acesso em: 24 outubro. 2013.

CALOVI PEREIRA, Cláudio. **Os Irmãos Roberto e a Arquitetura Moderna no Rio de Janeiro (1930-1960)**. 1993. 151 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1993.

CALOVI PEREIRA, C. **Os Irmãos Roberto e o edifício da A.B.I.:** uma história da modernidade arquitetônica brasileira. ARQTEXTO (UFRGS), Porto Alegre, v. 2, p. 138-151, 2002.

CARBONARA, Giovanni. Brandi e a Restauração Arquitetônica Hoje. Tradução de Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Desígnio, 2006, n. 6, p. 35-47. Original italiano.

CARLOS, Claudio Antonio Santos Lima; SAMPAIO, Julio Cesar Ribeiro. **Arquitetura Moderna Modesta Carioca, Mas Nem Tanto**. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 2009, 8, Rio de Janeiro. Trabalhos técnicos. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 01/01/2014.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues de. **Preservação da Arquitetura Moderna:** Edifícios de Escritórios no Rio de Janeiro construídos entre 1930-1960. 2006. 480 p. Tese de Doutorado. FAUUSP. São Paulo, 2006.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e Brasileiro:** a história de uma nova linguagem na arquitetura. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

CHING, Francis D. K.. **Dicionário Visual de Arquitetura**. Tradução de Julio Fischer. 2. ed. São Paulo: 2010. Editora WMF Martins Fontes. 319 p.

COELHO, Carla Maria Teixeira. **Preservação de edifícios residenciais modernos no Rio de Janeiro**. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 7º, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 01/01/2014.

COELHO, Carla Maria Teixeira, ANDRADE, Inês E, COSTA, Renato G. MACIEL, Laurinda R. **Recuperação de acervos de arquitetura em Mangunhos:** contribuição para estudos de preservação de edifícios modernos. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9º Brasília, junho de 2011. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 23/01/2014.

CORONA, E.; LEMOS, C. A. C. **Dicionário da arquitetura brasileira**. São Paulo: Edart, 1972

COUTINHO, Wilson. **Os anos 30 e 40: as décadas da Crença**. In: CAVALCANTI, Lauro (Org.). **Quando o Brasil era moderno**. Artes Plásticas no Rio de Janeiro. Aeroplano, Rio de Janeiro, 2001, p. 120-155.

CZAJKOWSKI, Jorge Paul (org.). **Guia da arquitetura moderna no Rio de Janeiro**. Coleção Guias da Arquitetura no Rio de Janeiro, Casa da Palavra, Rio de Janeiro; 2000.

DEMPSEY, Amy. **Estilos, escolas e movimentos**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

- FARAH, Ana Paula. **Restauo arquitetônico**: a formação do arquiteto no Brasil para preservação do patrimônio edificado. História [online]. 2008, vol.27, n.2.
- FRONER, Yacy Ara. **Patrimônio arquitetônico**: conceitos contemporâneos nas cartas do Icomos. Oculum Ensaios (PUCCAMP), v. 10, p. 243-255, 2013
- GONSALES, Célia Helena Castro. **Reflexão sobre rearquiteturas e obras modernas – ou, por que o pavilhão sim e a stoa não?** In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 7º. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 01/01/2014.
- GOODWIN, PHILIP L. **Brazil Builds**: Architecture New and Old 1652-1924. New York: The Museum of Modern Art, 1943.
- GUIMARAENS, Cêça. **Paradoxos Entrelaçados**: As torres para o futuro e a tradição nacional. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.
- GUTIERREZ, Grace Cristina Roel; LABAKI, L. C. . **Considerações sobre o brise-soleil na arquitetura moderna brasileira**. In: ENCAC - ELACAC 2005 - VIII Encontro Nacional e IV Encontro Latino-americano sobre Conforto no Ambiente Construído, 2005, Maceió. Anais do ENCAC - ELACAC 2005 - VIII Encontro Nacional e IV Encontro Latino-americano sobre Conforto no Ambiente Construído. Maceió: ANTAC, 2005. v. 1. p. 874-882.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Ética e responsabilidade social na preservação do patrimônio cultural**. In: Idéias em Destaque, v. 36, p. 86-100, 2011.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Notas sobre a Carta de Veneza**. Anais do Museu Paulista (Impresso), v. 18, p. 193-227, 2010.
- KÜHL, Beatriz Mugayar . **Preservação da arquitetura moderna e metodologia de restauro**. Pós.Revista do Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAU/USP, São Paulo, v. 19, p. 198-201, 2006.
- MINDLIN, Henrique. **Arquitetura moderna no Brasil**. 2ª edição, Rio de Janeiro, Aeroplano, Iphan, Ministério da Cultura, 2000.
- MORAES, VINICIUS. **Azul e Branco**. In: Poemas, Sonetos e Baladas. Rio de Janeiro, Companhia das Letras, 2008.
- MOREIRA, Fernando Diniz. **Urbanismo e modernidade**: reflexões em torno do Plano Agache para o Rio de Janeiro. In Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 9 n. 2, 2007.
- MOREIRA, Fernando Diniz, AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. **Capacitação em conservação da arquitetura moderna**: a experiência do CECI e do MDU-UFPE. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9º, Brasília, 2011. Trabalhos Técnicos . Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 01/02/2014.
- MOTA, Marli. **Rio, Cidade Capital**. Descobrendo o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- NEDELYKOV, Nina; MOREIRA, Pedro. **Caminhos da Arquitetura Moderna no Brasil**: a presença de Frank Lloyd Wright. Arqtextos, nº 018.03. São Paulo, Portal Vitruvius, nov. 2001 <[www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq018/arq018\\_03.asp](http://www.vitruvius.com.br/arqtextos/arq018/arq018_03.asp)>

NETO, Clovis Ramiro; NASCIMENTO, José Clewton do, FERNANDES, Ricardo Duarte; JUNIOR, Romeu. **Inventário da arquitetura moderna cearense: o Campus do Benfica da Universidade Federal do Ceará.** In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9º, Brasília, 2011. Trabalhos Técnicos. Disponível em <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2013.

OLIVEIRA, Adriana Mara Vaz de. **Parcerias preservacionistas: os exercícios didáticos e o patrimônio recente.** In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 9º, Brasília, 2011. Trabalhos técnicos. Disponível em <<http://www.docomomo.org.br>> acesso em: 01 de maio de 2013.

PELLEGRINI, Ana Carolina. **De volta para o futuro: projeto antigo, patrimônio novo.** In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 8º, 2009, Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 01/02/2014.

PEREGRINO, Miriane. **SPHAN/Pró-Memória: abertura política e novos rumos para a preservação do patrimônio nacional.** Revista Confluências Culturais, v. 1, p. 85-100, 2012.

PEVNER, Nikolaus; HONOUR, Hugh; FLEMING, John. **Dicionário Enciclopédico de Arquitetura.** Rio de Janeiro: Artenova, 1977.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. **Dilemas na preservação da arquitetura moderna: o edifício da Faculdade de Arquitetura da USP.** In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5º, São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.docomomo.org.br>> acesso em: 16 de maio de 2013.

RIBEIRO, Paulo Eduardo Vidal Leite. **Palácio Gustavo Capanema: Processo de restauração e revitalização.** SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, II, São Paulo, 1999. Trabalhos técnicos. Disponível em <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

ROBERTO, Marcelo; ROBERTO, Milton. **O edifício da A.B.I.** In: Arquitetura e Urbanismo. Setembro-dezembro de 1940. P. 261-169.

RODRIGUES, Rafael Sampaio; BARRETO, Victor Arthur Cândido O.; BARBOSA, Bruna Monteiro; NETO, Clóvis Ramiro Jucá; ANDRADE, Margarida Julia de Farias Salles. **Inventário da Arquitetura Moderna no Ceará – O Campus do Pici.** Revista Extensão em Ação – Fortaleza – n.2, V; 3-Jul/Dez, 2013.

SALVO, Simona. **Restauro e "restauros" das obras arquitetônicas do século 20: intervenções em arranha-céus em confronto.** Rev. CPC [online]. 2007, n.4, pp. 139-157. ISSN 1980-4466

SALVO, Simona. **A intervenção na arquitetura contemporânea como tema emergente do restauro.** Pós. Revista do programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo da FAUUSP, 2008, n. 23, pp. 199-211.

SANTOS, Paulo. **Marcelo Roberto.** In: Arquitetura, nº 36, junho de 1965. P.4-13.

SCHLEE, A. R.; FERREIRA, Oscar; MEDEIROS, A. E.. **Preservar e Intervir no Patrimônio Moderno. O caso de Brasília.** In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 7º, 2007, Porto Alegre. Trabalhos Técnicos. Disponível em <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 01/01/2013.

SZÜCS, C. P.; TRIVELLA, L. M. A.; SOUZA, M. E. F. de. **Preservando o patrimônio da Vila Operária do Saco dos Limões**. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 5º, 2003, São Paulo. DOCOMOMO. Disponível em <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 01/02/2014.

VARELA, Elizabeth Catoia. **Crítica e Narrativa: A Visita de Max Bill em 1953**. ENCONTRO NACIONAL ANPAP, 21º, Rio de Janeiro. p. 518-532. Disponível em: <[http://www.anpap.org.br/anais/2012/pdf/simposio4/elizabeth\\_varela.pdf](http://www.anpap.org.br/anais/2012/pdf/simposio4/elizabeth_varela.pdf)>. Acesso em 27 jul 2014.

VIEIRA, Antenor; BORBA, Cristiano, RODRIGUES, Josivan. **Cobogó de Pernambuco**. Recife, Josivan Rodrigues, 2013.

ZEIN, Ruth Verde. **Sobre intervenções arquitetônicas em edifícios e ambientes urbanos modernos: análise crítica de algumas obras de Paulo Mendes da Rocha**. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 3º, São Paulo, 1999. Trabalhos técnicos. Disponível em <<http://www.docomomo.org.br>>. Acesso em 01/02/2014.

### Bibliografia Levantada

ARANTES, O. B. F.; MARICATO, E.; VAINER, C. B. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

ATLAS SCHINDLER. **Os céus como fronteira: a verticalização no Brasil**. São Paulo: Grifo, 2013.

BENEVOLO, Leonardo. **História da arquitetura moderna**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

BOITO, Camillo. **Os Restauradores**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

BRANDI, Cesare. **Teoria da restauração**. Cotia, SP: Ateliê, 2004.

CARRIÓ, J. M.; RAMOS, L. M. **Patología y técnicas de intervención en estructuras arquitectónicas**. Madrid: Munilla-Lería, 2001.

CARSALADE, Flávio de Lemos. **Arquitetura: Interfaces**. Belo Horizonte: AP Cultural, 2001.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural. Conceitos, política, instrumentos**. Belo Horizonte: AnnaBlume, 2009.

CAVALCANTI, Lauro. **Preocupações do Belo**. Rio de Janeiro: Taurus Editora, 1995.

CAVALCANTI, Lauro. **Quando o Brasil era Moderno: Guia de Arquitetura 1928-1960**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade / Ed. Unesp, 2001.

CURY, Isabelle. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). **Cartas patrimoniais**. 3.ed. Brasília: IPHAN, 2004.

GONÇALVES, Cristina Souza. **Restauração Arquitetônica. A experiência do SPHAN em São Paulo, 1937-1975**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

KULH, Beatriz Mugayar E SALVO, Simona. **Ciclo de palestras sobre preservação: disciplina AUH 852 - técnicas construtivas tradicionais**. Pós.

Rev Programa Pós-Grad Arquit Urban. FAUUSP, Jun 2006, n.19, p.198-210.  
ISSN 1518-9554

MACDONALD, Susan (org.). **Modern matters. Principles & practice in conserving recent architecture.** Donhead: English Heritage / Donhead Publishing, 1996.

OLIVEIRA, M. M. de. **Tecnologia da conservação e da restauração.** Salvador: UFBA, 1995.

PESSÔA, J.; VASCONCELLOS, E.; REIS, E.; LOBO, M. (Orgs.). **Moderno e Nacional.** Niterói: Ed. UFF, 2006.

QUENDOLO, Alessandra. **Introduzione allo studio del Restauro Architettonico - Fondamenti e Percorsi Bibliografici.** Milano: Edizioni Unicolpi, 1999.

REICHLIN, B. Introduzione. **Faces (La sauvegarde du moderne)**, n. 42/43, p. 9, 199/1998. Número monográfico.

REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus prefeitos: projetos de alinhamento.** Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977. vol. II.

RIEGL, Alóis. **El culto moderno a los monumentos – caracteres y origem.** Madrid Visor, 1987.

REVISTA ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Sociedade Anonyma “o Malho,” nº 65, set. 1940.

ROSA, Francisco Ferreira da. **A Remodelação do Rio de Janeiro sob a prefeitura de Pereira Passos.** Revista do Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 1936.

SALVO, Simona. **A restauração do arranha-céu Pirelli: A resposta italiana a uma questão internacional.** Revista Pós, São Paulo: FAUUSP, n. 19, p. 201-210, 2006.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: EDUSP, 2002.

TOLEDO, B.L. de. **Patrimônio cultural: graus de intervenção nos monumentos históricos.** Sinopses, São Paulo, n. 35, p. 32-38, 2001.

TORSELLO, B. P. **La materia del restauro.Venezia:** Marsilio, 1988.

TORSELLO, B. P. . **Che cos'è il restauro?** Venezia: Marsilio, 2005.

VIOUET-LE-DUC, E. E. **Restauração.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2006.

ZEIN, Ruth Verde. COMAS, Carlos Eduardo. SANTOS, Cecília Rodrigues dos. **Autoridades, emendas, paradoxos e peculiaridades da preservação do patrimônio arquitetônico moderno.** In: 2º Seminário Docomomo Brasil, 2008, Salvador. Anais... Rio d Janeiro, 2009.

#### **Sites Consultados:**

<http://www.abi.org.br>

<http://www.archdaily.com.br>

<http://www.arcoweb.com.br>  
<http://www.buildings.com.br>  
<http://www.cecre.ufba.br/index.htm>  
<http://www.depedsonsantos.com.br>  
<http://www.diarioliberalidade.org>  
<http://www.docomomo.org.br>  
<http://www.emporis.com>  
<http://www.encyclopedia.chicagohistory.org/>  
<http://www.geocities.ws>  
<http://www.greatbuildings.com>  
<http://www.inepac.rj.gov.br>  
<http://www.iphan.gov.br>  
<http://www.lombardiabeniculturali.it>  
<http://www.merriam-webster.com/dictionary>  
<http://www.midiaclicking.com>  
<http://www.museu.cbmerj.rj.gov.br>  
<http://www.panoramio.com>  
<http://www.portalclubedeengenharia.org>  
<http://www.sajous-henri.com>  
<http://www.rio.rj.gov.br/>  
<http://www.rioquepassou.com.br>  
<http://www.skyscrapercity.com>  
<http://www.tribuneiros.com>  
<http://www.viomundo.com.br>  
<http://www.vitruvius.com.br>  
<http://ariescapital.com//wp-content/uploads/2012/02/Generic-105-W-Adams.pdf>  
<http://www.wje.com/about/index.php>



ANEXO 1: Listagem das Propostas de Proteção e das Edificações tombadas pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural do Rio de Janeiro<sup>327</sup>:

#### 1 - LISTAGEM DE 2002 INCLUÍDA NO PROCESSO 12/002.870/2002

1.1 - **Albergue da Boa Vontade**. Praça da Harmonia, s/no, Gamboa. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy.

1.2 - **Edifício-Sede da Polícia Municipal**. Rua do Resende, 92, Centro. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy.

1.3 - **Residência Cármem Portinho**. Estrada do Guanambí, 671, Jacarepaguá. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy.

1.4 - **Residência Dr. Couto e Silva (em conjunto com Roberto Burle Marx)**. Avenida Édison Passos, 3.114, Alto da Boa Vista. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy.

1.5 - **Edifício-Sede do Instituto de Previdência do Estado (IPERJ)**. Avenida Presidente Vargas, 670, Centro. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy.

1.6 - **Residência na Urca**. Rua Almirante Gomes Pereira, 71, Urca. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy.

1.7 - **Residência do Arquiteto Álvaro Vital Brasil**. Rua almirante Alexandrino, 3.179, SantaTeresa. Projeto de autoria de Álvaro Vital Brasil.

1.8 - **Edifício Jardim Amazonas**. Rua Anita Garibaldi, 25, Copacabana. Projeto de autoria de Álvaro Vital Brasil.

1.9 - **Edifício Jardim Amazonas e Jardim Santa Clara**. Rua Santa Clara, 372, Copacabana. Projeto de autoria de Álvaro Vital Brasil.

1.10 - **Residência Francisca de Azevedo Leão**. Rua Alegrete, 38, Laranjeiras. Projeto de autoria de Carlos Leão.

1.11 - **Edifício Mississipi**. Rua Aires Saldanha, 16, Copacabana. Projeto de autoria de Firmino Saldanha.

1.12 - **Edifício Missouri**. Rua Constante Ramos, 67, Copacabana. Projeto de autoria de Firmino Saldanha.

1.13 - **Conjunto Habitacional dos Marítimos**. Rua da América, 81, Gamboa. Projeto de autoria de Firmino Saldanha.

1.14 - **Edifício Arapehy**. Rua Anita Garibaldi, 5, Copacabana. Projeto de autoria de Firmino Saldanha.

1.15 - **Pronto Atendimento Médico (PAM)**. Avenida Venezuela, Centro. Projeto de autoria de Firmino Saldanha.

1.16 - **Hospital dos Marítimos**. Rua Leopoldo , 280, Andaraí. Projeto de autoria de Firmino Saldanha.

1.17 - **Residência Mário Rosalino Marchesi**. Rua Urbano Santos, 50, Urca. Projeto de autoria de Firmino Saldanha.

---

<sup>327</sup> Reprodução integral da listagem anexada em CARLOS, Claudio Antonio Santos Lima; SAMPAIO, Julio Cesar Ribeiro. **Arquitetura Moderna Modesta Carioca, Mas Nem Tanto**. In: 8º Seminário Docomomo Brasil. Rio de Janeiro, Setembro de 2009. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/048.pdf>. Acesso em 01 jan. 2014.

- 1.18 - **Conjunto Habitacional em Vila Isabel (Edifício Divisa)**. Rua Barão do Bom Retiro, 1.661, Vila Isabel. Projeto de autoria de Francisco Bolonha.
- 1.19 - **Escola Municipal Joseph Bloch**. Rua Álvaro Macedo, 77, Parada de Lucas. Projeto de autoria de Francisco Bolonha.
- 1.20 - **Edifício Morro de Santo Antônio**. Rua do Lavradio, 106, Centro. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.21 - **Edifício - Sede do IRB - Instituto de Resseguros do Brasil**. Avenida Marechal Câmara, 171, Centro. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.22 - **Sotreq**. Avenida Brasil, 7.200, Bonsucesso. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.23 - **Edifício Marques do Herval**. Avenida Rio Branco, 185, Centro. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.24 - **Senai - Mecânica de Automóveis**. Rua São Francisco Xavier, 601, Maracanã. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.25 - **Senai - Construção Civil**. Praça da Natividade Saldanha, 19, Benfica. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.26 - **Edifício de Apartamentos**. Rua Sambaíba, 166, Leblon. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.27 - **Edifício Seguradoras**. Rua Senador Dantas, 74, Centro. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.28 - **Edifício Angel Ramirez**. Rua República do Peru, 72, Copacabana. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.29 - **Edifício Finúzia e Dona Fátima**. Avenida Barata Ribeiro, 283, Copacabana. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 1.30 - **Edifício Edson Passos**. Avenida Rio Branco, 124, Centro. Projeto de autoria de Jacques Pilon.
- 1.31 - **Edifícios Maison de France**. Avenida Presidente Antônio Carlos, 58, Centro. Projeto de autoria de Jacques Pilon.
- 1.32 - **Edifícios Chopin, Prelúdio, Balada e Barcarola**. Avenida Atlântica, 1.782, Lido, Copacabana. Projeto de autoria de Jacques Pilon.
- 1.33 - **Colégio Pedro II**. Campo de São Cristóvão, 177, São Cristóvão. Projeto de autoria de Jorge Ferreira.
- 1.34 - **Edifício Tapir**. Rua Senador Vergueiro, 66, Flamengo. Projeto de autoria de Jorge Machado Moreira.
- 1.35 - **Residência White**. Ladeira do Russel, 37, Glória. Projeto de autoria de Jorge Machado Moreira.
- 1.36 - **Edifício Cepas**. Rua Benjamim Batista, 180, Jardim Botânico. Projeto de autoria de Jorge Machado Moreira.
- 1.37 - **Residência Argemiro Hungria Machado**. Avenida Visconde de Albuquerque, 466, Leblon. Projeto de autoria de Lucio Costa.
- 1.38 - **Edifício-Sede do Banco Aliança**. Praça Pio X, 99, Centro. Projeto de autoria de Lucio Costa.
- 1.39 - **Sede Social do Jockey Club do Brasil**. Avenida Nilo Peçanha, 501, Centro. Projeto de autoria de Lucio Costa.
- 1.40 - **Posto de Puericultura**. Estrada da Boa Vista, 190, Alto da Boa Vista. Projeto de autoria de Marcelo Accioly Fragelli.
- 1.41 - **Residência Walter Moreira Salles**. Rua Marques de São Vicente, 476, Gávea. Projeto de autoria de Olavo Redig de Campos.

- 1.42 - **Oficinas Gastal**. Avenida Brasil, 2.198, São Cristóvão. Projeto de autoria de Paulo Antunes Ribeiro.<sup>328</sup>
- 1.43 - **Maternidade Arnaldo de Moraes**. Rua Frederico Pamplona, 32, Copacabana. Projeto de autoria de Paulo Antunes Ribeiro.
- 1.44 - **Residência do Arquiteto Paulo Antunes Ribeiro**. Rua Tenente Arantes Filho, 99, Gávea. Projeto de autoria de Paulo Antunes Ribeiro.
- 1.45 - **Residência Abgail Seabra de Paula Buarque**. Rua Almirante Alexandrino, 5, Santa Teresa. Projeto de autoria de Paulo Antunes Ribeiro.
- 1.46 - **Edifício residencial**. Avenida Delfim Moreira, 1.212, Leblon. Projeto de autoria de Paulo Camargo e Almeida.
- 1.47 - **Residência Jadir de Souza**. Avenida Visconde de Albuquerque, 1.165, Leblon. Projeto de autoria de Sérgio Bernardes.
- 1.48 - **Edifício Justus Wallerstein**. Avenida Atlântica, 3.958, Copacabana. Projeto de autoria de Sérgio Bernardes.
- 1.49 - **Pavilhão de Exposições**. Campo de São Cristóvão s/nº, São Cristóvão. Projeto de autoria de Sérgio Bernardes.
- 1.50 - **Edifício multifamiliar**. Rua Cândido Gaffré, 189, Urca. Projeto de autoria de Stelio Alves de Souza.

## 2 - LISTAGEM DE 2004<sup>329</sup>

- 2.1 - **Escola Municipal Cícero Pena**. Avenida Atlântica, 1.976, Copacabana. Projeto de autoria de Francisco Bolonha.
- 2.2 - **Edifício Avenida Central**. Avenida Rio Branco, 156, Centro. Projeto de autoria de Henrique Mindlin.
- 2.3 - **Instituto de Puericultura e Pediatria da UFRJ**. Ilha do Fundão. Projeto de autoria de Jorge Machado Moreira.
- 2.4 - **Escola Nacional de Engenharia. Ilha do Fundão**. Projeto de autoria de Jorge Machado Moreira.
- 2.5 - **Faculdade Nacional de Arquitetura**. Ilha do Fundão. Projeto de autoria de Jorge Machado Moreira.
- 2.6 - **Edifício MMM Roberto**. Avenida Nossa Senhora de Copacabana, 1.267, Copacabana. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 2.7 - **Edifício Valparaíso**. Avenida Almirante Barroso, 54, Centro. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 2.8 - **Plínio Catanhede**. Avenida Almirante Barroso, 78, Centro. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 2.9 - **Edifício João M. Magalhães**. Rua Voluntários da Pátria, 127, Botafogo. Projeto de autoria de Irmãos Roberto.
- 2.10 - **Edifício Herm**. Stoltz. Avenida Presidente Vargas, 409, Centro. Projeto de autoria de Raphael Rebechi.
- 2.11 - **Pavilhão da Febre Amarela da Fundação Oswaldo Cruz**. Avenida Brasil, 4.365, Manguinhos. Projeto de autoria de Roberto Nadalutti.

---

<sup>328</sup> - Edificação demolida em 2004.

<sup>329</sup> - Que inclui também as edificações da Listagem de 2002.

### **3 - EDIFICAÇÕES TOMBADAS PELO DECRETO N.º 26.712 DE 11 DE JULHO DE 2006.**

3.1 - **Residência White.** Ladeira do Russel nº 37, Glória. Projeto de autoria de Jorge Machado Moreira.

3.2 - **Edifício Tapir.** Rua Senador Vergueiro nº 66, Flamengo. Projeto de autoria de Jorge Machado Moreira.

3.3 - **Residência Carmem Portinho.** Estrada do Guanambi nº 671, Jacarepaguá. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy.

3.4 - **Residência Dr. Couto e Silva.** Avenida Edson Passos nº 3114, Alto da Boa Vista. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy e Roberto Burle Marx.

3.5 - **Residência** na Rua Almirante Gomes Pereira nº 71, Urca. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro.

3.6 - **Residência** na Rua Urbano Santos nº 50, Urca. Projeto de autoria de Firmino Saldanha.

3.7 - **Albergue da Boa Vontade.** Praça da Harmonia s/nº, Gamboa. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro.

3.8 - **Edifício Marques do Herval.** Avenida Rio Branco nº 185, Centro. Projeto de autoria dos Irmãos Roberto.

3.9 - **SOTREQ.** Avenida Brasil nº 7200, Bonsucesso. Projeto de autoria dos Irmãos Roberto.

3.10 - **Edifício-Sede do Instituto de Resseguros do Brasil - IRB.** Avenida Marechal Câmara nº 171, esquina com Avenida Franklin Roosevelt, Centro. Projeto de autoria dos Irmãos Roberto.

3.11 - **SENAI - Unidade Maracanã.** Rua São Francisco Xavier nº 601, Maracanã. Projeto de autoria dos Irmãos Roberto.

3.12 - **Residência Walter Moreira Salles.** Rua Marquês de São Vicente nº 476, Gávea. Projeto de autoria de Olavo Redig de Campos.

### **4 - EDIFICAÇÕES EXCLUÍDAS DO TOMBAMENTO DEFINITIVO.**

4.1 - **Residência White.** Ladeira do Russel nº 37, Glória. Projeto de autoria de Jorge Machado Moreira.

4.2 - **Residência Dr. Couto e Silva.** Avenida Edson Passos nº 3114, Alto da Boa Vista. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy e Roberto Burle Marx.

4.3 - **Residência** na Rua Almirante Gomes Pereira nº 71, Urca. Projeto de autoria de Affonso Eduardo Reidy e Gerson Pompeu Pinheiro.